



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE
2016

NATAL (RN)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Relatório de Gestão do exercício de 2016 a ser apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestado de Contas está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU N° 63/2010, das DN 154/2016 e 156/2016, das orientações do órgão de controle interno - Portaria 59-TCU de 17/01/2017.

Pró-Reitoria de Planejamento e Coordenação Geral
Unidade responsável pela coordenação da elaboração do Relatório de Gestão 2016

NATAL (RN)

RELAÇÃO DOS DIRIGENTES

REITORA

Ângela Maria Paiva Cruz

VICE-REITOR

José Daniel Diniz Melo

CHEFE DE GABINETE

Célia Maria da Rocha Ribeiro

PROCURADOR GERAL

Giuseppi da Costa

AUDITORA GERAL

Halcima Melo Batista

OUVIDOR

Joseleno Marques

PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO

Maria das Vitórias Vieira Almeida de Sá

PRÓ-REITORA ADJUNTA DE GRADUAÇÃO

Érika dos Reis Gusmão de Andrade

PRÓ-REITOR DE PESQUISA

Valter José Fernandes Júnior (até 31ago)

Jorge Tarcísio da Rocha Falcão (a partir de 01set)

PRÓ-REITOR ADJUNTO DE PESQUISA

Jorge Tarcísio da Rocha Falcão (até 31ago)

Sibele Berenice Castellã Pergher (a partir de 01set)

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO

Rubens Maribondo do Nascimento

PRÓ-REITORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Fernanda Nervo Raffin

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Maria de Fátima Freire de Melo Ximenes

PRÓ-REITOR ADJUNTO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Breno Guilherme de Araújo Tinoco Cabral

PRÓ-REITOR DE ASSUNTOS ESTUDANTIS

Edmilson Lopes Junior

PRÓ-REITOR ADJUNTO DE ASSUNTOS ESTUDANTIS

Paulo Roberto Paiva Campos

PRÓ-REITORA DE GESTÃO DE PESSOAS

Mirian Dantas dos Santos

PRÓ-REITORA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS

Raquel Alves Santos

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Anailson Márcio Gomes

PRÓ-REITORA ADJUNTO DE ADMINISTRAÇÃO

Maria do Carmo Araújo de Medeiros

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

João Emanuel Evangelista de Oliveira

PRÓ-REITOR ADJUNTO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Jorge Dantas de Melo

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Maria Carmem Freire Diógenes Rêgo

SECRETÁRIA ADJUNTA DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

Ione Rodrigues Diniz Morais

SECRETÁRIO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTERINSTITUCIONAIS

Márcio Venício Barbosa

**SECRETÁRIO ADJUNTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
E INTERINSTITUCIONAIS**

Aderson Farias do Nascimento

SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PROJETOS

Josué Vitor De Medeiros Júnior

SECRETÁRIO DE ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO

Zilmar Rodrigues de Souza

SUPERINTENDENTE DE INFORMÁTICA

Apuena Vieira Gomes

SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE INFORMÁTICA

Marcos César Madruga Alves Pinheiro

SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA

Marcelo Bezerra de Melo Tinoco

SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE INFRAESTRUTURA

Paulo Waldemiro Soares Cunha (até 30 ago)

Cássio Freire Câmara (a partir de 01set)

SUPERINTENDENTE DE COMUNICAÇÃO

José Zilmar Alves da Costa

SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE COMUNICAÇÃO

Francisco de Assis Duarte Guimaraes

SUPERINTENDENTE DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ONOFRE LOPES

Stenio Silveira

SUPERINTENDENTE DA MATERNIDADE ESCOLA JANUÁRIO CICCO

Kleber de Melo Morais

Sônia Barreto

SUPERINTENDENTE DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ANA BEZERRA

Maria Cláudia Medeiros Dantas de Rubim Costa

DIRETORA DA BIBLIOTECA CENTRAL ZILA MAMEDE

Magnólia de Carvalho Andrade

DIRETORA DA EDITORA UNIVERSITÁRIA

Maria da Conceição Fraga (até 11 abril)

Wilson Fernandes de Araújo Filho (de 12 abril a 22 junho)

Luis Alvaro Sgadari Passeggi (a partir de 23 junho)

DIRETORA DO MUSEU CÂMARA CASCUDO

Maria de Fátima Cavalcante Ferreira dos Santos

DIRETOR DO NÚCLEO DE PESQUISA EM ALIMENTOS E MEDICAMENTOS

Carlos José de Lima

DIRETORA DO NÚCLEO PERMANENTE DE CONCURSOS

Magda Maria Pinheiro de Melo

DIRETORA DO NÚCLEO DE ARTE E CULTURA

Teodora de Araújo Alves

DIRETOR DO INSTITUTO METRÓPOLE DIGITAL

José Ivonildo do Rêgo

DIRETOR DO INSTITUTO INTERNACIONAL DE FÍSICA

Álvaro Ferraz Filho

DIRETORA DO INSTITUTO DE MEDICINA TROPICAL

Selma Maria Bezerra Jerônimo

DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA

Djalma Ribeiro da Silva

VICE-DIRETORA DO CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA

Jeanete Alves Moreira

DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

Hênio Ferreira de Miranda

VICE-DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

Antonio de Lisboa Lopes Costa

DIRETORA DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Maria das Graças Soares Rodrigues

VICE-DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES

Sebastião Faustino Pereira Filho

DIRETORA DO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Maria Arlete Duarte de Araújo

VICE-DIRETORA DO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Maria Lussieu da Silva

DIRETORA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO

Márcia Maria Gurgel Ribeiro

VICE-DIRETOR DO CENTRO DE EDUCAÇÃO

Jefferson Fernandes Alves

DIRETOR DO CENTRO DE TECNOLOGIA

Luiz Alessandro Pinheiro da Câmara Queiroz

VICE-DIRETORA DO CENTRO DE TECNOLOGIA

Carla Wilza Souza de Paula Maitelli

DIRETOR DO CENTRO DE BIOCÊNCIAS

Graco Aurélio Câmara de Melo Viana

VICE-DIRETOR DO CENTRO DE BIOCÊNCIAS

Jeferson de Souza Cavalcante

DIRETORA DO CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO SERIDÓ

Sandra Kelly de Araújo

VICE-DIRETOR DO CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO SERIDÓ

Alexandro Teixeira Gomes

DIRETOR DA UNIDADE ACADÊMICA ESPECIALIZADA ESCOLA DE MÚSICA

Jean Joubert Freitas Mendes

VICE-DIRETORA DA UNIDADE ACADÊMICA ESPECIALIZADA EM MÚSICA – ESCOLA DE MÚSICA

Valeria Lazaro de Carvalho

DIRETOR DA UNIDADE ACADÊMICA ESPECIALIZADA ESCOLA AGRÍCOLA DE JUNDIAÍ

Júlio César de Andrade Neto

VICE-DIRETOR DA UNIDADE ACADÊMICA ESPECIALIZADA EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS - ESCOLA AGRÍCOLA DE JUNDIAÍ

Gerbson Azevedo de Mendonça

DIRETOR DA UNIDADE ACADÊMICA ESPECIALIZADA FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DO TRAIRI

Edivaldo Vasconcelos de Carvalho Filho

VICE-DIRETOR DA UNIDADE ACADÊMICA ESPECIALIZADA - FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DO TRAIRI

Dimitri Paulino Guedes

DIRETOR DA UNIDADE ACADÊMICA ESPECIALIZADA ESCOLA DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

Douglas do Nascimento Silva

VICE-DIRETOR DA UNIDADE ACADÊMICA ESPECIALIZADA – ESCOLA DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

José Josemar de Oliveira Junior

DIRETOR DA UNIDADE ACADÊMICA ESPECIALIZADA - INSTITUTO DO CÉREBRO

Sidarta Tollendal Gomes Ribeiro

VICE-DIRETORA DA UNIDADE ACADÊMICA ESPECIALIZADA - INSTITUTO DO CÉREBRO

Kerstin Erika Schmidt

DIRETORA DA UNIDADE ACADÊMICA ESPECIALIZADA ESCOLA DE SAÚDE

Edilene Rodrigues da Silva

VICE-DIRETORA DA UNIDADE ACADÊMICA ESPECIALIZADA ESCOLA DE SAÚDE

Gilvânia Magda Luz de Aquino

ORGANIZAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO

Pró-Reitor de Planejamento e Coordenação Geral

João Emanuel Evangelista de Oliveira

Pró-Reitor Adjunto de Planejamento e Coordenação Geral

Jorge Dantas de Melo

Comissão para elaboração do Relatório de Gestão

Portaria nº 094/R, de 19 de dezembro de 2017

José Daniel Diniz Melo, Professor Associado - Matrícula 1202134

Alexandre Flávio Silva de Queiroz, Professor Adjunto - Matrícula 1149629

Aline Guerra Galvão, Administradora - Matrícula 1790797

Aline Soares Dantas, Engenheira - Matrícula 2693142

Anailson Márcio Gomes, Professor Associado- Matrícula 1149391

Daniel Bessa de Menezes, Contador - Matrícula 1757028

Joade Cortez Gomes, Engenheiro - Matrícula 1018253

Inauro Mano Evas, Economista –Matrícula 1569680

João Emanuel Evangelista de Oliveira, Professor Associado - Matrícula 349734

Jorge Dantas de Melo, Professor Associado - Matrícula 350241

Kadma Lanúbia da Silva Maia, Secretária Executiva - Matrícula 1525673

Marcos Cesar Madruga Alves Pinheiro, Professor Associado - Matrícula1525670

Equipe Técnica

Maria Pepita Vasconcelos de Andrade – Coordenação Geral

André Luis Veras de Sandes Freitas

Denise Câmara de Carvalho

Domício Rosendo da Silva Filho

Emmanuelle de Oliveira Ferreira

Evane Lopes Tavares

Heloiza Henê Marinho da Silva

Inauro Mano Evas

Joani Brito de Sá

Marcelo de Oliveira Souza

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

A3P - Agenda Ambiental da Administração Pública
AD - Audiodiscrição
ADURN - Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
AG - Total de alunos efetivamente matriculados na graduação
AGE - Alunos equivalentes da Graduação
AGECON - Agência de Comunicação
AGORA - Instituto de Línguas, Literatura e Cultura Modernas
AGTI - Número de alunos da graduação em tempo integral
ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ANVASUS - Ambiente virtual de aprendizagem do Sistema Único de Saúde
APG - Total de alunos efetivamente matriculados na pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado)
APGTI - Número de alunos tempo integral da pós-graduação
APH - Adicional de Plantão Hospitalar
AR - Total de alunos efetivamente matriculados na residência médica
ARTI - Número de alunos de residência médica
ASCON - Assessoria de Comunicação
AVA RH SUS - Plataforma virtual de aprendizagem a distância, vinculada a Plataforma Nacional de Recursos Humanos em Saúde
BCZM - Biblioteca Central Zila Mamede
BRASECO - Empresa que opera o Aterro Sanitário da Região Metropolitana de Natal.
BSI - Bacharelado de Sistemas de Informação
CAC - Coordenadoria de Acumulação de Cargos, Empregos e Funções Públicas
CAENE - Comissão Permanente de Apoio ao Estudante com Necessidade Educacional Especial
CAPAP - Coordenadoria de Apoio Pedagógico e Ações de Permanência
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CASE - Coordenadoria de Saúde do Estudante
CB - Centro de Biociências
CCET - Centro de Ciências Exatas e da Terra
CCHLA - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
CCS - Centro de Ciências da Saúde
CCSA - Centro de Ciências Sociais Aplicadas
CD - Cargo de Direção
CE - Centro de Educação
CERES - Centro de Ensino Superior do Seridó
CGT - Coordenação de Gestão de Transportes
CGTI - Comitê Gestor de Tecnologia da Informação
CGU - Controladoria Geral da União
CGU/MP - Controladoria Geral da União/Ministério Público
CGU/PAD - Sistema de Gestão de Processos Disciplinares
CIENTEC - Semana de Ciências, Tecnologia e Cultura
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico
COMPERVE - Núcleo Permanente de Concursos
COMUNICA - Superintendência de Comunicação
CONCURA - Conselho de Curadores
CONSAD - Conselho de Administração
CONSEPE - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CONSUNI - Conselho Universitário
COBIT - Prática do modelo de Governança e Gestão em Tecnologia da Informação

CPA - Comissão Própria de Avaliação
CPDI - Comissão Permanente de Desenvolvimento Institucional
CPGF - Cartão de Pagamento do Governo Federal
CRC/RN - Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Norte
CRUTAC - Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária
CT - Centro de Tecnologia
CTC - Conselho Técnico Científico
DAP - Departamento de Administração de Pessoal
DARF - Documento de Arrecadação de Receitas Federais
DCE - Diretório Central dos Estudantes
DCF - Diretoria de Contabilidade e Finanças
DDP - Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas
DETACUSTO - Detalhamento de Custo
Diaup - Diretoria de Auditoria em Pessoal
DIMAP - Departamento de Informática e Matemática Aplicada
DMP - Departamento de Material e Patrimônio
DPC – Duração Padrão dos Cursos
EAD - Educação a Distância
EAJ - Escola Agrícola de Jundiá
EBC - Empresa Brasileira de Comunicação
EBSERH - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
EBTT - Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
ECT - Escola de Ciências e Tecnologia
EDUFRN - Editora Universitária
EF - Ensino Fundamental
EM - Ensino Médio
EMCM - Escola Multicampi de Ciências Médicas do Rio Grande do Norte
EMUFRN - Escola de Música da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
ENADE - Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENAP - Escola Nacional de Administração Pública
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
e-OUV - Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal
ES - Escola de Saúde
e-SIC - Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão
ESUFRN - Escola de Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
ETE - Estação de Tratamento de Esgotos
ETIL - Prática do modelo de Governança e Gestão em Tecnologia da Informação
FACISA - Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi
FG - Função Gratificada
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos
FUNPEC - Fundação Norte-Rio-Grandense de Pesquisa e Cultura
GAB - Gabinete
GEPG - Grau de Envolvimento com Pós-Graduação
GPE - Grau de Participação Estudantil
GRU - Guia de Recolhimento da União
GT - Grupo de Trabalho
UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
HU - Hospital Universitário
HUAB - Hospital Universitário Ana Bezerra
HUOL - Hospital Universitário Onofre Lopes

HURA - Hospital Universitário Rodopiano Azevedo
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente dos Recursos Naturais
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC - Instituto do Cérebro
IES - Instituição de Ensino Superior
IFES - Instituição Federal de Ensino Superior
IGC - Índice Geral de Cursos
IIF - Instituto Internacional de Física
IMD - Instituto Metrópole Digital
IMG - Índice de Crescimento das Matrículas na Graduação
IMT-RN - Instituto de Medicina Tropical do Rio Grande do Norte
IN - Imprensa Nacional
INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
INFRA - Superintendência de Infraestrutura
IQCD - Índice de Qualificação do Corpo Docente
ITIL - Biblioteca de Infra-Estrutura de Tecnologia da Informação
IVG - Índice de crescimento das Vagas oferecidas para o ensino de Graduação
LA - Laboratório de Acessibilidade
LAIS - Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde
LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais
LNC - Levantamento de Necessidades de Captação
LOA - Lei Orçamentária Anual
LSE - Legendagem para surdos e ensurdecidos
M - Mestrado
MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MCC - Museu Câmara Cascudo
MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MEC - Ministério da Educação
MEIOS - Movimento de Integração e Orientação Social
MEJC - Maternidade Escola Januário Cicco
MPE - Micro e Pequenas Empresas
MPOG - Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão
MS - Ministério da Saúde
NAC - Núcleo de Arte e Cultura
NBC - Norma Brasileira de Contabilidade
NBC T - Norma Brasileira de Contabilidade Técnica
NBR - Norma de acessibilidade em edificações
NDI – Número de diplomados
NEE - Necessidades Educacionais Especiais
NEI - Núcleo de Educação da Infância
NEI/CAP - Núcleo de Educação da Infância / Colégio de Aplicação
NepSA II - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ciências Sociais Aplicadas II
NESA - Núcleo de Ensino Superior do Agreste
NI – Número de Ingressantes
NUPLAM - Núcleo de Pesquisas em Alimentos e Medicamentos
OCI - Órgão de Controle Interno
OFSS - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
ONU - Organização das Nações Unidas

PAAFEP - Programa de Acompanhamento, Avaliação e Fomento para a Excelência na Pós-graduação
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PAD - Processo Administrativo Disciplinar
PADG - Programa de Assistência à Docência na Graduação
PARFOR - Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PCCTAE - Plano de Cargos e Carreiras dos Técnico-Administrativos em Educação
PCTIC - Plano de Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicações
PDA - Plano de Dados Abertos
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
PDP - Parceria para o Desenvolvimento Produtivo
PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PHE - Projeto de Extensão Hábitos de Estudo
PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PJ - Pessoa Jurídica
PLS - Plano de Gestão da Logística Sustentável
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil
PPA - Plano Plurianual
PPG - Pró-reitoria de Pós-Graduação
PPI - Projeto Pedagógico Institucional
PQI - Programa de Qualificação Profissional
PROAD - Pró-reitoria de Administração
PROAE - Pró-reitoria de Assuntos Estudantis
PROÁRVORE - Programa de Arborização
PROEX - Pró-reitoria de Extensão
PROGESP - Pró-reitoria de Gestão de Pessoas
PROGRES - Programa de Gestão Integrada de Resíduos
PROGRAD - Pró-reitoria de Graduação
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PROPESQ - Pró-reitoria de Pesquisa
PROPLAN - Pró-reitoria de Planejamento e Coordenação Geral
PSSS - Plano de Seguridade Social do Servidor
QRSTA - Quadro de Referência dos Servidores Técnico-Administrativos
REUNI - Programa de Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior
RH - Recursos Humanos
RIA - Repositório de Informação Acessível
RN - Rio Grande do Norte
RNP - Rede Nacional de Ensino e Pesquisa
RPA - Relação Professor-Aluno
STN – Secretaria de Tesouro Nacional
RU - Restaurante Universitário
SAT - Setor de Administração de Transportes
SE/MEC - Secretaria Executiva / Ministério da Educação
SEB - Secretaria de Educação Básica
SECEX - Secretaria de Controle Externo
SEDIS - Secretaria de Educação a Distância
SEFIP - Secretaria de Fiscalização de Pessoal / Tribunal de Contas da União
SEMSUR - Secretaria Municipal de Serviços Urbanos
SESu - Secretaria de Educação Superior
SGP - Secretária de Gestão de Projetos

SGTES - Secretária de Gestão de Trabalho do Ministério da Saúde
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE - Sistema Integrado de Administração e Recursos Humanos
SIASG - Sistema Integrado de Administração e Serviços Gerais
SIASS - Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor
SIC - Serviço de Informação ao Cidadão
SICONV - Sistema de Convênios
SIDECA - Sistema de Divulgação de Compras
SEFIP - Secretaria de Fiscalização de Pessoal
SIG/UFRN - Sistemas Institucionais Integrados de Gestão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
SIGADMIN - Sistema de Administração dos Sistemas
SIGED - Sistema Integrado de Gestão Eletrônica de Documentos
SIGPlan - Sistema Integrado de Gestão e Planejamento
SIGPP - Sistema Integrado de Planejamento e Projetos
SIGRH - Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos
SIMEC - Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle
SIN - Superintendência de Infraestrutura
SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SINFO - Superintendência de Informática
SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SIPAC - Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos
SISAC - Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões
SISBI - Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
SiSU - Sistema de Seleção Unificada
SLTI - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SPI/MP - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos
SPIUNET - Sistema de Patrimônio Imobiliário da União.
SPO/MEC - Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
SPU - Superintendência do Patrimônio da União
SPUnet - Sistema de Gerenciamento de uso Especial da União
SRI - Secretaria de Relações Internacionais e Interinstitucionais
STN - Secretaria do Tesouro Nacional
SUB-RIPs - Sub-registro Imobiliário e Patrimonial
SUS - Sistema Único de Saúde
TED - Termos de Execução Descentralizada
TAE - Técnico Administrativo em Educação
TCE - Tomadas de Contas Especiais
TCU - Tribunal de Contas da União
TCU/SECEX - Tribunal de Contas / Secretaria Executiva
TI - Tecnologia da Informação
TIL - Tradução interpretativa de libras
TIRÉSIAS - Núcleo Interdisciplinar de Estudos em diversidade sexual, gênero e direitos humanos
TMFS - Taxa de Matrícula Fora de Sede
TMN - Taxa de Matrícula Noturna
TRE – Tribunal Regional Eleitoral
TSG - Taxa de Sucesso na Graduação
TVU - Televisão Universitária
UATR - Unidade de Armazenamento Temporário de Resíduos

UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UG - Unidade Gestora

UJ - Unidade Jurisdicionada

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UPC - Unidade Prestadora de Contas

LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

Lista de Tabelas

3. VISÃO GERAL

Tabela 1 - Resoluções 2016

Tabela 2 - Analfabetismo no Brasil, por Região

4. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS E RESULTADOS

Tabela 1- Dada gerais sobre a execução orçamentária das outras despesas correntes- detalhamento por ação

Tabela 2 - Resto a Pagar Processados e Restos a Pagar Não Processados Liquidados

Tabela 3- Restos a Pagar Não Processados

Tabela 4 - Volume de transferência de recursos dos instrumentos firmados

Tabela 5 - Situação das prestações de contas frente aos prazos regulamentares nos últimos exercícios

Tabela 6 - Evolução das análises de prestação de contas referente aos últimos exercícios

5. GOVERNANÇA ,GESTÃO DE RISCO E CONTROLES INTERNOS ok

Tabela 1 - Número de processos julgados em 2016 separados por unidade instauradora

Tabela 2 - Processos Disciplinares que tramitaram no ano de 2016 separados por ano de instauração e unidade instauradora

Tabela 3 - Processos Disciplinares tramitados em 2016 separados por espécie

Tabela 4 - Processos Disciplinares tramitados em 2016 separados por unidade instauradora e por espécie

Tabela 5 - Resultado das apurações dos Processos Disciplinares concluídos em 2016 separados por unidade instauradora

Tabela 6 - Outros Desmembramentos decorrentes dos Processos Disciplinares concluídos em 2016 separados por unidade instauradora

Tabela 7 - Objetivo de Apuração de Processos Disciplinares no ano de 2016 separados por Unidade Instauradora

Tabela 8 - Inserção de dados no Sistema CGU-PAD em 2016 separados por ano de instauração espécie e rito

Tabela 9 - Processos instaurados em 2016, conforme Portaria nº 1.043/07, separados por unidade de instauração

6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

Tabela 1- Regime de Trabalho - TAE.

Tabela 2 - Histórico de Oferta de Vagas Graduação x Bancos de Equivalentes x Quadro de Referência de Servidores Técnico-Administrativos (QRSTA).

Tabela 3 - Número de Servidores TAE por Nível e Área.

Tabela 4 - Resultado do Dimensionamento de Servidores TAE.

Tabela 5 - Número de Afastamentos.

Tabela 6 - Perfil de Escolaridade por Idade – Técnico-Administrativo.

Tabela 7 - Perfil de Escolaridade por Idade – Docente.

Tabela 8 - Regime de Trabalho – Docentes Efetivos – Magistério Superior.

Tabela 9 - Regime de Trabalho – Docentes Efetivos - EBTT.

Tabela 10 - Regime de Trabalho – Docentes Temporários – Magistério Superior.

Tabela 11 - Regime de Trabalho – Docentes Temporários - EBTT.

Tabela 12 - Educação Formal.

Tabela 13 - Caracterização da frota da UFRN por tipo e parâmetros referentes à média anual de quilômetros rodados e a idade média, por grupo de veículo, bem como a média de quilometragem individualizada por tipo de veículo.

Tabela 14 - Quantitativo de pessoas e seus vínculos

Tabela 15 - Principais Riscos e Respostas

7. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Tabela 1 – Atendimento do Laboratório de Acessibilidade da BCZM

Tabela 2 – Produção de material acessível

Tabela 3 – Material que tiveram recursos de acessibilidade adicionados – 2016

8. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Tabela 1- Tabela de vida útil e valor residual para cada conta contábil

Tabela 2 - Cronograma limite, por conta contábil, para implantação obrigatória da depreciação relativa aos bens adquiridos em exercícios anteriores a 2010, conforme Macrofunção Siafi 02.03.30.

Tabela 3- Reavaliação dos Grupos em 2014

Lista de Quadros

3-VISÃO GERAL

- Quadro 1 - Unidades organizacionais
- Quadro 2 - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas
- Quadro 3 - Macroprocessos finalísticos

4-PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS E RESULTADOS

- Quadro 1 - Identificação da Ação 20RI - Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica
- Quadro 2 - Identificação da Ação 20GK - Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
- Quadro 3 - Identificação da Ação 20RK - Funcionamento de Instituições de Educação Superior
- Quadro 4 - Número de alunos matriculados na UFRN EM 2016
- Quadro 5 - Conceitos dos cursos da UFRN avaliados no ENADE em 2006/2009/2012/2015
- Quadro 6 - Identificação da Ação 4002 - Assistência ao Estudante de Ensino Superior
- Quadro 7 - Identificação da Ação 8282 - Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior
- Quadro 8 - Identificação da Ação 20RL - Funcionamento de Instituições de Educação Profissional e Tecnológica
- Quadro 9 - Identificação da Ação 2994 - Assistência ao Estudante de Educação Profissional e Tecnológica
- Quadro 10 - Identificação da Ação 2522 - Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos
- Quadro 11 - Identificação da Ação 4086 - Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais
- Quadro 12 - Identificação da Ação 20RX - Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais
- Quadro 13 - Reconhecimento do passivo por insuficiência de crédito ou recursos
- Quadro 14 - Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores
- Quadro 15 - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios
- Quadro 16 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UPC na modalidade de convênio, termo de execução descentralizada e de contratos de repasse
- Quadro 17 - Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão
- Quadro 18 - Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos
- Quadro 19 - Previsão x Arrecadação de Receitas - por natureza + fonte de recurso
- Quadro 20 - Receita por Categoria Econômica
- Quadro 21 - Despesas totais por modalidade de contratação
- Quadro 22 - Despesas por Grupo e elementos de despesa
- Quadro 23 - Concessão de Suprimento de fundos
- Quadro 24 - Utilização de Suprimento de fundos
- Quadro 25 - Classificação com gastos de suprimento de fundos
- Quadro 26 - Classificação de gastos
- Quadro 27 - Grupos de Indicadores
- Quadro 28 - Conceito dos Cursos da UFRN avaliados pelo ENADE no período 2006/2009/2012/2015
- Quadro 29 - Resultados dos Indicadores Primários – Decisão TCU nº408/2002

6-ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

- Quadro 1 - Força de Trabalho da UFRN.
- Quadro 2 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas. da UFRN.
- Quadro 3 - Distribuição da lotação efetiva da UFRN.
- Quadro 4 - Perfil de servidores de secretaria de departamento.
- Quadro 5 - Perfil de servidores de secretaria de coordenações de graduação.
- Quadro 6 - Perfil de servidores de secretaria de coordenações de Pós-Graduação.
- Quadro 7 - Perfil Servidores Centros (Secretaria).
- Quadro 8 - Perfil Servidores Centros (Orçamento).
- Quadro 9 - Perfil Servidores Centros (Pessoal).
- Quadro 10 - Perfil Servidores Centros (Material e Patrimônio).
- Quadro 11 - Perfil Servidores Centros (Assessorias).
- Quadro 12 - Competências Institucionais.
- Quadro 13 - Situação atual dos processos de acumulação de cargos.
- Quadro 14 - Despesas do pessoal.
- Quadro 15 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade.
- Quadro 16- Evolução das quantidades e das despesas com estagiários
- Quadro 17 - Custos com atendimento de demandas de deslocamentos em viagens da área acadêmica e/ou administrativa através dos contratos de locação de transporte.
- Quadro 18 - Custos de manutenção da frota em 2016 (Serviços de abastecimento, manutenção e taxas de licenciamento e seguro obrigatório).
- Quadro 19 - Atualizações do patrimônio imóvel nos anos de 2015 e 2016.
- Quadro 20 - Síntese do cadastro dos imóveis sob a gestão da UFRN.
- Quadro 21 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.
- Quadro 22 - Gastos com reforma e manutenção nos imóveis da UFRN no ano de 2016.
- Quadro 23 - Demonstrativo dos imóveis cedidos pela UFRN
- Quadro 24 – Cessões de uso de espaços físicos da UFRN para terceiros
- Quadro 25 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.
- Quadro 26 - Detalhamento dos contratos de locação de imóveis de terceiros no ano de 2016

7. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

- Quadro 1 - Manifestações registradas na Ouvidoria UFRN em 2016
- Quadro 2 - Manifestações registradas – 2011 a 2016
- Quadro 3 - Características dos pedidos de acesso à informação
- Quadro 4 - Temas das solicitações (Top 10)
- Quadro 5 - Ações de formação e apoio realizadas pela Acessibilidade – 2016
- Quadro 6 - Distribuição comparativa 2015/2016 por tipo de bolsa para estudantes com NEE

8. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

- Quadro 1- Alocação de Recursos Próprios por Natureza de Despesa

9. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

- Quadro 1 - Caracterização da determinação/recomendação do TCU
- Quadro 2 - Caracterização da determinação/recomendação do TCU - com obrigação de informações sobre as pendências no Relatório de Gestão Anual

Quadro 3 - Medidas Adotadas para apuração de danos ao Erário em 2016

Quadro 4 - Despesas com publicidade

Quadro 5 - Cursos de graduação que ofertam Libras como disciplina obrigatória

Lista de Gráficos

4. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

- Gráfico 1 - Receita Prevista x Realizada.
- Gráfico 2 - Receita Realizada 2016 - composição
- Gráfico 3 - Despesas por Modalidade de Licitação
- Gráfico 4 - Despesas executadas por dispensa de licitação por fornecedores
- Gráfico 5 - Despesas empenhadas 2016/2015
- Gráfico 6 - Investimento - Detalhamento Despesas Empenhadas
- Gráfico 7 - Outras Despesas Correntes - Detalhamento Despesas Empenhadas
- Gráfico 8 - Percentual de Pagamento com Relação aos Valores Liquidados
- Gráfico 9 - Índice de crescimento de vagas oferecidas na graduação
- Gráfico 10 - Índice de crescimento das matrículas na graduação
- Gráfico 11 - Taxa de Sucesso na Graduação
- Gráfico 12 - Índice de Qualificação do Corpo Docente
- Gráfico 13 - Relação Professor/ Aluno
- Gráfico 14 - Número de Grupo de Pesquisa
- Gráfico 15 - Grau de Participação Estudantil
- Gráfico 16 - Grau de Envolvimento com a Pós-Graduação
- Gráfico 17- Proporção de Professores envolvidos em Projetos de Pesquisa
- Gráfico 18 - Conceito CAPES
- Gráfico 19 - Taxa de Matrícula fora de Sede
- Gráfico 20 - Número de Programas e Acordos de Cooperação
- Gráfico 21- Mobilidade Acadêmica Internacional
- Gráfico 22 - Taxa de Matrícula Noturna
- Gráfico 23 - Percentual de Vagas para Cotistas
- Gráfico 24 - Total Concedido de Bolsas e Auxílio

5. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

- Gráfico 1- Demonstrativo - Objeto de Apuração por assunto - Objetos de Apuração
- Gráfico 2 - Demonstrativo dos Processos Disciplinares instaurados em 2016 - Em relação ao sistema CGU-PAD

6. ÁREA ESPECIAIS DA GESTÃO

- Gráfico 1 - Distribuição da Força de Trabalho – Servidores Ativos.
- Gráfico 2 - Quadro TAE – UFRN e Complexo Hospitalar.
- Gráfico 3 - Distribuição da Força de Trabalho – Docentes Efetivos.
- Gráfico 4 - Distribuição dos Servidores Ativos por Campi.
- Gráfico 5 - Distribuição da Força de Trabalho.
- Gráfico 6 - Distribuição da Força de Trabalho – Servidores Temporários.
- Gráfico 7 - Evolução das taxas de crescimento entre a Oferta de Vagas Graduação x Bancos de Equivalentes x QRSTA de 2012 à 2016 em relação a 2011.
- Gráfico 8 - Servidores por Faixa Etária.
- Gráfico 9 - Servidores Técnico-Administrativos por Faixa Etária.
- Gráfico 10 - Servidores Docentes por Faixa Etária.
- Gráfico 11 - Servidores aptos para aposentadoria.
- Gráfico 12 - Número de servidores aposentados.
- Gráfico 13 - Percentual de docentes afastados com previsão legal de substituição.
- Gráfico 14 - Percentual de técnico-administrativos afastados para capacitação e outras ausências.

Gráfico 15 - Perfil Escolaridade TAE.
 Gráfico 16 - Perfil Escolaridade Docente.
 Gráfico 17 - Comparativo por Titulação – Magistério Superior Efetivo.
 Gráfico 18 - Comparativo por Titulação – EBTT Efetivo.
 Gráfico 19 - Comparativo por Titulação – Magistério Superior Temporário.
 Gráfico 20 - Comparativo por Titulação – EBTT Temporário.
 Gráfico 21 - Quantitativo de respondentes do LNC por ano.
 Gráfico 22 - Quantitativo de Servidores Capacitados
 Gráfico 23 - Origem/Motivação da instauração do processo de acumulação de cargos.
 Gráfico 24 - Tipo de indícios de acumulação de cargos.
 Gráfico 25 - Gráfico de Riscos.
 Gráfico 26 - Número de Eventos por Processo.
 Gráfico 27 - Atendimentos Assistenciais.
 Gráfico 28 - Promoção à saúde.
 Gráfico 29 - Desenvolvimento de Pessoas.
 Gráfico 30 - Lazer e Vida Social
 Gráfico 31 - Práticas de Gestão.
 Gráfico 32 - Número de imóveis locados de terceiros nos anos 2014 a 2016 pela UFRN.

7. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Gráfico 1 - Postura profissional dos professores da UFRN, em 2016, segundo os alunos (% de notas)
 Gráfico 2 - Disponibilização do programa do componente curricular até a segunda semana de aula pelo professor da UFRN, em 2016, segundo os alunos (%)
 Gráfico 3 - Cumprimento do horário de aula pelo professor da UFRN, em 2016, segundo os alunos (%)
 Gráfico 4 - Atuação didática do professor da UFRN em sala de aula, em 2016, segundo os alunos (% de notas)
 Gráfico 5 - Cumprimento das atribuições de professor da UFRN, em 2016, segundo os alunos (% de notas)
 Gráfico 6 - Autoavaliação dos alunos da UFRN, em 2016 (% de notas)
 Gráfico 7 - Demandas por melhorias na infraestrutura, segundo os alunos da UFRN, em 2016 (%)
 Gráfico 8 - Autoavaliação do professor da UFRN quanto à postura profissional, em 2016 (% de notas)
 Gráfico 9 - Disponibilização do programa do componente curricular até a segunda semana de aula pelo professor da UFRN, em 2016, segundo ele mesmo (%)
 Gráfico 10 - Cumprimento do horário de aula pelo professor da UFRN, em 2016, segundo ele mesmo (%)
 Gráfico 11 - Informação aos alunos sobre seus horários de atendimento fora do horário de aulas, segundo o professor da UFRN, em 2016 (%)
 Gráfico 12 - Autoavaliação do professor da UFRN quanto à atuação didática, em 2016 (% de notas)
 Gráfico 13 - Cumprimento das atribuições de professor da UFRN, em 2016, segundo ele mesmo (% de notas)
 Gráfico 14 - A turma, sob a ótica do professor da UFRN, em 2016 (%)
 Gráfico 15 - Demandas por melhorias na infraestrutura, segundo os professores da UFRN, em 2016 (%)
 Gráfico 16 - Demandas por recursos didáticos importantes para apoiar a prática docente, segundo os professores da UFRN, em 2016 (%)
 Gráfico 17 - Resultados gerais da Pesquisa da Satisfação – HUOL (2º Ciclo)
 Gráfico 18 - Resultados gerais da Pesquisa da Satisfação – HUAB (1º Ciclo)
 Gráfico 19 - Resultados gerais da Pesquisa da Satisfação – HUAB (2º Ciclo)
 Gráfico 20 - Resultados gerais da Pesquisa da Satisfação – MEJC (1º Ciclo)

- Gráfico 21 - Resultados gerais da Pesquisa da Satisfação – MEJC (2º Ciclo)
- Gráfico 22 - Satisfação dos usuários com relação ao Restaurante Universitário.
- Gráfico 23 - Nota Global.
- Gráfico 24 - Aquisição de conhecimento pelos participantes.
- Gráfico 25 - Aplicação do conhecimento aprendido pelos participantes.
- Gráfico 26 - Capacidade de propor mudanças.

8. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Gráfico 1 - Despesas empenhadas

9. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

- Gráfico 1 - Deliberações TCU - UFRN - 2016
- Gráfico 2 - Determinações TCU 2016
- Gráfico 3 - Recomendações TCU 2016
- Gráfico 4 - Recomendações CGU pendentes de atendimento

Lista de Figuras

3. VISÃO GERAL

Figura 1 - Organograma UFRN

6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

Figura 1 - Tela Cadastrar Requisição de Reserva do SIPAC.

Figura 2 - Tela Cadastrar Requisição de Veículo do SIPAC.

Figura 3 - Ilustração do Fluxo de Atividades para o projeto de automatização do Patrimônio Imóvel da UFRN (Módulo Patrimônio Imóvel do SIPAC)

7. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Figura 1 - Percentual de ex-alunos trabalhando, empregado ou com atividade autônoma

Figura 2 - Percentual de ex-alunos, cursando Especialização (E), Mestrado (M) e Doutorado (D)

Figura 3 - Percentual de ex-alunos que considera a contribuição da UFRN Baixa, Média ou Alta para o desempenho no trabalho

Figura 4 - Percentual de ex-alunos que considera a imagem da UFRN Baixa (ruim ou péssima), Média (regular) ou Alta (boa ou ótima).

Figura 5 - Percentual de ex-alunos que manifestou interesse em participar de atividades na UFRN

Figura 6 - Seminário de integração para atuação do Programa Trilhas Potiguares

Figura 7 - Cartaz de divulgação da XXII CIENTEC 2016

Figura 8 - Seminário Norterio-grandense sobre arboviroses e suas complicações

Figura 9 - Cartaz da 8ª Mostra de Profissões do Campus de Natal.

Figura 10 - Cartaz das Mostras do interior 2016

Figura 11 - Versão da Revista Escolh@UFRN 2015/2016

8. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Figura 1 - Modelo de integração do SIPAC com o SIC do Governo Federal

Figura 2 - Modelo proposto para mapeamento DATACUSTO dos objetos de custos a serem trabalhados no âmbito da UFRN

Sumário

- 1. ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS**
- 2. APRESENTAÇÃO, 2.1**
- 3. VISÃO GERAL, 3.1**
 - 3.1 Finalidade e competências, **3.1**
 - 3.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade, **3.2**
 - 3.3 Ambiente de Atuação, **3.3**
 - 3.4 Organograma, **3.5**
 - 3.5 Macroprocessos finalísticos, **3.15**
- 4. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS, 4.1**
 - 4.1 Planejamento organizacional, **4.1**
 - 4.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício, **4.3**
 - 4.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico, **4.4**
 - 4.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos, **4.4**
 - 4.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos, **4.5**
 - 4.3 Desempenho orçamentário, **4.5**
 - 4.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade, **4.5**
 - 4.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário, **4.28**
 - 4.3.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento, **4.29**
 - 4.3.4 Restos a pagar de exercícios anteriores, **4.30**
 - 4.3.5 Execução descentralizada com transferência de recursos, **4.32**
 - 4.3.5.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas, **4.37**
 - 4.3.6 Informações sobre a realização das receitas, **4.38**
 - 4.3.7 Informações sobre a execução das despesas, **4.41**
 - 4.3.8 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal, **4.47**
 - 4.4 Desempenho operacional, **4.51**
 - 4.5 Apresentação e análise de indicadores de desempenho, **4.51**
 - 4.5.1 Apresentação e análise de indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União, **4.62**
- 5. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS, 5.1**
 - 5.1 Descrição das estruturas de governança, **5.1**
 - 5.2 Atuação da unidade de auditoria interna, **5.3**
 - 5.3 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos, **5.4**
 - 5.4 Gestão de riscos e controles internos, **5.10**
- 6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO, 6.1**
 - 6.1 Gestão de Pessoas, **6.1**
 - 6.1.1 Estrutura de pessoal da unidade, **6.1**
 - 6.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal, **6.32**
 - 6.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal, **6.33**
 - 6.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários, **6.35**

- 6.1.5 Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais, **6.37**
 - 6.2 Gestão de patrimônio e infraestrutura, **6.41**
 - 6.2.1 Gestão da frota de veículos, **6.41**
 - 6.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições, **6.47**
 - 6.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União, **6.48**
 - 6.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas e privadas, **6.54**
 - 6.2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros, **6.55**
 - 6.2.6 Informações sobre a infraestrutura física, **6.57**
 - 6.3 Gestão de tecnologia da informação, **6.58**
 - 6.3.1 Principais sistemas de informação, **6.60**
 - 6.4 Gestão ambiental e sustentabilidade, **6.65**
- 7 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE, 7.1**
- 7.1 Canais de acesso do cidadão, **7.1**
 - 7.2 Carta de serviços ao cidadão, **7.3**
 - 7.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários, **7.3**
 - 7.4 Mecanismos de transferência das informações relevantes sobre a atuação da unidade, **7.20**
 - 7.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações, **7.21**
 - 7.6 Outras Informações Relevantes da Gestão, **7.28**
- 8 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS, 8.1**
- 8.1 Desempenho financeiro no exercício, **8.1**
 - 8.2 Informações sobre medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior, **8.2**
 - 8.2.1 Políticas, instrumentos e fontes de recursos para ensino, pesquisa e extensão, **8.2**
 - 8.2.2 Demonstração da alocação dos recursos captados e dos resultados, **8.2**
 - 8.3 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos, **8.5**
 - 8.4 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade, **8.7**
 - 8.5 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas, **8.9**
- 9 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE, 9.1**
- 9.1 Tratamento de determinações e Recomendações do TCU, **9.1**
 - 9.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno, **9.5**
 - 9.3 Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário, **9.6**
 - 9.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993, **9.7**
 - 9.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, **9.7**
 - 9.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda, **9.8**
 - 9.7 Demonstração de conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005, **9.8**

10 ANEXOS E APÊNDICES, 10.1

10.1 ANEXOS

1 - Balanços Patrimonial, Contábil e Financeiro

10.2 APÊNDICES

1- Relatório de Acompanhamento das Metas do SIGPP 2016

2. APRESENTAÇÃO

O presente Relatório objetiva apresentar os resultados do desempenho da gestão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN no exercício de 2016. Ressalta as atividades de ensino, pesquisa e extensão, e os meios que garantem o desempenho com qualidade da Instituição, no âmbito de sua missão definida no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2010-2019. Foi organizado observando as orientações contidas na Portaria TCU nº 59/2017, de acordo com as disposições da IN TCU Nº 63/2010, das DN 154/2016 e 156/2016, das orientações do órgão de controle interno - Portaria 59-TCU de 17/01/2017.

Este documento encontra-se estruturado em 10 capítulos, o primeiro contendo os Elementos Pré-textuais, o segundo sendo esta apresentação; o terceiro, a Visão Geral da Universidade com finalidades, competências, normas, ambiente de atuação, organograma e macroprocessos finalísticos; o capítulo 4 ressalta o Planejamento Organizacional com destaque para a demonstração da execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da UFRN; no capítulo 5, apresenta-se a sua estrutura de Governança e Gestão de Riscos; o capítulo 6 trata das Áreas Especiais da Gestão envolvendo a estrutura de pessoal e a gestão de patrimônio e infraestrutura; no capítulo 7, aborda-se como vem se efetivando o Relacionamento da Instituição com a sociedade; o capítulo 8 traz o demonstrativo do Desempenho financeiro e informações contábeis; o capítulo 9 converge para os aspectos da conformidade da gestão e demandas dos órgãos de controle; e o capítulo 10 é referente aos anexos e apêndices.

No exercício de 2016, algumas realizações da UFRN merecem ser destacadas: i) Na **área da Inovação**, Ciência e Tecnologia, - a UFRN ocupa o 3º lugar no ranking nacional de registros de programas de computador e é a única instituição federal do Nordeste que detém duas patentes industriais. Ressaltam-se avanços para a concretização da implantação do Parque Tecnológico. ii) No **empreendedorismo**, a UFRN é destaque regional como uma das instituições brasileiras de ensino superior que mais incentivam este setor, tendo sido na primeira edição do Índice das Universidades Empreendedoras, a 3ª colocada entre as 10 participantes do Nordeste. iii) Em relação à **Política de Assistência Estudantil**, merece destaque a Avaliação do desempenho acadêmico dos estudantes que ingressam via cotas sendo comparados aos demais; esse trabalho revelou que não existe diferença significativa entre os dois grupos.

No que se reporta à **infraestrutura** em 2016, a UFRN inaugurou o Complexo Tecnológico de Engenharia (CTec), edifício de 8 mil m² que atende 1.500 estudantes de diversos cursos de graduação e pós-graduação, que terão acesso a 50 novos laboratórios. Além dos laboratórios, o CTec abriga um miniauditório, espaços administrativos, salas de professores, cantina e área para estudo e convivência.

O processo permanente de autoavaliação desenvolvido na UFRN não pode deixar de ser destacado neste Relatório uma vez que ele é entendido como uma prática indispensável ao processo de planejamento de suas ações e das metas a serem alcançadas, na busca por qualidade e excelência no âmbito acadêmico e da gestão. No exercício de 2016, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UFRN, analisou os resultados do desempenho dos cursos de Química (Natal), Letras e Espanhol (Currais Novos), História e Geografia (Caicó), no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE, que resultou em encaminhamentos para reformulações nos Projetos Pedagógicos, com vistas à melhoria da qualidade do ensino.

3. VISÃO GERAL

A UFRN é uma instituição universitária de caráter público, organizada sob a forma de autarquia de regime especial, vinculada ao Ministério da Educação, com sede e foro na cidade de Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte.

Como instituição pública, as universidades são compreendidas como instâncias legais privilegiadas para oferta de educação formal, como um bem público, direito social e centro de produção de conhecimentos científicos. A essas organizações cabe a missão de contribuir na formação acadêmica e profissional, realização de pesquisas, preservação e difusão da arte e da cultura, contribuindo para o desenvolvimento humano, a justiça social, a sustentabilidade socioambiental, a democracia e a cidadania.

A UFRN está presente em 5 Campi, sendo um em Natal, o Campus Central, e quatro no interior: Campus de Caicó; Campus de Currais Novos; Campus de Macaíba e Campus de Santa Cruz, com ensino de graduação e de pós-graduação, na modalidade presencial. A atuação da UFRN é ampliada com a oferta de educação a distância, desenvolvendo atividades em polos de apoio presenciais em todas as regiões do Rio Grande do Norte.

3.1 Finalidade e Competências

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2010-2019 da UFRN, os objetivos gerais da Universidade estão centrados na formação do cidadão, fundamentados na ética, no pluralismo, na democracia, na contemporaneidade e na sua missão. Consoante o seu Estatuto, as finalidades da Instituição são as seguintes: i) ministrar educação em nível universitário; ii) desenvolver, de forma plural, um processo formativo em diferentes campos do saber; iii) contribuir para o progresso nos diversos ramos do conhecimento, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão; iv) desenvolver e difundir o conhecimento; e v) desenvolver e difundir a pesquisa científica. No cumprimento dessas finalidades, a Universidade não permite a superposição de meios para o alcance de fins idênticos ou equivalentes.

Quanto às competências institucionais, destaca-se que as universidades tornaram-se uma das mais importantes instituições sociais, ocupando uma posição estratégica nas condições de um mundo crescentemente globalizado, sendo responsáveis pela formação acadêmica e profissional de excelência e por parte expressiva da produção científica e tecnológica e pela transferência de conhecimento aos processos produtivos. Em conformidade com a Constituição Federal (Artigo 207), gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.

A UFRN, atendendo as prerrogativas do Ministério da Educação – MEC, por meio da Secretaria de Educação Superior – SESu, executa as políticas de ensino de graduação e pós-graduação, de pesquisa e de extensão, desenvolve de forma plural um processo formativo nos diferentes campos do saber, difunde o conhecimento preparando os seus alunos para o exercício profissional e contribui para a solução dos problemas sociais e econômicos da sociedade. Além da preocupação com melhoria da qualidade acadêmica, mantém articulação com a rede básica de ensino e com a sociedade de um modo geral, conforme preconiza sua missão institucional de *“Educar, produzir e disseminar o saber universal, preservar e difundir as artes e a cultura, e contribuir para o desenvolvimento humano, comprometendo-se com a justiça social, a sustentabilidade socioambiental, a democracia e a cidadania”*.

O ensino superior contribui para promover o desenvolvimento humano, econômico, ambiental e social, através da formação de cidadãos responsáveis e ativos na construção de sociedades orientadas a defender a paz, os direitos humanos e os valores da democracia. Assim, a UFRN assume, também, dentre as suas competências, a democratização do acesso ao ensino

superior, a expansão das matrículas, a reposição do quadro docente, a adequação e ampliação da infraestrutura física e a melhoria das condições de permanência do estudante na Instituição, tendo como suporte o seu Plano de Gestão 2015-2019, e o seu PDI 2010-2019.

3.2 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento da unidade

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN foi criada pela Lei Estadual n.º 2.307, de 25 de junho de 1958, e federalizada pela Lei n.º 3.849, de 18 de dezembro de 1960, com plano de reestruturação aprovado pelo Decreto n.º 62.091, de 09 de janeiro de 1968, modificado pelo Decreto n.º 74.211, de 24 de junho de 1974. A Instituição rege-se pelos seguintes instrumentos normativos:

- I. Estatuto;
- II. Regimento Geral;
- III. Regimento Interno da Reitoria;
- IV. Regimentos Internos dos Centros Acadêmicos, das Unidades Acadêmicas Especializadas e dos demais órgãos componentes de sua estrutura organizacional;
- V. Demais normas emanadas dos Colegiados Superiores.

A UFRN tem sua estrutura funcional estabelecida por normas estatutárias e regimentais conforme resoluções emitidas pelos colegiados competentes. Caracteriza-se, em seus vários níveis hierárquicos, pela estrutura colegiada, própria da gestão pública universitária.

A estrutura organizacional é composta pelos Colegiados Superiores, Conselho Universitário - CONSUNI, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, Conselho de Administração – CONSAD, Conselho de Curadores – CONCURA e pela Administração Superior, formada pela Reitoria, Pró-Reitorias, Centros Acadêmicos, Unidades Acadêmicas Especializadas, Unidades Suplementares e Hospitais Universitários, sendo que estes últimos são administrados pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).

Com relação às normas, destaca-se no ano de 2016:

Tabela 1 - Resoluções 2016

Normativo/Data	Ementa
Resolução n.º 008/2016-CONSAD, de 03 de março de 2016	Aprova o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI – 2016-2017, da UFRN
Resolução n.º 010/2016-CONSAD, de 03 de março de 2016	Fixa normas para distribuição de carga horária de servidor técnico-administrativo em educação
Resolução n.º 036/2016-CONSAD, de 28 de julho de 2016	Aprova normas que disciplinam os Processos Administrativos Disciplinares e de Sindicâncias no âmbito da UFRN
Resolução n.º 040/2016-CONSAD, de 08 de setembro de 2016	Homologa ato da Reitora praticado ad referendum deste Conselho, que institui o Comitê Gestor de Aquisições e Contratações da UFRN
Resolução n.º 052/2016-CONSAD, de 29 de setembro de 2016	Aprova os procedimentos para Redistribuição de Pessoal Técnico-Administrativo em Educação para a UFRN
Resolução n.º 054/2016-CONSAD, de 29 de setembro de 2016	Aprova o Plano de Dados Abertos – PDA, da UFRN
Resolução n.º 061/2016-CONSAD, de 15 de dezembro de 2016	Disciplina o relacionamento entre a UFRN e a Fundação Norteriograndense de Pesquisa e Cultura - FUNPEC e estabelece os procedimentos operacionais, orçamentários e financeiros de projetos acadêmicos desenvolvidos com a finalidade de dar apoio à Universidade
Resolução n.º 125/2016-CONSEPE, de 02 de agosto de 2016	Institui a Política Cultural da UFRN
Resolução n.º 137/2016-CONSEPE, de 06 de	Regulamenta as hipóteses de bolsas de pesquisa e de

setembro de 2016	estímulo à inovação pagas pela Universidade e pela Fundação de Apoio e fixa as situações para pagamento de retribuição pecuniária a docente em regime de dedicação exclusiva por serviços prestados em projetos acadêmicos
Resolução n.º 229/2016-CONSEPE, de 20 de dezembro de 2016	Aprova normas sobre regime de trabalho, atividades de docente em regime de dedicação exclusiva e distribuição de carga horária de professor do Magistério Superior
Resolução n.º 002/2016-CONSUNI, de 15 de abril de 2016	Aprova Regimento Interno do Museu Câmara Cascudo - MCC, da UFRN
Resolução n.º 006/2016-CONSUNI, de 02 de setembro de 2016	Aprova Regimento Interno do Núcleo de Pesquisa em Alimentos e Medicamentos – NUPLAM, Unidade Suplementar da UFRN
Resolução n.º 010/2016-CONSUNI, de 16 de setembro de 2016	Aprova a atualização do Regimento Interno da Unidade Acadêmica Especializada Instituto do Cérebro – Ice, da UFRN
Resolução n.º 011/2016-CONSUNI, de 16 de setembro de 2016	Aprova a atualização do Regimento Interno do Centro de Educação – CE, da UFRN

Fonte: CONSUNI - UFRN

3.3 Ambiente de atuação

De acordo com dados da última estimativa da população residente na unidade da federação com data de referência em 1º de julho de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 30 de agosto de 2016, realizada pelo IBGE, o **Rio Grande do Norte** possui uma população de 3.474.998 habitantes, distribuídos em 167 municípios.

Ainda de acordo com dados do IBGE, o Estado possuía, em 2015, 129.452 jovens matriculados no ensino médio, considerando-se as matrículas privadas (17.792) e as matrículas públicas federais (9.873) e as estaduais (101.787).

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2015, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em todas as regiões do país a taxa de analfabetismo caiu, com exceção da Região Norte, onde ela avançou de 9% para 9,1%, depois de quatro quedas seguidas. De acordo com os dados divulgados, a Região Nordeste continuou registrando a taxa mais alta de analfabetismo no país. O índice ficou em 16,2% nos estados nordestinos, ante 16,6% na edição anterior da pesquisa. As taxas de analfabetismo no Brasil por região em 2015 ficaram assim distribuídas:

Tabela 2-Analfabetismo no Brasil, por Região

REGIÃO	PORCENTUAL
NORTE	9,1
NORDESTE	16,2
SUDESTE	4,3
SUL	4,1
CENTRO-OESTE	5,7

Fonte:IBGE/PNAD

A Pnad apontou também que a taxa de brasileiros considerados analfabetos funcionais – ou seja, que têm 15 anos ou mais de idade, mas tiveram menos de quatro anos de estudo formal, caiu de 17,6% em 2014 para 17,1% em 2015. Nesse caso, o índice caiu em todas as regiões, e a Região Nordeste, mais uma vez, registrou a taxa mais alta (26,6%, contra 27,1% no ano anterior).

Entre 2004 e 2015, os dados registram um crescimento de 20% na escolaridade média dos brasileiros de 10 anos ou mais: em 2004, o número médio de anos de estudo das pessoas nessa faixa etária era de 6,5. Em 2015, essa média subiu para 7,8 anos. A Região Sudeste é a que tem a maior

média de anos de estudo (8,5), seguida pelo Sul (8,3), o Centro-Oeste (8,2), o Norte (7,3) e o Nordeste (6,7).

Considerando a população com 25 anos ou mais de idade, o Brasil registrou um ligeiro aumento no número de pessoas com diploma, e uma pequena redução no número de pessoas com ciclos de ensino incompletos. O número de pessoas sem instrução ou com menos de um ano de estudo caiu de 11,7% para 11,1%; o de pessoas com ensino fundamental incompleto caiu de 32% para 31,3%. Já a taxa de pessoas com ensino médio incompleto era de 4,2% em 2014 e foi de 4,1% em 2015; e o número de pessoas com ensino superior incompleto mudou de 3,9% para 3,8%.

Por outro lado, o número de brasileiros com 25 anos ou mais com ensino fundamental completo mudou de 9,5% para 9,6%; o de pessoas com ensino médio completo foi de 25,5% para 26,4%, e a população com diploma do ensino superior foi de 13,1% para 13,5%.

Em nível da Educação Superior, no Rio Grande do Norte, segundo o Censo 2015, a oferta nesse grau de ensino foi realizada por 28 instituições sendo, três universidades públicas e uma particular; dois centros universitários particulares; um instituto federal de educação, ciência e tecnologia e vinte e uma faculdades particulares.

Dentre as instituições públicas do Rio Grande do Norte, a UFRN ocupa papel estratégico no desenvolvimento regional e nacional, sendo inclusive responsável por mais de 75% da oferta de cursos e programas de pós-graduação *stricto sensu*.

3.4 Organograma

As universidades dispõem de autonomia para conceber modelos organizacionais próprios devido à ausência de normas legais que disciplinem o tema. A UFRN, então, tem procurado adequar a sua estrutura organizacional de forma a permitir agilidade na prestação de serviços e flexibilidade para se adaptar às mudanças, o que culminou, inclusive, com a construção de um Organograma Funcional, como poderá ser observado a seguir.

Além do Organograma, estão desenhadas as estruturas de cerca de 60 (sessenta) unidades organizacionais da UFRN. O quadro abaixo elenca essas unidades para as quais as respectivas estruturas foram desenhadas:

Quadro 1 - Unidades Organizacionais

GRUPO	UNIDADES ORGANIZACIONAIS	QUANTIDADE DE UNIDADES/GRUPO
1) Reitoria	Gabinete do Reitor	20
	Pró-reitoria de Graduação – PROGRAD	
	Pró-reitoria de Pesquisa – PROPESQ	
	Pró-reitoria de Pós-Graduação – PPG	
	Pró-reitoria de Extensão – PROEX	
	Pró-reitoria de Assuntos Estudantis – PROAE	
	Pró-reitoria de Planejamento e Coordenação Geral – PROPLAN	
	Pró-reitoria de Administração – PROAD	
	Pró-reitoria de Gestão de Pessoas – PROGESP	
	Secretaria de Educação à Distância – SEDIS	
	Secretaria de Relações Internacionais e Interinstitucionais – SRI	
	Secretaria de Educação Básica, Técnica e Tecnológica – SEBTT	
	Secretaria de Gestão de Projetos – SGP	
	Superintendência de Infraestrutura – INFRA	
	Superintendência de Informática – SINFO	
	2) Centros Acadêmicos	
Auditoria interna		
Assessoria de Acompanhamento das Ações dos Hospitais Universitários		
Assessoria de Comunicação		
Procuradoria Jurídica		
Centro de Biociências – CB		
Centro de Ciências Exatas e da Terra – CCET		
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA		
3) Unidades Acadêmicas Especializadas	Centro de Ciências da Saúde – CCS	9
	Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA	
	Centro de Educação – CE	
	Centro de Ensino Superior do Seridó – CERES (2)	
	Centro de Tecnologia – CT	
	Escola Agrícola de Jundiá – EAJ – Unidade Acadêmica Especializada em Ciências Agrárias	
Escola de Ciências e Tecnologia – ECT		
Escola de Saúde da UFRN – ESUFRN – Unidade Acadêmica Especializada em Educação Profissional em Saúde		
Escola de Música – EMUFRN		
Escola Multicampi de Ciências Médicas do Rio Grande do Norte – EMCM		
Faculdade de Ciências da Saúde do Trairí – FACISA		

	Instituto do Cérebro	
	Instituto de Química	
	Instituto Metr�pole Digital	
4) Unidades Suplementares	Instituto Internacional de Física – IIF	13
	Instituto de Medicina Tropical do Rio Grande do Norte – IMT-RN	
	Núcleo Permanente de Concursos – COMPERVE	
	Biblioteca Central Zila Mamede – BCZM (19 setoriais)	
	Hospital Universitário Onofre Lopes	
	Maternidade Escola Januário Cicco	
	Hospital Universitário Ana Bezerra	
	Superintendência de Comunica�o – COMUNICA	
	Editoria Universitária – EDUFRN	
	Museu Câmara Cascudo - MCC	
	Complexo de Esportes e Eventos	
	Núcleo de Pesquisas em Alimentos e Medicamentos – NUPLAM	
	Núcleo de Arte e Cultura – NAC	
5) Núcleos Interdisciplinares de Estudos	Núcleo Avançado de Políticas Públicas	8
	Núcleo Interdisciplinar de Estudos em Saúde Coletiva e Nutri�o	
	Núcleo Câmara Cascudo de Estudos Norte-rio-grandense	
	Núcleo de Aquicultura e Pesca	
	Núcleo de Educa�o para Ciência	
	Núcleo de Estudos do Petróleo e Energias Renováveis	
	Núcleo Interdisciplinar de Estudos do Meio Ambiente	
	Núcleo Interdisciplinar de Estudos em diversidade sexual, g�nero e direitos humanos – TIRÉSIAS	
58	58	

Fonte: Estatuto da UFRN

O Organograma Funcional da UFRN está assim delineado:



Figura 1- Organograma UFRN

Quadro 2 - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

ÁREAS/SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS	COMPETÊNCIAS	TITULAR	CARGO	PERÍODO DE ATUAÇÃO
UNIDADES DE ASSESSORIA/FISCALIZAÇÃO				
Chefia de Gabinete	Auxiliar direta e pessoalmente o Reitor e o Vice-reitor no desempenho de obrigações funcionais, inerentes ao exercício da Reitoria.	Célia Maria da Rocha Ribeiro	Chefe de Gabinete	2016
Procuradoria Jurídica	Promover o assessoramento jurídico da Universidade, que será prestado pela Procuradoria Geral Federal, nos termos da legislação vigente.	Giuseppi da Costa	Procurador Geral	2016
Auditoria Interna	Assessorar ao Reitor e aos demais gestores da UFRN no cumprimento de metas, na comprovação da legalidade e na avaliação de resultados, quanto à economicidade, eficácia e eficiência da gestão.	Halcima Melo Batista	Auditora Geral	2016
Ouvidoria	Buscar soluções para as demandas da sociedade à UFRN, oferecendo informações e recebendo sugestões que visem a contribuir para a melhoria de suas atividades.	Joselino Marques	Ouvidor	2016
Assessoria de Acompanhamento das Ações dos Hospitais Universitários	Assessorar o Reitor em assuntos inerentes aos hospitais universitários e acompanhar e avaliar a execução das ações nesses hospitais	Juarez da Costa Ferreira	Assessor	2016
Assessoria de Comunicação	Planejar, coordenar e executar a divulgação de ações administrativas, eventos ou outras matérias de interesse da Reitoria, seja no âmbito interno ou externo; responsabilizar-se pela intermediação de matérias e entrevistas, sugestão de pautas e coordenação dos contatos da mídia com o Reitor; manter o Reitor informado sobre o noticiário referente às atividades universitárias e assessorá-lo, quando solicitada; exercer a função de porta-voz do Reitor nos contatos com a imprensa, sempre que solicitado; desenvolver articulações permanentes com assessorias de comunicação de outras instituições federais de ensino superior; sugerir medidas ou promoções que visem a uma maior integração com a comunidade universitária.	Francisca Sirleidey Pereira	Assessora	2016
PRÓ-REITORIAS E UNIDADES COM NATUREZA DE SECRETARIA				
Pró-Reitoria de Planejamento e Avaliação Geral – PROPLAN	Dirigir e coordenar o sistema de planejamento.	João Emanuel Evangelista de Oliveira	Pró-Reitor	2016
Pró-Reitoria de Administração – PROAD	Supervisionar e coordenar as áreas de contabilidade, finanças, material, patrimônio, segurança, transportes e serviços gerais.	Anailson Márcio Gomes	Pró-Reitor	2016
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas	Planejar e gerir administrativamente a formulação e implementação	Mirian Dantas dos	Pró-Reitora	2016

- PROGESP	da política de gestão de pessoas da Universidade, sendo também responsável por supervisionar e coordenar as ações estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional e no Plano de Gestão, aprovados pelo Conselho Universitário, na UFRN.	Santos		
Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PROAE	Planejar, coordenar, supervisionar e executar as atividades de assistência ao estudante, em articulação com as ações acadêmicas, no decorrer de sua trajetória universitária.	Edmilson Lopes Júnior	Pró-Reitor	2016
Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD	Planejar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de ensino de graduação.	Maria das Vitórias Vieira Almeida de Sá	Pró-Reitora	2016
Pró-Reitoria de Pós-Graduação – PPG	Propor, gerir, supervisionar e avaliar as políticas de pós-graduação e de capacitação docente.	Rubens Maribondo do Nascimento	Pró-Reitor	2016
Pró-Reitoria de Extensão – PROEX	Planejar, supervisionar, coordenar e controlar as atividades de extensão universitária.	Maria de Fátima Freire de Melo Ximenes	Pró-Reitora	2016
Pró-Reitoria de Pesquisa – PROPESQ	Propor, coordenar, executar e avaliar as políticas de pesquisa científica e tecnológica e de inovação.	Valter José Fernandes Júnior (jan-agost), Jorge Tarcísio da Rocha Falcão (set-dez)	Pró-Reitor	2016
Secretaria de Relações Internacionais e Interinstitucionais– SRI	Promover, coordenar, estimular, supervisionar, controlar e avaliar as atividades internacionais e as ações de mobilidade acadêmica nacional e internacional.	Márcio Venício Barbosa	Secretário	2016
Secretaria de Educação à Distância - SEDIS	Articular e pelo fomentar programas e políticas, em nível institucional, das ações de educação à distância, bem como por suporte e assessoria a essas ações.	Maria Carmem Freire Diógenes Rego	Secretária	2016
Secretaria de Educação Básica, Técnica e Tecnológica	Planejar, acompanhar e avaliar políticas e atividades realizadas no âmbito das Unidades de Educação Básica, Técnica e Tecnológica.	Zilmar Rodrigues de Souza	Secretário	2016
Secretaria de Gestão de Projetos	Promover a divulgação e aplicação do conhecimento científico produzido pela Universidade, através do gerenciamento de ações internas e externas em articulação com a sociedade, concretizadas em projetos acadêmicos voltados à promoção do desenvolvimento econômico e social.	Josué Vitor de Medeiros Júnior	Secretário	2016

Superintendência de Informática – SINFO	Gerenciar as atividades de informática na UFRN, por meio da gestão dos sistemas de gestão integrados e da infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação atualizados e disponíveis aos usuários.	Apuena Vieira Gomes	Superintendente	2016
Superintendência de Infraestrutura – SIN	Propor e gerenciar as atividades de infraestrutura.	Marcelo Bezerra de Melo Tinoco	Superintendente	2016
<i>CENTROS ACADÊMICOS</i>				
Centro de Biociências - CB	Oferecer Cursos de Graduação e Programas de Pós-graduação nas Ciências Biológicas e áreas afins, contemplando a iniciação científica dos estudantes, assim como capacitar os corpos docente, discente e técnico-administrativo.	Graco Aurélio Câmara de Melo Viana	Diretor de Centro	2016
Centro de Ciências Exatas e da Terra - CCET	Desenvolver, academicamente, os Cursos de Graduação e os Programas de Pós-Graduação de suas respectivas áreas, integrando a iniciação científica, iniciação tecnológica e estágio dos estudantes.	Djalma Ribeiro da Silva	Diretor de Centro	2016
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - CCHLA	Realizar o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, promover a integração entre as várias áreas de conhecimento do Centro, divulgação das atividades do Centro.	Maria das Graças Soares Rodrigues	Diretora de Centro	2016
Centro de Ciências da Saúde - CCS	Promover o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, incentivar a capacitação de seu pessoal docente e técnico-administrativo, desenvolver a qualificação de seu pessoal discente, desenvolver uma política voltada para os interesses da sociedade e em particular do Estado do Rio Grande do Norte.	Hênio Ferreira de Miranda	Diretor de Centro	2016
Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA	Fomentar o desenvolvimento acadêmico dos Cursos e os Programas de Graduação e de Pós-Graduação de suas respectivas áreas, a reflexão filosófico-crítica, a investigação científica e a construção do conhecimento por meio da pesquisa; promover a extensão universitária com a aplicação e a transferência do conhecimento, a capacitação e a formação de seus quadros docente e técnico-administrativo.	Maria Arlete Duarte de Araújo	Diretora de Centro	2016
Centro de Educação - CE	Desenvolver, academicamente, os Cursos e os Programas de Graduação, de Pós-Graduação e de Formação Continuada, na área das Ciências da Educação, integrando a iniciação científica dos estudantes, a reflexão filosófico-crítica, a investigação científica e a construção do conhecimento por meio da integração da pesquisa, do ensino e da extensão, a promoção da extensão universitária com a aplicação e a transferência do conhecimento	Márcia Maria Gurgel Ribeiro	Diretora de Centro	2016

	produzido, a capacitação e a formação de seus quadros docente e técnico- administrativo.			
Centro de Ensino Superior do Seridó - CERES	Ministrar o ensino superior nas áreas de conhecimento abrangidas pelos cursos de graduação e os cursos e programas de Pós-Graduação nele existentes; contribuir para a melhoria educacional e socioeconômica da região do Seridó e de áreas adjacentes, observando as peculiaridades de sua cultura; formar e capacitar profissionais, atualizando seus conhecimentos através de projetos, cursos, programas e eventos de extensão; desenvolver e difundir a pesquisa científica, estabelecendo uma relação entre teoria e prática com vistas à aplicabilidade dos seus resultados.	Sandra Kelly de Araújo	Diretora de Centro	2016
Centro de Tecnologia - CT	Desenvolver, academicamente, os Cursos de Graduação e os Programas de Pós-Graduação de suas respectivas áreas, integrando a iniciação científica, iniciação tecnológica e estágio dos estudantes.	Luiz Alessandro Pinheiro da Câmara de Queiroz	Diretor de Centro	2016
UNIDADES ACADÊMICAS ESPECIALIZADAS				
Escola Agrícola de Jundiá - EAJ - Unidade Acadêmica Especializada em Ciências Agrárias	Promover o desenvolvimento do ensino voltado para a agropecuária em seus diversos níveis, no âmbito da UFRN, com o objetivo de atender as necessidades profissionais da sociedade local, regional e nacional através da inserção de cursos já existentes na universidade, ligados às Ciências Agrárias e a implantação de novos cursos de formação tecnológica em níveis médio, de graduação e de pós-graduação na mesma área de conhecimento.	Júlio César de Andrade Neto	Diretor de Unidade Acadêmica Especializada	2016
Escola de Ciências e Tecnologia - ECT	Promover o desenvolvimento dos Cursos de Graduação e dos Programas de Pós-Graduação de suas respectivas áreas, integrando a iniciação científica, a iniciação tecnológica, as atividades de estágio dos estudantes, assim como outras atividades necessárias à formação discente.	Douglas do Nascimento Silva	Diretor de Unidade Acadêmica Especializada	2016
Escola de Música - EMUFRN	Cumprir objetivos especiais de ensino, pesquisa e extensão em música, além de promover o desenvolvimento musical em suas diversas modalidades no âmbito da Universidade e da sociedade como um todo.	Jean Joubert Freitas Mendes	Diretor de Unidade Acadêmica Especializada	2016
Faculdade de Ciências da Saúde do Trairí - FACISA	Oferecer um ensino de excelência para a formação de profissionais, permitindo, dessa forma, o desenvolvimento de novas tecnologias em saúde das áreas de formação, além de desenvolver pesquisas voltadas à solução de problemas de saúde relacionados à população e atividades de extensão, promovendo também assistência aos estudantes.	Edvaldo Vasconcelos de Carvalho Filho	Diretor de Unidade Acadêmica Especializada	2016

Instituto de Química	Contribuir para a melhoria da qualidade do ensino, das pesquisas e da extensão na área.	Ótom Anselmo de Oliveira	Diretor de Unidade Acadêmica Especializada	2016
Instituto do Cérebro - IC	Permitir, por meio do ensino, pesquisa e extensão, o desenvolvimento de novas tecnologias em saúde e educação, com particular ênfase em Neurociências, desenvolvendo pesquisas voltadas à aplicação clínica das Neurociências, em especial no que diz respeito à neurologia, psiquiatria, neurocirurgia, fisioterapia, fonoaudiologia e neuroprostética, também cabe ao Instituto desenvolver atividades de extensão de forma a contribuir para melhoria da saúde da população, com foco nas cidades de Natal e Macaíba (RN);	Sidarta Tollendal Gomes Ribeiro	Diretor de Unidade Acadêmica Especializada	2016
Escola Multicampi de Ciências Médicas do Rio Grande do Norte - EMCM	Promover a formação de profissionais de saúde no interior do Rio Grande do Norte, tanto em nível da graduação em Medicina quanto da especialização (residências) e da pós-graduação <i>stricto sensu</i> ; desenvolver pesquisas voltadas para a solução de problemas de saúde da população e realizar atividades de extensão, promovendo também assistência aos estudantes.	George Dantas de Azevedo	Diretor de Unidade Acadêmica Especializada	2016
Instituto Metrôpole Digital - IMD	Articular ações internas e externas que visem ampliar os mecanismos de cooperação com outras instituições de ensino e pesquisa, agências de fomento, empresas e demais entidades da sociedade civil e órgãos nacionais e internacionais do setor de Tecnologia da Informação (TI) e prover suporte para desenvolvimento na UFRN de pesquisas científicas e tecnológicas, além de contribuir para a consolidação da infra-estrutura de pesquisa, ensino e extensão em TI na UFRN.	José Ivonildo do Rego	Diretor do Instituto	2016
Escola de Saúde - ESUFRN - Unidade Acadêmica Especializada em Educação Profissional em Saúde	Planejar, executar e avaliar programas de formação de profissionais na área da saúde e, simultaneamente, desenvolver, preservar e difundir conhecimentos.	Edilene Rodrigues da Silva	Diretora da Escola	2016
UNIDADES SUPLEMENTARES				
Superintendência de Comunicação - COMUNICA	Integrar, através dos seus veículos, as ações na área de comunicação, visando otimizar e implementar a política de comunicação interna e externa.	José Zilmar Alves da Costa	Superintendente	2016
Instituto Internacional de Física - IIF	Desenvolver e realizar pesquisas científicas na sua área de atuação, além de exercer papel decisivo em prol do desenvolvimento científico do País, servindo como ligação entre os setores de pesquisa básica e aplicada em áreas estratégicas para a economia	Álvaro Ferraz Filho	Diretor do Instituto	2016

	brasileira.			
Instituto de Medicina Tropical do Rio Grande do Norte - IMT-RN	Articular ações internas e externas visando ampliar os mecanismos de cooperação entre a UFRN e outras instituições, assim como fornecer suporte para desenvolvimento de pesquisas na área de doenças infecciosas, apoiando atividades de ensino, extensão e divulgação na área de doenças infecciosas.	Selma Maria Bezerra Jerônimo	Diretora do Instituto	2016
Biblioteca Central Zila Mamede - BCZM	Administrar, planejar, coordenar e fiscalizar as atividades do Sistema de Bibliotecas-SISBI da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.	Magnólia de Carvalho Andrade	Diretora da Biblioteca	2016
Editora Universitária - EDUFRN	Editar obras de natureza cultural e acadêmica nas diversas áreas do conhecimento, divulgar a produção acadêmica e editar documentos de interesse da Instituição, incentivar a produção e buscar parcerias coeditoriais para a publicação de material didático oriundo de pesquisas e de atividades de extensão desenvolvidas na UFRN, assim como contribuir para a ampliação do acervo da Biblioteca Central Zila Mamede e das bibliotecas setoriais da UFRN.	Maria da Conceição Fraga (jan-11abr), Wilson Fernandes de Araújo Filho(12abr-22 jun), Luis Álvaro Sgadari Passegi (23jun-dez)	Diretora da Editora	2016
Museu Câmara Cascudo - MCC	Preservar, conservar e divulgar as ciências naturais e antropológicas objetivando o ensino, a pesquisa e a extensão universitária.	Maria de Fátima Cavalcante Ferreira dos Santos	Diretora do Museu	2016
Núcleo de Pesquisa em Alimentos e Medicamentos - NUPLAM	Desenvolver atividades de produção de medicamentos para apoio ao Sistema Único de Saúde, Hospital Universitário e Secretarias Municipais de Saúde, além de contribuir com o campo de estágios supervisionados específicos, abrangendo diferentes cursos de graduação.	Carlos José de Lima	Diretor do Núcleo	2016
Núcleo Permanente de Concursos - COMPERVE	Realizar processos seletivos, concursos públicos, estudos e pesquisas, avaliações e análises de situações educacionais e afins. Além de subsidiar as instâncias acadêmicas da Universidade com informações sobre ingresso, permanência e trajetória de alunos da UFRN.	Magda Maria Pinheiro de Melo	Diretora do Núcleo	2016
Núcleo de Arte e Cultura - NAC	Fomentar a formação, difusão e articulação do patrimônio artístico-cultural da UFRN, assessorando a Reitoria na gestão da política cultural da instituição e contribuindo para a memória e a preservação desse patrimônio	Teodora de Araújo Alves	Diretor do Núcleo	2016
Hospital Universitário Onofre	Promover de forma integrada o ensino, a pesquisa, a extensão e a	Stênio Gomes da	Superintendente do Hospital	2016

Lopes - HUOL	assistência, no âmbito das ciências da saúde.	Silveira		
Maternidade Escola Januário Cicco	Funcionar como um campo de ensino e aplicação prática para as profissões da área da saúde, cumprindo um meritório trabalho de ensino, pesquisa e atenção à população pobre.	Kleber de Melo Moraes	Superintendente da Maternidade	2016
Hospital Universitário Ana Bezerra	Assistir a saúde do município de Santa Cruz e cidades vizinhas, recebendo acadêmicos de vários cursos na nossa universidade oferecendo a esses, um estágio prático e colaborativo, no atendimento prestado.	Maria Cláudia Medeiros Dantas de Rubim Costa	Superintendente do Hospital	2016
Complexo de Esportes e Eventos	Atender a comunidade universitária e a população; oferecer ao esporte conhecimento técnico-científico produzido na Universidade; promover o esporte de inclusão e o entretenimento; e apoiar o desenvolvimento de atletas de alto rendimento.	Suset de Araújo Tinoco Cabral	Diretora do Complexo	2016

Fonte: PROGESP - UFRN

3.5 Macroprocessos Finalísticos

Como instituição pública de ensino superior, as atividades finalísticas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte são o ensino, a pesquisa e a extensão, que estão definidos no PPI (Projeto Pedagógico Institucional), parte integrante do PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional 2010 – 2019), bem como no Plano de Gestão 2015-2019. Os macroprocessos finalísticos da UFRN são, portanto, os acadêmicos.

No âmbito do **ensino de graduação** os macroprocessos finalísticos se desenvolvem conforme estabelecido no Regulamento dos Cursos Regulares de Graduação, aprovado pela Resolução nº 171/2013 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE, de 05 de novembro de 2013, que normatiza todas as etapas do processo, competências e obrigações, desde a criação de cursos até a diplomação do estudante, definindo normas sobre projeto pedagógico, registro e controle acadêmico, componentes curriculares, oferta de vagas, formas de ingresso e seleção, desenvolvimento de atividades e processo de avaliação da aprendizagem. Este Regulamento tem como base as macropolíticas definidas no Projeto Pedagógico Institucional (PPI), que integra o PDI 2010-2019. Para garantir a implementação dos princípios e das macropolíticas relativas ao ensino de graduação, as etapas essenciais do processo - de aprovação do projeto pedagógico e criação de curso - são submetidas, obrigatoriamente, ao Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE.

O ensino de graduação é desenvolvido com a integração de duas instâncias administrativas: o departamento acadêmico e o colegiado de curso. Conforme definido no Estatuto e no Regimento da UFRN, de dezembro de 2008, o departamento acadêmico é a instância administrativa de lotação dos docentes, enquanto o colegiado de curso é o órgão deliberativo que acompanha as atividades pedagógicas do respectivo curso. A Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD, diretamente subordinada à Reitoria, é o órgão responsável pelas ações de planejamento, supervisão, coordenação e controle das atividades presenciais de ensino de graduação. A Secretaria de Educação a Distância — SEDIS, da mesma forma diretamente subordinada à Reitoria, é o órgão responsável pelo planejamento, supervisão, coordenação e controle da educação a distância – EAD na oferta do ensino de graduação.

Em 2016, o acesso aos cursos de graduação presencial da UFRN foi efetivado mediante o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Sistema Unificado de Seleção Unificada (SiSU), com oferta de 100% das vagas (7064 vagas em 2016). A adoção desse processo seletivo ENEM/SiSU amplia as oportunidades de acesso e está sendo utilizado por todas as universidades federais. A conclusão do curso de graduação se dá após a integralização da estrutura curricular do curso escolhido.

Os macroprocessos finalísticos do **ensino de pós-graduação** são regulados pela Resolução nº 197/2013-CONSEPE, de 10 de dezembro de 2013, que dispõe sobre normas dos programas e cursos de pós-graduação da UFRN. A criação e a autorização de programas de cursos de pós-graduação *stricto sensu* são de responsabilidade do CONSEPE, após aprovação da proposta pelo Conselho de Centro ou de Unidade Acadêmica e pela comissão de pós-graduação da Pró-Reitoria de Pós-Graduação. A proposta é encaminhada na forma prevista no aplicativo da Agência de Acreditação da CAPES, complementada com outros documentos, em consonância com o PDI 2010-2019 da Instituição, com justificativa e objetivos do programa ou curso, indicando a relevância, a contribuição ao ensino e a pesquisa na área, bem como, as perspectivas futuras. O ingresso de profissionais aos cursos de pós-graduação se dá pela submissão em processos seletivos abertos para os cursos de mestrado e doutorado, os quais

ocorrem mediante sistema oficial de registro e controle acadêmico, obedecendo a edital disponibilizado no mesmo sistema, após aprovação da Pró-Reitoria de Pós-Graduação.

O ensino de pós-graduação também se desenvolve com a integração de duas instâncias administrativas: o departamento acadêmico e o colegiado de curso. Conforme definido no Estatuto e Regimento da UFRN, de dezembro de 2008, o departamento acadêmico é a instância administrativa de lotação dos docentes, enquanto que o colegiado de curso é o órgão deliberativo que acompanha as atividades pedagógicas do respectivo curso. A Pró-Reitoria de Pós-Graduação — PPG, diretamente subordinada à Reitoria, é o órgão de proposição, gestão, supervisão e avaliação das políticas de pós-graduação e de capacitação docente.

Os macroprocessos finalísticos pertinentes às **atividades de pesquisa** são regulados por um conjunto de documentos normativos internos disponibilizados na página da Pró-Reitoria de Pesquisa — PROPESQ (www.propesq.ufrn.br) em consonância com os órgãos e agências oficiais de fomento à pesquisa, como o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP. O conjunto de normas relativas às atividades de pesquisa tem como base as macropolíticas definidas no Projeto Pedagógico Institucional (PPI), parte integrante do PDI 2010-2019 da UFRN.

O trâmite padrão do processo de pesquisa inicia-se com a elaboração de projeto por um docente pesquisador e cadastro no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas - SIGAA. O projeto pode ser oriundo de um grupo de pesquisa vinculado à uma linha de pesquisa de um programa de pós-graduação, ou de um pesquisador individualmente. Em seguida, o projeto é submetido a pesquisadores cadastrados e, se for o caso, também submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa. Dependendo do tema, pode ser ainda submetido à Comissão de Ética no Uso de Animais e de Humanos para emissão de pareceres a serem apreciados na Comissão de Pesquisa, localizada na PROPESQ, que é responsável pela aprovação e registro da pesquisa. Dependendo das diretrizes do edital, durante a execução do projeto são solicitados relatórios parciais. Ao término da realização do projeto, o pesquisador deve apresentar relatório final, incluindo os produtos associados: publicações em periódicos ou livros, apresentações em eventos científicos, Registro de patentes, dentre outros.

Os macroprocessos finalísticos da **extensão universitária** são regulados por um conjunto de documentos normativos internos disponibilizados na página da Pró-Reitoria de Extensão — PROEX (www.proex.ufrn.br) em consonância com as políticas do Ministério de Educação. O principal documento é a Resolução 053/2008 do CONSEPE, que dispõe sobre as normas que regulamentam as ações de extensão universitária na UFRN. A referida Resolução e o conjunto de normas estão fundamentados nas macropolíticas definidas no Projeto Pedagógico Institucional (PPI), parte integrante do Plano de Desenvolvimento Institucional 2010-2019. O trâmite padrão do processo de extensão é semelhante ao da pesquisa. Inicia-se com a elaboração de projeto por um docente ou servidor técnico-administrativo, cadastro no sistema informatizado SIGAA, e aprovação no Departamento. Em seguida, o projeto é submetido à servidores cadastrados, que emitem pareceres a serem apreciados na Comissão de Extensão, localizada na PROEX, responsável pela aprovação e registro do projeto. Dependendo das diretrizes do edital, durante a execução do projeto são solicitados relatórios parciais. Ao término da realização do projeto, os participantes devem apresentar relatório final.

O Quadro abaixo resume a descrição dos macroprocessos finalísticos, com produtos e serviços, beneficiários e unidades responsáveis.

Quadro 3 - Macroprocessos finalísticos

Macroprocessos	Descrição do processo	Produtos e Serviços	Principais Beneficiários	Unidades acadêmico-administrativas responsáveis
<p>Ensino de graduação</p>	<p>Ofertar à população formação acadêmica e profissional de nível superior, em nível de bacharelado, licenciatura e tecnológico, com ingresso por meio do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e da seleção do SiSU (Sistema de Seleção Unificada) utilizado pelo MEC.</p> <p>Atividades principais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cadastro na UFRN dos alunos selecionados pelo SiSU. - Matrícula nos componentes curriculares do 1º período do curso escolhido. - A partir do 2º período o aluno faz a sua matrícula por meio do SIGAA. - Avaliação da aprendizagem e da assiduidade conforme o título VII do Regulamento de Graduação da UFRN. - Mensuração do rendimento acadêmico acumulado conforme o título VIII do Regulamento de Graduação da UFRN. - Verificação da Integralização curricular e Diplomação. 	<p>Formação acadêmica e profissional de nível superior, com Diplomação de graduados</p>	<p>Portadores de certificado de conclusão do ensino médio.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - PROGRAD. - Centros acadêmicos. - Unidades acadêmicas especializadas. - Departamentos acadêmicos. - Coordenações dos Cursos de graduação.

<p>Ensino de pós-graduação</p>	<p>Desenvolvimento das atividades de ensino de pós-graduação, permitindo a educação continuada aos portadores de diplomas de graduação, na perspectiva de contribuir com o desenvolvimento da ciência e com as demandas da sociedade norte-riograndense se caracterizando como um importante instrumento de qualificação acadêmica e profissional.</p> <p>Atividades principais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Criação e aprovação dos programas de cursos de pós-graduação nos conselhos de centro ou de unidade acadêmica. - Aprovação da proposta pela Comissão de Pós-graduação da PROPESQ. - Encaminhamento de propostas de programas ou cursos à apreciação da CAPES. - Publicação de edital. - Processo seletivo por meio de provas, defesa de projeto e/ou análise de currículo científico. - Matrícula nas vagas disponíveis. - Frequência dentro do percentual exigido. - Exames de qualificação. - Exames de proficiência. - Defesa de Tese ou Dissertação. - Diplomação. 	<p>Formação de mestres e doutores.</p>	<p>Portadores de diploma de nível superior.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - PPG. - Centros acadêmicos. - Departamentos acadêmicos. - Colegiados de cursos de pós-graduação. - Coordenações de cursos de pós-graduação.
---------------------------------------	--	--	---	--

Atividades de pesquisa	<p>Desenvolvimento da pesquisa qualificada e identificada com os interesses socioeconômicos do estado e do país.</p> <p>Atividades principais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de projetos de pesquisa por um docente e cadastro no SIGAA. - Aprovação pelos avaliadores cadastrados na PROPESQ. - Aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa, Comitê de Ética no uso de seres humanos na pesquisa e Comitê de Ética no uso de animais em pesquisa. - Apreciação pela Comissão de Pesquisa da PROPESQ. - Realização da pesquisa. - Apresentação de relatório final e publicação dos resultados científicos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Publicação de relatório final. - Submissão de artigos científicos para periódicos especializados. - Publicação de livros ou capítulos de livros. - Publicação dos resultados obtidos na pesquisa. - Apresentação em eventos científicos. - Registro de patentes. 	<p>Sociedade em geral.</p> <p>Comunidade Acadêmica e científica.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - PROPESQ. - Centros acadêmicos. - Departamentos acadêmicos. - Colegiados de cursos de pós-graduação. - Comitê de Ética em Pesquisa, Comitê de Ética no uso de seres humanos na pesquisa e Comitê de Ética no uso de animais em pesquisa
Extensão universitária	<p>Atividade orientada para promover a interação transformadora entre a instituição universitária e as demais instituições, órgãos, grupos e movimentos sociais, mediante programas e projetos científicos, culturais, educativos e artísticos.</p> <p>Atividades principais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração e cadastro da Proposta de projeto de extensão por docente ou servidor técnico. - Aprovação da proposta pelo Departamento. - Aprovação pela comissão de Extensão da Pró-reitoria. - Execução do projeto. - Apresentação do relatório final. - Certificação do projeto de extensão. 	<ul style="list-style-type: none"> - Cursos e eventos ofertados à sociedade. - Programas e Projetos desenvolvidos com a comunidade interna e externa. - Feiras de Ciências e Tecnologia. - Campanhas educativas. 	<p>Sociedade em geral.</p> <p>Comunidade Acadêmica.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - PROEX. - Departamentos acadêmicos .

Fonte: PROPLAN

4. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

4.1 Planejamento organizacional

O processo de planejamento da UFRN tem como referência o papel de uma universidade contemporânea, que precisa encontrar e elaborar respostas a um conjunto de novos desafios, que são incorporadas às funções assumidas e acumuladas historicamente - de preservar a cultura e o conhecimento universal, de propiciar formação acadêmica e profissional e de produzir ciência e tecnologia socialmente relevantes.

A Conferência Mundial sobre Educação Superior, realizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO em julho de 2009 em Paris, considerou que o ensino superior é um bem público de responsabilidade de todos os governos. A universidade constitui um imperativo estratégico para todos os níveis de ensino por desempenhar papel fundamental na pesquisa, inovação e criatividade nas sociedades contemporâneas, cabendo-lhe garantir a democratização do acesso para todos, aprimorar a qualidade acadêmica e engajar-se na luta por justiça social e democracia.

Nesta direção, a UFRN define os seus rumos a partir de um processo de planejamento constituído de três níveis.

- No **nível estratégico** - O Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2010-2019 que define os rumos da Instituição universitária, explicita a missão e visão de futuro, os objetivos estratégicos e as metas globais, além do Projeto Pedagógico Institucional, orientador da política acadêmica da UFRN. Ademais, esse Plano norteia os planos gestores da administração central e dos centros acadêmicos, os planos trienais dos departamentos acadêmicos e das unidades acadêmicas especializadas, os projetos Políticos Pedagógicos dos cursos e ações futuras da UFRN no período 2010-2019.

Os objetivos estratégicos da Universidade, conforme o PDI 2010-2019, estão centrados na formação do cidadão, fundamentados na ética, no pluralismo, na democracia, na contemporaneidade e na sua missão. Envolvem a formação de valores, introduzem suas ações na ordem moral, cultural, científica e tecnológica que buscam dar conta das transformações da sociedade. Suas intervenções têm como finalidades:

1. redimensionar as estratégias de operação do conhecimento, para que a interdisciplinaridade e a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão sejam realizadas conforme as necessidades contemporâneas da formação técnico-científica e as exigências do novo sentido do conhecimento;

2. incorporar, às práticas docentes, uma visão epistemológica que dê conta da natureza complexa dos saberes formais e informais, científicos e tradicionais, e que promova o deslocamento do foco da atividade de ensino-aprendizagem para a compreensão do ato pedagógico como um processo de formação do educador e do educando;

3. potencializar o princípio da flexibilidade e preparar docentes, técnico-administrativos e discentes para interações multiculturais, necessárias à mobilidade interna e externa, mediante o aproveitamento de estudos e o trânsito entre cursos, programas e *campi* da UFRN, e de outras instituições de Ensino Superior, nacionais e internacionais;

4. preparar docentes, técnico-administrativos e discentes para serem capazes de selecionar e de se apropriar das novas tecnologias de informação e de comunicação no processo de ensino-aprendizagem e nas atividades da pesquisa e da extensão;

5. fortalecer a atuação da UFRN em áreas estratégicas para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte, da região Nordeste e do País;

6. aperfeiçoar a gestão universitária, consolidando o processo de planejamento e avaliação e dos sistemas de informação, com tecnologia de última geração, para que atendam as áreas administrativa, acadêmica e de recursos humanos, com eficiência, eficácia e efetividade;

7. incorporar às práticas acadêmicas e às ações administrativas o princípio de sustentabilidade: ambientalmente correto, economicamente viável, socialmente justo e culturalmente aceito.

- Em **nível tático** – O planejamento concretiza-se por meio do Plano de Gestão 2015-2019, coordenado pela Administração Superior, o qual tem o compromisso de manter os avanços conquistados mediante o Plano de Gestão anterior (2011-2015) e o desafio de estabelecer novas e duradouras conquistas, através de cinco Eixos Programáticos: Qualidade Acadêmica, Interiorização e Internacionalização; Gestão Eficiente, Participativa e Transparente; Cidadania, Inclusão Social e Sustentabilidade; Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento; Gestão de Pessoas, Desenvolvimento Institucional e Qualidade de Vida.

- Em **nível operativo**, o planejamento efetiva-se por meio de:
 - Planos de ação dos Centros Acadêmicos e das Unidades Acadêmicas Especializadas;
 - Planos Trienais dos departamentos acadêmicos;
 - Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação, pós-graduação e residências médicas e multiprofissionais;
 - Projetos de pesquisa e de extensão.

Ressalta-se que o planejamento estratégico e o planejamento em nível tático da UFRN estão baseados na definição de metas de longo prazo estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e de metas anuais alinhadas que são definidas a partir das linhas de ação dos eixos programáticos do Plano de Gestão, e são cadastradas no Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e de Projetos (SIGPP). O acompanhamento e a avaliação dessas metas institucionais são realizados a partir de indicadores que aferem os resultados alcançados e o cumprimento dos objetivos institucionais. Os resultados do acompanhamento e da avaliação do cumprimento das metas institucionais são discutidos pela administração superior da UFRN em seminários semestrais de planejamento.

Com efeito, anualmente as unidades cadastram as metas, com suas atividades, ações e cronograma, no Sistema Integrado de Planejamento e Projetos – SIGPP, todos articulados às metas globais da Instituição e às suas políticas, conforme apêndice 1.

Reitera-se que o modelo de planejamento adotado pela UFRN utiliza indicadores como instrumentos de medida para acompanhar e avaliar o cumprimento do Plano de Gestão e das metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional.

Os sistemas de informação que dão suporte a todo o processo de planejamento e avaliação da UFRN são os seguintes:

- Censo da Educação Superior, realizado anualmente, coordenado pelo INEP/MEC;
- SIGAA – Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas;
- SIPAC – Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos;
- SIGPRH – Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e de Recursos Humanos;
- SIGAdmin – Sistema de Administração;
- SIGED – Sistema Integrado de Gestão Eletrônica de Documentos;
- SIGPP – Sistema Integrado de Planejamento e Projetos.

Esses sistemas são utilizados de maneira abrangente na UFRN e fazem parte do dia a dia dos servidores e alunos. Da mesma forma, a Avaliação Institucional estabelecida pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o SINAES- Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, é um processo de avaliação global e está integrada às atividades acadêmicas cotidianas da Universidade. Assim, a estrutura organizacional da UFRN e seus sistemas informacionais constituem-se o alicerce dos processos de planejamento e de avaliação que oferecem informações e subsidiam à tomada de decisão institucional.

4.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

No tocante aos objetivos para o exercício de 2016, cumpre elucidar que a UFRN, conforme a sua metodologia de planejamento, define no seu plano tático – Plano de Gestão - os objetivos da Instituição para um período de 4 (quatro) anos. Para cada ano suas unidades acadêmicas e administrativas planejam e registram no SIGPP (Sistema Integrado de Gestão, de Planejamento e de Projetos) as metas a serem cumpridas, que devem estar articuladas e integradas com os objetivos previstos no Plano de Gestão. Nessa perspectiva, a Universidade não define objetivos anuais, mas metas a serem alcançadas, estabelecidas em consonância com os objetivos do Plano de Gestão.

Os objetivos do Plano de Gestão, portanto, se concatenam progressivamente, ano a ano, ciclo a ciclo, numa evolução progressiva do que a UFRN espera alcançar ao final do Plano. Reitera-se que, para o alcance dos objetivos, ano a ano são definidas metas no SIGPP, com etapas, cronograma e indicadores.

A pretensão de expandir com qualidade acadêmica a interiorização, a internacionalização, a inclusão social, e fortalecer a interdisciplinaridade, a integração, e a inovação científica e tecnológica, são desafios que permanecem no atual Plano de Gestão 2015-2019 (disponível no site www.ufrn.br, no link “Documentos”), como se pode observar nos objetivos elencados a seguir.

OBJETIVOS DO PLANO DE GESTÃO 2015-2019:

- a) Ampliar as ações de **inclusão social**, de respeito à diversidade e à pluralidade de ideias e visão de mundo, reforçando o conceito de universidade como espaço de convivência pacífica de múltiplas ideias e, ao mesmo tempo, reconhecendo a necessidade propiciar o acesso de todos os estratos da sociedade.
- b) Desenvolver o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) tendo como base o princípio da **interdisciplinaridade** apoiando experiências inovadoras e estimulando novas formas de produção do conhecimento, garantindo a integração da formação teórica com a realidade social.
- c) Intensificar as ações de **interiorização** dentro da política de desenvolvimento institucional, promovendo a expansão acadêmica com qualidade, integrada às necessidades regionais, sem perder de vista o saber universal.
- d) Expandir as ações de **internacionalização** tendo como objetivo promover os processos de integração da dimensão internacional, intercultural e de intercâmbio institucional no ensino e na pesquisa tendo em vista a excelência acadêmica.
- e) Disseminar a cultura da **inovação tecnológica** e suas repercussões enquanto inovação social, inovação educacional e inovação nos processos de gestão.
- f) Fortalecer a modernização da gestão, intensificando a **integração** entre as atividades-fim e as atividades-meio, entre a administração superior e as demais instâncias administrativas, com participação e transparência, objetivando alcançar a eficiência, a eficácia e a efetividade das ações realizadas.

4.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

O PDI da UFRN 2010-2019, plano estratégico da Instituição já consolidado, elaborado com base nas orientações do artigo 16 do Decreto nº 5773/2006, teve sua primeira avaliação, após dois anos de sua vigência, realizada pelo INEP/MEC no final de 2011, com vistas ao recredenciamento da UFRN, cujo relatório se encontra no site: www.avaliacao.ufrn.br. Neste processo de avaliação do PDI, foram incluídas as 10 dimensões (atualmente agrupadas em cinco eixos) constantes no art. 3º da Lei do SINAES: (1) a missão e o plano de desenvolvimento institucional; (2) a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão; (3) a responsabilidade social da instituição; (4) a comunicação com a sociedade; (5) as políticas de pessoal; (6) a organização e gestão da instituição; (7) a infraestrutura física, biblioteca e recursos de informação; (8) o planejamento e avaliação; (9) as políticas de atendimento aos estudantes; (10) a sustentabilidade financeira.

Posteriormente, no ano de 2015, foi realizada uma segunda avaliação do PDI pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) em conjunto com a PROPLAN, oportunidade em que foi elaborado um relatório técnico de avaliação dos cinco primeiros anos de vigência do PDI, com destaque para as metas nele estabelecidas.

A UFRN pretende ao final do ano de 2017, realizar a terceira avaliação do PDI, que será novamente conduzida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) em conjunto com a PROPLAN; e no primeiro semestre de 2019, ao final da atual gestão, será realizada a quarta e última avaliação do PDI 2010-2019, oportunidade em que serão avaliadas as suas 14 metas e elaborado um relatório técnico de avaliação dos últimos cinco anos de vigência do atual Plano.

4.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Conforme já informado no início do item “Planejamento Organizacional”, o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2010-2019 da UFRN define os rumos da Instituição, explicita a missão e visão de futuro, os objetivos estratégicos e as metas globais, além do Projeto Pedagógico Institucional, orientador da política acadêmica da UFRN. Assim, o PDI norteia os planos gestores da administração central e dos centros acadêmicos, os planos trienais dos departamentos acadêmicos e das unidades acadêmicas especializadas, os projetos Políticos Pedagógicos dos cursos e as ações futuras da UFRN até o ano de 2019.

Todos os planos da Universidade, inclusive os planos de gestão, são orientados pelo PDI. Ademais, são articulados entre si até o nível operativo do planejamento da Instituição, que consiste dos Planos de Ação dos Centros Acadêmicos e das Unidades Acadêmicas Especializadas; Planos Trienais dos departamentos acadêmicos; Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação, pós-graduação e residências médicas e multiprofissionais; Projetos de pesquisa e de extensão; além das linhas de ação estabelecidas no Plano de Gestão.

A vinculação dos planos da UFRN com as competências institucionais - executar as políticas de ensino de graduação e pós-graduação, de pesquisa e de extensão, desenvolver de forma plural um processo formativo nos diferentes campos do saber, difundir o conhecimento preparando os seus alunos para o exercício profissional e contribuir para a solução dos problemas sociais e econômicos da sociedade; além disso, democratizar o acesso ao ensino superior, trabalhar para a expansão das matrículas, a reposição do quadro docente, a adequação e ampliação da infraestrutura física e a melhoria das condições de permanência do estudante na Instituição - resta evidenciada em cada plano da Universidade, notadamente nos seus planos mais recentes - Plano de Gestão 2015-2019 e no seu PDI 2010-2019, disponíveis no site www.ufrn.br, no link “Documentos”.

4.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

As formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos estão inseridos no processo de avaliação institucional desenvolvido pela UFRN.

A avaliação interna (ou autoavaliação) na UFRN vem sendo entendida como uma prática indispensável ao processo de planejamento de suas ações e das metas a serem alcançadas, na busca por qualidade e excelência no âmbito acadêmico e da gestão.

A Comissão Própria de Avaliação da UFRN (CPA) é a instância legal responsável pelo desenvolvimento do projeto de autoavaliação da Instituição (aprovado mediante a Resolução nº 79/2004 – CONSEPE, de 21/12/2004) no sentido de mobilizar e organizar os diferentes segmentos acadêmicos (docentes, discentes, técnico- administrativos, dirigentes e representantes da sociedade) para pensar coletivamente a UFRN no que ela faz, construindo uma rede que articule os sujeitos no processo de reflexão/ação para:

- produzir conhecimentos sobre a Instituição;
- definir e assumir compromissos coletivos;
- definir propostas de ação e caminhos alternativos para o acompanhamento e aperfeiçoamento do PDI;
- organizar e coordenar subcomissões para avaliar cada uma das dimensões delineadas pelo SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Lei nº 10.861/2004).

Desde o início dos seus trabalhos em 2004, a CPA segue algumas diretrizes que continuam a orientar a autoavaliação da UFRN. Uma delas é a compreensão da autoavaliação como um processo contínuo, educativo, significando qualificar, promover o autoconhecimento para transformar, melhorar a qualidade do trabalho acadêmico. O diagnóstico dos pontos fortes, que devem ser reforçados e dos pontos fracos que dificultam alcançar as metas estabelecidas, ajuda a orientar a tomada de decisões, o planejamento e replanejamento das ações e o estabelecimento de prioridades. Identificando as fragilidades e as potencialidades da Instituição nas dimensões previstas na Lei do SINAES (nº 10.861/2004), a autoavaliação é, portanto, um importante instrumento para a tomada de decisão; desse processo resultam relatórios contendo análises, críticas e sugestões.

As formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos utilizados pela UFRN englobam principalmente grupos focais, questionários, entrevistas, reuniões e fóruns, e o monitoramento, realizado pela CPA e pela Administração Superior, é feito por meio de relatórios de cumprimento de metas estabelecidas no SIGPP, da análise dos resultados das ações desenvolvidas, e da análise dos relatórios produzidos pelas Unidades acadêmico-administrativas da Instituição.

4.3 Desempenho orçamentário

4.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Em seu orçamento anual, a UFRN executa ações com metas físicas e financeiras dos seguintes Programas Temáticos de Governo - Educação de Qualidade para Todos e Fortalecimento do Sistema Único de Saúde, de acordo com a Lei Orçamentária Anual – LOA.

Ações relacionadas a Programas Temáticos do PPA de responsabilidade da UPC - OFSS

Programa 2008 - Educação de Qualidade para Todos

Ação 20RI - Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Quadro 1 - Identificação da Ação 20RI - Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(<input checked="" type="checkbox"/>) Integral (<input type="checkbox"/>) Parcial					
Código	20RI		Tipo: Atividade			
Título	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica					
*Iniciativa						
Objetivo	Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público.					
Programa	Educação de Qualidade Para Todos		Código: 2080	Tipo:		
Unidade Orçamentária	26243					
Ação Prioritária	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input checked="" type="checkbox"/>) Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
280.224	280.224	272.135,63	219.529,71	185.448,71	34.081	52.605,92
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Estudante matriculado		Unidade	342		340	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
37.344,20	137,70	29.912				

Fonte: Tesouro Gerencial

A manutenção e o funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica desenvolvem-se por meio de gestão administrativa, financeira e técnica, propiciando condições de funcionamento da educação básica nas instituições federais de ensino, de modo a atender adequadamente as demandas e especificidades dos alunos. Compreende o funcionamento a assistência ao educando; a aquisição, a elaboração, a produção e a distribuição de material didático-

pedagógico e especializado, aquisição de material de consumo e permanente; elaboração de processos para contratação de pessoas físicas e jurídicas; pagamento de contribuições e anuidades a organismos nacionais e internacionais; atividades de capacitação de servidores em geral, envolvendo diárias, passagens, realização e participação de eventos, investimentos em obras e instalações, ampliação, reforma e adaptação, observando os limites da legislação vigente.

A ação é desenvolvida pelo Núcleo de Educação da Infância/Colégio de Aplicação – UFRN (NEI/CAp – UFRN), Unidade Suplementar do Centro de Educação, que tem como objetivo a formação, o aprendizado e o desenvolvimento da criança no contexto escolar e social, cumprindo o papel político e pedagógico assumido pela Instituição. É um espaço onde se coadunam teoria e prática, obedecendo ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, na formação docente inicial e continuada oferecida pela Universidade. Dedicar-se à Educação Infantil (creche e pré-escola) e ao Ensino Fundamental (ciclo de alfabetização).

Tinha-se como meta atingir 342 alunos, a qual somente não foi atendida integralmente, porque saíram 2 alunos, cujos pais foram morar no exterior, sendo 340 alunos matriculados em 2016. Comparando-se com 2015, em que foram 302 alunos matriculados, houve aumento na oferta de vagas. Tal aumento ocorreu pela ampliação do atendimento para turmas de berçário (crianças de 1 ano) e para turma de crianças de 2 anos.

As instalações do NEI estão abrigadas em 3 prédios, incluindo um recém construído para o Ensino Fundamental 1.

Em que pese a ampliação dos alunos matriculados no exercício de 2016, dificuldades têm sido encontradas, notadamente no orçamento do Núcleo de Educação Infantil que não está sendo suficiente para arcar com todos os custos que demandam sua manutenção - recursos humanos e toda a estrutura física dos prédios, assim como aquisição de novos mobiliários para as salas de aula e laboratórios.

Ação 20GK - Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Quadro 2 - Identificação Ação 20GK - Fomento às Ações de Grad., Pós, Ensino, Pesquisa e Extensão

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(<input checked="" type="checkbox"/>) Integral (<input type="checkbox"/>) Parcial					
Código	20GK		Tipo: Atividade			
Título	Fomento às Ações de Grad., Pós, Ensino, Pesquisa e Extensão					
*Iniciativa						
Objetivo	Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.					
Programa	Educação de Qualidade Para Todos		Código:	2080	Tipo:	
Unidade Orçamentária	26243					
Ação Prioritária	(<input checked="" type="checkbox"/>)Sim (<input type="checkbox"/>)Não Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input checked="" type="checkbox"/>) Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não

						Processados
2.287.940	2.287.940	2.286.847,31	1.718.685,91	1.711.780,19	6.905,72	568.161,40
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Iniciativa apoiada			Unidade	1.950		1.086
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
1.581.217,29	1.300.520,66	81.692,54				

Fonte: Tesouro gerencial

As ações integradas de Ensino, Pesquisa e Extensão na UFRN, no exercício de 2016, foram desenvolvidas pela comunidade acadêmica por meio de atividades nas modalidades de projetos, cursos e eventos, entre outras ações, junto à comunidade norte-rio-grandense. Destacam-se as ações de apoio ao funcionamento do curso de Letras – Língua Portuguesa e LIBRAS, licenciatura, com quatro turmas, contabilizando 121 alunos. Promoveu-se também, pesquisa nesta área, culminando com o lançamento do livro “A muitas mãos: contribuições aos estudos surdos”; foi também desenvolvido um curso de capacitação para professores do Curso de Letras, tradutores e intérpretes em Libras da UFRN.

As ações de Extensão Universitária desenvolvidas em 2016 envolveram oito áreas temáticas: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Meio ambiente, Saúde, Tecnologia e Trabalho. A previsão da meta foi de 1.950 e realizada 1.086, sendo 1.055 iniciativas de extensão e 31 iniciativas de pesquisa. O não atendimento da meta ocorreu por um lapso no seu registro, porque não foi agregada na meta realizada a totalidade das ações da pesquisa e do ensino, mas apenas a de extensão.

Dentre essas ações, destacaram-se o apoio à realização de XXII Semana de Ciências, Tecnologia e Cultura – CIENTEC, evento organizado pela UFRN que tem como propósito, apresentar à sociedade o resultado da produção acadêmica desenvolvida ao longo do ano de 2016. Com o tema central “Nós no Planeta” a CIENTEC propôs uma reflexão sobre a vida no mundo atual.

Outra ação de destaque relaciona-se ao Programa Trilhas Potiguaras, realizado em dez Municípios do Rio Grande do Norte, alcançando um Público Alvo de 10.887 pessoas. Esse Programa vem contribuindo para o processo de qualificação dos membros da comunidade acadêmica, oportunizando novos cenários de ensino-aprendizagem, troca de saberes e desenvolvimento de uma consciência crítica acerca do seu papel social, evidenciando-se, portanto, o caráter integrativo das ações realizadas no âmbito acadêmico.

Destacam-se igualmente, iniciativas de apoio, no sentido de otimizar condições de logística e suporte à pesquisa, com o início do levantamento do parque de laboratórios multiusuários e estabelecimento de critérios para apoio a projetos interdisciplinares. Foram igualmente revistos os critérios de classificação dos grupos de pesquisa, registrados junto à PROPESQ e Portal de Grupos de Pesquisa do CNPq, atingindo-se ao final de 2016, 394 grupos de pesquisa, dos quais 152 são grupos consolidados, e 242 em consolidação. Tais quantitativos representam um acréscimo de 39 grupos de pesquisa em relação aos 355 grupos registrados ao final de 2015.

Os projetos de pesquisa acreditados e registrados junto à PROPESQ passaram igualmente por revisão de critérios, notadamente em relação aos critérios para registro de projetos externos – aqueles que não são apresentados no contexto de edital PROPESQ e passam pelo crivo de órgãos de fomento ou agências de pesquisa, externos à UFRN. Apesar do incremento no rigor para aceitação

do registro de projetos externos, a UFRN passou de 1.240 projetos registrados em 2015, dos quais 79 externos, para 1.446 projetos em 2016, dos quais, 76 externos.

Ação 20RK - Funcionamento das Universidades Federais

Quadro 3- Identificação da Ação 20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(<input checked="" type="checkbox"/>) Integral (<input type="checkbox"/>) Parcial				
Código		20 RK Tipo: Atividade				
Título		Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior				
*Iniciativa						
Objetivo		Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior. Código:				
Programa		Educação de Qualidade Para Todos Código: 2080 Tipo:				
Unidade Orçamentária		26243				
Ação Prioritária		(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input checked="" type="checkbox"/>) Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
162.228.531	164.005.327	160.969.275,64	122.706.617,26	120.289.420,19	2.417.197,07	38.262.658,38
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Estudante matriculado			Unidade	38.595		35.211
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
18.402.871,78	10.775.003	2.696.802,12				

Fonte: Tesouro Gerencial

A meta da UFRN no SIMEC registrada como realizada para a ação em epígrafe foi de 35.211 alunos matriculados na educação superior – em nível de graduação e pós-graduação *stricto sensu*, no ano de 2016. Não obstante, a meta executada foi de 29.869 (23.803 na graduação e 6.066 na pós-graduação) alunos matriculados.

Dois fatores, em especial, têm contribuído para o não atendimento da meta prevista. O primeiro refere-se à alteração da metodologia de cálculo para os alunos matriculados. A UFRN utilizava, até 2015, o número de alunos matriculados no segundo semestre, somados ao número de alunos concluintes no primeiro semestre, para a contagem dos alunos matriculados no ano. Em 2016, passou-se a utilizar com base nas orientações do TCU, e o número de alunos matriculados foi calculado a partir da soma dos alunos matriculados no primeiro semestre com os alunos matriculados no segundo semestre, dividido por dois.

Outro aspecto que tem contribuído para o não atendimento à meta prevista de alunos matriculados é a utilização do Sistema de Seleção Unificada (SiSU) como processo seletivo para oferta integral das vagas dos cursos de graduação da UFRN, exceto para aqueles que necessitam de Teste de Habilidade Específica – Dança, licenciatura; Música – Canto, bacharelado; Música – Instrumento, bacharelado; Teatro, licenciatura; e Letras, Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). A Universidade não preencheu todas as vagas ofertadas no SiSU em 2016.1, o que foi minimizado com a publicação do Edital de Vagas Residuais para a ocupação das vagas não preenchidas; no entanto, permaneceu o não preenchimento de 100% das vagas ociosas.

Na educação superior, as ações de ensino, pesquisa e extensão são atividades finalísticas da UFRN. Essas ações se articulam com os Programas Temáticos que compõem o orçamento da União e com o Plano de Gestão 2015-2019 da UFRN, que conta com metas detalhadas anualmente no SIGPP – Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e de Projetos -, integradas às atividades finalísticas no âmbito da competência da Instituição.

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN está presente em 5 *Campi*, sendo 1 em Natal – *Campus* Central - e 4 *campi* no interior: *Campus* de Caicó; *Campus* de Currais Novos; *Campus* de Macaíba e *Campus* de Santa Cruz. No âmbito da educação a distância, atua em 16 polos de apoio presenciais localizados no Rio Grande do Norte. Conta com 09 unidades acadêmicas especializadas e 08 centros acadêmicos. Está estruturada acadêmica e administrativamente conforme previsto nos seus Estatuto e Regimento Geral.

Desde 2013 a Universidade firmou contratos com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH, que passou a administrar os 3 (três) hospitais da Universidade: Hospital Universitário Onofre Lopes (HUOL), Maternidade Escola Januário Cicco (MEJEC), e Hospital Maternidade Ana Bezerra (HUAB), em Santa Cruz.

Além dos 3 (três) hospitais como unidades suplementares, a UFRN conta também com mais 12 (doze) unidades suplementares, dentre as quais destaca-se a Superintendência de Comunicação (COMUNICA) que propõe-se a integrar, através dos seus veículos, as ações na área de comunicação, visando otimizar e implementar a política de comunicação interna e externa da Universidade. A COMUNICA é compreendida pela Rádio FM Universitária, pela TV Universitária (TVU) e pela Agência de Comunicação (AGECOM), sendo esta última o órgão responsável pela publicação e divulgação de notícias, eventos, projetos e pesquisas da UFRN. Os dois primeiros veículos evidenciam o compromisso da Instituição com a informação e a cultura, e desempenham um papel importante na formação complementar e crítica de ouvintes e telespectadores. Destaca-se que a Unidade fornece, também, apoio à formação complementar curricular e extracurricular de graduandos e pós-graduandos de cursos da UFRN, com o acolhimento anual de centenas de alunos em diversas atividades.

No exercício de 2016, a COMUNICA informou o desenvolvimento de ações, dentre as quais destacam-se: i) Revelação de talentos da arte musical com a realização da quinta edição do Festival Música Potiguar Brasileira com transmissão ao vivo da cerimônia de premiação pela Televisão Universitária e Universitária FM; ii) Inovação da grade de programação da TVU e UFM com estréia de novos programas de informação, esporte, arte e conhecimento; Desativação completa de publicações impressas, com circulação maciçamente conteúdos em bits, recorrendo ao correio eletrônico e à internet, bem como a plataformas móveis *on line*; e, iii) Ampliação da popularização da ciência, com a veiculação de programas com a temática científica e na divulgação de pesquisas aplicadas, mediante constituição de parcerias com pró-reitorias e institutos.

A UFRN oferece 102 cursos de **graduação** na modalidade presencial, com 23.803 alunos matriculados. No exercício de 2016 foram ofertadas 7.064 novas vagas nesses cursos. Ainda em 2016 foi extinta a habilitação em Radialismo do Curso de Comunicação Social, por meio da Resolução CONSEPE nº 171/2016, que encerrou a sua oferta. No mesmo exercício, foi criada a habilitação em Áudio Visual do também curso de Comunicação Social, mediante a Resolução nº 119/2016 - CONSEPE.

A Secretaria de Relações Internacionais (SRI) da UFRN registrou que no exercício de 2016, em nível de graduação, 34 estudantes chegaram à UFRN em mobilidade nacional, e 48 estudantes da UFRN foram encaminhados para outras instituições de educação superior também em mobilidade nacional. Em nível internacional, 58 estudantes estrangeiros foram recebidos pela Universidade; já os estudantes da UFRN no exterior somaram 47 alunos.

A Universidade dispõe de 300 Acordos de Cooperação Internacional ativos, sendo que destes, 80 novos Acordos foram firmados em 2016.

Na **pós-graduação**, a Instituição oferece 89 Programas *stricto sensu*, totalizando 125 cursos, sendo 61 em nível de mestrado acadêmico, 23 em nível de mestrado profissional e 41 em nível de doutorado, perfazendo 6.066 alunos matriculados. Oferta, também, 105 cursos de pós-graduação *lato sensu*: 61 cursos de especialização, 37 residências médicas, 1 residência bucomaxilofacial e 6 residências multiprofissionais.

No ano de 2016 foram realizadas 1.493 defesas: 364 teses de doutorado e 1.129 dissertações de mestrado. Em relação a 2015 houve um aumento de 11% no total de defesas, com destaque para o número de dissertações defendidas que apresentou incremento de 14%, ultrapassando pela primeira vez mais de mil defesas.

Ainda nesse nível de ensino se sobressai o Programa de Qualificação Profissional (PQI) desenvolvido em parceria com o Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, vigente desde 2008. Desde sua implantação, o PQI tem sido de fundamental importância na qualificação dos servidores da UFRN. Além do PQI, a criação de Mestrados Profissionais em diversas áreas abriu a possibilidade de contemplar maior número de servidores por turma, a exemplo dos cursos de Gestão Pública, Gestão de Processos Institucionais, Ensino na Saúde (para a capacitação de preceptores nas unidades de saúde, em especial os Hospitais Universitários), Design, Engenharia de Software, entre outros. Em 2016, o número de Programas com servidores em capacitação saltou de 46 para 67, representando um aumento de 45,6%, crescimento semelhante ao verificado no ano anterior.

Ainda no âmbito da Pós-Graduação, em 2016 foram elaboradas e submetidas à aprovação as propostas de 4 mestrados profissionais, 4 mestrados acadêmicos e 4 doutorados, totalizando 12 cursos, número que mesmo um pouco menor em relação à 2015, indica a manutenção do potencial de crescimento do sistema de Pós-Graduação da Instituição. Até o final de 2016, o Conselho Técnico Científico - CTC/CAPES confirmou a aprovação de 5 propostas da UFRN - Engenharia Têxtil (M), Fonoaudiologia (M), Práticas de Saúde e Educação (MP) com nota 3 e Inovação em Tecnologias Educacionais (MP), com nota 3, além de Gestão e Inovação em Saúde (MP) com nota 4. A UFRN atingiu, assim, a marca de 125 cursos *stricto sensu* correspondendo a um crescimento de 6,8% em 2016.

Conforme estabelecido pela Administração superior da UFRN, com base no Plano de Gestão (2015-2019) e no diagnóstico realizado em 2015 sobre as ações necessárias para a melhoria da qualidade acadêmica dos Programas de Pós-graduação, e considerando que 25 (20%) dos 125 cursos de pós-graduação têm conceito 3, a Pró-reitoria de Pós-graduação (PPg) formulou em 2016, em parceria da Pró-Reitoria de Pesquisa - PROPESQ, o Programa de Acompanhamento, Avaliação e Fomento para a Excelência na Pós-graduação - PAAFEP, submetido à discussão em diversas instâncias, como estratégia para alavancar os indicadores da Instituição.

O PAAFEP se desdobra em 3 linhas de ação: **i)** Apoio a grupos emergentes para a criação de Programas de Pós-Graduação; **ii)** Consolidação de Programas acadêmicos com o curso de Mestrado com conceito 3 e 4; e **iii)** Construção da excelência para Programas com curso de Doutorado. Em 2016 foram lançados 3 (três) editais, um para cada linha de ação. Dentre eles, destaca-se o relativo à linha de ação II - Consolidação de Programas acadêmicos com o curso de Mestrado com conceito 3 e 4: O edital 03/2016 - Planejamento Estratégico para Excelência de Programas com Mestrado Acadêmico nota 3 foi lançado com o objetivo de realizar uma avaliação do programa por pesquisadores externos e proposta de ações para a melhoria da qualidade acadêmica de modo a atingir as condições de submissão de propostas de Doutorado à CAPES. O prazo para adesão foi

30/12/2016, e o edital se desdobra em duas etapas, sendo a primeira a realização de um seminário de avaliação com participação de pesquisadores externos até 30/03/2017. A segunda etapa, com adesão até 30/05/2017 ocorrerá com a apresentação do planejamento estratégico do Programa para o período 2017-2020. A execução deste edital foi proposta para o quadriênio 2017-2020, como estratégia para elevar a nota do maior número possível desses Programas, induzindo o planejamento de ações que visem minorar as fragilidades detectadas e melhorar a qualidade acadêmica, que serão acompanhadas pela PPG. A expectativa é que as oficinas/seminários de avaliação com a participação de pesquisadores externos experientes resulte num diagnóstico claro das ações necessárias para alavancar a qualidade acadêmica desses cursos e, a partir da segunda etapa, cuja adesão consiste na submissão do plano 2017-2020, essa atividade se traduza na maior ação estruturante da PPG até o final da atual gestão.

Na modalidade a distância, em nível de graduação, a Instituição oferta 11 cursos (1 bacharelado, 1 tecnólogo e 9 licenciaturas), com 2.082 alunos matriculados.

Na área de Inovação, Ciência e Tecnologia, ressaltam-se duas ferramentas tecnológicas desenvolvidas em 2016: **a)** Sistema de indicador Mandacaru - tem como objetivo medir a produção no campo da educação a Distância, dando suporte de tecnologia educacional a todos os cursos a distância ou semipresenciais vinculados à Secretaria de Educação a Distância - SEDIS. A partir desse sistema, já é possível apresentar os indicadores da educação a distância para acompanhamento da formação em nível de graduação e de pós-graduação. Esses indicadores são processados para os modelos de ensino semipresencial, a distância e autoinstrucional. Atualmente, o sistema de indicadores está integrado ao ambiente virtual de aprendizagem Mandacaru Acadêmico. **b)** Desenvolvimento de Sistemas Mobile - os usuários do ambiente virtual de aprendizagem SEDIS já contam com a versão do Mandacaru Mobile para dispositivos móveis com sistema operacional IOS e Android. O AVASUS Mobile possui o mesmo conteúdo da plataforma e está disponível para tablets e smartphones. No aplicativo, é possível entrar em contato com outros alunos do ambiente através da opção mensagens, baixar os materiais dos módulos para estudar mesmo sem conexão com a internet. Além disso, o usuário ainda poderá emitir um relatório por mês e ano com a quantidade de horas cursadas.

A UFRN oferece ainda 4 cursos de graduação em convênio com a CAPES no Programa PARFOR (Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica) e 2 cursos em convênio com o MEC no âmbito do PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária).

O Quadro abaixo apresenta uma síntese das informações sobre o número de alunos na UFRN no exercício 2016.

Quadro 4 – Número de alunos matriculados e concluintes na UFRN em 2016

Nível de ensino	Nº de alunos matriculados 2016	Nº de alunos concluintes 2016
Graduação presencial	23.803	4.242
Pós-graduação <i>stricto sensu</i>	6.066	1.493
TOTAL	29.869	5.735

Fonte: PROPLAN/SIGAA

No total, somando os alunos matriculados em todos os níveis de ensino da educação superior, nas modalidades presencial e a distância, a Universidade tinha **31.951** alunos matriculados em 2016. Tal desempenho é decorrente, principalmente, do compromisso e responsabilidade social da Instituição em formar profissionais com qualidade para a sociedade, conforme comprovam todas as avaliações externas do MEC/INEP e o indicador de qualidade IGC (Índice Geral de Cursos) mais recente (2014) – IGC “4”.

A **pesquisa** na UFRN em 2016 contou com 394 grupos e 1.446 projetos (sendo 1.370 internos e 76 externos). Dos 394 grupos de pesquisa, 152 estão consolidados e 242, em processo de consolidação. No período, observou-se um esforço significativo da UFRN no âmbito do registro de patentes e da proteção da propriedade intelectual, com o assentamento de 158 pedidos de patentes. Sua produção científica no exercício foi de 1.192 artigos em periódicos, jornais e similares, 73 livros, e 192 capítulos de livros.

As atividades de **extensão** no exercício de 2016 compreenderam 1.853 ações que resultaram no desenvolvimento de programas, projetos, cursos, eventos e produtos, com a participação de docentes, técnico-administrativos e estudantes. Essas ações priorizaram a integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão, com a finalidade de contribuir para uma formação que privilegia a articulação dos conhecimentos com a prática, buscando o cumprimento da responsabilidade social da Instituição.

Nessa área foram executados 16 programas, 728 projetos, 256 cursos, 825 eventos e contabilizados 28 produtos, abordando 8 áreas temáticas – Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Trabalho.

Além disso, no ano de 2016 foram lançados 6 editais para ações de extensão, distribuídos em 4 editais temáticos, editais de ações acadêmicas integradas (ensino, pesquisa e extensão), edital para grupos de arte e cultura e edital para projetos de extensão isolados.

Dando continuidade ao Programa “Trilhas Potiguares” em 2016, as atividades extensionistas foram ampliadas, envolvendo 10 municípios do Estado e atendendo a um público de 10.887 habitantes de municípios com menos de 15 mil habitantes no interior do Rio Grande do Norte. Participaram do programa 177 estudantes de graduação de 44 cursos diferentes, confirmando o seu caráter inter e multidisciplinar, orientados por 20 coordenadores, sendo 16 professores e 4 técnico-administrativos. Este programa existe desde 1996 e nos últimos 20 anos vem trabalhando na promoção da Participação Social, Educação, Saúde e Cultura no RN. A importância do programa é evidenciada na sua forma de execução, articulando a universidade e a sociedade no desenvolvimento de ações que contribuem para o desenvolvimento local, qualificando e impactando diretamente na formação dos estudantes da UFRN.

Destaca-se no exercício de 2016 a criação de um novo Programa de Extensão - Aprendizagens ao longo da Vida - visando à indução de ações educativas que favoreçam o enfrentamento às ameaças globais e importantes questões sociais (doenças emergentes ou negligenciadas, deficiências no ensino de ciências e matemática, violência e preconceito contra a mulher e pessoas LGBT, problemas associados ao semiárido, dentre outros).

Para garantir a permanência e o sucesso dos alunos matriculados, a Universidade conta com **infraestrutura física** adequada composta, entre outros, de laboratórios, hospitais, salas de aula e bibliotecas. Dispõe, assim, de potencialidade física e organizacional para cumprir com excelência sua missão e seus objetivos institucionais.

Suas instalações acadêmicas e administrativas estão organizadas em 01 Reitoria, 08 Centros Acadêmicos, 09 Unidades Acadêmicas Especializadas, 01 Biblioteca Central e 01 Restaurante Universitário. A cada Centro e Unidade Acadêmica Especializada estão ligados setores de salas de aulas, laboratórios, núcleos de pesquisa e bibliotecas setoriais. As atividades de ensino, pesquisa, extensão e artístico-culturais são desenvolvidas também em auditórios distribuídos nesses espaços acadêmicos.

Para o desenvolvimento das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, a UFRN dispõe de mais de 300 laboratórios. Entre eles, laboratórios específicos (por área ou disciplina) e laboratórios multidisciplinares, todos com espaço e equipamentos adequados às atividades desenvolvidas. Destacam-se, entre outros, os seguintes: Laboratório de Automação em Petróleo, Laboratório de Geologia e Geofísica do Petróleo, Laboratório de Epidemiologia Clínica e Fisioterapia Geriátrica, Laboratório de Engenharia Ambiental e Controle de Qualidade, Laboratório de Metrologia, Laboratório de Monitoração de Produtos sobre Vigilância Sanitária, e o Laboratório de Realidade conectado à rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP).

A Universidade dispõe também de 03 Museus (Museu Câmara Cascudo, Museu de Ciências Morfológicas e Museu do Mar), 01 Núcleo de Produção de Alimentos e Medicamentos– NUPLAM, 01 Agência de Comunicação, 01 Emissora de TV educativa em canal aberto e 01 rádio FM em frequência modulada.

Conta, ainda, com um Centro de Convivência no qual estão instalados: um restaurante, lanchonetes, farmácia-escola, livrarias, serviços bancários e de correios. Nesse espaço está igualmente alojado o Núcleo de Arte e Cultura – NAC, Ouvidoria, bem como salas de exposição de vídeo. As Unidades Acadêmicas (Centros e Setores de Aula) dispõem, em geral, de cantinas, lanchonetes e espaços de convivência para docentes, discentes e técnicos administrativos. A infraestrutura para a prática de esportes é composta por dois ginásios poliesportivos, piscinas e campo de futebol com pista de atletismo.

Para a promoção da arte e da cultura, a Instituição dispõe de um amplo anfiteatro aberto, situado na praça cívica do Campus Central próximo à Capela do Campus, espaço próprio para as manifestações religiosas na Universidade. Conta, também, com um Teatro Multiuso, tipo arena, que pode ser organizado de acordo com o espetáculo ou peça, com capacidade para 300 pessoas.

Na área de Arte e Cultura destacam-se as seguintes ações em 2016: 09 exposições de 40 artistas, realizadas na Galeria Conviv'art, com o total de 3.069 visitantes; e a Mostra de alunos, no âmbito do Atelier de Artes do NAC (Núcleo de Artes e Cultura), contemplando pinturas e desenhos a partir de uma demanda inicial dos próprios alunos, permitindo valorizar e divulgar os trabalhos, bem como estreitar os laços da Universidade com a comunidade em geral.

Dentro do Programa de Acessibilidade Cultural da UFRN, sobressai-se o 1º Encontro Potiguar de Acessibilidade em Ambientes Culturais, promovido em novembro de 2016, com o objetivo de estabelecer um contexto de diálogo em torno da temática da acessibilidade no cenário norte-rio-grandense; contou com um ciclo de palestras, mesas redondas e proposições (minicurso, roda de conversa e oficina); participaram profissionais de instituições convidadas, de várias partes do Brasil – Rio de Janeiro, Pernambuco, Ceará, São Paulo, Rio Grande do Sul, Brasília e do próprio Rio Grande do Norte.

Atuando como suporte informacional ao ensino, à pesquisa e à extensão, contribuindo para a produção científica da Instituição, a Biblioteca Central Zila Mamede (BCZM) é o órgão central executivo do Sistema de Bibliotecas da UFRN (SISBI), responsável pela coordenação, padronização e assistência técnica às 20 (vinte) outras bibliotecas setoriais que compõem o SISBI.

Em dezembro de 2016, o SISBI dispunha de um total de 417.005 volumes; destes, 268.604 são livros e 123.441, periódicos.

A BCZM permite, por meio de sua página (www.bczm.ufrn.br), acesso aos acervos digitais de todas as unidades do Sistema de Bibliotecas da UFRN. Entre outros títulos, esses acervos englobam 3.605 livros eletrônicos; 8.558 Teses e Dissertações; e 2.760 Monografias. Além disso, as unidades do SISBI oferecem acesso ao Portal de Periódicos da CAPES, Hemerotecas Digitais e Fotografias.

Na BCZM destacam-se as atividades técnicas de produção de materiais informacionais, desenvolvidas no Laboratório de Acessibilidade da Biblioteca (LA), em formato acessível (Ampliado, Braille e Áudio), para permitir o adequado desenvolvimento acadêmico e social dos alunos da Universidade com baixa visão, cegueira, dislexia, entre outros, garantindo a permanência desses alunos e a conclusão dos respectivos cursos.

Também como forma de assegurar o desenvolvimento de suas atividades acadêmicas, a UFRN dispunha em dezembro de 2016 de um quadro de pessoal composto de 5.533 servidores, sendo 2.334 docentes efetivos e 3.199 técnico-administrativos. Do total de docentes efetivos, 2.132 pertencem ao quadro permanente do Ensino Superior e 202, ao quadro de docentes permanentes da Educação Básica.

No magistério superior e na educação básica, dos 2.334 docentes efetivos, 78% (1.823) são doutores, 14,9% (349) mestres, 6,3% (148) especialistas e 0,6% (14) graduados.

Além da força de trabalho descrita acima, a Universidade conta com a colaboração de pessoal terceirizado por meio de empresas prestadoras de serviços para desempenhar funções de cargos extintos desde 1998. Além disso, dispõe de pessoal contratado diretamente pela Fundação Norte-Rio-Grandense de Pesquisa e Cultura – FUNPEC para apoiar os projetos acadêmicos.

A UFRN tem demonstrado a existência de plenas condições para garantir o seu funcionamento, bem como para cumprir o compromisso de formar profissionais qualificados para os diferentes setores da sociedade. Esse entendimento é corroborado pelos resultados de todas as avaliações externas do MEC/INEP, bem como pelos resultados obtidos no indicador de qualidade IGC (Índice Geral de Cursos) mais recente - 2015, **publicado em 07.03.2017**, cujo conceito obtido foi “4”, numa escala de “1” a “5”. Destaca-se que desde a primeira edição do IGC a UFRN tem mantido o conceito “4” no indicador.

Para o cálculo do IGC são considerados, dentre outros indicadores, os resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE (de cursos de graduação), bem como os resultados da avaliação (antes trienal e agora quadrienal) realizada pela CAPES, dos cursos de Pós-Graduação oferecidos pela Instituição.

O ENADE integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Avalia cada área do conhecimento de acordo com o ciclo avaliativo, que é trienal. Tem a finalidade de aferir o aproveitamento dos alunos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos curriculares, habilidades e competências.

Os resultados aqui demonstrados **foram divulgados pelo INEP/MEC em 07.03.2017** e são referentes ao Exame realizado em 2015. O quadro que segue abaixo apresenta os resultados da Universidade obtidos por meio da participação dos alunos dos cursos da área de Ciências Sociais e Aplicadas. Para estabelecer um comparativo e auxiliar a compreensão da avaliação, encontram-se registrados os quatro resultados anteriores dos cursos da área referida. Da mesma forma que no IGC, os conceitos do ENADE variam na escala de “1” a “5”.

Quadro 5 - Conceitos dos cursos da UFRN avaliados pelo ENADE no período 2006/2009/2012/2015

Curso	2006	2009	2012	2015
	Administração - Natal	5	5	4
Administração – Currais Novos	-	4	3	4
Biblioteconomia	3	3	-	-
Ciências Contábeis – Natal	5	4	4	4
Ciências Contábeis – Caicó	4	3	3	3
Ciências Econômicas	3	3	2	2
Comunicação social - RADIALISMO	5	3	-	-
Comunicação social - JORNALISMO	4	4	4	4
Comunicação social – PUBLICIDADE E PROPAGANDA	-	-	5	4
Design	-	-	-	4
Direito - Natal	5	5	5	5

Direito - Caicó	4	4	5	5
Educação Artística - Natal	-	5	-	-
Música	4	3	-	-
Psicologia	5	5	5	5
Teatro	SC	5	-	-
Turismo - Natal	-	4	3	3
Turismo – Currais Novos	-	SC	3	2

Fonte: INEP/ENADE

Como se observa, no ciclo avaliativo trienal os resultados dos cursos participantes da UFRN são extremamente positivos, à exceção do curso de Ciências Econômicas que permanece com o conceito 2 (insatisfatório). O curso de Turismo ofertado no campus de Currais Novos, que também obteve conceito 2, atualmente com menos de 10 alunos matriculados, está em processo de extinção.

No contexto da avaliação institucional, além da avaliação externa, destaca-se o processo de avaliação interna ou autoavaliação, desenvolvido continuamente pela UFRN, e que desde 2004 está fundamentado na Lei do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES (Lei nº 10.861/2004). Esse processo fornece apoio às atividades acadêmicas da Instituição e é conduzido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) – caracterizada no capítulo 4, item 4.2 deste Relatório, conforme previsto na mencionada Lei. Abrange a avaliação das dez dimensões definidas na Lei nº 10.861, atualmente agrupadas em cinco eixos por meio da Nota Técnica nº 14/2014 do INEP/MEC.

O processo de autoavaliação na UFRN identifica as fragilidades e as potencialidades institucionais nas dimensões previstas na supracitada Lei, se caracterizando num importante instrumento para a tomada de decisão; desse processo resultam relatórios contendo análises, críticas e sugestões. No exercício de 2016 a CPA conduziu o processo de autoavaliação do curso de Ecologia além de concluir o processo de autoavaliação institucional da Política de Assistência Estudantil da Instituição.

Ação 4002 - Assistência aos Estudantes de Educação Superior

Quadro 6 - Identificação da Ação 4002-Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Identificação da Ação	
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x) Integral () Parcial
Código	4002 Tipo: Atividade
Título	Assistência ao Estudante de Ensino Superior
*Iniciativa	
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.
Programa	Educação de Qualidade Para Todos Código: 2080 Tipo:
Unidade Orçamentária	26243
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria (x) Outras

Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
35.178.987	35.178.987	31.501.447,90	25.934.121,45	25.932.189,45	1.932,00	5.567.326,45
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Benefício Concedido		Unidade	12.000		29.002	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
3.136.000,05	2.063.422,59	314.902,28				

Fonte: Tesouro Gerencial

O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) apoia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior (IFES). O objetivo é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão.

O PNAES oferece assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. As ações são executadas pela própria instituição de ensino, que deve acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa. Os critérios de seleção dos estudantes levam em conta o perfil socioeconômico dos alunos, além de critérios estabelecidos de acordo com a realidade de cada instituição.

As ações de assistência estudantil executadas pela UFRN em 2016 foram custeadas com recursos do PNAES e também com recursos orçamentários da Instituição. No que diz respeito aos recursos do PNAES, instituído através do Decreto-Lei nº 7.234, de 19 de julho de 2010, conforme o seu artigo 5º, têm atendimento prioritário estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior. Na UFRN, a Resolução que trata de auxílio a estudantes considera como alunos em vulnerabilidade socioeconômica aqueles provenientes de famílias cuja renda per capita seja igual ou inferior a um salário mínimo oficial (Resolução 026/2009 – CONSAD, de 20 de agosto de 2009). Essa situação foi alterada com a aprovação da nova política de alimentação (consubstanciada na Resolução 020/2016 – CONSAD, de 16 de junho de 2016), a qual redefiniu a faixa de beneficiários da isenção no Restaurante Universitário para estudantes com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio. Ainda, de acordo com o Artigo 3º do Decreto 7.234, o PNAES deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior, e no seu Parágrafo 1º ficou estabelecido que as ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas: I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades.

Os recursos oriundos do PNAES foram complementados por recursos do orçamento da Instituição e outros advindos de convênios e projetos. Assim, houve uma oferta de bolsas, auxílios e serviços abrangentes. O Serviço Social da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAE), organizado na Coordenadoria de Apoio Pedagógico e Ações de Permanência da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAE), operacionaliza boa parte dos programas e das ações da assistência estudantil da UFRN, buscando contemplar as linhas de ação previstas no PNAES conforme especificação exposta a seguir:

Na UFRN o monitoramento das ações realizadas no âmbito do PNAES é concretizado por meio das avaliações anuais de desempenho dos beneficiários, pois, a continuação do recebimento de uma bolsa ou benefício está condicionada à demonstração do alcance de rendimento acadêmico estabelecido em cada edital. Os estudantes com baixo rendimento têm que apresentar justificativa, em forma de processo, analisada pela Comissão de Assuntos Estudantis (CAE), a qual é constituída por gestores, assistentes sociais, servidores representando as Pró-Reitoria de Graduação e de Administração, representantes estudantis dos residentes universitários e do Diretório Central de Estudantes. A UFRN está construindo um sistema de gerenciamento eletrônico das bolsas que permitirá um melhor monitoramento do desempenho acadêmico dos beneficiários da assistência estudantil. Esse produto deverá ser concluído até o segundo semestre de 2017. Concomitante, será iniciado um processo de revisão e aferição dos resultados alcançados pelas diversas modalidades de benefícios concedidos. Com base nesse trabalho, e levando em conta a discussão com as coordenações de curso e com a Pró-Reitoria de Graduação, buscar-se-á estabelecer metas e indicadores que orientem a execução e avaliação da política de assistência estudantil.

Para o enfrentamento dos déficits de aprendizagem, além de programas específicos, realizados pelas próprias unidades nas quais são ofertados os cursos que apresentam maiores índices de repetência e evasão, a PROAE tem um projeto específico, capitaneado por profissionais da psicologia, com o fito de lidar com essa realidade. Trata-se do Programa Hábitos de Estudo (PHE), desenvolvido pela Coordenadoria de Assistência à Saúde do Estudante da PROAE, que tem como objetivo identificar as situações de insucesso e promover atividades direcionadas à sua superação. Para tanto, têm sido realizadas ações preventivas e de acompanhamento aos discentes ao longo do ano, tais como: Plantão de Orientações de Estudo, Grupo de Habilidades Acadêmicas, Oficinas temáticas, apresentação de trabalhos em eventos científicos. Em 2016 foram realizados 573 atendimentos para 207 estudantes com dificuldades de aprendizagem.

Bolsa alimentação: A Bolsa Alimentação objetiva a concessão de refeições (desjejum, almoço e/ou jantar) aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica que se enquadram nos critérios de estabelecidos na Resolução 026/2009 – CONSAD e que têm necessidade acadêmica de se manter em turnos consecutivos na Instituição. Em Natal, os estudantes são assistidos no Restaurante Universitário (RU) do Campus Central e no refeitório do Centro de Ciências da Saúde (CCS); nos *campi* de Caicó e Currais Novos (CERES), onde não há restaurante universitário funcionando, esse apoio é feito através da concessão de dois tipos de bolsas: a primeira, no valor de R\$ 150,00, destina-se a estudantes que ou já recebem bolsa moradia ou residem em cidades próximas e têm necessidade de permanecer em mais de um turno na Instituição; a segunda, que, em 2016, foi alterada de R\$ 300,00 para R\$ 400,00, é concedida aos estudantes moradores das residências universitárias. Além do atendimento com gratuidade, o RU também atende alunos pagantes, no valor de R\$ 3,00, para almoço ou jantar, uma vez que o café da manhã é exclusivo dos moradores das residências universitárias. Com a identificação do preço do custo (Resolução 020/2016 – CONSAD), o qual foi fixado em R\$ 7,00 (sete reais) para almoço e R\$ 6,50 (seis reais e cinquenta centavos) para jantar, os pagantes passaram a se distribuir entre duas faixas de renda com preços diferenciados: com renda média familiar per capita entre 1,5 e 3 salários mínimos, preço subsidiado de R\$ 3,00 (três reais) e com renda superior a 3 salários mínimos, preço de custo sem subsídio de R\$ 7,00 (sete reais). Em 2016, o Restaurante Universitário serviu 974.967 refeições, o que se traduz em uma média mensal de 81.247 refeições servidas. Desse total, 70%

foram fornecidas com gratuidade completa e 30% pagas aos valores de R\$ 3,00 e R\$ 7,00, o que implica, no primeiro caso, em um subsídio de quase R\$ 4,00 por refeição, dado que o valor médio de custo foi de R\$ 7,00. O lugar de centralidade da política de alimentação na assistência estudantil se traduz não apenas nos números brutos e nos valores aplicados, mas no total de beneficiários. Em 2016, tivemos 1.710 estudantes beneficiários de gratuidade nos dias de aula (nos *campi* Central, EAJ e FACISA) aos quais se somam os 1.861 moradores de residências e bolsistas de moradia (que têm gratuidade garantida inclusive nos feriados e finais de semana). Já os beneficiários de auxílio financeiro para a alimentação foram 360 e aqueles que tiveram aprovado o pagamento de preço subsidiado no Restaurante Universitário foram 504.

Bolsa Moradia: Através do programa Bolsa Moradia, a UFRN visa assegurar moradia aos estudantes que se encontram dentro dos critérios socioeconômicos estabelecidos pela Resolução 026/2009 – CONSAD, procedentes de cidades diferentes daquelas onde tem os campi da UFRN e de outros estados e que necessitam desta modalidade de apoio para permanecer e concluir sua formação superior. Atualmente a UFRN disponibiliza 12 Residências Universitárias, sendo 11 imóveis próprios e apenas um alugado, com capacidade para 774 alunos, sendo 07 Residências de Graduação em Natal, 02 no CERES (nos Campi de Currais Novos e Caicó), 01 na FACISA (Campus Santa Cruz), o que totalizam 10 Residências de Graduação e 02 Residências de Pós-Graduação localizadas em Natal. As residências de pós-graduação são mantidas com recursos próprios da UFRN, uma vez que o PNAES só pode ser usado para atender alunos de graduação presencial. Além da Bolsa Residência, a UFRN concede aos estudantes que não são contemplados com vagas nas residências, um auxílio-moradia no valor de R\$ 250,00.

Bolsa de Apoio Técnico e Administrativo: A Concessão de Bolsas de apoio Técnico e Administrativo é disponibilizada ao aluno que atende aos critérios socioeconômicos da Resolução 026/2009 – CONSAD e que estão aptos a inserir-se nos programas da assistência estudantil. É utilizado, pela UFRN, como estratégia de subsidiar este aluno na permanência e conclusão de seu curso. Estas são disponibilizadas pelos centros e para ter acesso o aluno necessita, como contrapartida, desenvolver de 12 a 20 horas de atividades de trabalho, estabelecidas de acordo com especificidade e o objetivo de cada setor.

Bolsa Acessibilidade: Essa é uma ação afirmativa que a UFRN desenvolveu com o objetivo de atender a estudantes com deficiência física, sensorial, intelectual, pessoa com transtorno do espectro autista ou múltipla além da situação de vulnerabilidade socioeconômica, para auxiliar ao aluno com deficiência a arcar com despesas referentes a deslocamento, aquisição de instrumentos pessoais indispensáveis e de apoio aos estudos.

Auxílio-Creche: O Auxílio Creche objetiva custear despesas referente à manutenção da creche e/ou serviço similar, para os filhos de alunos da UFRN que fazem a primeira graduação. Para tanto, as crianças necessitam estar com idade entre 0 a 6 anos e também legalmente sob sua responsabilidade. Este atendimento dá-se através da disponibilização de recurso financeiro no valor de R\$ 100,00 (cem reais) durante os meses correspondentes ao período acadêmico de aulas no total de 100 bolsas por semestre. Para as estudantes com dois filhos, a concessão é de uma bolsa mensal de R\$ 200,00.

Auxílio-Transporte: O Auxílio Transporte objetiva o apoio financeiro, no valor de R\$ 100,00 aos estudantes que atendem aos critérios estabelecidos na Resolução 026/2009 – CONSAD. Atualmente, os Campi que contam com este auxílio são: Santa Cruz, Caicó, Currais Novos e Macaíba.

Auxílio-Atleta: O Auxílio Atleta objetiva incentivar a participação de atletas de alto rendimento esportivo e em vulnerabilidade socioeconômica nas seleções da UFRN, através da disponibilização de recurso financeiro mensal no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais). Em 2016, tivemos 17 estudantes beneficiários (as).

Bolsas acadêmicas: Na UFRN, bolsas de pesquisa, extensão, monitoria e ações associadas (ensino, pesquisa e extensão) também são apoiadas com recursos da assistência estudantil. Essas bolsas são repassadas para as pró-reitorias acadêmicas que as distribuem a docentes através de

editais de apoio a projetos nas dimensões acima elencadas. O valor mensal de cada uma dessas bolsas é de R\$ 400,00. Aqui indicamos apenas aquelas que foram custeadas com recursos do PNAES. Além das bolsas e auxílios acima identificados, cuja concessão é condicionada à concorrência em edital, a UFRN, em fluxo contínuo, através do atendimento da Diretoria de Assistência ao Estudante da PROAE com o apoio técnico do Serviço Social da CAPAP, providenciou as seguintes ações de apoio à permanência estudantil:

Auxílio óculos: O auxílio óculos objetiva atender aos estudantes que atendem aos critérios estabelecidos na Resolução 026/2009 – CONSAD, em primeira graduação, e que necessitem de subsídio para aquisição de óculos ou lentes corretivas, respeitando-se a periodicidade mínima de 12 (doze) meses entre cada solicitação. O atendimento acontece por meio da disponibilização de recurso financeiro no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais).

Auxílio Instrumental Acadêmico: Trata-se de um recurso financeiro disponibilizado para auxiliar os alunos do curso de odontologia na aquisição de seus instrumentais, pois são materiais de alto custo e sem esse apoio pelo menos 10% dos estudantes trancariam o curso.

Apoio para a participação estudantil em eventos científicos, acadêmicos e culturais. Essa modalidade de apoio, concedida prioritariamente a estudantes em situação de vulnerabilidade social, objetiva apoiar a participação de alunos da UFRN em eventos regionais, nacionais e, excepcionalmente, internacionais.

Para além desses apoios, através de auxílios, bolsas ou ofertas de alimentação e/ou moradia, a UFRN também oferta um conjunto de programas e ações e contínuas. Dentre estas, em 2016, destacamos as seguintes:

Programa de Atenção à Saúde Mental do Estudante. Tem como foco atuar no acolhimento em saúde para os estudantes através da escuta clínica, realizar aconselhamento, orientação e/ou intervenção psicológica na resolução de problemas de natureza afetivo-emocional, ajudar os estudantes a superar as dificuldades de relacionamento afetivas e adaptativas que estejam interferindo no desempenho acadêmico. Visa também contribuir para a permanência no curso e melhorar o aproveitamento acadêmico, através da promoção de ações. O Programa atende somente alunos identificados como prioritários de acordo com os critérios do PNAES, dada grande procura e a existência de poucos profissionais efetivos. Em 2016, foram realizados 1045 atendimentos a 517 estudantes na área de saúde mental.

Plantão Psicológico: Oferece ao estudante atendimento breve com fins de acolhimento a demandas pontuais, tanto no âmbito pessoal, quanto no âmbito acadêmico. Realiza, quando necessário, o encaminhamento adequado para cada caso. Os atendimentos são de fluxo contínuo e ocorrem nos turnos matutino (8h-12h), vespertino (12h-16h) e alguns dias no turno da noite (16h-20h). Durante o ano, o plantão psicológico esteve em funcionamento 212 dias.

Grupos de Apoio Terapêutico: Trata-se da oferta de grupos de psicoterapia para estudantes com atividades terapêuticas, dinâmicas de grupo, vivências, dentre outras para minimizar os conflitos vivenciados.

Reuniões de supervisão com docentes: Discussão e estudo dos casos da PROAE acompanhados em psicoterapia pelas estagiárias com o docente supervisor de estágio.

Programa de Aconselhamento em Saúde. Tem como foco ações de orientação em saúde sexual, sistematizando campanhas, palestras e cursos que possam oferecer informações pertinentes as doenças sexualmente transmissíveis, entre outros. Têm sido distribuídos folders de orientação e preservativos.

Projeto de Extensão Hábitos de Estudo (PHE). Tem como foco ajudar os universitários a refletir sobre seu processo de aprendizagem, auxiliando na construção de estratégias e métodos de estudo que facilitem a vida acadêmica promovendo o sucesso profissional e pessoal dos estudantes. O projeto atua sob a coordenação de uma psicóloga e uma equipe de 8 alunos bolsistas e voluntários nas áreas de psicologia e pedagogia que atendem graduandos de qualquer Instituição de Ensino Superior em Natal (IES), independente de classe socioeconômica. Este projeto específico propiciou 573 atendimentos a 207 estudantes.

Em 2016, de forma mais ampla, a Coordenadoria de Saúde do Estudante (CASE), vinculada à PROAE, realizou a triagem e encaminhou 13.874 estudantes para atendimento médico, odontológico ou ambulatorial. Vale salientar o fato de que, no planejamento, o previsto era o encaminhamento de 4.500 estudantes. Assim sendo, em 2016, quase foi triplicado o número de encaminhamentos pelo setor de saúde em relação ao ano anterior.

No tocante à meta prevista de 12.000 benefícios concedidos no exercício de 2016, que foi ultrapassada em mais de 17 mil benefícios (já que totalizou 29.002 benefícios no período), cabe esclarecer que o benefício pode ser contabilizado por pessoa física, o que atenderia a meta de 12 mil, em 2016; não obstante, se forem contabilizados os benefícios individuais por pessoa física (já que um estudante pode receber mais de um benefício), a meta realizada é ampliada para 29.002 benefícios.

Ação 8282 - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

Quadro 7- Identificação da Ação 8282- Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(<input checked="" type="checkbox"/>) Integral (<input type="checkbox"/>) Parcial					
Código	8282 Tipo: Atividade					
Título	Reestrut. e Expansão de Instit. Federais de Ensino Superior					
*Iniciativa						
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.					
Programa	Educação de Qualidade Para Todos Código: 2080 Tipo:					
Unidade Orçamentária	26243					
Ação Prioritária	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input checked="" type="checkbox"/>) Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
56.605.507	60.095.377	39.945.251,86	11.871.188,38	11.668.885,56	202.302,82	28.074.063,48
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Projeto viabilizado		Unidade	30		11	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
34.739.542,53	17.499.324,72	8.402.020,97				

Fonte: Tesouro Gerencial

No ano de 2016, foram apoiados projetos de construção e ampliação da infraestrutura de diversos setores da UFRN, destacando-se o Instituto de Medicina Tropical - (PO 0001-Mais Médicos), o Instituto de Línguas, Literatura e Cultura Modernas - ÁGORA, os Laboratórios de Estudo do Movimento Humano, o Instituto do Cérebro, o Departamento de Informática e Matemática Aplicada, o Centro Integrado de Vocação Tecnológica do Instituto MetrÓpole Digital, o Departamento de Física Teórica e Experimental, bem como as obras de infraestrutura de rede elétrica, de abastecimento de água e da rede de comunicação, todos com recursos da ação 8282.

Da mesma forma, foram investidos recursos na compra de equipamentos e material permanente para alguns dos projetos acima referidos. Como fatores que contribuíram para a execução da ação, pode-se destacar a atuação da Superintendência de Infraestrutura da UFRN na elaboração dos projetos técnicos e o desempenho do Departamento de Material e Patrimônio da Pró-Reitoria de Administração nos processos licitatórios. Como fatores que dificultaram a execução da ação, não permitindo o atendimento da meta prevista, destacam-se principalmente as dificuldades orçamentárias, com as indefinições existentes durante o ano no que tange aos limites disponíveis e os repasses do financeiro, retardando, ainda que parcialmente, os processos administrativos.

Ação 20RL - Funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Quadro 8 - Identificação da Ação 20RL - Funcionamento de Instituições Federais de Educação. Profissional e Tecnológica

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x) Integral () Parcial					
Código	20RL		Tipo: Atividade			
Título	Funcionamento de Inst.Federais de Ed. Profissional e Tecnológica					
*Iniciativa						
Objetivo	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.					
Programa	Educação de Qualidade Para Todos		Código:	2080	Tipo:	
Unidade Orçamentária	26243					
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria (x) Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
9.752.438	9.752.438	9.746.464,76	8.318.457,54	8.317.240,74	1.216,80	1.428.007,22
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Estudante matriculado		Unidade	1.000		1.353	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
2.289.432,36	1.635.684,07	1.562,90				

Fonte: Tesouro Gerencial

No âmbito da Educação Profissional, a Universidade atua com a oferta de cursos técnicos de nível médio nas seguintes Unidades Acadêmicas: Escola Agrícola de Jundiá (EAJ), Escola de Saúde (ES/UFRN) e Escola de Música (EMUFRN).

A EAJ tem concentrado suas atividades administrativas e acadêmicas voltadas para o campo das ciências agrárias na formação e profissionalização de jovens e adultos oriundos dos municípios do Estado do Rio Grande do Norte (RN), promovendo cursos técnicos em agropecuária, agroindústria, informática e aquicultura.

A ES/UFRN tem desenvolvido ações para promover a profissionalização dos educandos, preparando-os para atuar nos diversos níveis de atenção à saúde, de forma integral e crítica, considerando os princípios ético, técnico, político e humano, na perspectiva de contribuir para a melhoria das condições de saúde da população, mediante a oferta dos cursos técnico em enfermagem, técnico em vigilância da saúde, técnico em registro e informações em saúde e técnico em práticas integrativas e complementares em saúde.

A EMUFRN oferece no âmbito da educação profissional cursos técnicos de nível médio em música, cujo objetivo principal é a formação de profissionais na área de instrumento, canto, regência e gravação musical (processos fonográficos), com a finalidade de prepará-los para atuar no mundo do trabalho. Tal formação tem contribuído para capacitar jovens e adultos advindos da capital, do interior do RN, e de outros Estados do Brasil, para o exercício profissional como músicos instrumentistas, regentes de banda e corais, cantores e técnicos em gravação musical.

O fomento destinado a esta Instituição para o cumprimento da meta prevista foi suficiente para favorecer o desenvolvimento das ações, atendendo aos objetivos propostos, contribuindo para a qualidade e melhoria do ensino, bem como com a democratização do acesso (inclusive por meio das cotas sociais) à educação profissional.

Nesse sentido, a meta física da ação 20RL foi ultrapassada em 353 alunos, o que representa um percentual de 35,3%, atendendo ao funcionamento das Escolas aludidas. Foram beneficiados 1.353 jovens e adultos matriculados no ano de 2016 na Universidade, nesta modalidade de ensino, sendo 630 na EAJ, 469 na ES/UFRN e 254 na EMUFRN. O quantitativo geral dos concluintes em 2016 somou 279, sendo 101 da Escola de Saúde, 33 da Escola de música e 145 da Escola Agrícola de Jundiá.

As escolas que compõem esta ação desenvolvem um trabalho organizado e integrado e não têm encontrado maiores dificuldades no desempenho de suas atividades, além de terem obtido excelentes resultados na formação de pessoas para atuação nas áreas de suas competências como a formação de Técnicos Agrícolas (EAJ), Técnicos de Música (EMUFRN) e Técnicos da área de Saúde (ES/UFRN)

Ação 2994 - Assistência ao Estudante de Educação Profissional e Tecnológica

Quadro 9 - Identificação da Ação 2994 - Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica

Identificação da Ação	
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(<input checked="" type="checkbox"/>) Integral (<input type="checkbox"/>) Parcial
Código	2994 Tipo: Atividade
Título	Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica
*Iniciativa	
Objetivo	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.

Programa	Educação de Qualidade Para Todos		Código: 2080	Tipo:		
Unidade Orçamentária	26243					
Ação Prioritária	(x)Sim ()Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria (x) Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.344.932	2.344.932	2.344.472	1.486.937,44	1.405.337,44	81.600	857.534,56
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
Benefício Concedido			Unidade	830		1.664
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
693.999,73	417.385,54	6.162,60				

Fonte: Tesouro Gerencial

A Meta de Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica na UFRN é executada pela Escola Agrícola de Jundiá, pela Escola de Música e pela Escola de Enfermagem de Natal.

As escolas realizam um trabalho adequado na racionalização dos benefícios e bolsas concedidas, contemplando um número maior de estudantes, de maneira que a meta realizada teve superada sua a previsão inicial: no total foram concedidos 1.664 benefícios, superando em mais de 100% a meta prevista. Cabe esclarecer que o benefício pode ser contabilizado por pessoa física, o que atenderia a meta prevista de 830 benefícios em 2016; não obstante, se forem contabilizados os benefícios individuais por pessoa física, uma vez que o estudante pode receber mais de um benefício, a meta realizada é ampliada para 1.664 benefícios.

Com efeito, como são escolas frequentadas, em sua maioria, por pessoas de baixa renda, as demandas são altas em relação à quantidade de alunos matriculados, fato que fundamenta a concessão de mais de um benefício ao mesmo aluno. Dentre os benefícios concedidos estão o auxílio transporte, moradia, alimentação, óculos e creche, além de auxílio financeiro ao estudante e bolsas de apoio técnico e administrativo.

Programa 2015 - Fortalecimento do Sistema Único de Saúde

Ação 2522 - Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos

Quadro 10 - Identificação da Ação 2522 - Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(x) Integral () Parcial				
Código		2522 Tipo: Atividade				
Título		Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos				
*Iniciativa						
Objetivo		Promover o desenvolvimento da cadeia produtiva do complexo industrial da defesa, inclusive mediante a utilização do poder de compra governamental e de instrumentos fiscais e creditícios, para alcançar maior autonomia tecnológica e produtiva				
Programa		Fortalecimento do Sist. Único de Saúde Código: 2015 Tipo:				
Unidade Orçamentária		26243				
Ação Prioritária		(x) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria (x) Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.000.000	1.000.000	-	-	-	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Unidade farmacêutica produzida		milhar	2.000		0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
55.892,73	23.743,20	-				

Fonte: Tesouro Gerencial

O Núcleo de Pesquisa em Alimentos e Medicamento – NUPLAM, órgão suplementar da UFRN, é a unidade responsável pela concretização da ação 2015.252226243.0024 - Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos.

Objetivando precipuamente ampliar o acesso da população a produtos estratégicos e diminuir a vulnerabilidade do Sistema Único de Saúde (SUS), foram criadas as Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo – PDP envolvendo a cooperação mediante acordo entre instituições públicas e entre instituições públicas e entidades privadas para desenvolvimento, transferência e absorção de tecnologia, produção, capacitação produtiva e tecnológica do País em produtos estratégicos, para atendimento às demandas do SUS.

Dessa forma, considerando as Parcerias de Desenvolvimento Produtivo como parte da política de acesso a alguns medicamentos, o contínuo processo de inovação e de crescimento do parque industrial brasileiro, o Ministério da Saúde (MS) demanda dos seus parceiros (como o NUPLAM) alguns medicamentos.

Em 2016 foi demandado do NUPLAM, através do o projeto 2436571000011608 a produção de 9.363.200 e 13.206.620 comprimidos de OLANZAPINA de 5 e 10 mg, respectivamente, sendo entregue no ultimo trimestre de 2016 os seguintes números: 2.340.810 e 2.419.320 de 5 e de 10 mg, respectivamente. Por se tratar de um processo contínuo, parte dessa produção foi viabilizada com recursos orçamentários já previamente integralizados na produção.

Por essas razões, ficam esclarecidas as diferenças contidas entre as informações referentes à Ação Orçamentária 2522 apresentadas no Quadro acima e a produção de fármacos do NUPLAM, fabricados em atendimento às demandas do Ministério da Saúde para suprir as necessidades do SUS.

Ação 4086 - Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais

Quadro 11 - Identificação da Ação 4086 - Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(<input checked="" type="checkbox"/>) Integral (<input type="checkbox"/>) Parcial				
Código		4086 Tipo: Atividade				
Título		Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais				
*Iniciativa						
Objetivo		Ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pós-graduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação.				
Programa		Educação de Qualidade Para Todos Código: 2080 Tipo:				
Unidade Orçamentária		26374				
Ação Prioritária		(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input checked="" type="checkbox"/>) Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.418.084	1.642.711	575.961,84	104.778,84	9.691,99	95.086,85	471.183
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Instituição beneficiada		Unidade	2		0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
91.499,94	86.274,52	5.145,42				

Fonte: Tesouro Gerencial

Trata-se de emenda parlamentar individual para complementar as ações de saúde desenvolvidas em nosocômio da rede hospitalar federal vinculado à EBSEERH, utilizado como base de apoio para a prática hospitalar dos estudantes dos cursos médicos da Universidade. Contribuiu significativamente para a melhoria do atendimento à população e demais finalidades a que estão submetidos.

Ação 20RX - Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais

Quadro 12 - Identificação da Ação 20RX - Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(x) Integral () Parcial				
Código		20RX Tipo: Atividade				
Título		Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais				
*Iniciativa						
Objetivo		Ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pós-graduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação.				
Programa		Educação de Qualidade Para Todos Código: 2080 Tipo:				
Unidade Orçamentária		26374				
Ação Prioritária		(x) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria (x) Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
9.531.492	9.531.492	399.468,89	249.968,89	247.952,04	2.016,85	149.500
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Unidade apoiada		Unidade	2		2	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
-	-	-				

Fonte: Tesouro Gerencial

A meta física foi cumprida, sendo adequadamente aproveitada no cumprimento das ações de funcionamento dos nosocômios contemplados; foram adquiridos implementos importantes para melhoria da estrutura hospitalar.

4.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

O atual cenário de recessão econômica, trouxe indefinições quanto ao repasse de recursos durante o ano de 2016, com expectativas de possíveis contingenciamentos ou diminuição dos repasses (limites de empenho ou financeiro) mensais. Isso dificultou o processo de tomada de decisão quanto à execução orçamentária.

Entretanto, é importante ressaltar que, ao final do exercício, os a dotação orçamentária inicial prevista na rubrica Outras Despesas Correntes da LOA 2016 foi acrescida em 1,95%, com destaque para as ações 20RK (acrécimo de 1,10%) e 8282 (acrécimo de 6,17%). Tais acréscimos somente foram disponibilizados no final do exercício, o que dificultou um pouco a sua plena utilização. De maneira geral, verifica-se que os recursos disponibilizados foram empenhados na sua quase totalidade, conforme tabela abaixo:

Tabela 01- Dados gerais sobre a execução orçamentária das Outras Despesas Correntes- Detalhamento por ação

Ação	Dotação	Empenhado	Porcentagem	Acrécimo
20RI	280.224,00	272.135,63	97,11%	
20GK	2.287.940,00	2.286.847,31	99,95%	
20RK	164.005.327,00	160.969.275,24	98,15%	1,10%
4002	35.178.987,00	31.501.447,90	89,55%	
8282	60.095.377,00	39.945.251,86	66,47%	6,17%
20RL	9.752.438,00	9.746.464,76	99,94%	
2994	2.344.932,00	2.344.472,00	99,98%	
2522	1.000.000,00	0,00	0,00%	
Totais	274.945.225,00	247.065.894,70	89,86%	1,95%

Fonte: Tesouro Gerencial

Face a situação econômica vigente, diversos esforços foram empreendidos com a utilização de novas estratégias, destacando a ordenação das prioridades dos gastos através da seletividade das compras e compromissos a pactuar numa visão sustentável que permitiu uma melhora substancial na aplicação dos recursos públicos. Trabalho esse feito a custo, evidentemente, replanejamento de compromissos com viagens, eventos e tantas outras ações que foram reprogramadas ou tiveram seus prazos alongados enquanto a situação não se estabiliza.

A Universidade, como se vê desde 2015, continua mobilizada no sentido de executar um orçamento abaixo definido em um momento de grandes dificuldades econômicas, buscando manter sua responsabilidade no processo de desenvolvimento do estado e do país sem perder as linhas prioritárias gestadas especificamente para o fortalecimento da Instituição no próximo período.

4.3.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Quadro 13 - Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
2.1.1.4.1.98.00	Outros Encargos Sociais				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2015	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2016
153103	00.394.460/0409-50	853.466,78	-	-	853.466,78
Fonte: Siafi					

A inscrição no valor de R\$ 853.466,78 na Conta Contábil 2.1.1.4.1.98.00 – Outros Encargos Sociais, trata-se de valores devidos a título de obrigação patronal previdenciária junto ao Plano de Seguridade Social do Servidor – PSSS, conforme Acórdãos nº 1888/2007 (Prestação de Contas da UFRN, exercício de 2002), e 2311/2007 (prestação de Contas da UFRN, exercício de 2004).

Historicamente, o Ministério da Educação inscreveu em orçamento os valores correspondentes aos precatórios, conforme informado pelo Poder Judiciário. No entanto, não havia previsão orçamentária para fazer face às despesas referentes à obrigação previdenciária decorrente do pagamento desses precatórios. Então, ao promovermos os pagamentos dos precatórios, procedemos às retenções previdenciárias e aos devidos recolhimentos, através de DARF eletrônico.

Em não havendo crédito orçamentário específico, contudo, a outra parcela do custeio da previdência, ou seja, a parcela referente à obrigação do empregador, não foi recolhida, gerando a dívida ora referenciada.

De maneira a corrigirmos essa falha, para a ocorrência do que esta Universidade em nada contribuiu, em várias ocasiões formalizamos pleito à Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do MEC, solicitando a necessária dotação orçamentária.

Em 2012, através do Ofício nº 126/2012-GAB/SPO/SE/MEC a SPO se pronunciou informando que ainda em 2011 havia aberto a possibilidade para a liquidação dessa dívida, conforme Ofício-Circular nº 027/2011-GAB/SPO/SE/MEC, porém, a Pró-reitoria de Planejamento desta Universidade, à época, entendeu não se enquadrar no caso vivenciado pela UFRN. Daí a permanência desse saldo.

4.3.4 Restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 14 - Restos a pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados					
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2016	Pagos		Cancelados	Saldo a pagar 31/12/2016
2015	24.194.474,89	23.359.629,44		3.063,98	831.781,47
2014	4.648.926,39	1.517.021,23		-	3.131.905,16
2013	278.536,27	186.316,02		0,02	92.220,23
2012	106.600,69	18.058,14		36.082,08	52.460,47
2011	37.560,00	0,00		37.560,00	-
Restos a Pagar não Processados					
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2016	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo a pagar 31/12/2016
2015	70.042.364,21	57.577.065,82	55.884.735,31	565.294,12	13.592.334,78
2014	13.634.547,50	4.321.140,40	4.319.840,40	1.102.372,98	8.212.334,12
2013	12.108.108,82	861.391,41	805.693,55	9.746.039,13	1.556.376,14
2012	1.634.112,44	260.228,11	260.228,11	1.369.154,33	4.730,00
2011	875.238,66	-	-	875.238,66	-

Fonte: Tesouro Gerencial

Análise Crítica sobre os Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Com relação aos Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores destaca-se que, primeiramente, não foi gerado impacto na gestão financeira dessa UPC no exercício de referência decorrente desses pagamentos, uma vez que esses valores são devidamente inscritos em Recursos a Receber / Liberar nessa unidade e na respectiva Setorial Financeira responsável pela liberação desses recursos.

Destaca-se os esforços dessa Instituição na realização dos pagamentos dos valores inscritos em Restos a Pagar. Nos valores correspondentes aos Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados, por exemplo, pode-se ver pela análise da da tabela abaixo o grande percentual de pagamento sobre os valores inscritos:

Tabela 2 - Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados

Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2016	Pagos	Cancelados	Saldo a pagar 31/12/2016
2015	24.194.474,89	97%	0%	3%
2014	4.648.926,39	33%	0%	67%
2013	278.536,27	67%	0%	33%
2012	106.600,69	17%	34%	49%
2011	37.560,00	0%	100%	0%
Total		86%	0%	14%

Fonte:Tesouro Gerencial

Podemos ver que 86% de tudo que foi inscrito foi pago durante o exercício de 2016. Os valores inscritos no ano de 2011 foram totalmente cancelados após análise e por conta do seu prazo prescricional. Dos valores de 2012 34% foram cancelados.

Os empenhos com ano de inscrição em 2015 foram os que apresentaram o maior percentual de pagamento, com 97% de todos os valores inscritos, seguido pelos empenhos de 2013 com 67% pagos. Quanto aos valores a pagar ao final de 2016, referente aos Anos de 2012 e 2013, ambos com o saldo restante de 49% e 33% a pagar, respectivamente, serão analisados ao longo de 2017 se ainda haverá a obrigação de pagamento.

Em relação aos Restos a Pagar Não Processados também destacamos um grande percentual de execução dos valores inscritos, conforme imagem a seguir:

Tabela 3 - Restos a Pagar não Processados

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2016	Pagos	Cancelados	Saldo a pagar 31/12/2016
2015	70.042.364,21	80%	1%	19%
2014	13.634.547,50	32%	8%	60%
2013	12.108.108,82	7%	80%	13%
2012	1.634.112,44	16%	84%	0%
2011	875.238,66	0%	100%	0%
Total		62%	14%	24%

Fonte:Tesouro Gerencial

De todo o montante inscrito em RPNP verificou-se que 62% foi objeto de pagamento, 14% foram cancelados e 24% ficou pendente de pagamento ao final de 2016. A diferença no percentual pago, em relação aos Restos a Pagar Processados, se dar pela própria natureza dos RPNP, ou seja, despesas que foram apenas previamente empenhadas e que ainda estão aguardando a entrega do material e/ou serviço por parte dos fornecedores. Além de destacar que boa parte desse montante inscrito em RPNP é referente a Obras em Andamento e Aquisição de Equipamentos via Importação.

Os valores inscritos em RPNP com o Ano de Inscrição de 2011 foram totalmente cancelados após análise e por conta do seu prazo prescricional. Destacamos também o grande percentual cancelado nos empenhos com ano de inscrição em 2012 e 2013, com 84% e 80% de cancelamentos, respectivamente. O MEC vem solicitando constantemente das unidades subordinadas uma profunda análise dos empenhos inscritos em restos a pagar de forma a cancelar todos aqueles cuja execução da despesa não tenha sido iniciada.

Os valores inscritos e não pagos, referentes aos anos de 2013 e 2014, serão pontualmente analisados em 2017 e cancelados caso se verifique que não mais serão atendidos e observando os preceitos legais.

Informamos que para a inscrição dos Restos a Pagar são observados os preceitos legais contidos no Decreto nº 93.872/96, mas especificamente na sua Seção VIII. Os Restos a Pagar Processados prescrevem em cinco anos e serão cancelados caso não sejam pagos até o prazo legal.

Já os Restos a Pagar Não Processados são validos até 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição, com algumas ressalvas que são estabelecidas pelo parágrafo 3º, incisos I e II, do artigo 68 do referido decreto.

A maior parte dos RPNP nessa condição está enquadrada na alínea “c” do inciso II, que são despesas relativas “do Ministério da Educação financiadas com recursos da Manutenção e Desenvolvimento do Ensino”.

Informamos ainda que, conforme estabelece o decreto, findo o prazo de validade a Secretaria do Tesouro Nacional - STN efetua o bloqueio dos saldos dos restos a pagar não processados e não liquidados, em conta contábil específica no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

Caso os empenhos bloqueados estejam enquadrados nas ressalvas do parágrafo 3º do artigo 68, a unidade solicita o desbloqueio para ser utilizado, caso contrário a STN providenciar o posterior cancelamento no SIAFI dos saldos que permanecerem bloqueados.

4.3.5 Execução descentralizada com transferência de recursos

A seguir apresentaremos os quadros de números 15, 16, 17 e 18.

Quadro 15 - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios.

Valor em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante						
NOME: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE						
UG/GESTÃO: 153103/15234						
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados			Montantes repassados no exercício(em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Convênio	-	-	-	0,00	758.261,40	1.450.196,59
Termo de Execução Descentralizada	6	1	4	1.357.089,32	5.541.996,26	1.677.283,99
Totais	6	1	4	1.357.089,32	6.300.257,66	3.127.480,58
Fonte: SIAFI Operacional, Tesouro Gerencial e Controles Internos.						

Quadro 16 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UPC na modalidade de convênio, termo de execução descentralizada e de controles de repasse

Valor em R\$ 1,00

Unidade Concedente				
NOME: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE				
UG/GESTÃO: 153103/15234				
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativo e Montante Repassado		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
			Convênios	Termos de Execução Descentralizada
Exercício do Relatório de Gestão 2016	Contas Prestadas	Quantidade	0	0
		Montante Repassado	0	0
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	(*) 1
		Montante Repassado	0	18.000,00
Exercícios Anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	(**) 3
		Montante Repassado	0	7.184.931,03

Fonte: SIAFI Operacional, Tesouro Gerencial e Controles Internos.

(*) Prestação de Contas Final vencida em 2016, porém com valores inscritos em Restos a Pagar a liberar.

(**) Prestações de Contas Finais vencidas em 2015, porém com valores inscritos em Restos a Pagar a liberar.

Quadro 17 - Situação de análise de contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante			
NOME: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE			
UG/GESTÃO: 153103/15234			
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos	
		Convênios	Termos de Execução Descentralizada
Contas analisadas	Quantidade aprovada	0	1
	Quantidade reprovada	0	0
	Quantidade de TCE instaurada	0	0
	Montante repassado (R\$)	0,00	160.000,00
Contas não analisadas	Quantidade	0	0
	Montante Repassado (R\$)	0,00	0

Fonte: SIAFI Operacional e Controles Internos.

Quadro 18 - Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
NOME: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN					
UG/GESTÃO: 153103/15234					
Instrumentos da Transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios	-	-	-	-	-
Termos de Execução Descentralizada	-	-	-	-	-
Fonte: SIAFI Operacional, Tesouro Gerencial e Controles Internos.					

Análise Crítica sobre Execução Descentralizada com Transferência de Recursos

Inicialmente, se faz necessário esclarecer que o conteúdo registrado nos quadros acima destacados diz respeito à execução descentralizada com transferência de recursos através de instrumentos firmados nas modalidades de Convênios e Termos de Execução Descentralizada, onde a Universidade Federal do Rio Grande do Norte se configura como Concedente e/ ou Unidade Descentralizadora respectivamente.

Dito isto, destacamos também a existência de 75 (setenta e cinco) Instrumentos Contratuais vigentes no exercício de referência ao relatório ora apresentado, denominados Contratos Acadêmicos, devidamente identificados e registrados no item específico sobre projetos desenvolvidos pelas Fundações de Apoio regidas pela Lei 8.958/1994.

As informações sugeridas pelo Tribunal de Contas da União através das orientações relativas aos itens de referencia neste relatório sugere que as informações nele registradas deverão contemplar abordagens que a Unidade considere relevante, bem como as demais elencadas abaixo:

- Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente;

Não foi detectado, até o dia 31/12/2016, nenhum registro de inadimplência em sistemas de controle do Governo Federal motivado pela não prestação de contas das transferências realizadas por esta Universidade.

As medidas adotadas para sanar os possíveis atrasos na apresentação das prestações de contas pelos recebedores dos recursos destaca-se como parte da rotina adotada o envio de notificações através de ofícios com limitação de prazo, de até 30 dias, para o saneamento das pendências, bem como, adoção de ações constantes frente aos envolvidos nos projetos visando ao atendimento de informações que venham resultar no atendimento dos prazos estabelecidos por parte dessa Instituição.

- Razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos últimos exercícios;

A Tabela abaixo trata do volume de transferência de recursos dos instrumentos firmados, bem como daqueles vigentes nos últimos três exercícios:

Tabela 4 - Volume de transferência de recursos dos instrumentos firmados

Exercício	Quantidade de Instrumentos Firmados	Quantidade de Instrumentos Vigentes	Montante de Recursos Transferidos em cada Exercício Independente do ano de celebração
2016	6	8	1.357.089,32
2015	1	6	6.300.257,66
2014	4	7	3.127.480,58

Fonte: PROAD

Os dados acima apresentam um resumo dos quantitativos firmados em cada exercício de referência que, se deduzido dos instrumentos encerrados em cada um deles, revela os quantitativos dos instrumentos vigentes nos exercícios de 2014, 2015 e 2016.

Diante dos resultados demonstrados na referida tabela, destacamos o decréscimo no montante de recursos transferidos no exercício de 2016 em relação a 2015, em virtude da prática adotado por esta Instituição quanto aos repasses financeiros estarem condicionados as liquidações das despesas no momento da entrega do produto e/ou do serviço realizado.

Como já foi dito em relatórios anteriores, verifica-se que a ausência de Convênios firmados nos últimos anos deu-se em decorrência de, a partir de meados de 2009 a UFRN ter passado a celebrar com a fundação de apoio, instituição privada sem fins lucrativos, instrumentos jurídicos na modalidade de Contratos Acadêmicos, visando o apoio na execução dos Projetos Acadêmicos os quais estão devidamente identificados e registrados no item específico sobre projetos desenvolvidos pelas Fundações de Apoio regidas pela Lei 8.958/1994.

Tabela 5 - Situação das prestações de contas frente aos prazos regulamentares nos últimos exercícios

Exercício	Quantidade de Prestações de Contas Vencidas no Exercício	Quantidade de Prestações de Contas Prestadas no Prazo Regulamentar	Quantidades de Prestações de Contas Prestadas Fora do Prazo	Quantidade de Prestações de Contas Vencidas e não Prestadas no Exercício
2016	02	00	00	02
2015	04	00	00	04
2014	06	02	03	01

Fonte: PROAD

- Análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios;

Conforme demonstrado na Tabela 5, constata-se a existência de um quantitativo de 2 (duas) prestações de contas vencidas e não apresentadas no exercício de 2016, cujos instrumentos tratam do convênio 233/2010 e o Termo de Execução Descentralizadas nº 004/2015, cuja apresentação ocorreu em 12/01/2017 (convênio 233/2010) e a não apresentação para o caso do TED número 004/2016, em virtude de não ter havido o repasse na sua totalidade do valor acordado.

Em cumprimento às normas legais e regulamentares, esta Universidade continua se empenhando em realizar de forma satisfatória o controle e acompanhamento das transferências, com atenção ao cumprimento dos prazos impostos para as análises das contas prestadas com vistas

à verificação da boa e regular aplicação dos recursos, assim como da constatação do cumprimento da finalidade do objeto pactuado. Apesar de todo esforço empreendido, observa-se intempestividade na conclusão de algumas análises e aprovação das contas, tendo em vista as peculiaridades de cada projeto.

Salienta-se que além do parecer financeiro emitido com base na análise financeira realizada, o processo segue aos setores competentes para verificação e emissão de parecer técnico quanto ao cumprimento dos objetivos/metapas e resultados acadêmicos propostos, no caso de obras segue para emissão de parecer relativo aos serviços de engenharia executados.

Quanto ao prazo de noventa dias para análise, previsto na legislação de regência, experiências comprovam que dependendo da especificidade de cada caso, torna-se insuficiente para a adequada finalização.

Ratifica-se que, embora os prazos para apresentação, análise e conclusão das contas sejam extrapolados, não há omissão do dever de prestar contas nem do dever de analisar essas contas.

- Demonstração da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências nos últimos exercícios, comparando o universo a ser analisado com as análises efetivamente feitas e demonstrando a eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como a disponibilidade adequada de pessoal e de materiais para tanto;

Tabela 6 - Evolução das análises de prestações de contas referente às transferências nos últimos exercícios

Exercício	Quantidade de Prestações de Contas Recebidas no Exercício	Quantidade de Prestações de Contas Analisadas e Aprovadas no Prazo	Quantidade de Prestações de Contas Analisadas e Aprovadas Fora do Prazo	Quantidade de Prestações de Contas Recebidas com Prazo de Análise a Vencer no exercício de 2017
2016	01	01	-	-
2015	01	00	01	-
2014	07	04	03	-

Fonte: PROAD

A Tabela 6 apresenta um número reduzido no que diz respeito à evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências de recursos nos últimos exercícios, haja vista que o grande volume de Instrumentos firmados com Fundação de Apoio estar contemplado no item específico sobre informações sobre projetos desenvolvidos pelas fundações de apoio nos termos de Lei 8.958/1994.

- Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando inclusive, a capacidade de fiscalização *in loco* da execução dos planos de trabalho contratados.

Ressalta-se que a UFRN dispõe de normas internas e sistema de controle e gerenciamento dos procedimentos administrativos de diversas áreas funcionais, contudo o módulo de que se dispõe destinado ao registro de projetos e instrumentos jurídicos firmados em parceria com outras

instituições, não se encontra devidamente integrado com os procedimentos de controle relativo às etapas de repasses, prestações de contas e análise financeira, tornando-se objeto de atenção e dedicação das áreas de interesse para que em curto espaço de tempo a questão posta seja sanada através do aprimoramento do Modulo Projetos - SIPAC.

Quanto à tempestividade na análise das contas enviadas pelos recebedores há que se considerar o tramite dos processos por diversas instâncias, assim como o volume da documentação em análise e possíveis problemas detectados os quais geram diligências com prazos determinados para atendimento, ressaltando, ainda, que esses prazos são prorrogáveis quando solicitados e considerados pertinentes pelo repassador até que sejam exauridas todas as possibilidades para atendimento das pendências. Embora algumas vezes os prazos para análise sejam extrapolados, não há evidências de omissão do dever de analisar as prestações de contas recebidas.

▪ Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas públicas a cargo da UPC.

Conclui-se que as transferências de recursos realizadas são instrumentos importantes visto que de forma descentralizada contribui na execução e cumprimento de parte dos programas e das políticas públicas sob a responsabilidade da UFRN, tanto na promoção da sua organização interna, quanto na atuação junto à sociedade.

4.3.5.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

No âmbito do Setor de Administração de Convênios, subordinados a Diretoria de Contabilidade e Finanças que é responsável pelos repasses e pela análise financeira das prestações de contas conta dos instrumentos firmados com esta Instituição na condição de repassadora de recursos, conta atualmente com um número insuficiente de servidores, para desempenharem atribuições de forma mais eficiente acerca da gestão desses instrumentos jurídicos, sejam os Termos de Execução Descentralizada ou Contratos Acadêmicos.

Com as novas atribuições e/ou exigências recomendadas em acórdãos, normativas que regem a matéria e demais legislação vigente torna-se mais evidente essa carência acerca desse gerenciamento, fazendo-se necessária de pelo menos mais (3) três servidores, com qualificação adequada para desempenharem de forma eficiente e eficaz as atribuições de competência regimental, resultando assim numa maior qualidade dos trabalhos desenvolvidos.

Quanto à estrutura física destacamos que gozamos de salas amplas e agradáveis para desempenhar as atividades pertinentes, além disso, não podemos deixar de registrar o uso de ferramentas disponíveis através da internet proporcionando assim, uma maior facilidade no desenvolvimento das atividades exercidas no setor.

4.3.6 Informações sobre a execução das receitas

Quadro 19 - Previsão x Arrecadação da Receita – Por Natureza + Fonte de Recursos

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Receita	Fonte SOF	Previsão Inicial da Receita		Previsão Atualizada da Receita		Receita Orçamentária (Bruta)		Deduções da Receita		Receita Orçamentária (Líquida)	
		2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
16100111 - Serv. Administrat. E Comerciais Gerais - Princ.	0250	17.187.822,00	27.920.577,00	17.187.822,00	27.920.577,00	24.049.719,79	19.060.311,17	(188.783,27)	(180.953,36)	23.860.936,52	18.879.357,81
13210011 - Remuneração de Depósitos Bancários	0280	4.130.507,00	3.747.286,00	4.130.507,00	3.747.286,00	5.144.591,95	4.246.479,66	-	-	5.144.591,95	4.246.479,66
16100211 - Inscrição em Concursos e Proc. Seletivos	0250	2.144.872,00	1.284.817,00	2.144.872,00	1.284.817,00	3.634.080,18	3.011.131,75	(9.913,56)	(2.434,36)	3.624.166,62	3.008.697,39
13100111 - Aluguéis	0250	4.481.476,00	6.115.921,00	4.481.476,00	6.115.921,00	2.909.078,05	3.774.662,28	(1.655,07)	(1.247,27)	2.907.422,98	3.773.415,01
Outras Receitas	0250	1.396.197,00	1.876.128,00	1.396.197,00	1.876.128,00	1.494.274,80	1.284.801,24		(27.220,12)	1.494.274,80	1.257.581,12
Outras Receitas	100	-	-	-	-	378.312,90	305.692,26	-	-	378.312,90	305.692,26
Outras Receitas	263	-	-	-	-	12.335,00	-	(12.335,00)	-	-	-
Total		29.340.874,00	40.944.729,00	29.340.874,00	40.944.729,00	37.622.392,67	31.683.078,36	(212.686,90)	(211.855,11)	37.409.705,77	31.471.223,25

Fonte: Tesouro Gerencial e Siafi Operacional

Quadro 20– Receita por Categoria Econômica

Valores em R\$ 1,00

Categoria Econômica	Previsão Inicial da Receita		Previsão Atualizada da Receita		Receita Realizada	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Receitas Correntes	29.340.874,00	40.725.281,00	29.340.874,00	40.725.281,00	37.259.605,77	31.471.223,25
Receita Patrimonial	8.788.893,00	10.147.148,00	8.788.893,00	10.147.148,00	8.229.135,32	8.110.439,15
Receita de Serviços	20.314.671,00	30.419.586,00	20.314.671,00	30.419.586,00	28.377.898,15	22.526.315,00
Outras Receitas Correntes	237.310,00	158.547,00	237.310,00	158.547,00	652.572,30	834.469,10
Receitas de Capital	0,00	219.488,00	0,00	219.488,00	150.100,00	-
Alienação de Bens	0,00	219.488,00	0,00	219.488,00	150.100,00	-
Total	29.340.874,00	40.944.769,00	29.340.874,00	40.944.769,00	37.409.705,77	31.471.223,25

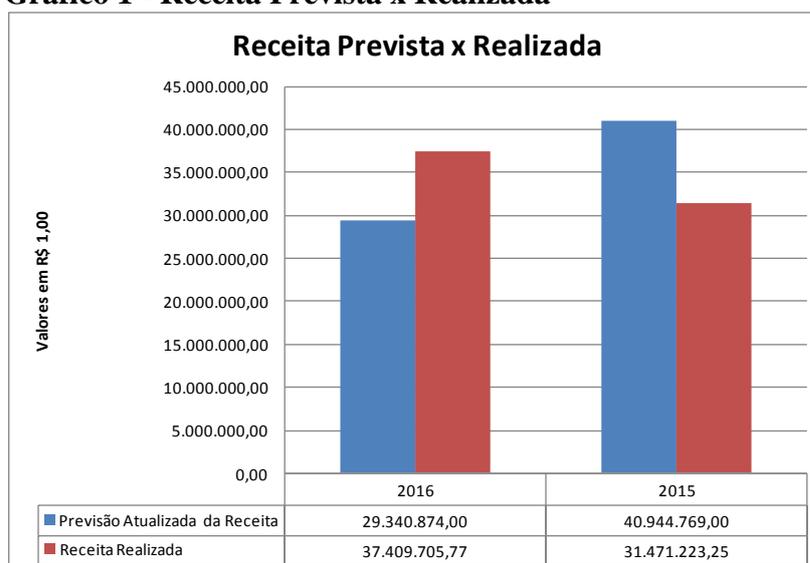
Fonte: Tesouro Gerencial e Balanço Orçamentário

Análise Crítica sobre a Realização das Receitas

Foi apresentado no item 4.3.7 – Informações sobre a realização das receitas a composição das receitas da UPC no exercício de 2016 e no imediatamente anterior, para fins de comparação, sobre 02 (duas) óticas: Previsão x Arrecadação da Receita – Por Natureza + Fonte de Recursos e Receita por Categoria Econômica.

Analisando os valores Previstos x Realizado no exercício de 2016, notamos que houve um excesso de arrecadação em relação ao previsto, ou seja, a Receita Realizada foi superior em 27% da Previsão Atualizada. Importante destacar que a Receita, por ser prevista, pode ser arrecada a maior ou a menor, diferentemente das Despesas, que por ser fixada, só pode ser realizada até o valor autorizado.

Gráfico 1 - Receita Prevista x Realizada



Fonte: Tesouro Gerencial e Balanço Orçamentário

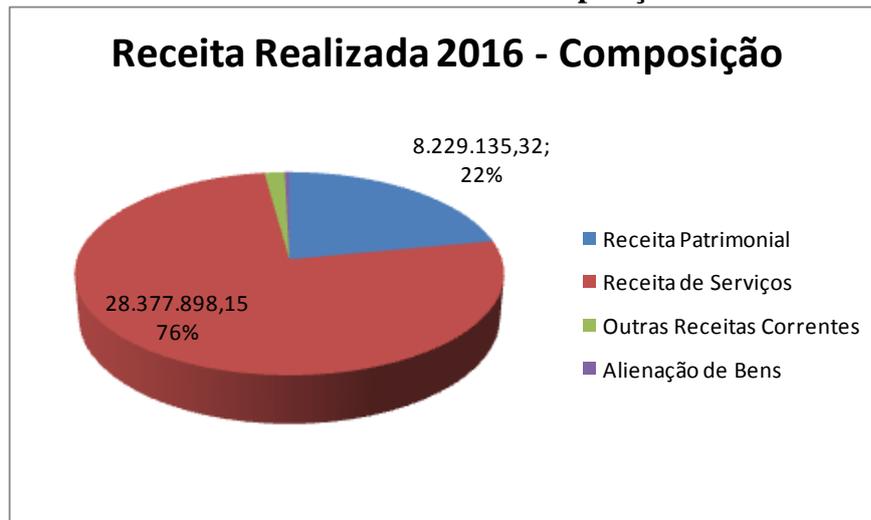
Esse excesso de arrecadação no exercício de 2016 correspondeu ao montante financeiro de R\$ 8.068.831,77 e representou um aumento de 18% em relação à Receita Realizada no exercício de 2015. Os principais fatores que impactaram positivamente as receitas no exercício de 2016 foram:

- I. Receita decorrente da devolução do valor de R\$ 6.470.656,89 do Contrato Acadêmico de Número 3023.21.1411, firmado entre esta Universidade e a Fundação de Apoio RN – FUNPEC. Esse contrato destinava-se a Implantação do Instituto de Medicina Tropical no Rio Grande do Norte – IMT;
- II. Aumento de 21% nas receitas decorrentes da Remuneração de Depósitos Bancários, representando um montante financeiro de R\$ 898.112,29;
- III. Aumento na demanda dos concursos públicos realizados pela Comissão Permanente de Vestibular da UFRN – COMPERVE, gerando um aumento na receita em comparação ao exercício de 2015 de 20%, equivalente ao valor de R\$ 615.469,23.

No lado negativo destacamos a diminuição de aproximadamente 23% nas receitas decorrente de Aluguéis, em virtude da realização de alguns distratos de prédios que estavam alugados a Prefeitura Municipal de Natal e permaneceram desocupados ao longo de 2016.

Quanto à composição da Receita Realizada no exercício de 2016, conforme gráfico abaixo, fica evidente que a maior parcela das Receitas Realizadas foi decorrente de Serviços, seguido pelas Receitas Patrimoniais e Outras Receitas correntes.

Gráfico 2 - Receita Realizada 2016 - Composição



Fonte: Tesouro Gerencial e Balanço Orçamentário

No tocante a classificação da receita por Natureza de Receita, A Natureza de Receita **16100111 – Serv. Administrativos e Comerciais Gerais – Principal** foi responsável por 63,78% de todas as Receitas Líquidas arrecadas no exercício de 2016, seguido pela Natureza **13210011 – Remuneração de Depósitos Bancários** com 13,75%. Juntas, representam 77,53% de todas as receitas arrecadas no exercício.

No final do exercício de 2015 foi realizado a Alienação de Diversos Veículos dessa UPC, cuja arrecadação da receita foi realizada apenas no exercício de 2016 no valor de R\$ 150.100,00.

4.3.7 Informações sobre a execução das despesas

A seguir apresentamos os quadros “Despesas Totais por Modalidade de Contratação” e “Despesas por Grupo e Elemento de Despesa”.

Quadro 21 – Despesas totais por modalidade de contratação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Executada				Despesa Paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	153.554.469,54	9%	143.971.978,38	9%	91.206.585,41	6%	91.828.033,34	6%
a) Convite	-	0%	12.046,46	0%	-	0%	12.046,46	0%
b) Tomada de Preços	90,00	0%	1.205.793,52	0%	-	0%	836.280,32	0%
c) Concorrência	271.211,96	0%	3.704.684,90	0%	271.211,96	0%	1.458.278,11	0%
d) Pregão	136.309.396,14	8%	103.169.022,93	7%	85.957.533,77	6%	72.044.713,50	5%
e) Concurso	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
f) Consulta	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	16.973.771,44	1%	35.880.430,57	2%	4.977.839,68	0%	17.476.714,95	1%
2. Contratações Diretas (h+i)	102.563.430,95	6%	76.030.537,49	5%	70.853.050,09	5%	48.297.214,40	3%
h) Dispensa	100.308.233,47	6%	73.180.491,86	5%	69.589.220,24	5%	46.886.777,01	3%
i) Inexigibilidade	2.255.197,48	0%	2.850.045,63	0%	1.263.829,85	0%	1.410.437,39	0%
3. Regime de Execução Especial	45.829,41	0%	33.234,06	0%	45.829,41	0%	33.234,06	0%
j) Suprimento de Fundos	45.829,41	0%	33.234,06	0%	45.829,41	0%	33.234,06	0%
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	1.259.817.281,71	76%	1.190.822.143,12	78%	1.259.769.603,01	82%	1.190.803.179,39	83%
k) Pagamento em Folha	1.256.934.748,76	76%	1.187.746.734,69	78%	1.256.888.774,02	82%	1.187.742.410,01	83%
l) Diárias	2.882.532,95	0%	3.075.408,43	0%	2.880.828,99	0%	3.060.769,38	0%
5. Outros	131.065.502,32	8%	120.252.689,17	8%	116.921.699,72	8%	105.912.081,93	7%
6. Total (1+2+3+4+5)	1.647.046.513,93	100%	1.531.110.582,22	100%	1.538.796.767,64	100%	1.436.873.743,12	100%

Fonte: Tesouro e Siasi Gerencial

Quadro 22 – Despesas por grupo e elemento de despesa

Valores em R\$ 1,00

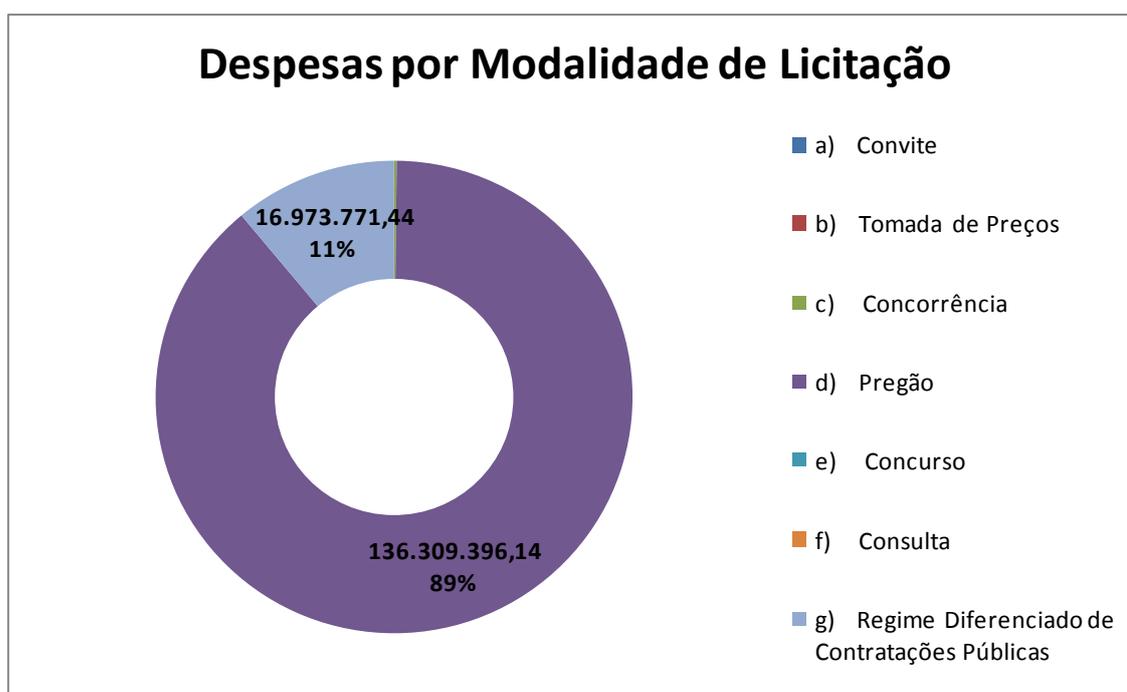
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
1. Pessoal	1.256.934.748,76	1.187.746.734,69	1.256.934.748,76	1.187.746.734,69	-	-	1.256.888.774,02	1.187.742.410,01
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	632.530.423,91	600.300.530,83	632.530.423,91	600.300.530,83	-	-	632.489.768,36	600.300.530,83
Aposent.RPPS, Reser.Remuner. e Refor.Militar	388.691.831,42	364.189.240,96	388.691.831,42	364.189.240,96	-	-	388.691.831,42	364.188.816,81
Demais elementos do grupo	235.712.493,43	223.256.962,90	235.712.493,43	223.256.962,90	-	-	235.707.174,24	223.253.062,37
2. Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Outras Despesas Correntes	327.329.730,65	289.011.478,75	266.579.096,15	242.999.708,10	60.750.634,50	46.011.770,65	261.196.551,68	226.356.546,67
Outros Serviços de Terceiros PJ - Op Int.Orc	119.645.004,15	94.058.587,15	84.202.880,09	67.956.613,19	35.442.124,06	26.101.973,96	81.308.963,18	58.990.912,38
Locação de Mão de Obra	55.077.049,49	49.888.184,97	50.288.421,68	48.559.623,20	4.788.627,81	1.328.561,77	49.027.154,85	47.209.927,76
Auxílio Financeiro a Estudantes	29.208.894,63	32.349.616,18	23.036.081,23	26.842.684,10	6.172.813,40	5.506.932,08	22.856.981,23	25.809.194,10
Auxílio Alimentação	29.061.843,57	23.316.979,04	29.061.843,57	23.316.979,04	-	-	29.061.843,57	23.316.979,04
Outros Serviços de Terceiros - P.Física	19.656.101,13	24.874.536,24	15.724.285,07	21.793.155,09	3.931.816,06	3.081.381,15	15.266.977,35	20.044.943,75
Material de Consumo	16.507.010,43	16.158.449,10	10.680.765,30	9.765.561,38	5.826.245,13	6.392.887,72	10.186.549,53	7.359.319,46
Demais elementos do grupo	58.173.827,25	48.365.126,07	53.584.819,21	44.765.092,10	4.589.008,04	3.600.033,97	53.488.081,97	43.625.270,18
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
4. Investimentos	62.782.034,52	54.352.368,78	21.053.834,05	30.321.775,22	41.728.200,47	24.030.593,56	20.711.441,94	22.774.786,44
Equipamentos e Material Permanente	35.943.622,41	19.635.446,56	12.321.298,94	10.041.341,25	23.622.323,47	9.594.105,31	11.978.906,83	6.678.039,10
Obras e Instalações	16.381.127,82	34.687.360,52	4.388.195,52	20.265.588,87	11.992.932,30	14.421.771,65	4.388.195,52	16.081.902,24
Demais elementos do grupo	10.457.284,29	29.561,70	4.344.339,59	14.845,10	6.112.944,70	14.716,60	4.344.339,59	14.845,10
5. Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
6. Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Tesouro Gerencial

Análise crítica sobre a execução das despesas.

Quanto à gestão da Execução Orçamentária dessa UPC as informações foram demonstradas sob as seguintes perspectivas: por modalidade de licitação ou contratação e por grupo e elemento de despesa. No Quadro denominado Despesa por Modalidade de Contratação, destaca-se a predominância das contratações por meio de Pregão, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 3 - Despesas por Modalidade de Licitação



Fonte: Tesouro Gerencial

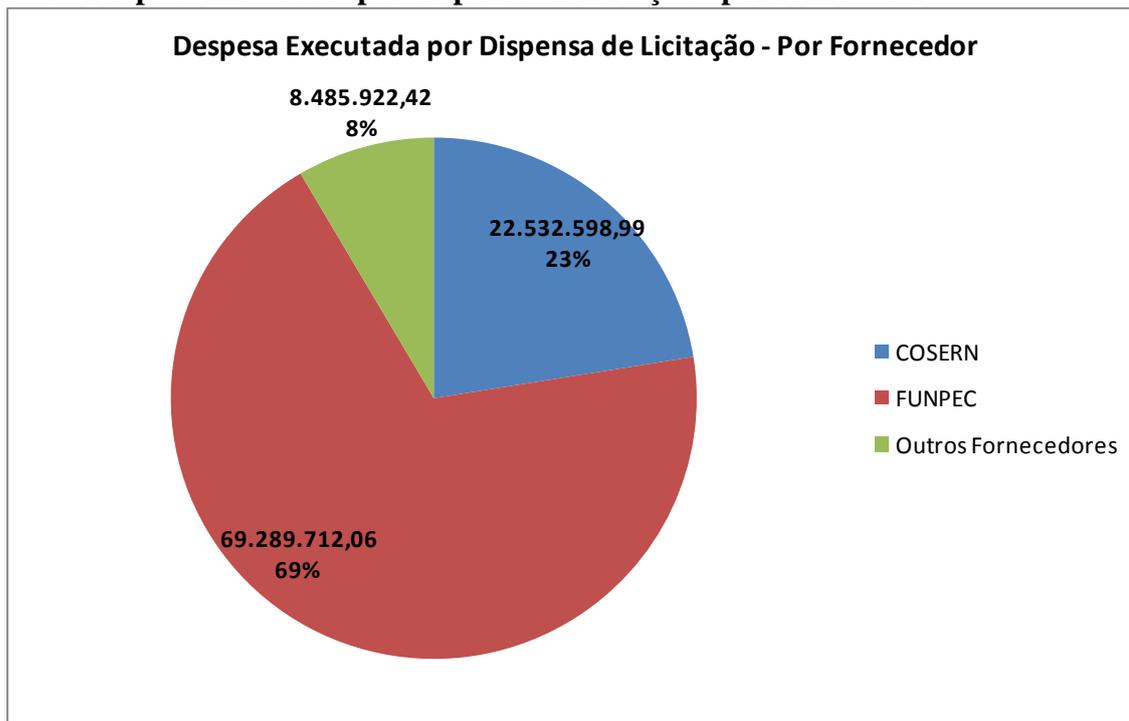
Neste contexto, consideram-se relevantes os resultados apresentados tendo em vista que a modalidade Pregão resulta em maior transparência, agilidade e eficiência das aquisições de bens e serviços adquiridos, assim como, na maximização dos recursos geridos por esta Universidade. Juntas, a soma de todas as modalidades de licitações representou 9% das Despesas Executadas em 2016.

As despesas com pessoal ainda continuam sendo o maior gasto dessa UPC, respondendo a folha de pagamento por 76% da totalidade das despesas executadas em 2016, contra 78% do exercício de 2015.

Outro ponto que se faz necessário de ser demonstrado é com relação às despesas executadas por Contratações Diretas, mas especificamente em relação às dispensas de licitações. Somente as Dispensas de Licitações representaram 6% do total das despesas executadas e 97% de todas as contratações diretas.

Cabe registrar que do montante das Despesas Executadas através da modalidade Dispensa de Licitação em 2016, 69% refere-se a contratos celebrados com a Fundação Norte Rio Grandense de Pesquisa e Cultura – FUNPEC, fundação de apoio aos projetos acadêmicos desta Universidade, com base na Lei nº 8.666/93, artigo 24, inciso XIII, combinado com a Lei nº 8.958/94, a qual dispõe sobre as relações de Instituições Federais de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica e as Fundações de Apoio, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 4 - Despesa Executada por dispensa de licitação - por fornecedor



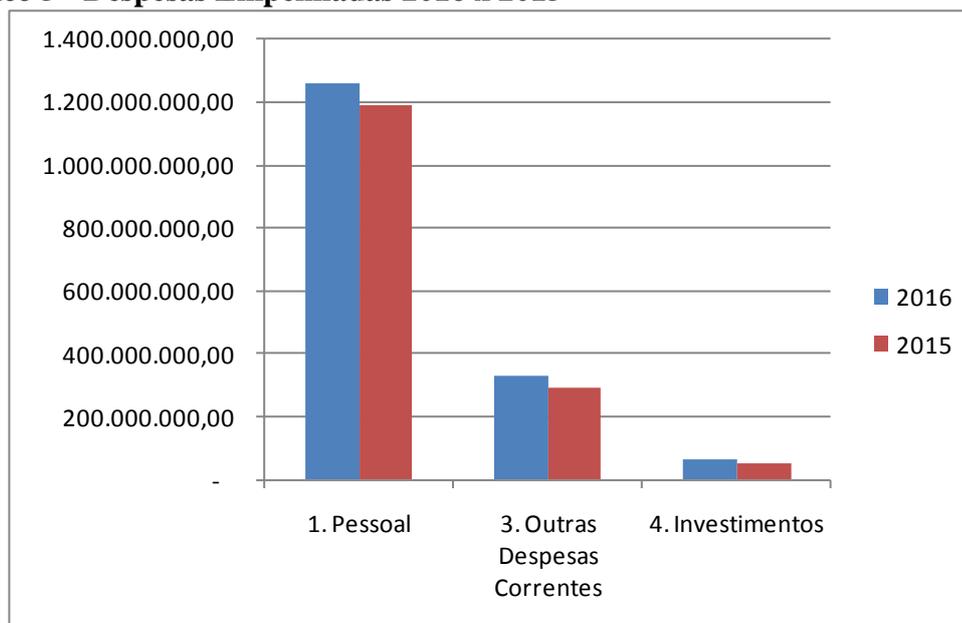
Fonte: Tesouro Gerencial e Balanço Orçamentário

No Quadro denominado Despesa por Grupo e Elemento de Despesa, notamos que em todos os grupos de despesa houve aumento na Despesa Executada no comparativo ao exercício anterior.

O Grupo de Despesa “1 – Pessoal” apresentou acréscimo em relação ao exercício de 2015 de 5,83%, decorrente principalmente de reajuste salarial, bem como da continuidade da política de recomposição do quadro permanente de servidores desta Instituição, que vem ocorrendo gradativamente objetivando o preenchimento de vagas oriundas de aposentadorias e outras situações.

Para melhor ilustrar tal situação apresentamos abaixo o gráfico comparativo entre os exercícios de 2016 e 2015:

Gráfico 5 - Despesas Empenhadas 2016 x 2015



Fonte: Tesouro Gerencial e Balanço Orçamentário

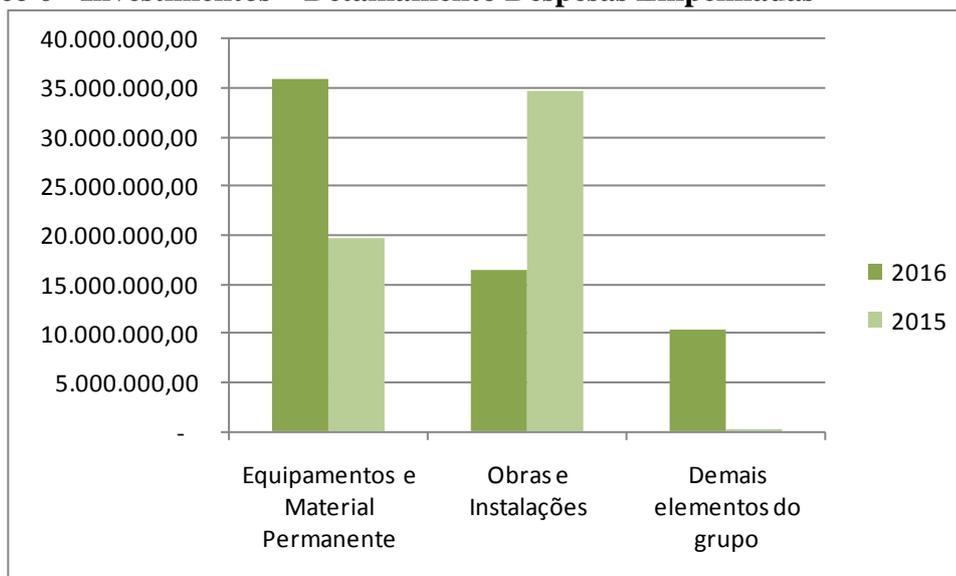
Nos grupos “3 – Outras Despesas Correntes” e “4 – Investimentos” houve um aumento de 13,26% e 15,51%, respectivamente. Um dos motivos para tais aumentos foi decorrente da base de comparação com o exercício de 2015 em virtude dos contingenciamentos realizados pelo Ministério da Educação – MEC nos limites de empenho daquele ano, em virtude da situação econômica do país.

No exercício de 2016 também houve contingenciamentos do orçamento, mas em montantes inferiores ao exercício passado, o que influenciou o maior volume de despesas empenhadas. Outro fator determinante para tais aumentos foi à liberação de parte dos recursos das emendas de bancadas previstas para 2016, liberação essa que não ocorreu em 2015.

Com relação às despesas por Natureza da Despesa, apresentamos abaixo o gráfico comparativo das despesas de Investimento. As despesas com Obras e Instalações tiveram uma queda de 53% no comparativo com 2015, ao passo que as despesas com Equipamentos e Material Permanente apresentou um acréscimo de 83%.

Tal fator se deve, principalmente, a grande quantidade de obras que foram concluídas ao longo de 2016 e que demandaram uma grande quantidade de equipamentos e materiais diversos para suas instalações, gerando uma queda nos gastos com Obras, mas aumentando a demanda em equipamentos.

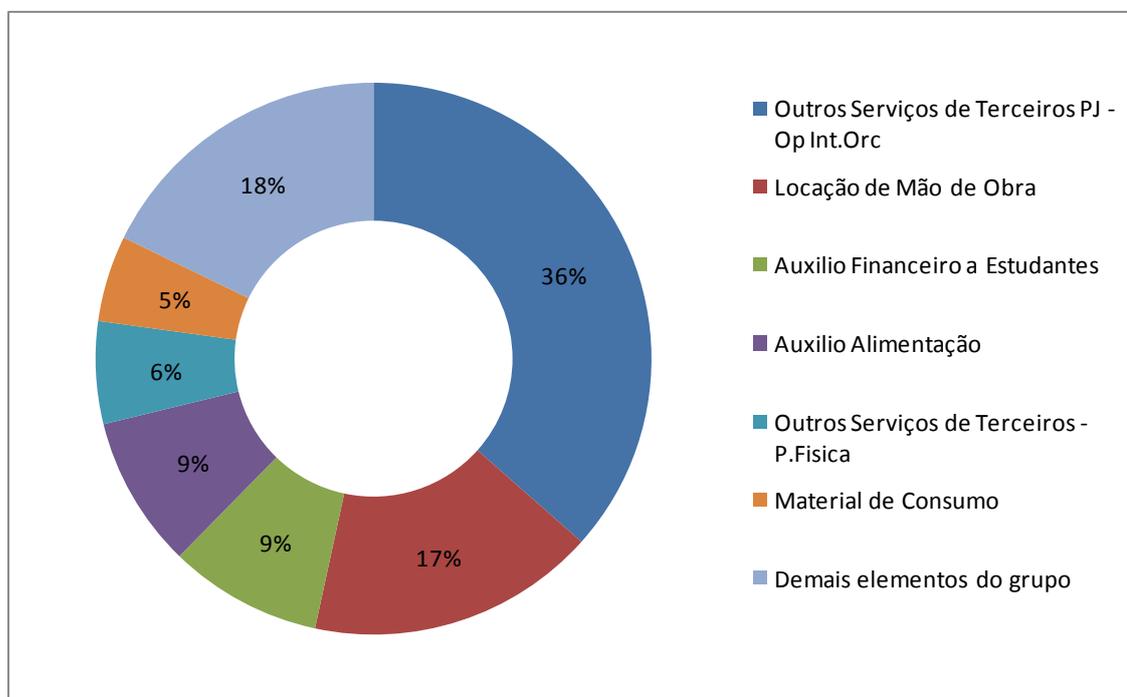
Gráfico 6 - Investimentos – Detalhamento Despesas Empenhadas



Fonte: Tesouro Gerencial e Balanço Orçamentário

Já no grupo “3 – Outras Despesas Correntes” a despesa com Serviços de Pessoas Jurídicas continuou sendo responsável pela maioria dos montantes empenhados, com 36% do total, seguido por gastos com Locação de Mão de Obra com 17%. Abaixo apresentamos o gráfico completo:

Gráfico 7 - Outras Despesas Correntes – Detalhamento Despesas Empenhadas



Fonte: Tesouro Gerencial e Balanço Orçamentário

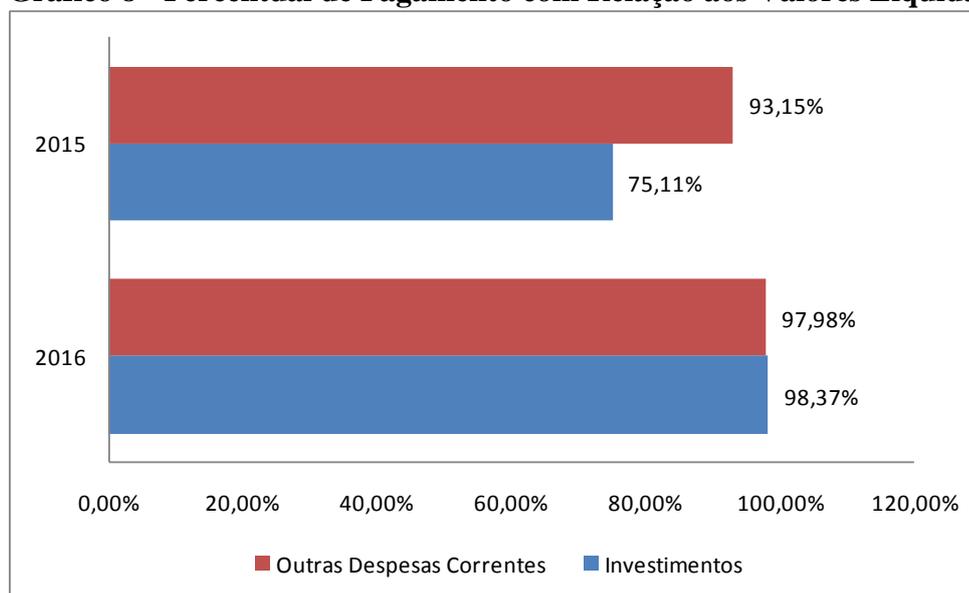
Nota-se que 82% dos valores empenhados no grupo das Despesas Correntes estão concentrados em apenas 06 (seis) elementos de despesa, com maior destaque para os grupos Outros Serviços de Terceiros PJ, Locação de Mão de Obra e Auxílio Financeiro a Estudantes.

Outro ponto importante com relação ao desempenho Orçamentário e Financeiro do exercício diz respeito às liberações dos recursos financeiros para pagamento das Despesas Liquidadas a Pagar. Ao longo de todo exercício as liberações de recursos financeiros ocorreram geralmente ao final de cada mês, nem sempre na totalidade dos valores a pagar, gerando maior tempo de pagamento aos fornecedores em relação à data da liquidação da despesa.

Essa falta do repasse integral gera alguns transtornos durante o exercício, uma vez que diversos fornecedores suspenderam o fornecimento, de forma parcial ou total, de Material e/ou Serviços por falta de pagamento dos valores integrais, tendo em vista que os repasses recebidos não eram suficientes.

Mesmo assim, houve uma melhora nos indicadores no comparativo entre 2016 e 2015. Para ilustrar tal situação apresentamos o gráfico abaixo que fez uma comparação do percentual que foi pago nos exercícios de 2016 e 2015 em relação aos Valores Liquidados a Pagar.

Gráfico 8 - Percentual de Pagamento com Relação aos Valores Liquidados



Fonte: Tesouro Gerencial e Balanço Orçamentário

O gráfico acima demonstra que em 2016 dos Valores Liquidados a pagar 98% em Investimentos e 97% das Outras Despesas Correntes naquele exercício foram pagos, contra 75% e 93%, respectivamente, no exercício de 2015.

Esse maior percentual de pagamento no exercício tem um forte impacto positivo na gestão orçamentária e financeira da UPC, uma vez que reduz os valores inscritos em Restos a Pagar Processados e diminuir o tempo de pagamento para o fornecedor entre a entrega do produto/serviço e o efetivo pagamento.

4.3.8 Suprimento de Fundos, contas bancárias tipo B E cartões de pagamento do Governo Federal

A seguir apresentamos os quadros “Concessão de Suprimento de Fundos”, “Utilização de Suprimento de Fundos” e “Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos”.

Quadro 23 – Concessão de Suprimento de Fundos

Valores em R\$ 1,00

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão		Valor do maior limite individual concedido
			Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	
2016	153103	UFRN	4	21.800,00	8.000,00
	153107	CCS	7	49.189,00	6.000,00
2015	153103	UFRN	2	5.500,00	3.000,00
	153107	CCS	7	29.500,00	5.000,00

Fonte: Tesouro Gerencial, SIAFI operacional e Sistema Auto-Atendimento Setor Público - AASP do Banco do Brasil.

Quadro 24 – Utilização de Suprimento de Fundos

Valores em R\$ 1,00

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
			Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2016	153103	UFRN	4	1.020,00	6.399,91	7.419,91
	153107	CCS	0	0,00	38.409,50	38.409,50
2015	153103	UFRN	0	0,00	4.271,21	4.271,21
	153107	CCS	0	0,00	28.962,85	28.962,85

Fonte: Tesouro Gerencial e SIAFI Operacional

Quadro 25 – Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
153103	UFRN	339030 - Material de Consumo	07 - Generos de Alimentação	2.878,51
			16 - Material de Expediente	84,60
			24 - Material p/ Manut. De Bens Imóveis/Instalações	28,57
			25 - Material p/ Manut. De Bens Móveis	788,72
			26 - Material Elétrico e Eletrônico	126,70
			36 - Material Hospitalar	220,00
		42 - Ferramentas	312,26	
		339039 - Serviços P. Jurídica	05 - Serviços Técnicos Profissionais	236,55
			12 - Locação de Máquinas e Equipamentos	800,00
			17 - Manut. E Conserv. De Máquinas e Equip.	800,00
20 - Manut. E Cons. De B.Móveis	800,00			
80 - Hospedagens	344,00			
153107	CCS	339030 - Material de Consumo	07 - Generos de Alimentação	5.221,71
			16 - Material de Expediente	189,75
			21 - Material de Copa e Cozinha	541,44
			22 - Material de Limpeza e Prod. De Higienização	831,70
			24 - Material p/ Manut. De Bens Imóveis/Instalações	808,10
			25 - Material p/ Manut. De Bens Móveis	632,07
			26 - Material Elétrico e Eletrônico	1.157,86
		96 - Material de Consumo - Pagto Antecipado	24.526,87	
		339039 - Serviços P. Jurídica	05 - Serviços Técnicos Profissionais	850,00
			17 - Manut. E Conserv. De Máquinas e Equip.	2.400,00
57 - Serviços Técnicos Profissionais de TI	1.250,00			

Fonte: Tesouro Gerencial

Análise Crítica sobre Suprimento de Fundos

A administração da UFRN, a exemplo do ano de 2015, também optou pelo uso do CPGF ao longo de 2016 para atender demandas da Instituição quanto às despesas imprescindíveis em que seria inviável o atendimento pelas vias normais. Apenas duas Unidades Gestoras - UG tiveram a necessidade de fazer o uso do CPGF, como demonstrado no Quadro acima.

A UG 153103 – UFRN teve 04 (quatro) suprimentos e 04 (quatro) concessões ao longo de 2016. Duas para as demandas com a aquisição de gêneros alimentícios de maneira a viabilizar a realização de aulas práticas dos cursos de nutrição no município de Santa Cruz/RN. As aulas práticas utilizam um quantitativo de gêneros alimentícios que se caracteriza por ser de pequena quantidade, tendo em vista que a utilização desses ocorre em caráter experimental, para atender diversas disciplinas da estrutura curricular do curso, inviabilizando tanto a entrega pelo fornecedor quanto a emissão de empenho.

Outro para atender demandas com aquisição de materiais de consumo e pequenos serviços (emergenciais) que forem identificados como necessários pelas Diretorias de Projetos e Obras, de Manutenção, de Meio Ambiente e a própria Superintendência de Infraestrutura da UFRN, que realiza serviços de manutenção em todos os imóveis da UPC.

E por fim outro suprimento para atender A Escola Multicampi de Ciências Médicas (EMCM) com sede na cidade de Caicó/RN, envolvendo atividades também nos municípios de Currais Novos/RN e Santa Cruz/RN, todos situados no interior do Rio Grande do Norte. Compreende o curso de Medicina Multicampi e as Residências Médicas e Multiprofissionais, com atividades práticas integralmente desenvolvidas nos serviços de saúde dos três municípios citados.

Pela própria distância física em relação à Natal e pela natureza das atividades desenvolvidas no curso de graduação em Medicina e nas Residências, é frequente a necessidade de materiais específicos e serviços não disponíveis nos registros de preço vigentes e/ou que não são prontamente acessíveis no interior do Estado. Tais despesas quando não atendidas prontamente comprometem significativamente, quando não inviabilizam totalmente, o desenvolvimento das ações acadêmicas, sendo necessária a adoção de mecanismo mais ágil para sua aquisição ou contratação.

A UG 153103 autorizou durante o exercício de 2016 a utilização da opção de Saque para dois suprimentos. Essa autorização foi concedida dadas as circunstâncias excepcionais que não poderiam ser realizadas na forma do art. 2º, do Decreto nº 5.355, de 25 de janeiro de 2005. O valor máximo que poderia ser utilizado nessa modalidade era de 20% do valor total concedido ao suprimento e cada saque realizado sujeita o seu titular a apresentar justificativa quanto à impossibilidade de utilização do pagamento via CPGF, que é anexada no momento da apresentação da regular prestação de contas.

A Unidade Gestora 153107 - Centro de Ciências da Saúde também apresentou necessidade do uso do CPGF para o curso de Nutrição, esse no campus central em Natal/RN, utilizando-se das mesmas justificativas já apresentadas. Além desse também foi concedido CPGF para a Administração do CCS devido à necessidade de aquisição de materiais e serviços de pronto pagamento cuja utilização se faz urgente, sob pena de paralisação das atividades docentes e/ou administrativas.

Para tanto, cada unidade destacada mantém controle interno administrativo no sentido de apenas permitir a aquisição via CPGF após verificar que o material / serviço solicitado não está disponível em estoque, nos pregões ou nos contratos da Instituição. Além disso, a unidade demandante ainda é orientada a expedir justificativa detalhada que ampare a aquisição.

No tocante a UG 153107 é importante destacar um erro cometido por essa unidade no procedimento operacional referente à classificação dos gastos dos suprimentos. Os servidores realizaram o cancelamento de reclassificações já realizadas para posterior correção no SIAFI e tais correções não foram lançadas, permanecendo um saldo indevido de R\$ 24.526,87 no Subitem 96.

Como essa classificação não foi gerada a tempo no exercício de 2016, não é mais possível realizar no exercício de 2017, ficando a despesa com a execução no referido item de forma incorreta. Abaixo apresentamos a tabela com a classificação correta do referido gasto:

Detalhamento do valor de R\$ 24.526,87 classificado indevidamente pela UG 153107

Quadro 26- Classificação de gastos

339030 - Material de Consumo	07 - Generos de Alimentação	16.542,45
	16 - Material de Expediente	375,00
	17 - Manut. E Conserv. De Máquinas e Equip.	714,10
	21 - Material de Copa e Cozinha	513,42
	22 - Material de Limpeza e Prod. De Higienização	570,00
	24 - Material p/ Manut. De Bens Imóveis/Instalações	2.912,61
	25 - Material p/ Manut. De Bens Móveis	1.066,60
	26 - Material Eletrico e Eletrônico	1.032,70
	35 - Material Laboratorial	799,99

Fonte: Siafi Operacional

No tocante a comparação com o exercício anterior, notamos que houve um aumento no valor da concessão para as duas Unidades Gestoras. A UG 153103 apresentou um aumento de aproximadamente 296% quando comparado a 2015, ao passo que a UG 153107 apresentou um acréscimo de 66%.

Tal fato se deve tanto ao aumento no número de suprimentos como nos valores das concessões. Na UG 153103, por exemplo, durante todo o exercício de 2015 só houve um suprimento com duas concessões. Já em 2016 houve o acréscimo de mais três suprimentos para atender diversas demandas da UFRN, conforme citado acima.

Na UG 153107 a quantidade de suprimentos e concessões permaneceu inalterada, com apenas dois suprimentos, mas os valores concedidos em 2016 foram maiores que em 2015 em virtude da maior demanda ao longo do exercício dessas despesas de pequeno vulto. No exercício de 2016 a concessão de suprimento de fundos teve representação insignificante em relação ao total das despesas correntes executadas durante o exercício.

Registre-se, por fim, que todos os Suprimentos de Fundos concedidos em 2016 tiveram suas prestações de contas apresentadas dentro do exercício de 2016 e todas foram devidamente aprovadas.

4.4 Desempenho Operacional

A abordagem do desempenho operacional foi tratada neste capítulo no item 4.3.2 - execução e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade com resultados dos Quadros Ações relacionadas a Programas Temáticos do PPA de responsabilidade da UPC - OFSS

4.5 Apresentação e análise dos Indicadores de Desempenho

Para analisar o seu desempenho a UFRN utiliza o conjunto de indicadores apresentados no quadro abaixo:

Quadro 27 - Grupos de Indicadores

Grupos	Fonte
Indicadores do TCU	TCU
Indicadores Institucionais	Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e Projetos (SIGPP) Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH).
Indicadores Externos	Censo da Educação Superior Avaliação INEP Avaliação CAPES

Fonte: PROPLAN

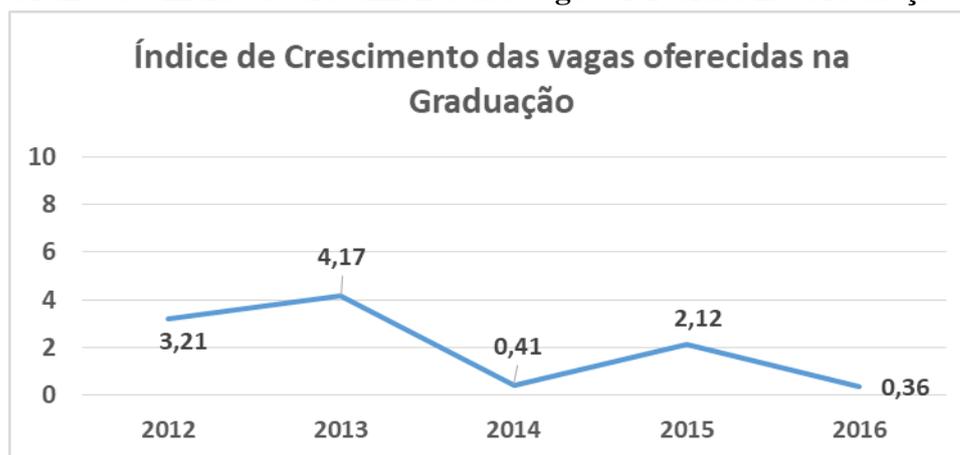
Os indicadores são instrumentos utilizados para acompanhar e medir o alcance dos objetivos institucionais definidos no Plano de Gestão da UFRN (2015-2019), quais sejam, **Qualidade Acadêmica, Interiorização, Internacionalização e Inclusão social**. Embora estabelecidos para um período de 5 anos, os objetivos são aferidos anualmente por meio dos indicadores. Nesse sentido, a Universidade prevê metas anuais no SIGPP que são acompanhadas e avaliadas sistematicamente. A seguir são apresentados os indicadores de desempenho utilizados para cada objetivo do Plano de Gestão, os respectivos resultados e análise crítica.

INDICADORES DE QUALIDADE ACADÊMICA:

Índice de crescimento das Vagas Oferecidas para o Ensino de Graduação (IVG) – Indicador que expressa a evolução do número de vagas oferecidas no ano corrente em relação ao ano anterior, conforme fórmula a seguir:

$$IVG = 100 - \frac{\text{Número de vagas no ano 2015} \times 100}{\text{Número de vagas em 2016}}$$

Gráfico 9 - Índice de crescimento das vagas oferecidas na Graduação



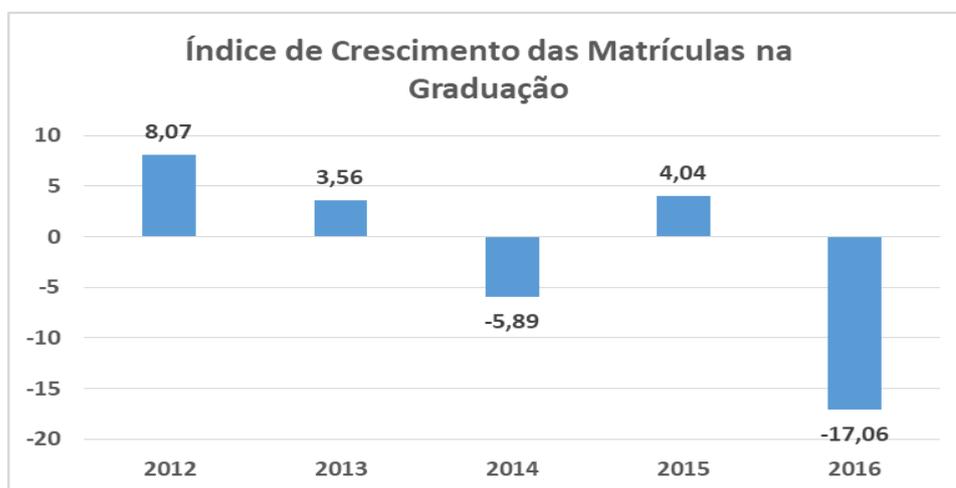
Fonte: PROPLAN/CPA

Como se observa, o índice de crescimento das vagas oferecidas na graduação está diretamente relacionado à criação de novos cursos pela Instituição (que gera a oferta de novas vagas), bem como à ampliação de vagas nos cursos já existentes. No exercício de 2016 como não houve criação de novos cursos nem ampliação do número de vagas, o índice se aproximou de zero.

Índice de Crescimento das Matrículas na Graduação (IMG) – Indicador que expressa a evolução do número de matrículas nos cursos de graduação no ano corrente, em relação ao ano anterior, conforme fórmula a seguir:

$$\text{IMG} = 100 - \frac{\text{Número de matrículas no ano 2015} \times 100}{\text{Número de matrículas em 2016}}$$

Gráfico 10 - Índice de Crescimento das Matrículas na Graduação



Fonte: PROPLAN/CPA

Até 2015, a UFRN utilizava o número de alunos matriculados no segundo semestre, somados ao número de alunos concluintes no primeiro semestre, para a contagem dos alunos matriculados no ano. Em 2016, esse cálculo passou a considerar as orientações do TCU, e o número de alunos matriculados foi calculado a partir da soma dos alunos matriculados no primeiro semestre com os alunos matriculados no segundo semestre, dividido por dois. Isso implicou em uma queda significativa no índice de crescimento das matrículas na graduação.

Conceito ENADE: é um indicador de qualidade que avalia o desempenho dos estudantes a partir dos resultados obtidos no Exame Nacional de Desempenho do Estudante (ENADE). É divulgado anualmente para os cursos que tiveram estudantes concluintes participantes do ENADE. O seu cálculo, no entanto, não é necessariamente realizado por curso, mas por Unidade de Observação que consiste no conjunto de cursos que compõe uma área de enquadramento específica do ENADE de uma Instituição de Educação Superior em um determinado município. O Exame é aplicado desde 2004 e os resultados estão disponíveis para download no site do INEP. Os resultados do ENADE 2015 da UFRN, **divulgados pelo INEP/MEC em 07.03.2017**, estão apresentados no Quadro abaixo.

Quadro 28 - Conceitos dos cursos da UFRN avaliados pelo ENADE no período 2006/2009/2012/2015

Curso	2006	2009	2012	2015
	Administração - Natal	5	5	4
Administração – Currais Novos	-	4	3	4
Biblioteconomia	3	3	-	-
Ciências Contábeis – Natal	5	4	4	4
Ciências Contábeis – Caicó	4	3	3	3
Ciências Econômicas	3	3	2	2
Comunicação social - RADIALISMO	5	3	-	-
Comunicação social - JORNALISMO	4	4	4	4
Comunicação social – PUBLICIDADE E PROPAGANDA	-	-	5	4
Design	-	-	-	4
Direito - Natal	5	5	5	5
Direito - Caicó	4	4	5	5
Educação Artística - Natal	-	5	-	-
Música	4	3	-	-
Psicologia	5	5	5	5
Teatro	SC*	5	-	-
Turismo - Natal	-	4	3	3
Turismo – Currais Novos	-	SC	3	2

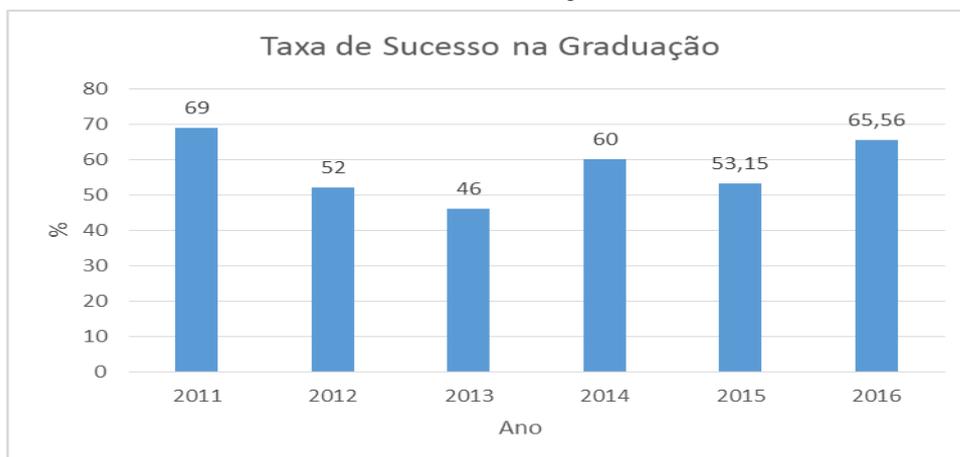
Fonte: INEP/ENADE *SC- Sem Conceito

Como se observa, no ciclo avaliativo trienal a área de enquadramento utilizada na aplicação do ENADE 2015 pelo INEP foi composta pelos cursos da área de Ciências Sociais e Aplicadas. Os resultados dos cursos participantes da UFRN são extremamente positivos, à exceção do curso de Ciências Econômicas que permanece com o conceito 2 (insatisfatório). O curso de Turismo ofertado no campus de Currais, que também obteve conceito 2, está em extinção e atualmente tem menos de 10 alunos matriculados.

Taxa de Sucesso na Graduação (TSG): Indicador definido pela Decisão nº 408/202-TCU. Para a UFRN, a Taxa de Sucesso na Graduação indica o número de alunos de concluem os cursos no tempo médio previsto no Projeto Pedagógico. A partir da TSG, o curso pode identificar eventuais problemas tais como, retenção, evasão, transferência, mudança de curso e reprovação. A TSG é calculada de acordo com a fórmula a seguir:

$$(TSG) = \frac{\text{Número de alunos diplomados}}{\text{Nº total de alunos ingressantes}}$$

Gráfico 11 - Taxa de Sucesso na Graduação



Fonte: PROPLAN/CPA

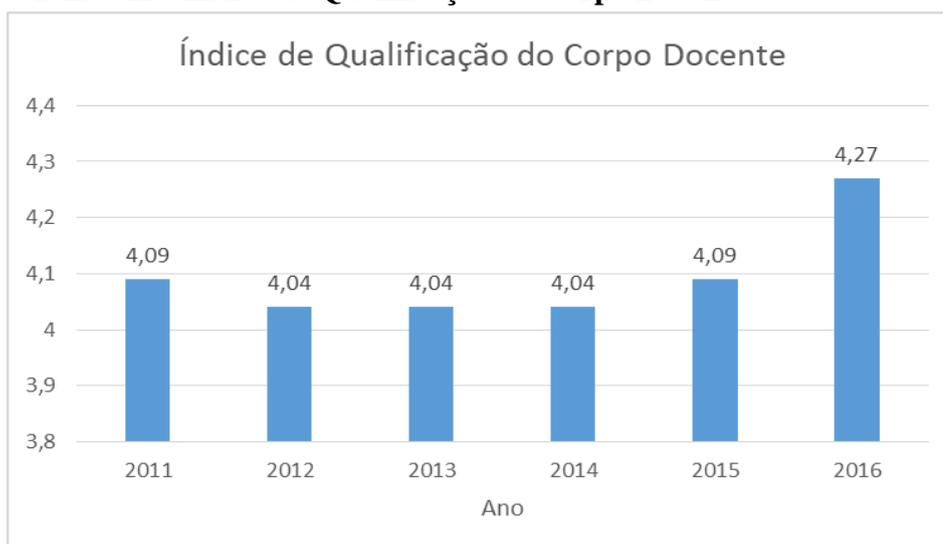
Até 2015 a UFRN utilizava no cálculo do número de alunos ingressantes todas as formas de ingresso na graduação, quais sejam: reingresso, vagas remanescentes, transferências, PEC-G (Programa Estudante Convênio de Graduação), reopção, além do SiSu (Sistema de Seleção Unificada). A partir de 2016, o cálculo do número de alunos ingressantes foi realizado considerando apenas os ingressantes por meio do SiSu, conforme orientação do TCU. Por essa razão, observa-se um aumento significativo na Taxa de Sucesso da Graduação em 2016, como demonstrado na figura acima.

Índice de Qualificação do Corpo Docente: Este indicador faz parte dos Indicadores de Gestão definidos pela Decisão nº 408/2002-TCU. Mede o nível de qualificação dos professores com vistas à mensuração da eficiência do corpo docente e da qualidade das atividades acadêmicas da UFRN.

$$IQCD = (5D + 3M + 2E + G) / D + M + E + G$$

Onde D = nº de doutores, M = Nº de mestres e G= número de graduados

Gráfico 12 - Índice de Qualificação do Corpo Docente



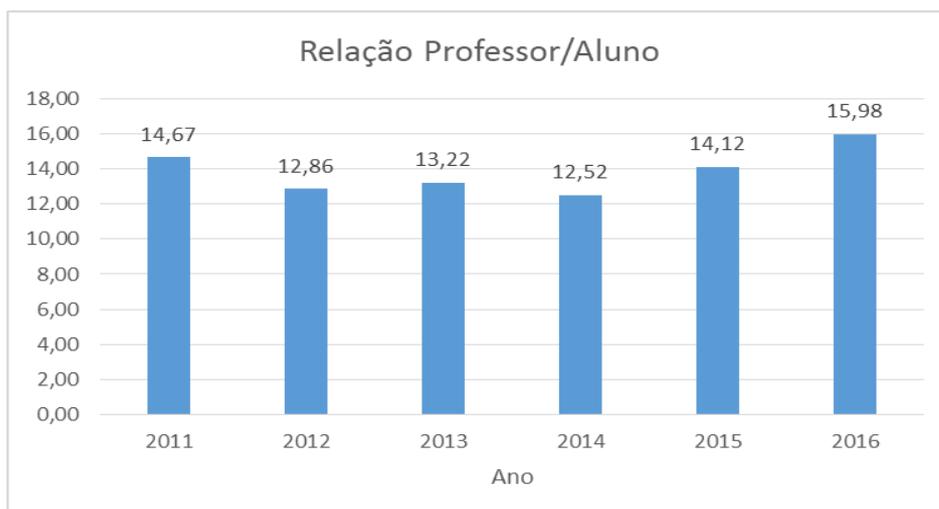
Fonte: PROPLAN/CPA

A UFRN tem investido, especialmente na última década, na qualificação do seu corpo docente. Como demonstrado na figura acima, em 2016 o índice de qualificação do corpo docente se destaca quando comparado com a média dos anos anteriores.

Relação professor aluno (RPA): Este indicador faz parte dos Indicadores de Gestão definidos pela Decisão nº 408/2002-TCU. É um indicador que mede a proporção do número de alunos de cursos de graduação em tempo integral, em relação ao número de professores equivalentes da Instituição, conforme a fórmula abaixo:

$$RPA = \frac{\text{Número de alunos de graduação em tempo integral}}{\text{Número professores equivalentes}}$$

Gráfico 13 - Relação Professor/Aluno

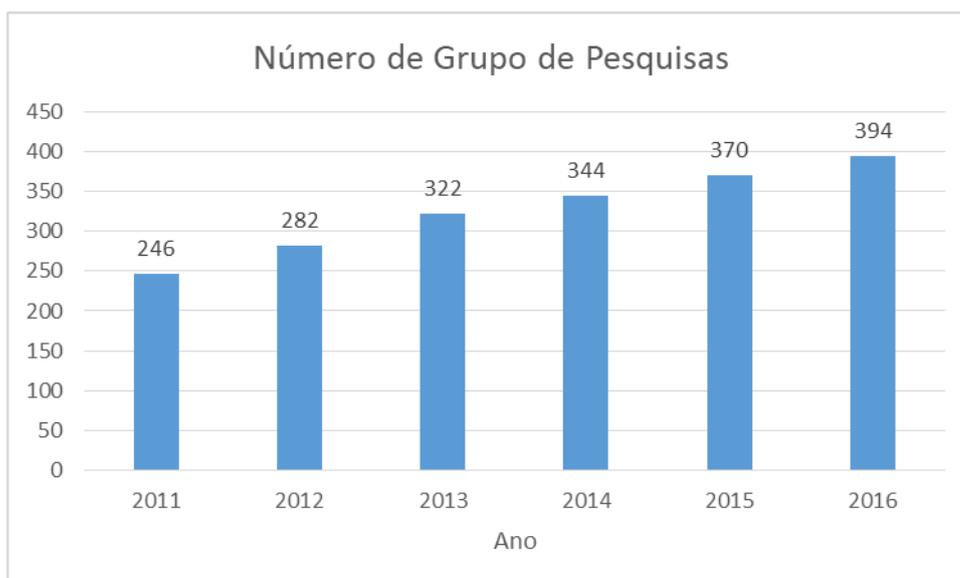


Fonte: PROPLAN/CPA

O aumento registrado na Relação Professor/Aluno demonstrado na figura acima, é decorrente da significativa redução de contratações de docentes no exercício de 2016. Com isso, a UFRN se aproxima da meta prevista no seu PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) e no PNE (Plano Nacional de Educação) que estabelece a relação de 1 professor para cada grupo de 18 alunos em 2019.

Número de Grupos de Pesquisa: Indicador que mede a quantidade de grupos de pesquisa em atuação na Instituição, conforme definição da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior. Expressa o nível de integração e trabalho em equipe no âmbito da pesquisa científica.

Gráfico 14 - Número de Grupo de Pesquisa



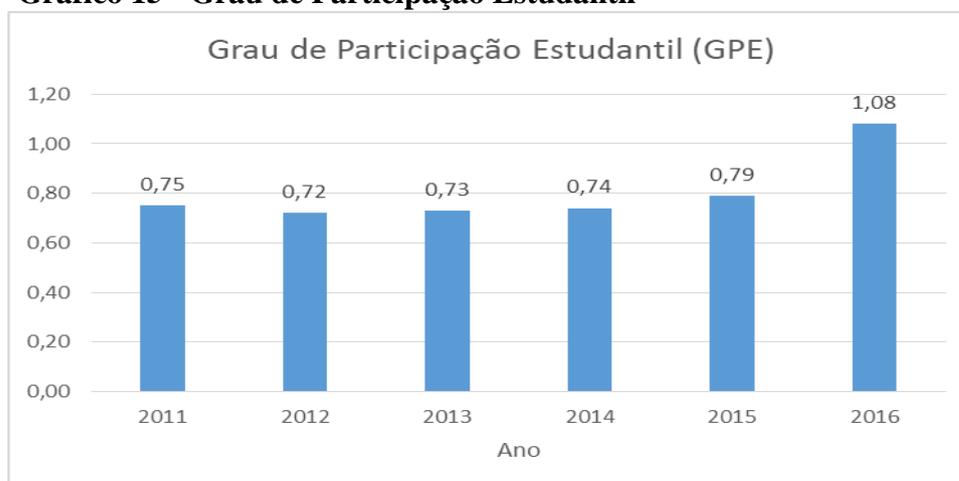
Fonte: PROPLAN/CPA

Nos últimos 5 anos o número de grupos de pesquisa da UFRN teve um aumento de quase 30%, demonstrando o compromisso institucional com o estímulo permanente à organização e formação de novos grupos de pesquisa.

Grau de Participação Estudantil (GPE): Este indicador faz parte dos Indicadores de Gestão definidos pela Decisão n° 408/2002-TCU. Avalia a participação dos alunos nas atividades acadêmicas por meio da proporção do número de alunos em tempo integral em relação aos demais alunos. O GPE é calculado de acordo com a fórmula a seguir:

$$\text{GPE} = \frac{\text{N}^\circ \text{ de alunos da graduação em tempo integral}}{\text{N}^\circ \text{ de alunos matriculados na graduação}}$$

Gráfico 15 - Grau de Participação Estudantil



Fonte: PROPLAN/CPA

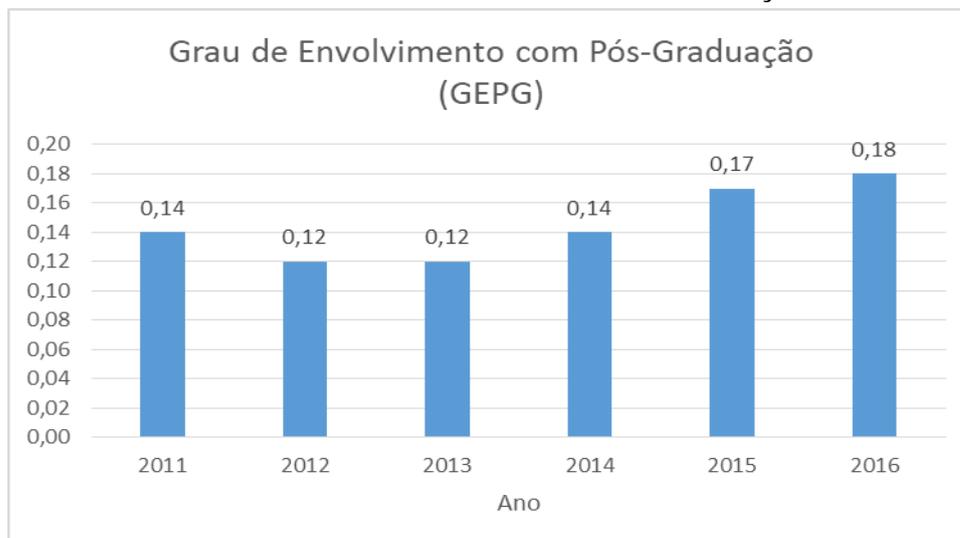
Considerando a alteração na metodologia de cálculo do número de alunos matriculados a partir de 2016, observa-se um aumento o grau de participação estudantil demonstrado na figura acima.

Grau de envolvimento com Pós-Graduação (GEPG): Este indicador faz parte dos Indicadores de Gestão definidos pela Decisão n° 408/2002-TCU. Mede o grau de envolvimento discente com a Pós-Graduação. O GEPG é calculado de acordo com a fórmula a seguir:

$$\text{GEPG} = \frac{\text{APG}}{\text{AG} + \text{APG}}$$

Onde: APG= Número de alunos de Pós-Graduação; AG = Número de alunos de graduação.

Gráfico 16 - Grau de Envolvimento com a Pós- Graduação



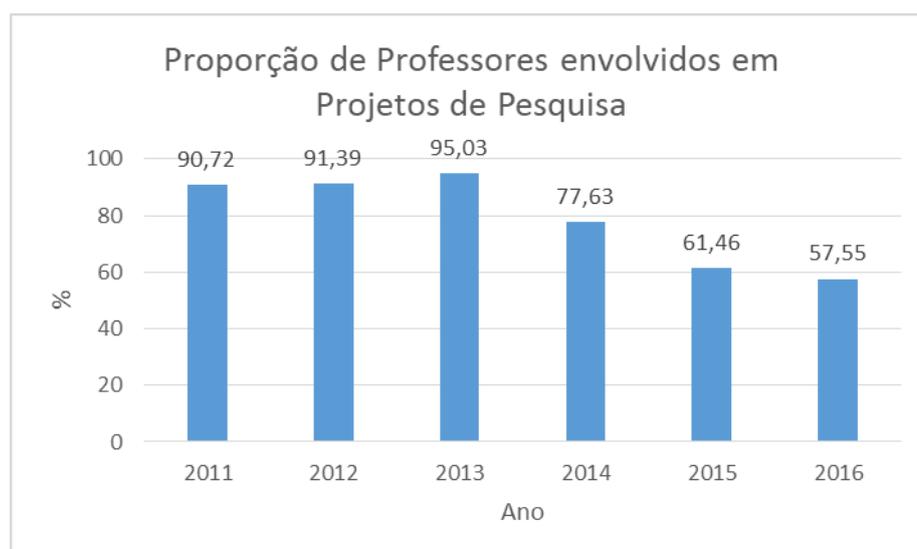
FONTE: PROPLAN/CPA

O Grau de envolvimento discente com a Pós-graduação manteve-se em relação a 2015.

Proporção de Professores envolvidos em Projetos de Pesquisa (PPPP): Este indicador mede a proporção de professores da Instituição que estão envolvidos em projetos de pesquisa e é calculado de acordo com a fórmula abaixo:

$$PPPP = \frac{\text{Número de professores envolvidos em projetos de pesquisa} \times 100}{\text{Número total de Professores do quadro permanente}}$$

Gráfico 17 - Proporção de Professores envolvidos em Projetos de Pesquisa



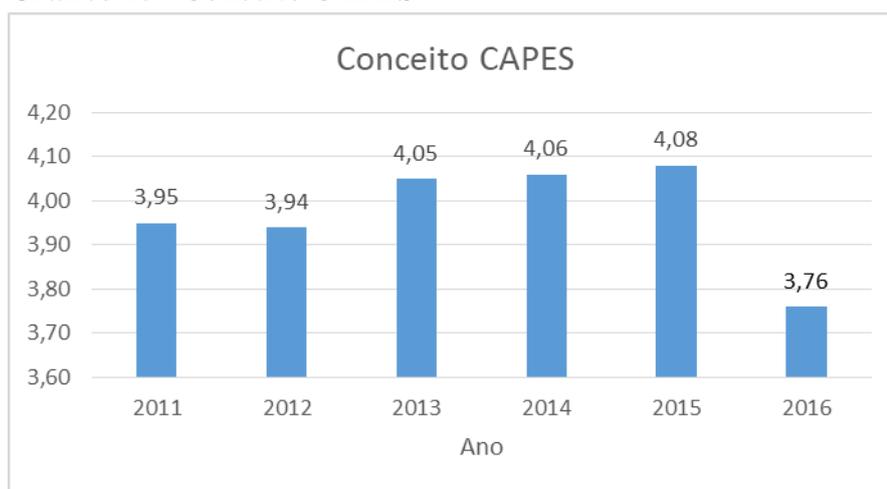
Fonte: PROPLAN/CPA

A proporção de professores envolvidos em projetos de pesquisa no ano de 2016 não sofreu alteração significativa em relação ao ano anterior.

Conceito CAPES: Este indicador faz parte dos Indicadores de Gestão definidos pela Decisão nº 408/2002-TCU. O Conceito CAPES é definido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior para mensurar a qualidade dos cursos de mestrado e doutorado das instituições. Este conceito é obtido conforme a fórmula a seguir:

$$\text{Conceito CAPES} = \frac{\text{Somatório dos conceitos dos programas de pós-graduação}}{\text{Número de programas de pós-graduação}}$$

Gráfico 18 - Conceito CAPES



Fonte: PROPLAN/CPA

Até 2015 o cálculo do Conceito CAPES da Instituição era realizado considerando a relação entre o somatório dos conceitos dos cursos de pós-graduação, e o número de cursos de pós-graduação. A partir de 2016 passou-se a utilizar o somatório dos conceitos dos programas e o número de programas (e não mais dos cursos) na referida relação. Em razão disso observa-se uma redução do Conceito CAPES da UFRN.

INDICADOR DE INTERIORIZAÇÃO

Taxa de matrícula fora de sede (TMFS): Indicador de medida de ampliação e interiorização da oferta do ensino de graduação na UFRN. Indica a proporção de alunos matriculados em cursos fora de sede, em relação ao número total de alunos matriculados na UFRN, conforme fórmula a seguir:

$$\text{TMFS} = \frac{\text{Número de matrículas fora de sede}}{\text{Número total de matrículas na UFRN}}$$

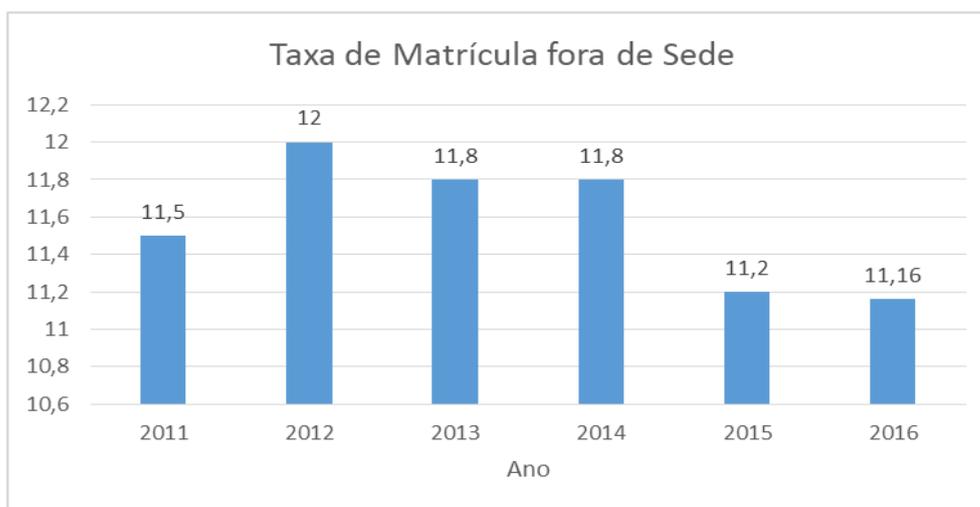


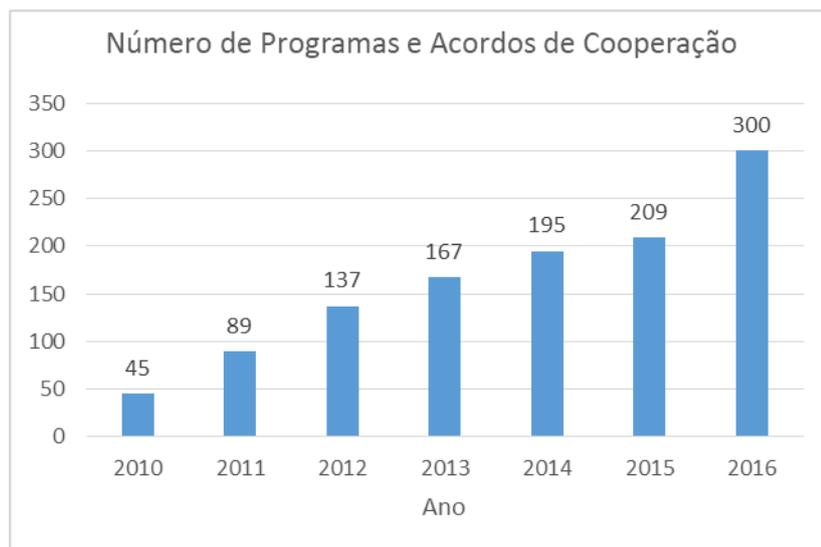
Gráfico 19 - Taxa de Matrícula fora de Sede

Fonte: PROPLAN/CPA

Em 2016 a proporção de alunos matriculados fora de sede não sofreu alteração em relação ao ano anterior. Conforme demonstrado na figura acima, essa taxa em torno de 11% não variou significativamente nos últimos 6 anos.

INDICADORES DE INTERNACIONALIZAÇÃO

Gráfico 20 - Número de Programas e Acordos de Cooperação:

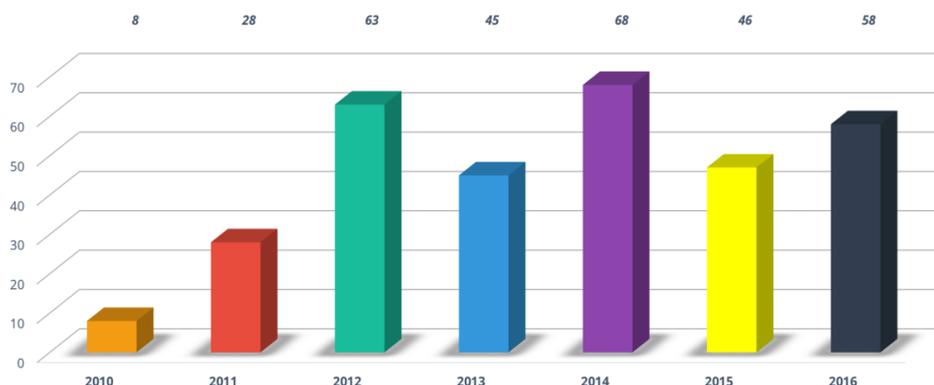


Fonte: PROPLAN/CPA

O número de programas e acordos de cooperação em nível internacional firmados pela UFRN em 2016 teve um aumento significativo; nos últimos 5 anos mais que triplicou, passando de 89 para 300. Em relação a 2015, também se observa aumento expressivo em 2016, passando de 209 para 300.

Mobilidade de Acadêmica dos estudantes estrangeiros na UFRN: Indicador que expressa o número de estudantes estrangeiros que desenvolveram atividades acadêmicas na UFRN.

Gráfico 21 - Mobilidade Acadêmica Internacional



Fonte: SIRI

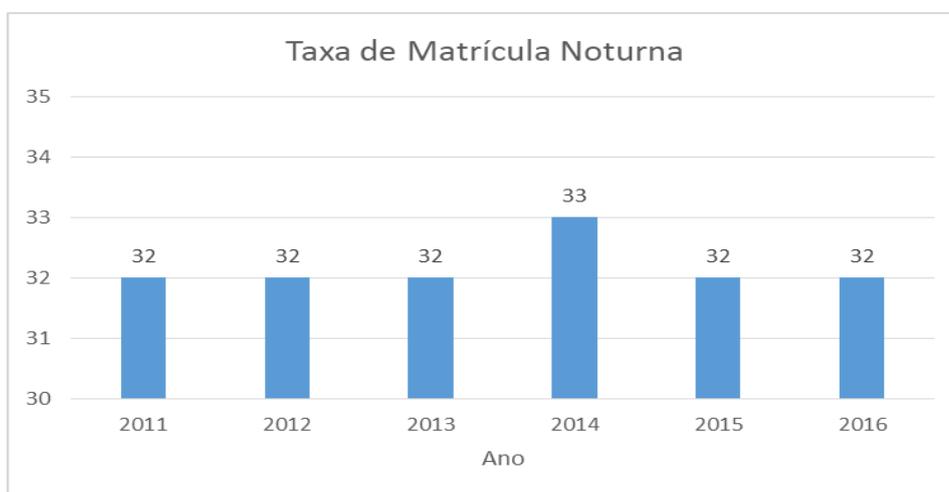
O número de estudantes estrangeiros que a UFRN recebeu nos últimos 4 anos se manteve em 2016.

INDICADORES DE INCLUSÃO SOCIAL

Taxa de matrícula noturna (TMN) - Indicador representativo do compromisso social da UFRN para com o estudante trabalhador e compõe um dos itens da matriz orçamentária do MEC para a educação superior. Indica a proporção de alunos matriculados nos cursos noturnos em relação ao total de alunos matriculados na UFRN, conforme fórmula a seguir.

$$\text{TMN} = \frac{\text{Número total de matrículas em cursos noturnos} \times 100}{\text{Número total de matrículas na UFRN}}$$

Gráfico 22 - Taxa de Matrícula Noturna

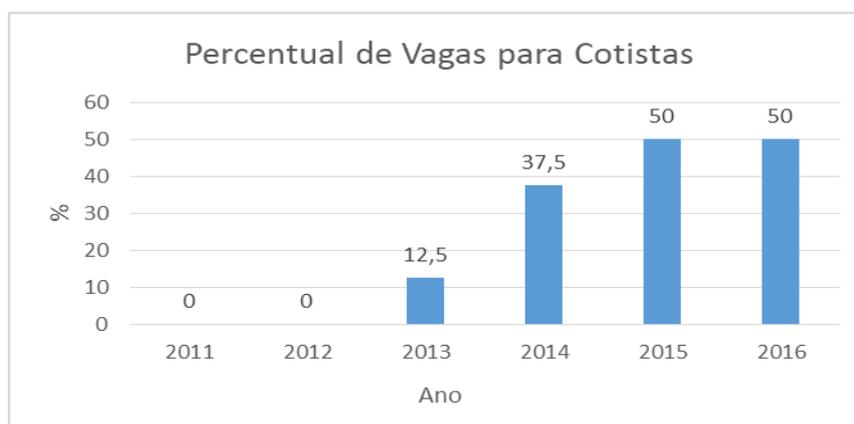


Fonte: PROPLAN/CPA

Considerando que a UFRN não criou novos cursos no período noturno no exercício de 2016, a taxa de matrícula noturna manteve-se no nível dos últimos 6 anos.

Percentual de vagas para cotistas: Indicador que expressa o esforço da Instituição no sentido de ofertar parte das vagas para cotistas com o intuito de ampliar o ingresso de alunos oriundos de escolas públicas, de baixa renda, negros, pardos e índios.

Gráfico 23 - Percentual de vagas para Cotistas

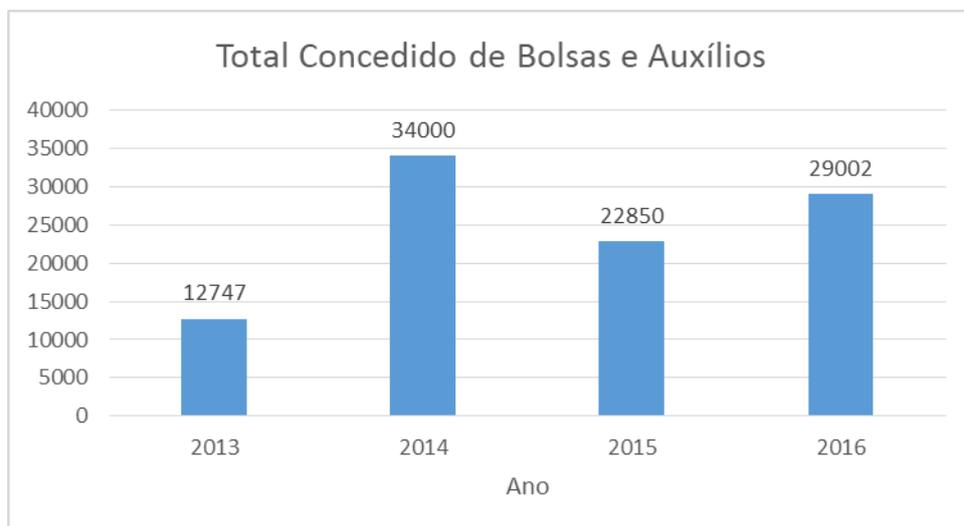


Fonte: PROPLAN/CPA

A meta da Instituição de oferecer 50% das vagas para cotistas nos cursos de graduação foi atingida desde o exercício de 2015 e deve permanecer nos próximos anos.

Número de Bolsas e auxílios de apoio à permanência: Indicador que expressa o esforço institucional em apoiar a permanência do estudante no ensino de graduação por meio da concessão de auxílios e bolsas.

Gráfico 24 - Total Concedido de Bolsas e Auxílios



Fonte: PROPLAN/CPA

Em 2016 a UFRN ampliou a concessão de benefícios (bolsas e auxílios) em relação a 2015, refletindo o esforço contínuo da Instituição em apoiar a permanência do estudante na graduação.

4.5.1 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de contas da União.

Quadro 29– Resultados dos indicadores primários – Decisão TCU nº 408/2002

INDICADORES PRIMÁRIOS	EXERCÍCIOS				
	2016	2015	2014	2013	2012
Custo Corrente incluindo 35% das despesas dos Hospitais Universitários - HU(s)	1.093.833.221,90	937.228.450,63	890.143.557,32	830.238.515,65	685.608.159,24
Custo corrente excluindo as despesas dos Hospitais Universitários - HU(s)	1.093.833.221,90	767.823.260,56	820.086.928,41	752.927.369,63	453.883.648,81
Número de professores equivalentes	2.401,50	2.407,50	2.331,00	2.212,00	2.163,50
Número de funcionários equivalentes incluindo aqueles a serviço nos Hospitais Universitários	4.355,25	2.959,00	4.901,50	3.090,25	3.106,25
Número de	3.545,75	3.719,50	3.480,50	2.184,00	2.203,00

funcionários equivalentes excluindo aqueles a serviço nos Hospitais Universitários					
Total de alunos efetivamente matriculados na graduação (AG)	23.803,00	27.865	26.784	28.460	27.482
Total de alunos efetivamente matriculados na pós-graduação <i>stricto sensu</i> , (mestrado e de doutorado) (APG)	5.233,00	5.604,00	4.384	4.062,00	3.817,00
Total de alunos efetivamente matriculados na residência médica (AR)	390	321	257	232	156
Número de alunos da graduação em tempo Integral (AGTI)	25.786,60	22.143,32	19.909,60	20.655,15	19.881,46
Alunos equivalentes da Graduação (AGE)	44.917,00	36.922,97	33.266,09	33.926,64	32.500,86
Número de alunos Tempo Integral da pós-graduação (APGTI)	11.784,00	25.786,6	8.768,00	8.124,00	7.634,00
Número de alunos de residência médica (ARTI)	794,00	642,00	514	464	312

Fonte: SIGAA, PROGESP E SIAFI

Quadro 30 - Resultados dos Indicadores da Decisão TCU n.º 408/2002

Indicadores Decisão TCU 408/2002	EXERCÍCIOS				
	2016	2015	2014	2013	2012
Custo Corrente / Aluno equivalente tempo integral (incluindo os 35% das despesas dos HU(s))	19.024,78	19.216,14	20.920,88	19.511,77	16.950,84
Custo Corrente / Aluno Equivalente em tempo Integral (excluindo as despesas dos HU(s))	19.024,78	15.742,80	19.274,36	17.694,85	11.221,73
Aluno Tempo Integral / Número de Professores Equivalente	15,98	14,12	12,52	13,22	12,86
Aluno Tempo Integral / Número de Funcionário Equivalente (incluindo funcionários a serviço nos HU(s))	8,81	11,49	5,96	9,46	8,96
Aluno Tempo Integral / número de funcionário equivalente (excluindo funcionários a serviço nos HU(s))	10,82	9,14	8,39	13,39	12,63
Funcionário equivalente / número de professores Equivalentes (incluindo funcionários a serviço nos HU(s))	1,81	1,23	2,1	1,40	1,44
Funcionário equivalente / número de professores equivalente (excluindo funcionários a serviço nos HU(s))	1,48	1,54	1,49	0,99	1,02
Grau de Participação Estudantil (GPE)	1,08	0,79	0,74	0,73	0,72

Grau de Envolvimento com Pós-Graduação (GEPG)	0,18	0,17	0,14	0,12	0,12
Conceito CAPES	3,76	4,08	4,06	4,05	3,94
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	4,27	4,09	4,04	4,04	4,04
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	65,56	53,15	60,0	46,0	52,00

Fonte: SIGAA, PROGESP E SIAFI

5. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

5.1 Descrição das Estruturas de Governança

A administração universitária é feita por órgãos colegiados deliberativos e por órgãos executivos, em níveis da administração central, acadêmica e suplementar, em que se desdobra a sua estrutura organizacional, objetivando a integração e a articulação dos diversos órgãos situados em cada nível.

Em nível deliberativo, são quatro os Conselhos Superiores da UFRN:

- Conselho Universitário – CONSUNI: órgão máximo da Universidade, com funções normativas, deliberativas e de planejamento.
- Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE: órgão superior com funções deliberativas, normativas e consultivas sobre matéria acadêmica, didático-pedagógica, científica, cultural e artística.
- Conselho de Administração – CONSAD: órgão superior com funções deliberativas, normativas e consultivas sobre matéria administrativa, orçamentária, financeira, patrimonial e de política de recursos humanos, ressalvada a competência do Conselho de Curadores.
- Conselho de Curadores – CONCURA: órgão superior de acompanhamento e fiscalização das atividades de natureza econômica, financeira, contábil e patrimonial da Universidade.

Em nível superior, a administração da UFRN é composta pela Reitoria, 8 pró-reitorias (Graduação; Pós-Graduação; Pesquisa; Extensão; Assuntos Estudantis; Planejamento e Coordenação Geral; Administração e Gestão de Pessoas); 4 secretarias (Educação a Distância; Relações Internacionais e Interinstitucionais; Educação Básica, Técnica e Tecnológica; Gestão de Projetos – sendo as duas últimas criadas por meio da Resolução nº 020/2015 – CONSUNI, de 4 de novembro de 2015); 3 Superintendências (Infraestrutura; Informática; e Comunicação).

Estruturada em 5 *campi*, distribuídos no Campus Central em Natal, Campus de Macaíba, Campus de Santa Cruz, Campus de Caicó e o Campus de Currais Novos. A área acadêmica da UFRN é composta por 8 centros acadêmicos: Biociências (CB); Ciências Exatas e da Terra (CCET); Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA); Ciências Sociais Aplicadas (CCSA); Ciências da Saúde (CCS); Educação (CE); Tecnologia (CT) e Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES), com 77 departamentos acadêmicos. A UFRN contava em 2016, com 09 unidades acadêmicas especializadas assim nominadas: Escola de Música, Escola Agrícola de Jundiá – Unidade Acadêmica Especializada em Ciências Agrárias; Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi; Escola de Ciências e Tecnologia, Instituto do Cérebro, Instituto MetrÓpole Digital, Instituto de Química; Escola Multicampi de Ciências Médicas; Escola de Saúde. Vinculados aos Centros e/ou Unidades, a Universidade conta com órgãos colegiados, quais sejam: os Conselhos de Centros, Plenárias de Departamentos e Colegiados de Cursos (Graduação e Pós-Graduação).

A Universidade dispõe de um Núcleo para oferta de Educação Infantil e Ensino Fundamental e, para dar suporte ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, conta com várias unidades suplementares diretamente vinculadas à Reitoria. A Biblioteca Central Zila Mamede (BCZM) coordena o sistema de bibliotecas da Instituição, composta por 20 bibliotecas setoriais que funcionam nos Centros Acadêmicos, Institutos, Unidades Suplementares e Unidades Acadêmicas Especializadas, localizadas no Campus Central em Natal e nos campi no interior do Estado. Para apoio e divulgação às suas atividades, a UFRN conta também, com uma

Editora Universitária (EDUFRN), com a incumbência de coordenar a edição e publicação de livros e periódicos de natureza técnico-científica, artística e cultural.

Desde 2013 a UFRN firmou contratos com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH, que passou a administrar os 3 (três) hospitais da Universidade: Hospital Universitário Onofre Lopes (HUOL) Maternidade Escola Januário Cicco (MEJEC), e Hospital Maternidade Ana Bezerra (HUAB), em Santa Cruz.

Além dos 3 (três) hospitais como unidades suplementares, a UFRN conta também com mais 12 (doze) unidades suplementares, dentre as quais destaca-se a Superintendência de Comunicação (COMUNICA) que propõe-se a integrar, através dos seus veículos, as ações na área de comunicação, visando otimizar e implementar a política de comunicação interna e externa da Universidade. A COMUNICA é compreendida pela Rádio FM Universitária, pela TV Universitária (TVU) e pela Agência de Comunicação (AGECOM), sendo esta última o órgão responsável pela publicação e divulgação de notícias, eventos, projetos e pesquisas da UFRN. Os dois primeiros veículos evidenciam o compromisso da Instituição com a informação e a cultura, e desempenham um papel importante na formação complementar e crítica de ouvintes e telespectadores. A Unidade fornece, também, apoio à formação complementar curricular e extracurricular de graduandos e pós-graduandos de cursos da UFRN, com o acolhimento anual de centenas de alunos em diversas atividades.

No campo da extensão universitária, artes, comunicação e cultura, a UFRN possui o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC), o Museu Câmara Cascudo – MCC e o Núcleo de Arte e Cultura – NAC. Dispõe também da Ouvidoria, cujo objetivo é contribuir para o desenvolvimento institucional em defesa dos direitos dos usuários e no cumprimento da responsabilidade social da Instituição.

Em relação ao monitoramento interno, a UFRN conta com a Auditoria Interna, com responsabilidades de assessoria, orientação e análise da regularidade da gestão contábil, orçamentária, financeira, patrimonial e operacional da Instituição, cuja estrutura e funcionamento estão descritos no item seguinte (5.2 – Atuação da Unidade de Auditoria Interna), deste Capítulo.

Em cumprimento à Lei Nº 10.861/2004 que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), a UFRN dispõe de Comissão Própria de Avaliação (CPA) que atua como instância autônoma na avaliação institucional interna e externa. Formada por professores, alunos, funcionários e representantes da sociedade, a CPA coordena os processos de avaliação da Universidade, contribuindo para a construção de um projeto acadêmico sustentado por princípios de uma gestão democrática e autônoma, consolidando a responsabilidade social e o compromisso científico-cultural da Instituição.

Em termos de pessoal, a UFRN conta com uma comissão para coordenar o processo de locação de vagas docentes – a Comissão Permanente de Desenvolvimento Institucional (CPDI), que analisa, em demanda resultante de editais públicos, as atividades desenvolvidas por todas as unidades acadêmicas com a finalidade de dimensionar as necessidades de reposição e ampliação de pessoal docente, para executar as políticas institucionais de ensino de graduação e pós-graduação, de pesquisa e de extensão universitária. Essa Comissão é também responsável pela análise das solicitações de progressão dos docentes na carreira do magistério superior.

5.2 - Atuação da Unidade Auditoria interna

A Auditoria Interna da Universidade Federal do Rio Grande do Norte é órgão de assessoramento responsável pela auditoria interna da instituição, tem a finalidade de exercer orientação, acompanhamento, controle e fiscalização dos atos e fatos administrativos da UFRN.

O objetivo geral do órgão de Auditoria Interna é avaliar a integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos sistemas de informações e de controles internos integrados ao ambiente, e de gerenciamento de riscos, com vistas a assistir à administração da entidade no cumprimento dos seus objetivos.

A atuação da Auditoria Interna da UFRN está prevista do Capítulo XVII do Regimento Interno da Reitoria

(<http://www.ufrn.br/resources/documentos/regimentos/RegimentoInternoDaReitoria-2015.pdf>).

De acordo com o seu Art. 331, a Auditoria Interna tem a seguinte estrutura administrativa:

Art. 331. [...]

I – Gabinete do Auditor Geral;

II – Assessoria Técnica;

III – Coordenadoria de Planejamento e Monitoramento;

IV – Coordenadoria de Auditoria e Controle;

V – Secretaria Administrativa.

De acordo com o novo Regimento, revisado e publicado em 04 de novembro de 2015, a unidade de auditoria interna teve alterações em sua estrutura, com criação de coordenadorias e redistribuição de suas competências. Entretanto, ainda não foi possível a sua plena implantação, motivo pelo qual não há como demonstrar os ganhos operacionais dele decorrente.

A nomeação, designação, exoneração ou dispensa do titular de unidade de auditoria interna é devidamente submetida, pelo dirigente máximo da entidade, à aprovação do conselho de administração e, após, à aprovação da Controladoria-Geral da União, conforme estabelece o §5º do Decreto nº 3.591, de 06 de setembro de 2000.

De acordo com o art. 330 do Regimento Interno da Reitoria, a Auditoria Interna está diretamente subordinada à Reitoria. A Unidade de Auditoria Interna está estruturada de modo que todo o seu corpo técnico (05 servidores) está lotado no Campus Central. Não houve adequações na estrutura organizacional da unidade de Auditoria Interna no exercício de 2016.

As ações de auditoria são selecionadas tendo como base uma matriz de risco, levando-se em consideração aspectos como materialidade, criticidade e relevância. A definição do escopo, com o local de realização dos trabalhos, ocorre no momento do planejamento de cada ação, de acordo com a temática a ser trabalhada, bem como o histórico (seja de ações ou de problemas pretéritos) daquela unidade, além da disponibilidade de tempo e de diárias, quando se trata das unidades localizadas em outros municípios, ou ainda, por solicitação da reitoria.

Ao final de cada trabalho de auditoria, é realizada uma reunião de busca conjunta de soluções com o responsável pela unidade, reunião essa que a Reitora, ou seu representante, é convidado a participar. Nessa reunião são discutidas as constatações identificadas no decorrer dos trabalhos e as recomendações propostas com vistas ao aperfeiçoamento dos controles e a eliminação/mitigação dos riscos envolvidos nos fatos constatados. Além disso, mensalmente, realiza-se o “monitoramento” das recomendações de Auditoria, oportunidade essa em que é enviado à Reitora um relatório gerencial sobre a atual situação das recomendações de auditoria interna.

Com o advento da Instrução Normativa Conjunta CGU/MP nº 001/2016, a reitoria designou através da Portaria nº 2.683/16-R uma comissão para elaboração da política de gestão de riscos da UFRN, o que se espera que promova uma cultura de riscos na instituição.

5.3 – Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

O Sistema de Correição desta Universidade abrange a apuração de indícios, denúncias e representações sobre fatos e condutas em desacordo com o regime disciplinar do servidor e do discente e pelo controle de dados e atos atinentes aos processos disciplinares.

Para apuração, a Instituição possui um conjunto de servidores aptos a integrar comissões processantes de Sindicância e de Processo Administrativo Disciplinar. No ano de 2016, entre esses servidores, 07 (sete) se dedicaram exclusivamente à função processante, constituindo as Comissões Permanentes de Processos Administrativos Disciplinares, enquanto que outros exercem essa atividade e outras atribuições acadêmicas e administrativas.

No total, tendo como referência o ano de 2016, 151 (cento e cinquenta e um) servidores atuaram em comissões. Desse quantitativo, 60 (sessenta) exerceram a função de presidente de comissão, dentre os quais 51 (cinquenta e um) ocupam o cargo de docente e 09 (nove), de técnico-administrativo.

A regência normativa dos processos disciplinares varia de acordo com o sujeito investigado. Caso este seja discente, o procedimento pauta-se apenas pelo Regimento Geral da UFRN; em sendo servidor, aplica-se além do Regimento a Lei n.º 8.112/90. No entanto, apesar dessa variação, a Lei n.º 9.784/99 também incide em todos os procedimentos.

Ainda quanto à questão normativa, importa mencionar que, no ano de 2016, com o objetivo de aprimorar o trâmite dos processos disciplinares, foi editada pelo Conselho Superior de Administração (CONSAD) desta Universidade a Resolução n.º 036/2016-CONSAD, que aprovou normas que disciplinam todos os Processos Administrativos Disciplinares (PAD) e de Sindicâncias no âmbito desta Instituição.

Quanto ao controle de dados e atos relativos à atividade correcional, esse é realizado no âmbito da Secretaria Administrativa do Gabinete da Reitora e abrange abertura de processos, emissão de portarias de (re)designação, prorrogação, sobrestamento, suspensão de sobrestamento relativos às Comissões Processantes e análise dos processos quanto a necessidade de inserção e atualização de dados no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD), vez que apenas procedimentos disciplinares envolvendo servidores são cadastrados no referido sistema.

A partir dessa gestão de dados, foi possível elaborar as seguintes tabelas:

Tabela 1- Número de processos julgados em 2016 separados por unidade instauradora

Mês	Qtde	Gabinete da Reitora	Centros/Unidades Acadêmicas
Janeiro	2	0	2
Fevereiro	6	6	0
Março	3	2	1
Abril	2	2	0
Mai	5	4	1
Junho	9	6	3
Julho	5	0	5
Agosto	6	3	3
Setembro	7	6	1
Outubro	7	5	2
Novembro	1	1	0
Dezembro	12	5	7
Total	65	40	25

Fonte: Planilha de Controle Interno de PAD e Sindicância 2016 e CGU-PAD - Sistema de Gestão de Processos Disciplinares

Tabela 2- Processos Disciplinares que tramitaram no ano de 2016 separados por ano de instauração e unidade instauradora

Ano	Qtde	Gabinete da Reitora	Centros/Unidades Acadêmicas
2012	1	0	1
2013	1	0	1
2014	3	3	0
2015	28	20	8
2016	63	40	23
Total	96	63	33

Fonte: Planilha de Controle Interno de PAD e Sindicância 2016 e CGU-PAD - Sistema de Gestão de Processos Disciplinares

Tabela 3- Processos Disciplinares tramitados em 2016 separados por espécie

TIPOS DE PROCESSOS	
Sindicâncias	35
Processos Administrativos Disciplinares	61
Total	96

Fonte: Planilha de Controle Interno de PAD e Sindicância 2016 e CGU-PAD - Sistema de Gestão de Processos Disciplinares

Tabela 4- Processos Disciplinares tramitados em 2016 separados por unidade instauradora e por espécie

Unidade	Processos Administrativos Disciplinares	Sindicâncias	Total por Unidade
Centro de Biociências (CB)	1	1	2
Centro de Ciências Exatas e da Terra (CCET)	0	2	2
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA)	4	6	10
Centro de Ciências da Saúde (CCS)	3	1	4
Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA)	0	5	5
Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES)	2	2	4
Centro de Tecnologia (CT)	0	3	3
Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi (FACISA)	0	1	1
Escola de Ciência de Tecnologia (ECT)	0	1	1
Escola de Música (EMUFRN)	0	0	0
Instituto Metrópole Digital (IMD)	0	1	1
Gabinete da Reitora	51	12	63
Total	61	35	96

Fonte: Planilha de Controle Interno de PAD e Sindicância 2016 e CGU-PAD - Sistema de Gestão de Processos Disciplinares

Tabela 5- Resultado das apurações dos Processos Disciplinares concluídos em 2016 separados por unidade instauradora

Punições/ Penalidades	Qtde	Autoridade Instauradora - Gabinete da Reitora	Autoridade Instauradora - Centros/Unidades Acadêmicas
Advertência	4	0	4
Suspensão	8	5	3
Suspensão convertida em Multa	1	1	0
Demissão* * Em fase de Recurso no Conselho de Administração (CONSAD)	1	1	0
Ressarcimento ao Erário	3	3	0
Cancelamento de Dedicção Exclusiva	1	1	0
Cassação de Diploma	1	0	1
Outros Desmembramentos	65	20	45

Fonte: Planilha de Controle Interno de PAD e Sindicância 2016 e CGU-PAD-Sistema de Gestão de Processos Disciplinares

Quanto ao total apontado como outros desmembramentos dos resultados dos Processos Disciplinares, segue o detalhamento abaixo:

Tabela 6- Outros Desmembramentos decorrentes dos Processos Disciplinares concluídos em 2016 separados por unidade instauradora

Outros desmembramentos	Qtde	Gabinete da Reitora	Centros/Unidades Acadêmicas
Arquivamento	45	5	40
Instauração de outro Processo	9	6	3
Remessa dos autos à Comissão de Ética	2	2	0
Envio de Cópia ao Tribunal de Contas da União	1	1	0
Envio de cópia ao Ministério Público	3	3	0
Envio de cópia à Polícia Federal	4	3	1
Retratação em Plenária Departamental	1	0	1

Fonte: Planilha de Controle Interno de PAD e Sindicância 2016 e CGU-PAD - Sistema de Gestão de Processos Disciplinares

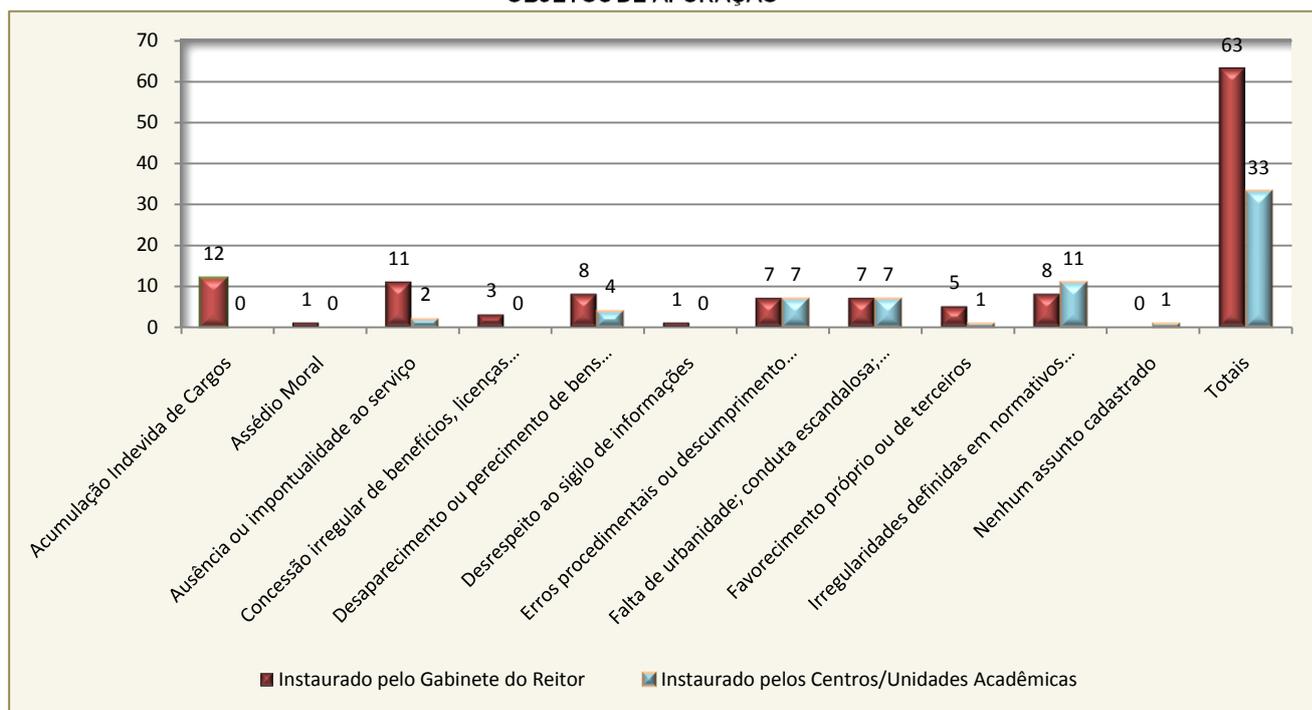
Tabela 7 - Objeto de Apuração de Processos Disciplinares no ano de 2016 separados por Unidade Instauradora

	Qtde	Instaurado pelo Gabinete do Reitor	Instaurado pelos Centros/Unidades Acadêmicas
Acumulação Indevida de Cargos	12	12	0
Assédio Moral	1	1	0
Ausência ou impontualidade ao serviço	13	11	2
Concessão irregular de benefícios, licenças ou autorizações	3	3	0
Desaparecimento ou perecimento de bens públicos	12	8	4
Desrespeito ao sigilo de informações	1	1	0
Erros procedimentais ou descumprimento de normas ou regulamentos	14	7	7
Falta de urbanidade; conduta escandalosa; incontinência pública; manifestação de apreço ou desapareço	14	7	7
Favorecimento próprio ou de terceiros	6	5	1
Irregularidades definidas em normativos ou regulamentos	19	8	11
Nenhum assunto cadastrado	1	0	1
Total	96	63	33

Fonte: Planilha de Controle Interno de PAD e Sindicância 2016 e CGU-PAD - Sistema de Gestão de Processos Disciplinares

Gráfico 1 – Objeto de Apuração por assunto

OBJETOS DE APURAÇÃO



Fonte: Planilha de Controle Interno de PAD e Sindicância 2016 e CGU-PAD - Sistema de Gestão de Processos Disciplinares

Em relação ao cumprimento da Portaria n.º 1.043/07-CGU, esclarecemos que o cadastramento dos processos no Sistema CGU-PAD é uma atividade permanente, a qual, como dito acima, ocorre no âmbito da Secretaria Administrativa do Gabinete da Reitora. No entanto, quanto ao prazo previsto na citada portaria de 30 (trinta) dias para esse cadastramento, foi realizado um levantamento, o qual apontou que, no ano de 2016, foram instaurados 63 (sessenta e três) processos disciplinares.

Dos 63 (sessenta e três) processos, 16 (dezesesseis) não devem ser cadastrados no Sistema CGU-PAD, em função dos envolvidos não serem servidores. Dos 47 (quarenta e sete) processos restantes: a) 30 (trinta) foram inseridos dentro do prazo previsto na Portaria-CGU n.º 1.043/07; ii) 17 (dezesete) foram inseridos fora desse prazo, dentre os quais, 04 (quatro) foram instaurados no âmbito do Gabinete da Reitoria e 13 (treze), nas demais unidades da Instituição.

A partir desse dado, é possível inferir que a própria estrutura descentralizada da Universidade, inclusive no que tange à competência para instauração dos procedimentos disciplinares, demanda um tempo maior até o cadastramento do processo no Sistema CGU-PAD, vez que são necessárias diligências físicas para a remessa do processo ou de cópia dos autos à Secretaria Administrativa do Gabinete da Reitora, local em que é realizado referido cadastramento.

Quanto a essa questão, convém mencionar que, com o escopo de dar publicidade da necessidade de celeridade no encaminhamento dos autos a essa Secretaria, foi editada a Resolução n.º 036/2016-CONSAD, a qual, especificamente, estipula em seu art. 23 que:

Os procedimentos disciplinares, quando instaurados, devem ser imediatamente noticiados ao Gabinete do Reitor, bem como as respectivas movimentações no que diz respeito às Portarias que sucederem ao ato de designação, e, quando encerrado o feito, deverá o processo ser encaminhado ao Gabinete do Reitor após julgamento pela autoridade que o instaurou.

Além disso, ressaltamos que a Secretaria Administrativa do Gabinete da Reitora, dentro de sua rotina permanente, solicita o encaminhamento dos autos ou de cópia deles para análise e, se for o caso, inclusão no Sistema. Ainda quanto a inserção de dados no Sistema CGU-PAD, essa Secretaria elaborou os seguintes detalhes:

Tabela 8-Inserção de dados no Sistema CGU-PAD em 2016 separados por ano de instauração, espécie e rito

Ano de Instauração	Qtde	Sindicância	PAD - Rito Ordinário	PAD - Rito Sumário
2013	3	1	2	0
2014	2	1	1	0
2015	14	6	8	0
2016	39	16	21	2
Total	58	24	32	2

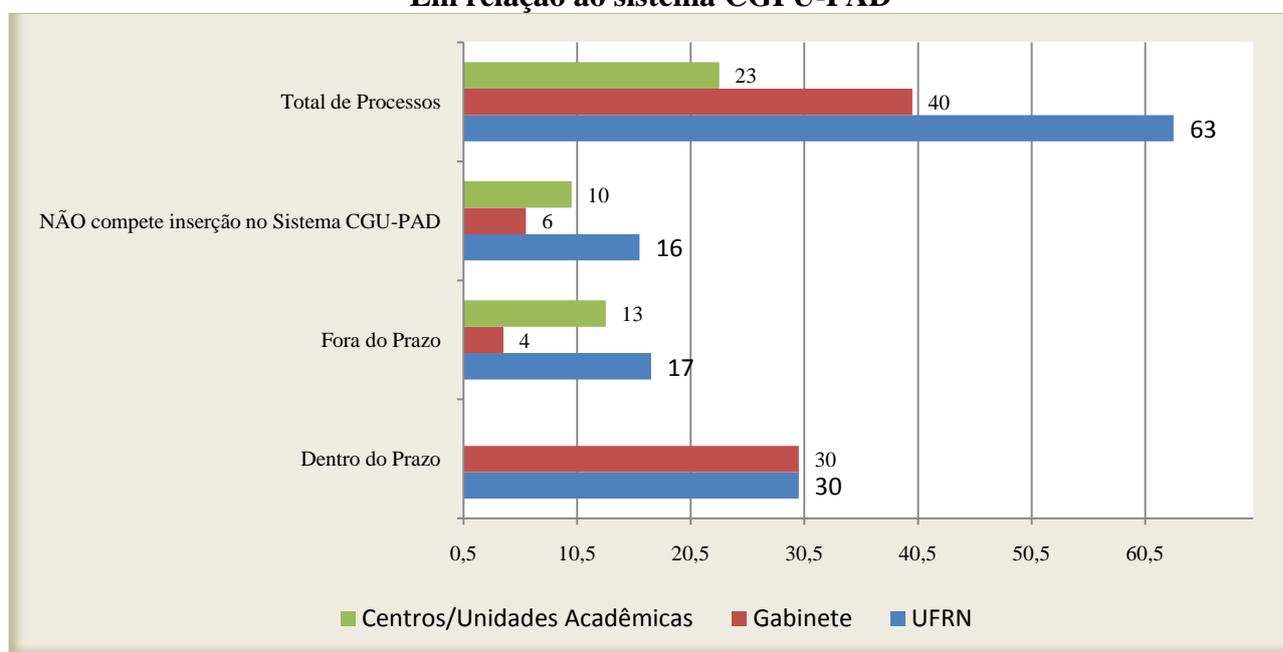
Fonte: CGU-PAD - Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (Consulta PAD-Emissão de Relatório - filtro por Data de Cadastramento - período 01/01/2016 a 31/12/2016)

Tabela 9- Processos instaurados em 2016, conforme Portaria n.º 1.043/07, separados por unidade instauradora

Situação em relação ao Sistema CGU-PAD	Qtde	Gabinete	Centros/Unidades Acadêmicas
Dentro do Prazo	30	30	0
Fora do Prazo	17	4	13
Não compete inserção no Sistema CGU-PAD	16	6	10
Total de Processos	63	40	23

Fonte: Planilha de Controle Interno de PAD e Sindicância 2016 e CGU-PAD - Sistema de Gestão de Processos Disciplinares

Gráfico 2- Demonstrativo dos Processos Disciplinares instaurados em 2016 Em relação ao sistema CGU-PAD



Fonte: Planilha de Controle Interno de PAD e Sindicância 2016 e CGU-PAD - Sistema de Gestão de Processos Disciplinares

Por último, convém salientar que, objetivando aperfeiçoar o trâmite dos procedimentos disciplinares, serão adotadas providências para publicação de modelos de atos elaborados no bojo de processos dessa espécie.

5.4 - Gestão de riscos e controles internos

Tendo em vista as preocupações da administração da UFRN com a necessidade de controles internos bem definidos e implantados para mitigação dos riscos, que potencialmente possam comprometer suas metas estratégicas, foi criada a Secretaria de Gestão de Projetos, unidade diretamente vinculada à Reitoria e responsável, dentre outros aspectos, pela promoção e disseminação de melhores práticas na gestão de projetos e de melhoria dos processos organizacionais na instituição.

Assim, a Secretaria de Gestão de Projetos tem como uma de suas responsabilidades, alinhar atividades relacionadas à melhoria dos processos organizacionais com a gestão de riscos, de maneira que os controles internos para mitigá-los sejam resultantes desta abordagem. Enquanto unidade responsável por promover e compartilhar melhores práticas e conhecimentos em gestão de projetos e gestão de processos, bem como apoiar adoção de ferramentas, métodos e técnicas nestas áreas, dentre as várias atribuições, destacam-se:

- Mapeamento do fluxo de um processo crítico mediante priorização prévia quanto a sua relevância estratégica;
- Identificação dos riscos (eventos internos ou externos) relacionados às atividades componentes do fluxo do processo;
- Classificação de cada risco quanto ao seu nível de severidade, baseado em critérios como impacto e probabilidade;
- Definição quanto à resposta apropriada para cada risco (aceitar, mitigar, transferir ou evitar);
- Estabelecimento de um plano de ação para implantação de controles internos ou contingências quando oportuno;
- Monitoramento e controle dos riscos relacionados ao processo organizacional.

Em 2016, a Secretária de Gestão de Projetos pôde realizar o mapeamento de processos críticos envolvendo a diretoria de gestão e fiscalização de contratos, unidade que, com o novo regimento da Reitoria de novembro de 2015, passou a atuar como diretoria efetivamente

Neste contexto, foram mapeados processos importantes como formalização de contratos, renovação de contratos, atendimento às demandas de fiscalizações e formalização de pagamentos. Esta iniciativa se mostrou relevante na identificação dos riscos potenciais relacionados às atividades componentes de cada um destes fluxos. Neste sentido, os riscos possíveis de serem mitigados ou evitados motivaram uma lista de melhorias no SIPAC, notadamente no módulo de terceirização de contratos. Estas melhorias devem ser implementadas em 2017.

Outra relevante contribuição da Secretaria de Gestão de Projetos para gestão de riscos foi passar a considerar este fator como relevante durante a iniciação, planejamento e execução dos projetos em que apoiou ao longo de 2016. Esta iniciativa, ainda em andamento, demonstra a necessidade de conscientizar gerentes de projetos sobre os riscos possíveis de ocorrer desde o apoio dos patrocinadores, no início do ciclo de vida de tais projetos.

6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

6.1 Gestão de Pessoas

6.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

▪ *Composição da força de trabalho*

Considerando as orientações para elaboração do item de informação “estrutura de pessoal da unidade” do TCU, em seu item 5: “sempre que possível, a UPC deve retratar a posição de 31 de dezembro do exercício...”. Considerando o calendário da folha da UFRN, regulamentado pelo MPOG, que definiu o fechamento da folha para alterações na primeira quinzena de Dezembro, não foi possível retratar a situação no período sugerido. Dessa forma, foram utilizados como referência para elaboração dos quadros 1, 2 e 3, os dados da Fita Espelho do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE) correspondente à folha de pagamento do mês de dezembro.

Quadro 1 - Força de Trabalho da UFRN.

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	5792	5547	315	251
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	5792	5547	315	251
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	5792	5533	315	251
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	13	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	1	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	686	366	236	405
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	7	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	6478	5920	551	656

Fonte: SIAPE/Dez 2016.

Quadro 2 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UFRN.

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	103	101	7	5
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	103	101	7	5
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculados ao	-	94	7	5

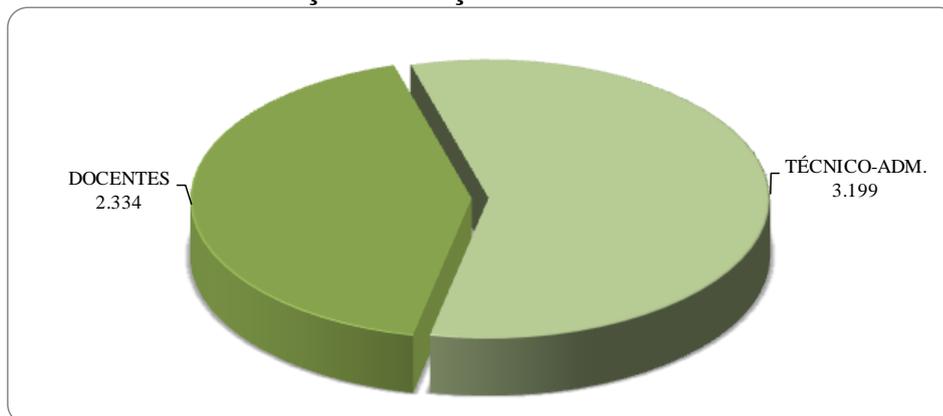
Órgão				
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem Vínculo	-	-	-	-
1.2.5. Aposentados	-	7	-	-
2. Funções Gratificadas	627	554	214	119
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	553	213	119
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	1	1	-
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	730	655	221	124

Fonte: SIAPE/Dez 2016.

- *Distribuição da força de trabalho, especialmente no âmbito das áreas técnicas responsáveis por macroprocesso finalísticos e de unidades e subunidades descentralizadas.*

Do total de servidores efetivos, 42% servidores são da carreira do Magistério Federal e 58% são da carreira de Técnicos-Administrativos em Educação (TAE), conforme indicado no gráfico 1.

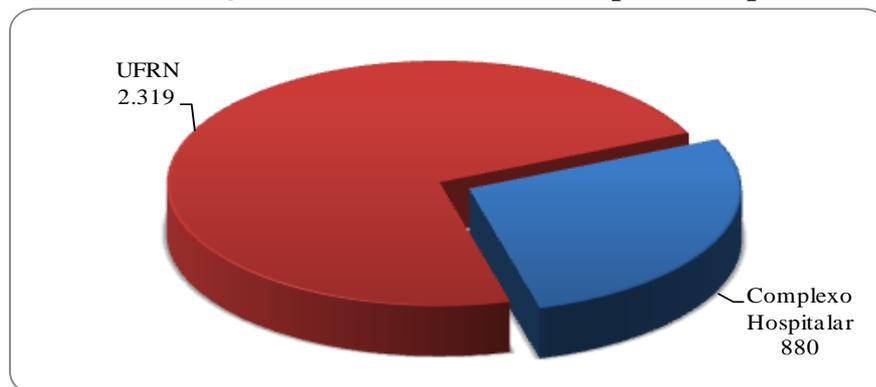
Gráfico 1 - Distribuição da Força de Trabalho – Servidores Ativos.



Fonte: SIAPE/Dez 2016.

Do quadro de servidores técnico-administrativos em educação, 72% estão localizados na UFRN e 28% nos Hospitais Universitários, que atualmente é administrado pela EBSEH, conforme apresentado no gráfico 2.

Gráfico 2 - Quadro TAE – UFRN e Complexo Hospitalar.



Fonte: SIAPE/Dez 2016.

Os servidores Técnico-Administrativos em Educação são distribuídos de acordo com diferentes cargas horárias, conforme demonstrado na tabela 1.

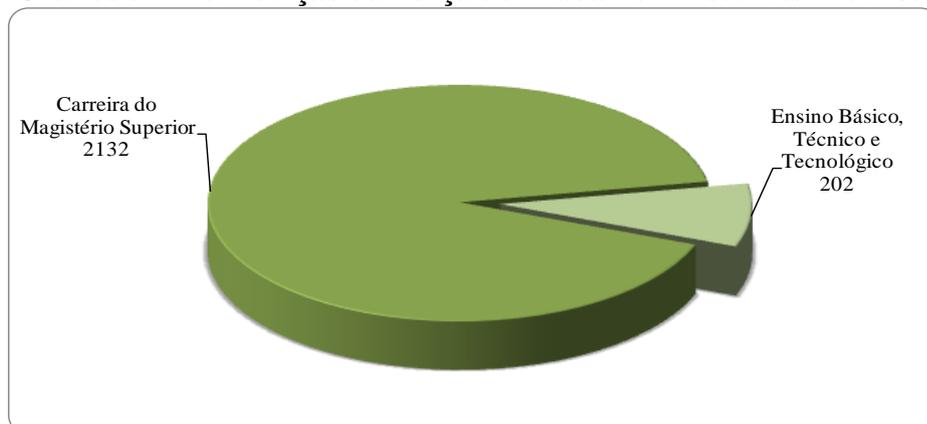
Tabela 1- Regime de Trabalho - TAE.

Carga Horária	Complexo Hospitalar	UFRN	TOTAL
20 horas por semana	120	18	138
24 horas por semana	20	1	21
25 horas por semana	0	26	26
30 horas por semana	13	48	61
40 horas por semana	727	2.226	2.953
TOTAL	880	2.319	3.199

Fonte: SIAPE/Dez 2016.

O quadro de servidores da carreira do Magistério Federal efetivos é composto por a) Docentes do Magistério Superior e b) do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, sendo distribuído conforme o gráfico 03.

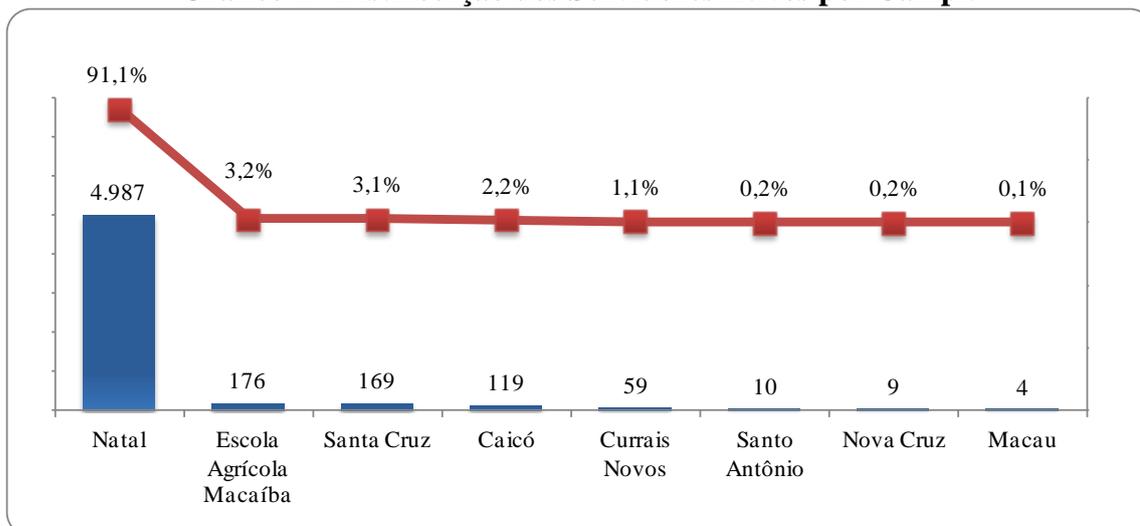
Gráfico 3 - Distribuição da Força de Trabalho – Docentes Efetivos.



Fonte: SIAPE/Dez 2016.

A UFRN está presente em oito cidades do Estado do RN, conforme lotação demonstrado no gráfico 4.

Gráfico 4 - Distribuição dos Servidores Ativos por Campi.

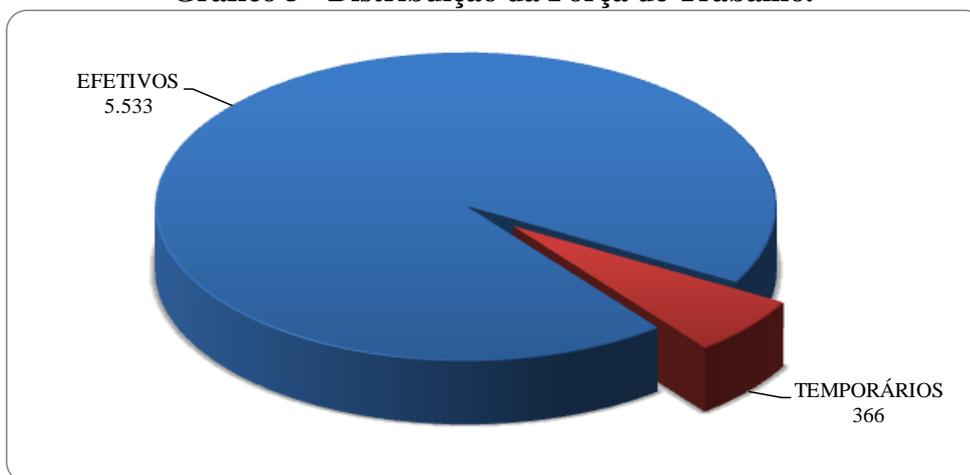


Fonte: SIAPE/Dez 2016.

▪ **Relação entre servidores efetivos e temporários.**

O quadro de pessoal da UFRN é de 5.899 servidores, distribuídos entre efetivos (94%) e temporários (6%), conforme gráfico 5.

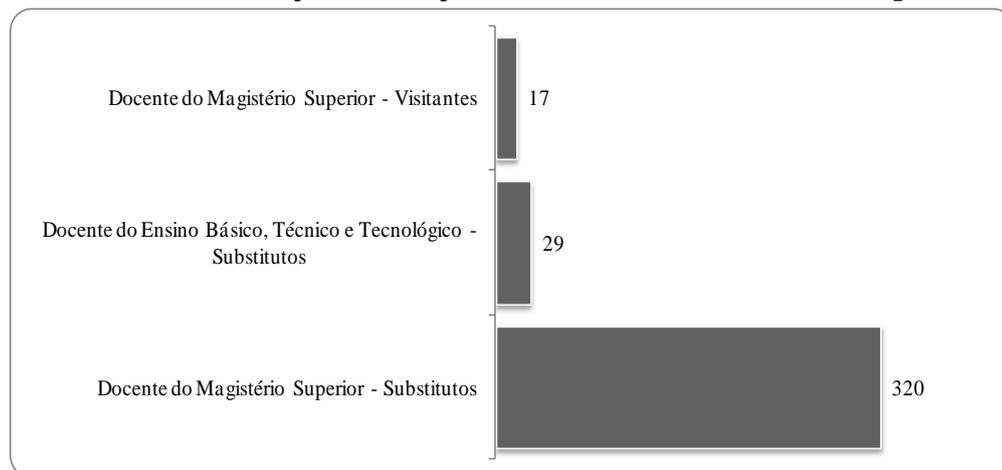
Gráfico 5 - Distribuição da Força de Trabalho.



Fonte: SIAPE/Dez 2016.

O quadro de servidores temporários é composto por docentes substitutos e visitantes, distribuídos conforme o gráfico 6.

Gráfico 6 - Distribuição da Força de Trabalho – Servidores Temporários.



Fonte: SIAPE/Dez 2016.

- **Conclusões de eventuais estudos realizados para avaliar a distribuição do pessoal no âmbito da unidade, especialmente no contexto da execução da sua atividade-fim.**

De acordo com a área finalística, é estabelecido como critério de classificação em área meio ou área fim da força de trabalho da UFRN da seguinte forma: Todos os docentes desenvolvem seus trabalhos na área fim; os técnico-administrativos que estão lotados nas Unidades Administrativas (Pró-Reitorias e respectivas diretorias, Superintendências e outras unidades administrativas) são considerados na área meio, já os técnico-administrativos que estão lotados nas áreas acadêmicas são considerados na área fim, com exceção daqueles envolvidos com trabalhos administrativos ou de suporte.

Considerando esses critérios, a UFRN conta com 55% da força de trabalho lotado na área fim e 45% na área meio, conforme quadro abaixo:

Quadro 3 – Distribuição da lotação efetiva da UFRN.

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	2.643	2.904
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	2.643	2.904
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	2.633	2.900
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	9	4
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	366
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	7	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	2.650	3.270

Fonte: SIAPE/Dez 2016

- **Análise Crítica - A análise dos dados apresentados de outros aspectos que interferem diretamente na força de trabalho deve dispor sobre as seguintes questões, entre outras que a UPC entender relevantes.**

- A quantidade de servidores disponíveis frente às necessidades da unidade

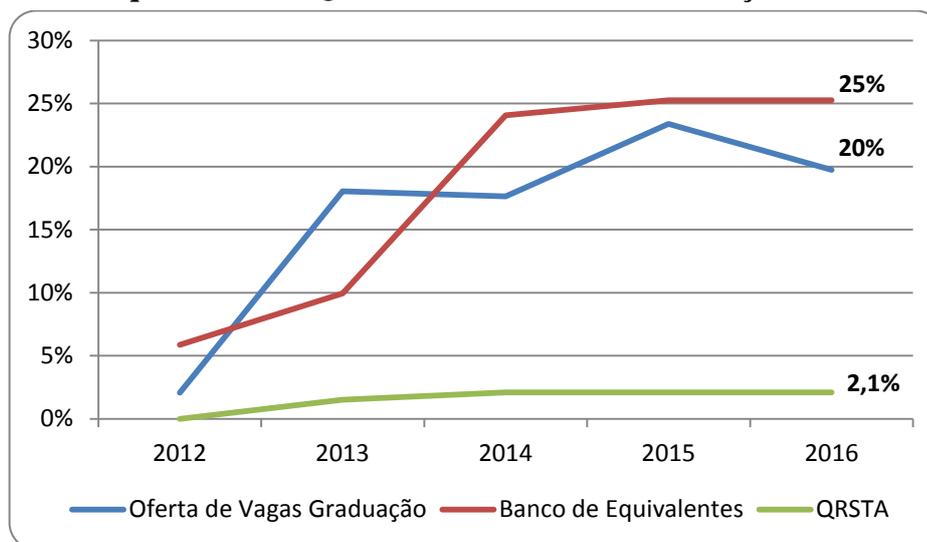
A UFRN vem crescendo significativamente nos últimos anos quanto ao número de vagas ofertadas nos cursos de graduação. Da mesma forma o Banco de Equivalentes evoluiu proporcionalmente frente às necessidades que o aumento de alunos gera. No entanto, a demanda de servidores técnico-administrativos, principalmente na área fim, cujo quantitativo já é reduzido, não vem sendo atendida satisfatoriamente, diminuindo a qualidade nos serviços prestados.

Tabela 2 - Histórico de Oferta de Vagas Graduação x Bancos de Equivalentes x Quadro de Referência de Servidores Técnico-Administrativos (QRSTA).

	Oferta de Vagas Graduação ¹	Banco de Equivalentes	QRSTA
2011	6455	3299,81	3077
2012	6589	3493,61	3077
2013	7620	3627,91	3124
2014	7593	4093,98	3142
2015	7965 ²	4133,46	3142
2016	7729	4133,46	3142

Fonte: Pró-Reitoria de Planejamento da UFRN / Dez 2016.

Gráfico 7 - Evolução das taxas de crescimento entre a Oferta de Vagas Graduação x Bancos de Equivalentes x QRSTA de 2012 à 2016 em relação a 2011.



Fonte: Pró-Reitoria de Planejamento da UFRN / Dez 2016.

O Quadro de Referência dos Servidores Técnico-Administrativos – QRSTA de 2013 a 2016 demonstra que o crescimento da oferta de vagas nos cursos de graduação é muito superior quando comparado ao do número de servidores. Quando se analisa o percentual de crescimento de 2016 *versus* 2011, observa-se que a oferta de vagas de graduação cresceu 20%, enquanto que o QRSTA

¹ Os números demonstrados nesta tabela correspondem a vagas do ENEM/SISU, juntamente com os de processos seletivos específicos e as vagas referentes às do segundo ciclo (vagas de cursos derivados do Bacharelado em Ciência e Tecnologia).

² Por um equívoco, o número apresentado no Relatório de Gestão em 2015 foi 7.814, sendo corrigido para o número agora apresentado.

apresentou crescimento de apenas 2,1% (que se mantém constante desde 2014). Atualmente o QRSTA aponta para uma quantidade de 3.142 servidores, sendo 899 lotados nos Hospitais Universitários. Atualmente estes servidores estão à disposição da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH, prestando assistência às atividades de saúde.

Além disso, outro fator preocupante são as aposentadorias de cargos tornados extintos (Níveis A e B), que totalizam 201 servidores hoje, e que não podem ser repostos ou permutados por outros, gerando apenas a redução do quadro de pessoal lotado, aumentando ainda mais a defasagem do número atual para o número ideal de servidores técnico-administrativos e impactando diretamente no número de terceirizados.

Outra dificuldade é a reposição dos cargos extintos da Classe C visto que necessita de aprovação de Projeto de Lei para transformação de novos cargos. Conforme o QRSTA da UFRN, atualizado em 05 de dezembro de 2016, a universidade possui 98 cargos nesta situação.

No que diz respeito às classes D e E, atualmente a UFRN conta com 2.468 servidores, sendo que dos 1.398 da classe D, 1.144 possuem qualificação maior do que a exigida pelo cargo e dos 1.027 servidores da classe E, 933 já possuem especialização, mestrado e doutorado. No entanto, esses investimentos em qualificação são pouco retornáveis para a instituição, muito em função do engessamento das atribuições dos cargos definidas no Ofício Circular nº 015/2005/CGGP/SAA/SE/MEC, que limita os servidores de aplicarem os conhecimentos adquiridos em seus ambientes de trabalho.

Tabela 3 - Número de Servidores TAE por Nível e Área.

CLASSE	Número de Servidores Ativos		
	Área Meio	Área Fim	Hospitais
Nível A	60	0	23
Nível B	47	29	42
Nível C	253	76	244
Nível D	1005	223	170
Nível E	388	238	401
Total	1753	566	880

Fonte: SIAPE e Matriz de Dimensionamento / Dez 2016.

Diante disso, com o intuito de tornar os processos de tomadas de decisão relacionadas à pessoal mais eficaz, a UFRN utiliza os resultados do Dimensionamento de servidores técnico-administrativos de 2014. De acordo com este há uma necessidade de 323 servidores evidenciada tanto na Matriz de Alocação de Cargos, e 446 na Análise Qualitativa, como pode ser observado na tabela 4.

Tabela 4 - Resultado do Dimensionamento de Servidores TAE.

Unidade (Unidades estudadas Dimensionamento 2014)	Força de Trabalho	Análise Quantitativa	Análise Qualitativa
Área Meio	464	591	581
Área Fim	955	1.151	1.284
TOTAL	1.419	1.742	1.865

Fonte: Siape e Matriz de Dimensionamento / Dez 2016.

No segundo semestre de 2015, o Dimensionamento começou a ser atualizado, sendo possível elaborar e validar a Matriz de Alocação de Cargos dos Centros Acadêmicos e das Pró-Reitorias. A análise qualitativa teve sua metodologia modificada com o intuito de analisar de forma

mais eficaz as demandas dos setores, trazendo como resultado os cargos e perfis (conhecimentos técnicos, habilidades e atitudes) dos servidores necessários a partir do estudo das atribuições de cada unidade e definição dos macroprocessos inerentes a cada uma.

A análise qualitativa dos centros acadêmicos foi concluída no final do exercício de 2016 e seus resultados são apresentados nos quadros abaixo.

Quadro 4 - Perfil de servidores de secretaria de departamento.

PERFIL – SECRETARIA DE DEPARTAMENTO		
Conhecimento	Habilidade	Atitude
Administração básica	Organização	Pontualidade
Informática básica	Estabelecer boas Relações de Trabalho	Assiduidade
Sistemas informacionais internos	Comunicação eficaz e cordial	Pró-atividade
Elementos de redação técnica	Visão sistêmica da instituição	Criatividade
Técnicas de arquivo e controle de documentos		Comprometimento
Legislação / Normas e documentos institucionais		Ética
Línguas Estrangeiras		Cordialidade
Libras		
Cargo(s) Sugerido(s): Assistente em Administração / Técnico em Secretariado / Auxiliar em Administração		

Fonte: PROGESP/ Dez 2016.

Quadro 5 - Perfil de servidores de secretaria de coordenações de graduação.

PERFIL – SECRETARIA DE COORDENAÇÕES DE GRADUAÇÃO		
Conhecimento	Habilidade	Atitude
Administração básica	Organização	Pontualidade
Informática básica	Estabelecer boas Relações de Trabalho	Assiduidade
Sistemas informacionais internos	Comunicação eficaz e cordial	Pró-atividade
Elementos de redação técnica	Visão sistêmica da instituição	Criatividade
Técnicas de arquivo e controle de documentos		Comprometimento
Legislação / Normas e documentos institucionais		Ética
Línguas Estrangeiras		Cordialidade
Libras		
Cargo(s) Sugerido(s): Assistente em Administração / Técnico em Secretariado / Auxiliar em Administração		

Fonte: PROGESP/ Dez 2016.

Quadro 6 - Perfil de servidores de secretaria de coordenações de Pós-Graduação.

PERFIL – SECRETARIA DE COORDENAÇÕES DE PÓS-GRADUAÇÃO		
Conhecimento	Habilidade	Atitude
Administração básica	Organização	Pontualidade
Informática básica	Estabelecer boas Relações de Trabalho	Assiduidade
Sistemas informacionais internos	Comunicação eficaz e cordial	Pró-atividade

Elementos de redação técnica	Visão sistêmica da instituição	Criatividade
Técnicas de arquivo e controle de documentos		Comprometimento
Legislação / Normas e documentos institucionais		Ética
Línguas Estrangeiras		
Libras		Cordialidade
Cargo(s) Sugerido(s): Assistente em Administração / Técnico em Secretariado / Auxiliar em Administração		

Fonte: PROGESP/ Dez 2016.

Quadro 7 - Perfil Servidores Centros (Secretaria).

PERFIL - CENTROS (SECRETARIA)		
Conhecimento	Habilidade	Atitude
Noções básicas de Gestão Pública	Organização	Pontualidade
Informática básica	Estabelecer boas Relações de Trabalho	Assiduidade
Sistemas informacionais internos	Comunicação eficaz e cordial	Pró-atividade
Elementos de redação técnica	Visão sistêmica da instituição	Criatividade
Legislação / Normas e documentos institucionais	Oratória	Comprometimento
Técnicas de arquivo e controle de documentos	Atenção às necessidades e potenciais da equipe	Ética
Técnicas de secretariado		Cordialidade
Línguas Estrangeiras		Resguardar informações sigilosas
Libras		
Cargo(s) Sugerido(s): Secretário Executivo / Assistente em Administração / Técnico em Secretariado		

Fonte: PROGESP/ Dez 2016.

Quadro 8 - Perfil Servidores Centros (Orçamento).

PERFIL - CENTROS (ORÇAMENTO)		
Conhecimento	Habilidade	Atitude
Gestão financeira e orçamentária	Organização	Pontualidade
Contabilidade	Estabelecer boas Relações de Trabalho	Assiduidade
Administração básica	Comunicação eficaz e cordial	Pró-atividade
Informática básica	Visão sistêmica da instituição	Comprometimento
Sistemas informacionais internos	Atenção ao cumprimento de prazos	Ética
Legislação / Normas e documentos institucionais		
Cargo(s) Sugerido(s): Contador / Técnico em Contabilidade / Assistente em Administração		

Fonte: PROGESP/ Dez 2016.

Quadro 9 - Perfil Servidores Centros (Pessoal).

PERFIL - CENTROS (PESSOAL)		
Conhecimento	Habilidade	Atitude
Noções básicas de Gestão de Pessoas	Organização	Pontualidade
Administração básica	Estabelecer boas Relações de Trabalho	Assiduidade
Informática básica	Comunicação eficaz e cordial	Pró-atividade
Sistemas informacionais internos	Visão sistêmica da instituição	Comprometimento
Legislação / Normas e documentos institucionais	Atenção às necessidades e potenciais da equipe	Ética
Técnicas de arquivo e controle de documentos		Criatividade
		Cordialidade
Cargo(s) Sugerido(s): Assistente em Administração		

Fonte: PROGESP/ Dez 2016.

Quadro 10 - Perfil Servidores Centros (Material e Patrimônio).

PERFIL - CENTROS (MATERIAL E PATRIMÔNIO)		
Conhecimento	Habilidade	Atitude
Noções básicas de Gestão de Materiais	Organização	Pontualidade
Administração básica	Estabelecer boas Relações de Trabalho	Assiduidade
Informática básica	Comunicação eficaz e cordial	Pró-atividade
Sistemas informacionais internos	Visão sistêmica da instituição	Comprometimento
Técnicas de arquivo e controle de documentos	Atenção ao cumprimento de prazos	Ética
Legislação / Normas e documentos institucionais		
Cargo(s) Sugerido(s): Auxiliar em Administração		

Fonte: PROGESP/ Dez 2016.

Quadro 11 - Perfil Servidores Centros (Assessorias).

PERFIL - CENTROS (ASSESSORIAS)		
Conhecimento	Habilidade	Atitude
Gestão Pública	Organização	Pontualidade
Gestão da Informação	Estabelecer boas Relações de Trabalho	Assiduidade
Informática básica	Comunicação eficaz e cordial	Pró-atividade
Sistemas informacionais internos	Visão sistêmica da instituição	Criatividade
Elementos de redação técnica	Oratória	Comprometimento
Legislação / Normas e documentos institucionais	Atenção às necessidades e potenciais da equipe	Ética
Técnicas de arquivo e controle		Cordialidade

de documentos		
Gestão Acadêmica		Resguardar informações sigilosas
Gestão de Processos/Gestão de Projetos		
Cargo(s) Sugerido(s): Técnico em Assuntos Educacionais / Secretário Executivo/Pedagogo/Administrador/Psicólogo Escolar		

Fonte: PROGESP/ Dez 2016.

Estima-se que, até o final do exercício 2017, tenham-se os resultados do dimensionamento das unidades administrativas da UFRN e tenha sido iniciada a construção da Matriz de Alocação de Cargos dos Laboratórios.

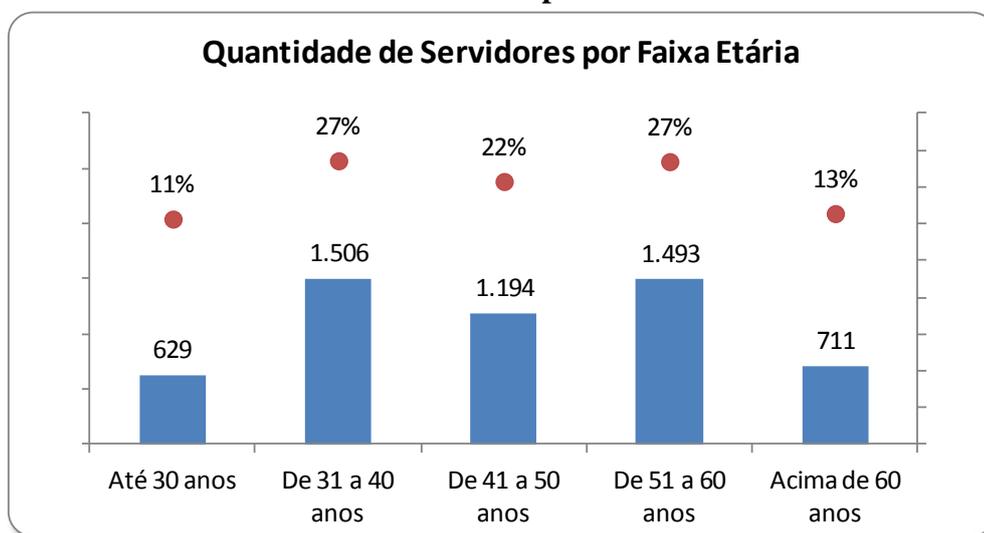
- Resultados de eventuais avaliações sobre a distribuição da força de trabalho entre a área meio e área fim e do número de servidores em cargos comissionados frente a não comissionados.

De acordo com o quadro de funções da Universidade, 655 servidores ocupam Cargo de Função (Direção, Assessoramento ou Função Gratificada), representando apenas 12% do quadro total de servidores.

- Possíveis impactos da aposentadoria sobre a força de trabalho disponível, notadamente quando essa força é formada prioritariamente por servidores mais próximos do evento aposentadoria.

Abaixo, segue o quantitativo de Servidores Ativos da UFRN (Docentes e Técnico-Administrativos) por faixa etária:

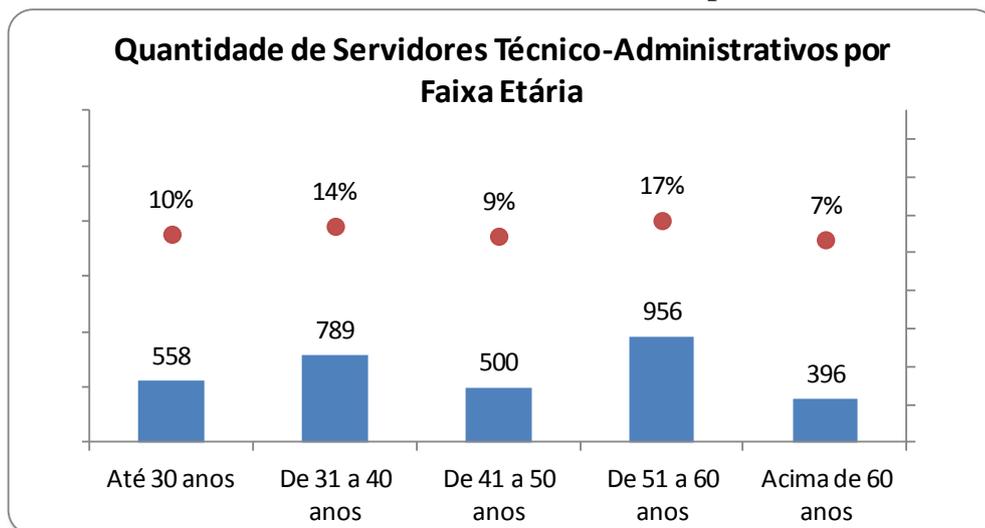
Gráfico 8 - Servidores por Faixa Etária.



Fonte: SIAPE/Dez 2016.

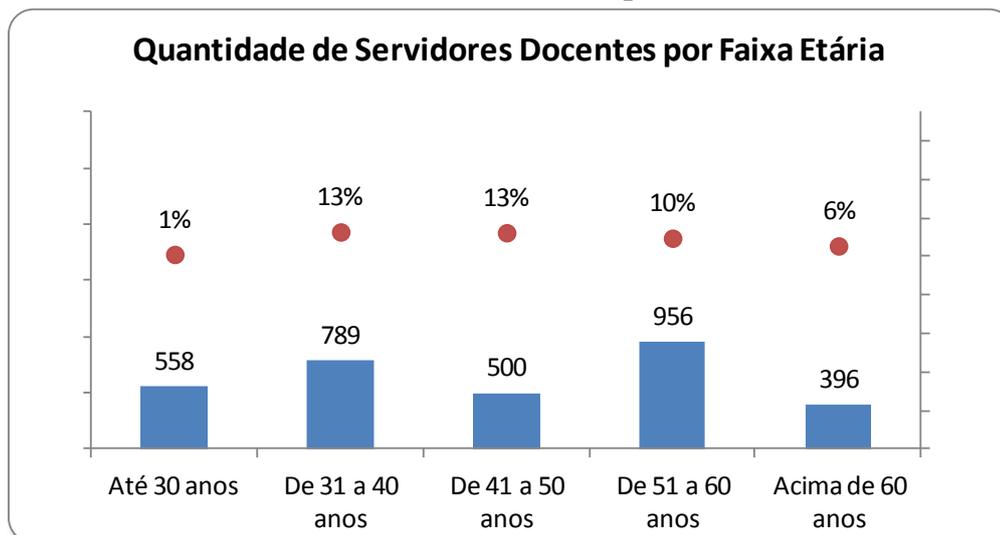
Abaixo, segue o quantitativo separando a categoria de servidores Técnico-Administrativos e Docentes.

Gráfico 9 - Servidores Técnico-Administrativos por Faixa Etária.



Fonte: SIAPE/Dez 2016.

Gráfico 10 - Servidores Docentes por Faixa Etária.

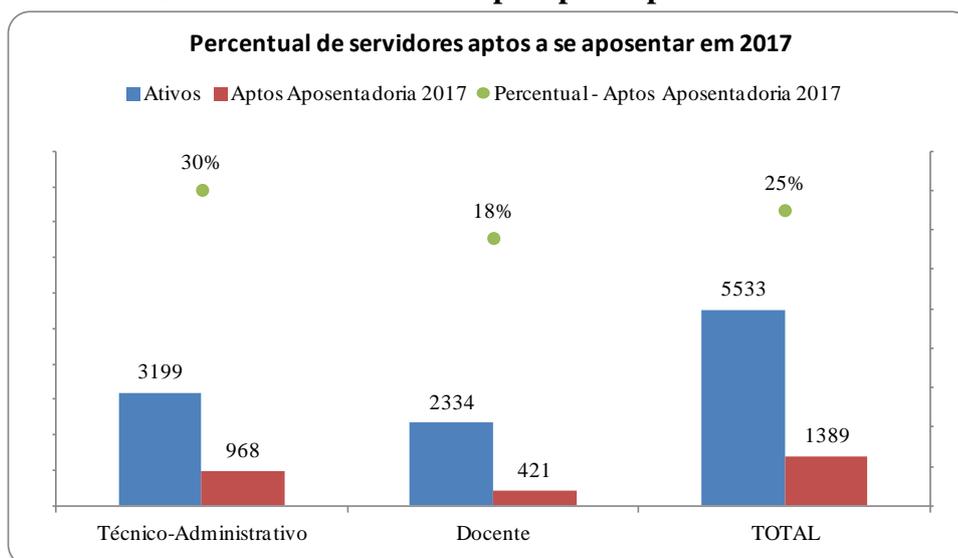


Fonte: SIAPE/ Dez 2016.

Nessa perspectiva, assim como nos exercícios de 2014 e 2015, considerando que não houve alteração significativa, percebe-se claramente que a força de trabalho atual desta Universidade, quanto à faixa etária, no geral está equilibrada, não havendo predominância expressiva de uma faixa etária sobre outra. Esse quadro, é importante reiterar, deu-se, especialmente, em decorrência da quantidade de novos servidores e a partir da possibilidade de reposição da vaga com o Banco de Equivalência dos Docentes e o Quadro de Referência dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação.

Todavia, dos 5.533 servidores atualmente em atividade na UFRN, 1.389 (25%) estarão aptos a se aposentar até 31/12/2017 (já completaram ou completarão alguma regra de aposentadoria voluntária/compulsória no período), conforme gráfico abaixo:

Gráfico 11 - Servidores aptos para aposentadoria.



Fonte: SIAPE e Sistema Integrado de Recursos Humanos (SIGRH)/ Dez 16.

Não obstante 25% da força de trabalho estão aptas a se aposentar em 2017, constata-se, a partir dos dados relativos aos últimos quatro anos, que na UFRN as aposentadorias ocorreram em um patamar bem inferior ao previsto, senão vejamos:

Gráfico 12 - Número de servidores aposentados.



Fonte: SIAPE/Dez 2016.

No ano de 2016, das 168 aposentadorias ocorridas, 121 foram de Técnico-administrativos e 47 de Docentes (Magistério Superior e Ensino Básico, Técnico e Tecnológico).

Com base nos dados apresentados, é possível fazer algumas inferências, considerando as peculiaridades de cada carreira e cada cargo, sobretudo em razão de ter se mantido um padrão.

É sabido que a força de trabalho relativa aos cargos efetivos das Universidades Federais é composta por duas carreiras distintas, a saber: Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal (Lei nº. 12.772/2012) e Plano de Cargos e Carreiras dos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE (Lei nº. 11.091/2005). Tais carreiras têm seus cargos específicos e possuem características que lhes são próprias, devido à natureza das respectivas funções desempenhadas na

Instituição. Nessa perspectiva, eventual análise de possíveis aposentadorias na força de trabalho devem levar em consideração essas peculiaridades.

Com efeito, nos cargos do Magistério, em decorrência da sua própria atividade fim, há maior possibilidade de que ocupantes desses cargos tornem-se, ao longo dos anos, referência na respectiva área de pesquisa, retardando uma possível aposentadoria, e até mesmo gerando profundas perdas científicas em caso de saída prematura.

Nessa perspectiva, no tocante à carreira do Magistério Federal, o maior impacto de eventuais aposentadorias situa-se nas atividades relacionadas à pesquisa e extensão, haja vista que a vaga originada da aposentadoria é facilmente repostada em virtude do Banco de Equivalência, mantendo as atividades de ensino; porém, quanto às atividades de pesquisa e extensão, em diversas situações, é praticamente impossível suprir a saída do docente, o qual leva consigo toda a sua experiência e conhecimento na sua área de atuação.

De modo geral, verifica-se que o maior impacto da força de trabalho composta por servidores mais próximos do evento aposentadoria concentra-se na problemática da atualização e capacitação profissional. Com o advento das novas tecnologias, muitos dos servidores mais antigos não procuraram se atualizar ao longo dos anos, sobretudo porque a ênfase no incentivo funcional para cursos de capacitação começou a ocorrer apenas recentemente, a partir da reformulação dos planos de carreira. Assim, a falta de incentivo funcional por várias décadas acabou tornando parte dos servidores mais acomodados, sem fazerem a atualização necessária para acompanhar as novas técnicas de trabalho, o que também impacta na relação entre as gerações de servidores ativos e nas possibilidades de aposentadoria.

Por seu turno, a carreira dos técnico-administrativos em educação tem sofrido profundas alterações nos últimos anos, com a possibilidade de maior valorização por meio da capacitação profissional e incentivos à qualificação, o que acaba também por gerar impactos nas solicitações de aposentadoria, haja vista que parte dos servidores passa a optar pela aposentaria somente depois de ter adquirido as referências ou concluir determinado curso.

É fato inconteste que os servidores mais antigos trazem consigo as vivências e experiências dos anos e a memória da instituição, mormente em face da inexistência de sistemas ou políticas que viabilizassem, à época, a formação e gerenciamento de um banco de dados com todas essas informações institucionais. Assim, o advento da aposentadoria desses servidores pode causar um impacto significativo na transmissão do conhecimento organizacional, em especial relacionado aos cargos técnico-administrativos.

Com efeito, o impacto de possíveis aposentadorias de servidores técnico-administrativos revela a necessidade de preocupação com o planejamento da instituição, sobretudo porque a depender do cargo não é possível efetuar a nomeação de novo servidor (Classes A e B, do PCCTAE estão extintas) ou há enorme dificuldade de efetuar a troca de vagas (Classe C do PCCTAE que apresentam alguns cargos em extinção), que, em diversas situações, demora mais de 01 (um) ano de providências junto ao Ministério da Educação.

- *Eventuais afastamentos que reduzem a força de trabalho disponível na UPC, quantificando o número de servidores afastados e possíveis impactos nas atividades desenvolvidas pela UPC.*

Tabela 5 - Número de Afastamentos.

Ocorrências de afastamento	Qtd de servidores			Qtd de dias			Média de dias por servidor		
	Técnico-administrativo	Docente	Total	Técnico-administrativo	Docente	Total	Técnico-administrativo	Docente	Total
Licença tratamento da própria saúde	1086	227	1313	35822	9379	45201	33	41	34
Licença por motivo de doença em pessoa da família (-60 dias)	197	27	224	2675	574	3249	14	21	15
Cessão EBSEH	96	27	123	31238	8640	39878	325	320	324
Afastamento para doutorado no país	30	87	117	7677	23101	30778	256	266	263
Licença gestante	65	43	108	8638	5629	14267	133	131	132
Licença para capacitação	17	90	107	1229	7190	8419	72	80	79
Falta	57	23	80	893	232	1125	16	10	14
Afastamento para pós-doutorado fora do país	0	76	76	0	13215	13215	---	174	174
Afastamento para pós-doutorado no país	1	37	38	366	6924	7290	366	187	192
Afastamento parcial	32	0	32	6769	0	6769	212	---	212
Afastamento para mestrado no país	19	9	28	2815	2466	5281	148	274	189
Licença para tratar de assunto particular	12	15	27	2128	4000	6128	177	267	227
Cessão	14	11	25	2887	1889	4776	206	172	191
Licença prêmio por assiduidade	17	6	23	976	885	1861	57	148	81
Afastamento para doutorado fora do país	4	17	21	914	4419	5333	229	260	254
Licença atividade política - com remuneração	18	3	21	1657	279	1936	92	93	92
Exercício provisório	6	6	12	2101	1769	3870	350	295	323
Licença por acidente em serviço	10	2	12	505	199	704	51	100	59
Afastamento para prestar colaboração	5	5	10	1477	1549	3026	295	310	303

Requisição - Tribunal Regional Eleitoral	8	0	8	2928	0	2928	366	---	366
Afastamento para estudo ou missão no exterior	1	4	5	366	632	998	366	158	200
Afastamento mandato eletivo prefeito	2	0	2	732	0	732	366	---	366
Licença Por Motivo De Afastamento Do Cônjuge	0	2	2	0	493	493	---	247	247
Afast P/ Prestar Colaboração A Outra Ict- Lei 10973	1	1	2	208	92	300	208	92	150
Licenca Adotante - Criança Ate 1 Ano	1	1	2	69	141	210	69	141	105
Afastamento Para Curso De Formação Com Opção	2	0	2	153	0	153	77	---	77
Afastamento Para Mestrado-Fora Do Pais	0	1	1	0	113	113	---	113	113
Afastamento Organismo Internacional	0	1	1	0	4	4	---	4	4
Total	1.701	721	2.422	115.223	93.814	209.037	---	---	86

Fonte: SIGRH/2016

A legislação de pessoal prevê uma série de licenças e afastamentos que são concedidos aos servidores públicos federais. A elaboração dos dados apresentados na tabela dos afastamentos foi elencada a partir da definição das ausências consideradas causadores de maior impacto para IFES, tendo em vista o período da concessão.

Considerando os dados do ano 2016, verifica-se que a concessão de licenças e afastamentos, para os quais não é possível a contratação de substituto, gera um maior impacto no andamento das atividades da instituição.

No âmbito das Universidades, de acordo com as peculiaridades das carreiras públicas que as compõem, pode-se afirmar que os impactos gerados nas atividades variam de acordo com cada tipo de afastamento. De fato, para a carreira do Magistério Superior, há a previsão legal de contratação de Professor Substituto, com base na Lei nº. 8.745/1993 e no Decreto nº. 7.845/2011, em alguns tipos de afastamento. É desta forma, que os impactos com eventuais ausências na área do ensino são minimizados. Por outro lado, na Carreira dos Técnico-administrativos o impacto nas atividades é maior, mormente em face da inexistência de previsão de contratação de substituto para suprir a ausência. No entanto, é imperioso observar que, em se tratando de afastamento para qualificação profissional (Mestrado, Doutorado ou Pós-Doutorado) ou capacitação profissional, mesmo ante a impossibilidade de contratação de servidor substituto, não se pode olvidar a importância da concessão do afastamento, haja vista o benefício institucional adquirido com a capacitação e qualificação de servidores.

Diante dos dados apresentados no ano de 2016, verifica-se que as licenças para tratamento da própria saúde representam maior participação entre os afastamentos selecionados, no que diz respeito à quantidade de dias e também do número de servidores com este tipo de ocorrência. Tal fato é representado pelos indicadores de 21,53% da quantidade de dias de afastamento e por 54,21% dos servidores afastados durante o ano de 2016.

Nesse contexto das licenças médicas, é importante ressaltar que a Organização adota no seu planejamento de gestão de pessoas a política de Qualidade de Vida através dos Programas gerenciados por uma Coordenadoria específica que trata do assunto. Para elaboração das atividades, se utiliza de parcerias na própria Instituição, tais como: trabalho em conjunto com o Departamento de Educação Física, Nutrição, dentre outras. Essas ações têm como objetivos atuar na facilitação do dia-a-dia dos servidores envolvendo a vida laboral e pessoal, tendo como objetivo principal levar à saúde mental e física desses indivíduos.

Outra análise importante dos dados é referente às cessões para EBSERH, retratadas como a 3ª maior ocorrência, no que se diz respeito à concentração de servidores, 5,08% do montante de servidores afastados em pauta. Consta, também, como dado importante o percentual de dias, sendo 18,98% do total de dias de afastamento ocorridos ano de 2016. Vale ressaltar que uma parte considerável deste montante, já integrava o quadro de pessoal dos Hospitais Universitários da UFRN e que estão com a ocorrência da cessão desde os primeiros anos de criação da EBSERH atuando nos variados cargos de gestão daquela Empresa.

Destaca-se ainda que alguns servidores das áreas estratégicas da administração central da IFES também foram convidados a atuarem na gestão da EBSERH o que, de fato, ocasionou impacto em algumas atividades da Universidade.

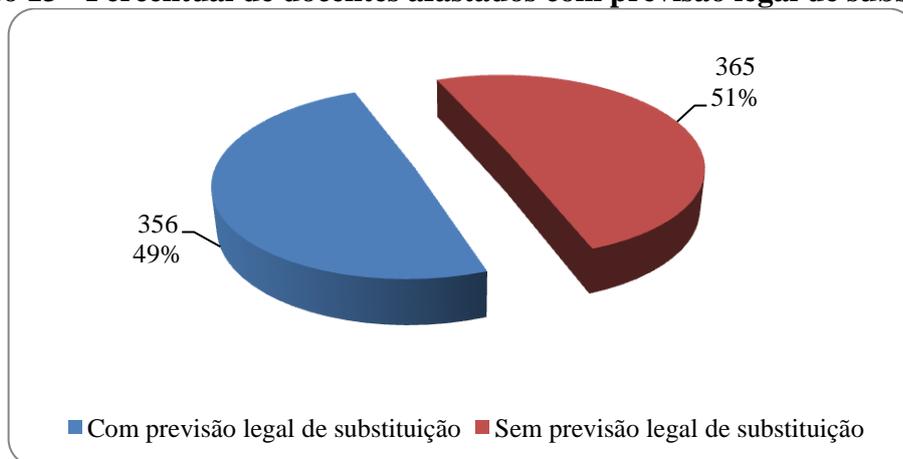
É importante ressaltar o impacto nas atividades da IFES relacionado às requisições por parte do TRE, considerando que existem servidores que continuam em exercício naquele Órgão, por um longo período, contrariando a Nota Técnica Consolidada nº. 02/2014/CGNOR/DENOP/SEGEO/MP e o Acórdão TCU nº. 199/2011-Plenário.

Destaca-se ainda, a discussão sobre a ocorrência dos afastamentos para cursar Doutorado no País e fora do País, que aparece com dados relevantes de 138 servidores com esta ausência. Este fato pode ser considerado como característica da política de formação continuada da Instituição, que por sua vez ocorre com bastante frequência, mesmo considerando que os docentes, na sua maioria, já ingressam possuindo o título de Doutor.

Nos dias atuais se percebe que a categoria dos técnico-administrativos também envereda para este tipo de ocorrência, porém, conforme mencionado anteriormente, não há previsão legal para substituição da mão-de-obra técnica, situação esta que pode ocasionar dificuldades laborais para a Instituição. É diante deste fato que a IFES criou um comitê gestor para auxiliar nas estratégias desses tipos de afastamentos, tendo como um dos objetivos, o de minimizar o impacto no momento das concessões e assim poder conciliar essa necessidade dos servidores com o bom andamento das atividades.

Por fim, mediante os fatos relatados, entende-se que é importante discriminar as ausências por categorias de docente e técnico-administrativo para melhor entendimento dos impactos na força de trabalho. Nesse sentido, optou-se em demonstrar os afastamentos de professores que têm a possibilidade legal de substituição, verificando-se, portanto, que dos 721 docentes afastados, 356 tiveram a previsão legal de demandar substitutos conforme gráfico 13.

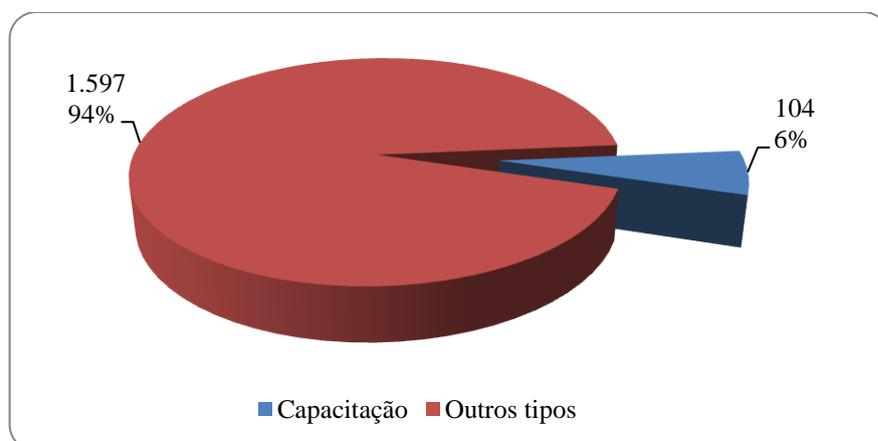
Gráfico 13 - Percentual de docentes afastados com previsão legal de substituição.



Fonte: SIGRH/2016.

Por sua vez, a análise para a categoria Técnico-Administrativa busca demonstrar a possível contribuição para o Órgão em decorrência dos afastamentos para capacitação que envolve 104 dos 1.701 servidores afastados segundo gráfico 14.

Gráfico 14 - Percentual de técnico-administrativos afastados para capacitação e outras ausências.

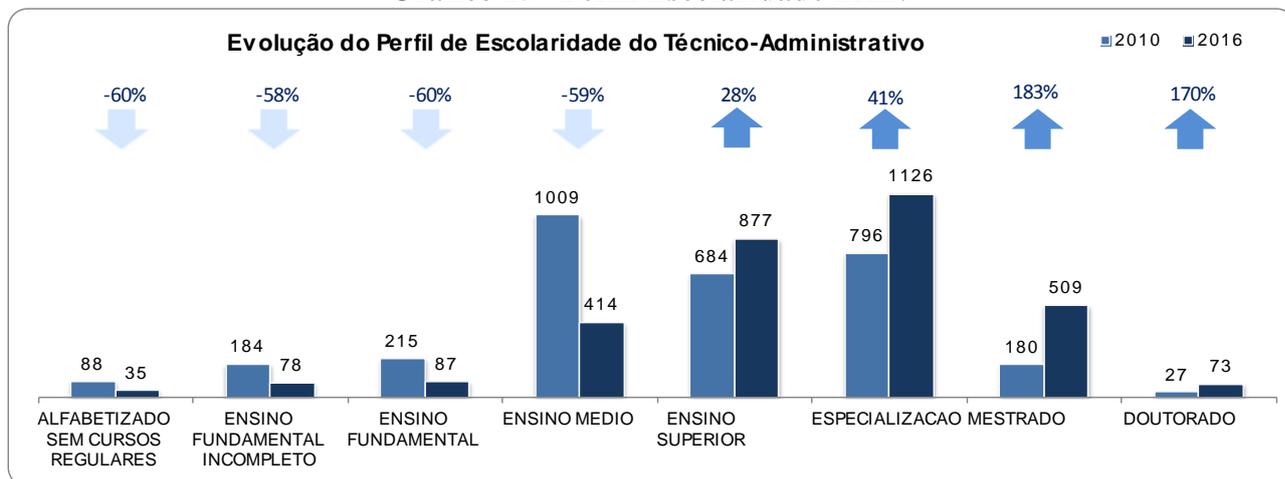


Fonte: SIGRH/2016.

- *Qualificação da força de trabalho quanto ao grau de escolaridade, especialização, tempo para aposentadoria, idade, e outros aspectos relevantes no contexto da unidade.*

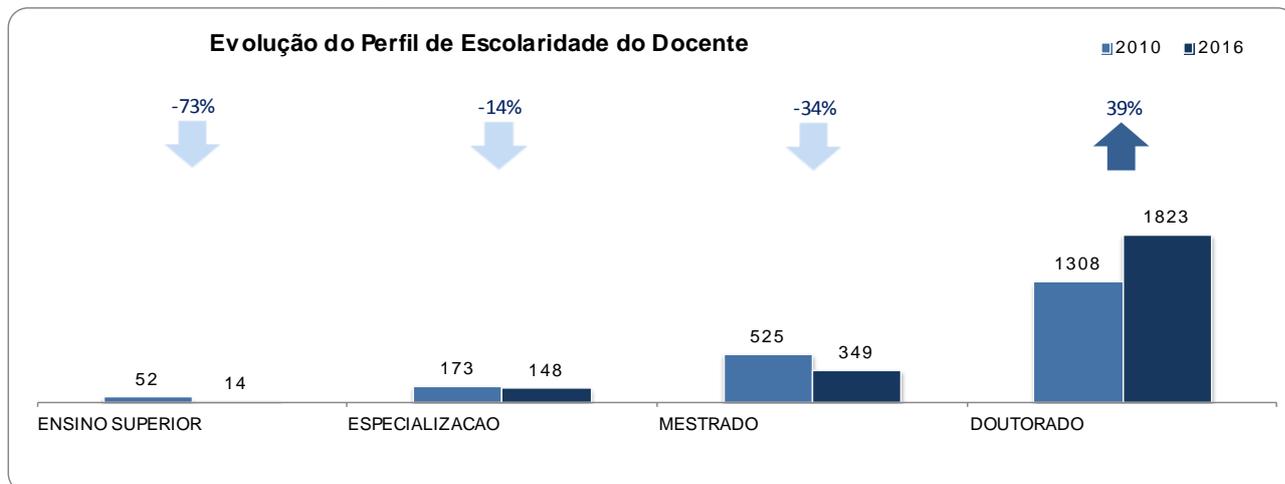
Quanto ao perfil de escolaridade, segue demonstrativo do quadro efetivo de técnico-administrativos e docentes:

Gráfico 15 - Perfil Escolaridade TAE.



Fonte: SIAPE/Dez 2016.

Gráfico 16 - Perfil Escolaridade Docente.



Fonte: SIAPE/Dez 2016.

A partir dos dados apresentados nos gráficos acima, verifica-se em um período de sete anos um aumento significativo no perfil de qualificação dos servidores técnico-administrativos e docentes. Destaca-se a evolução de servidores técnicos concluindo especializações, mestrados e doutorados e também do número de docentes com doutorado.

Abaixo, segue um quadro com o demonstrativo da evolução do perfil de qualificação dos servidores Técnicos por faixa etária.

Tabela 6 - Perfil de Escolaridade por Idade – Técnico-Administrativo.

TITULACAO	ANO	Até 30 anos	De 31 e 40 anos	De 41 e 50 anos	De 51 e 60 anos	Acima de 60 anos	Total geral
ALFABETIZADO SEM CURSOS REGULARES	2010				45	43	88
	2016				13	22	35
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	2010			4	95	85	184
	2016			1	41	36	78
ENSINO FUNDAMENTAL	2010		1	5	123	86	215
	2016	1			53	33	87
ENSINO MEDIO	2010	82	66	118	566	177	1009
	2016	117	40	28	155	74	414
ENSINO SUPERIOR	2010	93	152	165	208	66	684
	2016	216	180	106	273	102	877
ESPECIALIZACAO	2010	15	153	213	326	89	796
	2016	112	350	235	320	109	1126
MESTRADO	2010	6	52	55	55	12	180
	2016	110	193	104	85	17	509
DOUTORADO	2010		2	9	15	1	27
	2016	2	26	26	16	3	73

Fonte: SIAPE/Dez 2016.

Tabela 7 - Perfil de Escolaridade por Idade – Docente.

TITULACAO	ANO	Até 30 anos	De 31 e 40 anos	De 41 e 50 anos	De 51 e 60 anos	Acima de 60 anos	Total geral
ENSINO SUPERIOR	2010	2	5	10	8	27	52
	2016	1	2	3	1	7	14
ESPECIALIZACAO	2010	2	27	28	46	70	173
	2016	10	48	30	27	33	148
MESTRADO	2010	15	142	146	117	105	525
	2016	25	116	95	54	59	349
DOUTORADO	2010		285	453	353	217	1308
	2016	35	551	566	455	216	1823

Fonte: SIAPE/Dez 2016.

Agora, segue análise da escolaridade dos docentes com relação ao tipo de carreira e a carga horária.

Tabela 8 - Regime de Trabalho – Docentes Efetivos – Magistério Superior.

Docentes da Carreira do Magistério Superior Efetivos	2016		
	20h	40h	D.E.
Graduação	5	2	2
Especialização	69	12	37
Mestrado	83	25	166
Doutorado	49	61	1.621
TOTAL	206	100	1.826

Fonte: SIAPE/Dez 2016.

Gráfico 17 - Comparativo por Titulação – Magistério Superior Efetivo.



Fonte: SIAPE/Dez 2016.

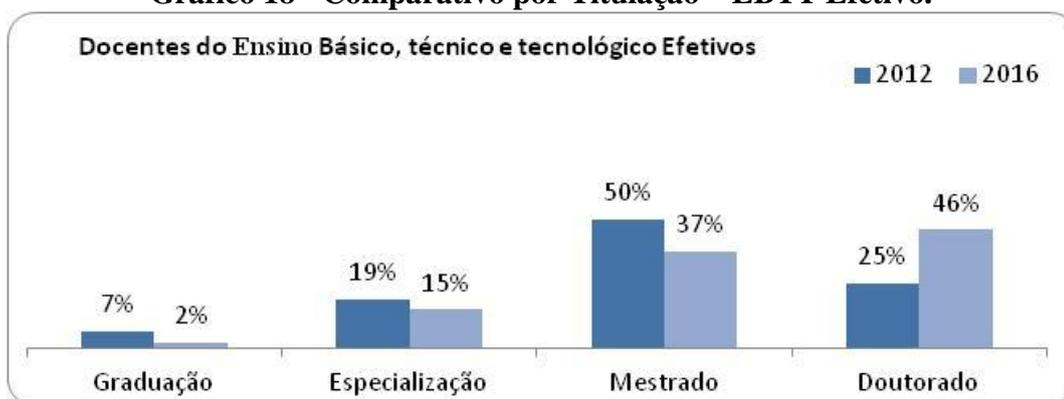
Em 2016, quando comparado com 2012, percebe-se uma evolução qualitativa no quadro de docente do Magistério Superior, evidenciada pelo aumento do percentual do quadro com doutorado em 9%. No total, o quadro conta com 94% dos docentes da carreira do magistério superior com titulação de mestre ou doutor.

Tabela 9 - Regime de Trabalho – Docentes Efetivos - EBTT.

Docentes do Ensino Básico, técnico e tecnológico Efetivos	2016		
	20h	40h	D.E.
Graduação	1	0	4
Especialização	0	1	29
Mestrado	0	1	74
Doutorado	0	3	89
TOTAL	1	5	196

Fonte: SIAPE/Dez 2016.

Gráfico 18 - Comparativo por Titulação – EBTT Efetivo.



Fonte: SIAPE/Dez 2016.

Em 2016, quando comparado com 2012, houve uma evolução qualitativa no quadro de docente do Ensino Básico e Tecnológico, evidenciada pelo aumento do percentual do quadro com doutorado em 21%. No total de Docentes EBTT, 83% possuem título de mestre ou doutor.

Tabela 10 - Regime de Trabalho – Docentes Temporários – Magistério Superior.

Docentes da Carreira do Magistério Superior Substituto/Temporários/Visitantes	2016		
	20h	40h	D.E.
Graduação	19	33	0
Especialização	42	34	0
Mestrado	41	119	0
Doutorado	9	24	16
TOTAL	111	210	16

Fonte: SIAPE/Dez 2016.

Gráfico 19 - Comparativo por Titulação – Magistério Superior Temporário.



Fonte: SIAPE/Dez 2016.

Em relação aos Docentes do Magistério Superior Temporário, quando se compara 2016 com 2012, percebe-se uma evolução qualitativa no quadro, evidenciada pelo aumento do percentual do quadro com mestrado ou doutorado, passando de 55% para 62% nesse período.

Tabela 11 - Regime de Trabalho – Docentes Temporários - EBTT.

Docentes do Ensino Básico, técnico e tecnológico Substitutos/Temporários/Visitantes	2016		
	20h	40h	D.E
Graduação	2	8	0
Especialização	2	6	0
Mestrado	0	8	0
Doutorado	1	2	0
TOTAL	5	24	0

Fonte: SIAPE/Dez 2016.

Gráfico 20 - Comparativo por Titulação – EBTT Temporário.



Fonte: SIAPE/Dez 2016.

Em relação aos Docentes do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico Temporário, quando se compara 2016 com 2012, percebe-se uma evolução qualitativa no quadro, evidenciada pelo aumento do percentual do quadro com mestrado ou doutorado, passando de 34% para 38% nesse período.

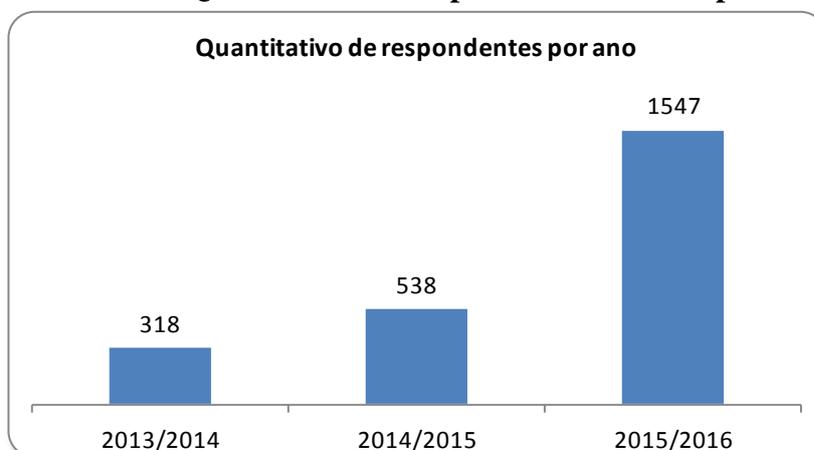
▪ ***Política de capacitação e treinamento do pessoal.***

A promoção de capacitação dos servidores, orientada à realização de políticas, objetivos e metas institucionais, são delineadas, sobretudo, através do Instrumento do Levantamento de Necessidades de Capacitação (LNC); das demandas específicas apresentadas pelos gestores; e atividades exigidas por leis. Descreve-se, a seguir, cada um dos parâmetros/instrumentais citados como fonte de estruturação das atividades de capacitação e as principais inovações nas ações de aperfeiçoamento da força de trabalho da UFRN.

Levantamento de Necessidades de Capacitação (LNC- Gamificado)

Após a Gamificação do Levantamento de Necessidades de Capacitação - planejada e elaborada no intuito de tornar o instrumento mais acessível, claro, dinâmico e diretivo no aprimoramento das competências institucionais da UFRN - houve um crescimento no número de respondentes nas três categorias: Gestor, Docente e Técnico-Administrativo. Em comparação com a versão anterior do LNC, houve um acréscimo de 187% de respondentes.

Gráfico 21 - Quantitativo de respondentes do LNC por ano.



Fonte: SIGRH/2016.

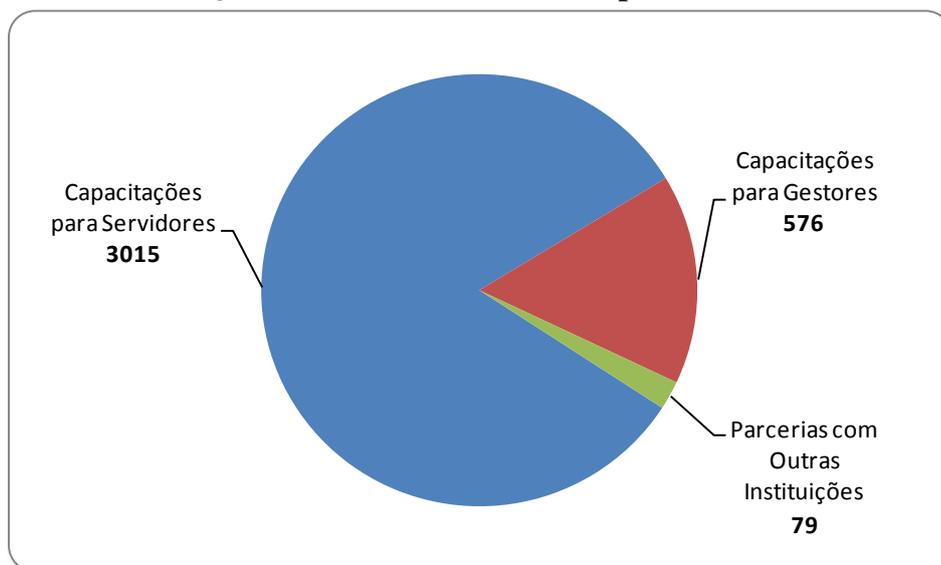
Outras fontes de capacitação: Demandas Específicas; Política de Desenvolvimento de Pessoas e Obrigações Legais

As ações de capacitação que não são contempladas no LNC o gestor pode solicitar como uma demanda específica para o seu setor. A UFRN analisa a pertinência/viabilidade institucional, operacional, pedagógica e orçamentária, conforme as necessidades estratégicas da instituição. No mesmo sentido, utiliza-se como fonte para subsidiar a oferta de ações de capacitação a Política de Desenvolvimento de Pessoas contida em diversos instrumentos institucionais da UFRN, como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2010-2019, o Plano de Gestão 2015-2019 e o Plano de Capacitação e Aperfeiçoamento 2011-2015. Existem também algumas ações que são demandadas por obrigações legais existentes em normas de segurança (brigadas de incêndio, segurança no trabalho, etc.) ou legislações específicas. Todas as ações supracitadas serão detalhadas nos resultados apresentados abaixo.

Resultados quantitativos das atividades de capacitação:

O programa de capacitação da UFRN obteve em 2016, por meio de cursos internos ou parcerias com outras instituições, a participação de 3.670 pessoas, entre servidores e gestores, como demonstrado no gráfico 22.

Gráfico 22 - Quantitativo de Servidores Capacitados



Fonte: Coordenadoria de Capacitação e Educação Profissional da UFRN/ 2016

Análise crítica de novos projetos

No ano de 2016, além das atividades-padrão do setor de Capacitação (atendimento ao público, realização de cursos, oferecimento de bolsas para capacitação em idiomas, entre outras), intensificou-se a oferta de atividades de capacitação e foram projetadas três ações estratégicas para a política de fortalecimento de formação de pessoas:

- Projeto de Seminário de Integração para os técnico-administrativos e docentes na modalidade EAD

Em 2016, foi delineada para o programa de integração dos servidores ingressantes na UFRN uma nova proposta, incorporando tecnologias de informação, de comunicação e de educação a distância: estruturou-se para o Seminário de Integração ao Serviço Público e o Programa de Atualização Pedagógica um módulo virtual, no formato auto-instrucional. Assim, além das atividades presenciais, as quais já ocorriam nas ações de iniciação ao serviço público dos anos

anteriores, o Seminário de Integração ao Serviço Público para técnico-administrativos e o Programa de Atualização Pedagógica para docentes, passarão a ter atividades na modalidade EAD.

A inserção do módulo virtual, orientada à realização de políticas, objetivos e metas institucionais, será uma forma de ampliar as possibilidades de participação dos docentes e técnicos administrativos da UFRN nas ações de iniciação ao serviço público, uma vez que, pelo fato de as tecnologias de informação e comunicação e de educação a distância flexibilizarem o tempo-espaço, as problemáticas existentes entre a estruturação de horários e datas de realização das atividades e as demandas cotidianas de trabalho dos servidores serão diminuídas, oportunizando um maior acesso às atividades de capacitação/qualificação profissional.

- Programa de Formação Inicial e Continuada de Gestores – presencial e EAD

Em 2016, foram desenvolvidas ações de capacitação específicas para os gestores universitários alinhadas ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFRN que apresenta o aperfeiçoamento da gestão universitária como um dos seus objetivos.

Em consonância com esses direcionamentos institucionais, a UFRN realizou em 2015 um levantamento de necessidade de capacitação específico com os gestores através de grupos focais a fim de coletar de forma mais qualitativa as reais necessidades de capacitação desse público. Os resultados desse levantamento foram cruzados com o LNC no SIGRH a fim de complementar essa coleta de dados. Dessa análise surgiu a definição dos conteúdos do Curso Inicial para Gestores que começou a ser construído nesse mesmo ano e as capacitações específicas para os gestores realizadas já em 2016, conforme os seguintes módulos:

- Módulo 01 – Conhecimento Institucional da UFRN
- Módulo 02 – Gestão Estratégica e Planejamento na UFRN
- Módulo 03 – Gestão de Pessoas
- Módulo 04 – Gestão Financeira e Orçamentária
- Módulo 05 – Sistemas Informativos

No ano de 2016 foram iniciadas as coletas e construção do curso na modalidade a distância. Quando finalizado, esse curso será de primordial importância para garantir a capacitação introdutória para as funções de gestão.

- Preparação e incentivo para ações de internacionalização

O desenvolvimento de ações de internacionalização para os docentes e técnico-administrativos para o intercâmbio de conhecimentos está atrelada à necessidade de proficiência em língua estrangeira. Levando em consideração tal necessidade, a Universidade estruturou um projeto de aperfeiçoamento das atividades de capacitações em línguas estrangeiras no afã de torná-la mais eficaz, eficiente e direcionada para a expansão dos processos de internacionalização.

Todo ano, a UFRN organiza dois editais de concessão de bolsas de estudo de língua estrangeira para o Instituto Ágora – vinculado ao Departamento de Línguas e Literaturas Estrangeiras Modernas, o instituto objetiva contribuir com a internacionalização da UFRN, aperfeiçoando os conhecimentos de línguas e culturas estrangeiras. Em cada edital, são oferecidas 80 bolsas em Inglês, Espanhol, Francês e Alemão para os docentes e técnico-administrativos em educação em exercício na UFRN. Em 2016, 135 servidores receberam bolsas de estudo em línguas estrangeiras.

Aliado ao processo de capacitação, faz-se necessário que seja construída e apresentada ao CONSEPE uma resolução que regulamente os procedimentos de assistência, acompanhamento e avaliação de apoio à participação de técnicos administrativos da UFRN em atividades de capacitação, visitas técnicas e missões no exterior, nos moldes da Resolução 091/2014-CONSEPE (específica para os docentes).

Assim, busca-se estabelecer para a política de internacionalização dos servidores novas possibilidades de conhecimentos, de vivências, de habilidades, tornando mais ricos o desenvolvimento profissional e a atuação no serviço público.

Educação Formal

A UFRN possui um programa de qualificação que visa à implementação de ações que contemplem os diversos níveis de educação formal. Para subsidiar essa política existe a Resolução 197/2013 do CONSEP de 10 de dezembro de 2013, que reserva 10% das vagas oferecidas nos cursos de pós-graduação da UFRN para servidores da instituição. Além disso, houve investimento em Mestrados Profissionais, proporcionando uma formação mais específica para os servidores técnico-administrativos, alavancando a participação na educação formal.

Na tabela abaixo é apresentado o quantitativo de servidores que estão cursando algum curso de Educação Formal:

Tabela 12 - Educação Formal.

Nível	Quantitativo
Mestrado	266
Doutorado	241
TOTAL	507

Fonte: Coordenadoria de Capacitação e Educação Profissional/ Dez 2016.

O significativo número de servidores que estão em processo de qualificação em cursos nos níveis de Mestrado (acadêmicos e profissionais) e Doutorado representam não somente o desenvolvimento pessoal dos servidores nas suas respectivas carreiras, mas, especialmente, possibilitam a construção de conhecimentos científicos, produtos e projetos provenientes de pesquisas e estudos acadêmicos e profissionais, que acarretam, desta forma, o desenvolvimento profissional dos servidores e no aperfeiçoamento dos processos de trabalho difundidos na instituição.

Avaliação de reação das ações de capacitação

Os resultados da avaliação da capacitação dos servidores realizado em 2016, estão contidos no Capítulo 7 – Relacionamento com a Sociedade, no item 7.3.5 Avaliação da capacitação dos servidores.

Novo sistema de avaliação de desempenho

O novo sistema de avaliação de desempenho da UFRN é fruto de um projeto de dois anos e que envolveu o trabalho de equipes multiprofissionais, integrando diferentes áreas do conhecimento em prol de uma nova ferramenta institucional que contemplasse as reais necessidades da universidade. Buscou-se sanar as fragilidades do modelo anterior, implementar novas funções e simplificar o sistema para que a avaliação se torne mais eficiente, acessível e eficaz.

O novo sistema de avaliação de desempenho da UFRN continuará seguindo o método de “avaliação 360°”, no qual diferentes perspectivas de análises (autoavaliação, avaliação dos pares e avaliação da chefia) compõem o conceito final de desempenho do servidor. Entretanto, esse formato foi modificado de forma a gerar um instrumento mais resumido: em vez de formulários personalizados para cada servidor, o que exigia um tempo maior de preenchimento, foi elaborado um formulário único que contempla as diferentes competências esperadas de todos os servidores da Instituição.

Outro aspecto importante desse novo modelo é processo de gamificação pelo qual seu layout passou, ampliando as possibilidades de interação do usuário com o sistema, oportunizando, assim, uma experiência mais ergonômica à prática do registro de avaliação de desempenho humano, cadastro e gestão das informações.

Além disso, o novo sistema de avaliação de desempenho aproveitará as localizações dos servidores e as permissões, a partir do dimensionamento realizado por suas respectivas chefias, simplificando, desta maneira, os processos de avaliações de desempenho posteriores e conferindo maior autonomia às unidades. Após o primeiro cadastro no novo sistema, o plano de ação gerencial e o plano individual de trabalho (pré-requisitos para a realização da avaliação) também serão automaticamente reaproveitados para as avaliações de desempenho ulteriores, podendo ser atualizados, caso haja a necessidade, a qualquer momento.

O cadastro de “processos” e “metas” na etapa de planejamento do sistema de avaliação são inovações implementadas para melhor reproduzir as atividades que os servidores executam no seu cotidiano, situando-os nos processos de trabalho e vinculando-os às metas traçadas para o desenvolvimento do setor. Busca-se, assim, fazer um retrato mais fiel da realidade de trabalho do servidor.

O formulário de avaliação também passou por modificações qualitativas, tornando-se mais objetivo e com a estrutura unívoca para as diferentes categorias de servidores. Além disso, os conceitos presentes nas escalas também foram alterados de forma a permitir uma avaliação cognitiva, não afetiva. As novas escalas passaram a ter como conceitos máximos “atende” (ao se avaliar conhecimentos, habilidades e metas) e “apresenta” (quando avaliados os aspectos comportamentais e atitudinais). Entretanto, o conceito final de desempenho poderá se elevar, atingindo o conceito oculto de “Supera”, apenas nos casos em que o servidor apresentar excelente desempenho nos itens avaliados e tiver desempenhado funções que, de fato, estejam além de suas obrigações enquanto servidor, como participar de comissões e realizar capacitações, informações que podem ser recuperadas pelo próprio sistema ou alimentadas pelo servidor através de certificados.

A possibilidade de sugestão de capacitação específica para os avaliados é outra inovação que poderá ser utilizada a partir do novo modelo de avaliação de desempenho, que auxiliará a instituição a fornecer uma proposta de qualificação mais próxima das reais necessidades dos trabalhadores, com base nas sugestões cadastradas.

Foi adicionada uma nova etapa ao processo de avaliação: a avaliação institucional. Trata-se de uma oportunidade para que os servidores da UFRN avaliem diversos aspectos dos principais processos institucionais, oferecendo um feedback para a própria Instituição. Tal avaliação gerará dados importantes para o contínuo aprimoramento da universidade no que tange a diferentes aspectos institucionais.

Por fim, cumpre enfatizar que as modificações supracitadas poderão melhorar a experiência de avaliação de desempenho humano da UFRN, influenciando quantitativa e qualitativamente a vivência dos usuários e contribuindo para o desenvolvimento da instituição.

Mapeamento das competências institucionais

Um dos grandes desafios atuais das instituições de trabalho, sejam elas públicas ou privadas, é a realização de um diagnóstico baseado em competências que se alinhem às estratégias e objetivos globais de cada organização. A demanda e o desejo cada vez maiores por uma gestão de pessoas moderna, atual e eficaz guiou a iniciativa apresentada no presente projeto: a elaboração e execução inicial do processo de implantação de um sistema de gestão de pessoas baseado em competências na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Para realizar a implementação do sistema de gestão por competências na UFRN, foi necessário um caminho inicial, o mapeamento de competências institucionais da instituição, que foi desenvolvido por um Grupo de Trabalho (GT) multiprofissional composto por membros da Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas (DDP/PROGESP). A primeira etapa consistiu na composição e capacitação de um grupo de estudos com os participantes do GT, visando aprofundar os conhecimentos e uniformizar o entendimento teórico sobre Gestão por Competências, além de fornecer subsídios para a elaboração das estratégias utilizadas no mapeamento das competências. A

capacitação foi realizada por cursos oferecidos pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pela ENAP, bem como por meio de grupos de estudos feitos ao longo de 2016.

A segunda etapa consistiu na análise dos principais documentos orientadores da instituição, quais foram: Plano de Desenvolvimento Institucional 2010-2019, Plano de Gestão 2015-2019, resultados de avaliação institucional feitas pela PROPLAN e a Avaliação de Governança e Gestão de Pessoas realizada pelo TCU. A técnica utilizada foi a análise documental, que segundo Ludke e André (1986)³ consiste num exame rico e confiável de informações, haja vista que é realizada com base na utilização de dados já estruturados. Para tanto, foi feita leitura, discussão e fichamento do material, buscando destacar as informações centrais contidas em cada documento (missão, visão, valores, objetivos, metas, propostas, políticas, etc.). Posteriormente, tais informações foram categorizadas em blocos organizativos criados pelo GT: cidadania, comunicação, ensino, ética, extensão, gestão, gestão da informação, gestão de pessoas, gestão do conhecimento, inovação, interiorização e internacionalização, pesquisa, sustentabilidade e tecnologia. A partir desses blocos surgiram as competências institucionais.

A definição das competências e suas descrições foram realizadas na terceira etapa. Para isso, o GT analisou em conjunto e de forma detalhada cada categoria, buscando focar nos elementos que demonstrassem relevância global e que repercutissem na UFRN como um todo. A partir dessa análise, foi descrita pelo menos uma competência para cada bloco organizativo, gerando um total de onze competências institucionais da UFRN. Buscou-se contemplar nessa conceituação das competências institucionais os aspectos contidos nos documentos orientadores.

A quarta etapa do projeto foi a validação das competências que ocorreu através de reunião realizada no dia 01 de julho de 2016 por equipe composta pela Reitora e Pró-Reitores da UFRN. Os participantes dessa equipe fazem parte da alta administração da instituição e possuem visão sistêmica e aprofundado conhecimento institucional.

A validação das competências institucionais pela referida equipe foi estruturada para abordar os seguintes aspectos: a) Embasamento teórico sobre gestão por competência, detalhando o que são competências institucionais e mostrando exemplos; b) Procedimentos realizados para o mapeamento c) Pontos centrais dos documentos relacionados aos eixos temáticos; d) Objetivo do grupo; e e) Pergunta norteadora para conduzir a validação.

Após a referida validação, o documento resultante contendo as competências institucionais irá subsidiar o planejamento e os subsistemas da área de gestão de pessoas (seleção, movimentação, avaliação de desempenho e formação) e a consecução da estratégia organizacional institucional. Para tanto, as competências institucionais serão institucionalizadas por meio da resolução que cria o Programa de Capacitação da UFRN, no CONSAD, em fevereiro de 2017.

Como produto do emprego dos supracitados métodos de investigação/produção, foram determinadas as seguintes competências institucionais, acompanhadas de suas descrições:

Quadro 12 - Competências Institucionais.

Competência	Descrição
Cidadania e Responsabilidade Social	Capacidade de fomentar uma cultura democrática, com respeito ao pluralismo, à diversidade, à acessibilidade e aos direitos humanos, através de mecanismos políticos, acadêmicos, sociais e assistenciais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região;
Comunicação	Capacidade de buscar, processar e disseminar as informações, de forma clara e eficiente, aperfeiçoando e diversificando as formas e os canais de comunicação em atendimento à instituição e à sociedade;

³ LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

Ensino	Capacidade de construir, atualizar e aplicar conhecimentos que integrem diferentes áreas, níveis e modalidades de ensino, garantindo o suporte ao desenvolvimento humano e profissional de discentes e egressos.
	Promover programas, projetos e atividades de ensino, pesquisa e extensão, de forma ética, inclusiva e empreendedora considerando as demandas da sociedade e favorecendo uma educação crítica e consciente para a atuação profissional e exercício da cidadania.
Ética	Atuação de forma ética, responsável, transparente, impessoal e democrática em relação ao trabalho realizado no ambiente organizacional;
Extensão	Promover o diálogo e o intercâmbio de saberes entre todas as instâncias da universidade e os diversos segmentos sociais, fortalecendo o compromisso social e proporcionando um processo de formação profissional cidadão.
Gestão Estratégica	Capacidade de planejar, acompanhar e avaliar estratégias, processos, projetos e riscos para o alcance de resultados, utilizando ferramentas gerenciais e considerando a relação participativa e a interdependência entre as unidades da instituição.
Gestão de Pessoas	Capacidade de implementar políticas de gestão de pessoas por competências, garantindo a excelência na prestação de serviços e promovendo o bem estar no ambiente de trabalho.
Inovação e Tecnologia	Capacidade de criar, incorporar e empreender soluções tecnológicas e ações inovadoras que contribuam com os processos de trabalho e com o desenvolvimento sustentável da instituição e da sociedade;
Interiorização e Internacionalização	Expandir a atuação da instituição, com qualidade, a partir de ações voltadas à interiorização e internacionalização;
Pesquisa	Produzir, desenvolver e divulgar conhecimentos científicos através da pesquisa qualificada, com uma atuação inovadora, crítica e ética que promova o desenvolvimento acadêmico, social, econômico e cultural da sociedade e contribua com a sustentabilidade socioambiental.
Sustentabilidade	Capacidade de gerenciar recursos financeiros, tecnológicos e estruturais, garantindo o cumprimento dos objetivos institucionais e promovendo a sustentabilidade sócio ambiental.

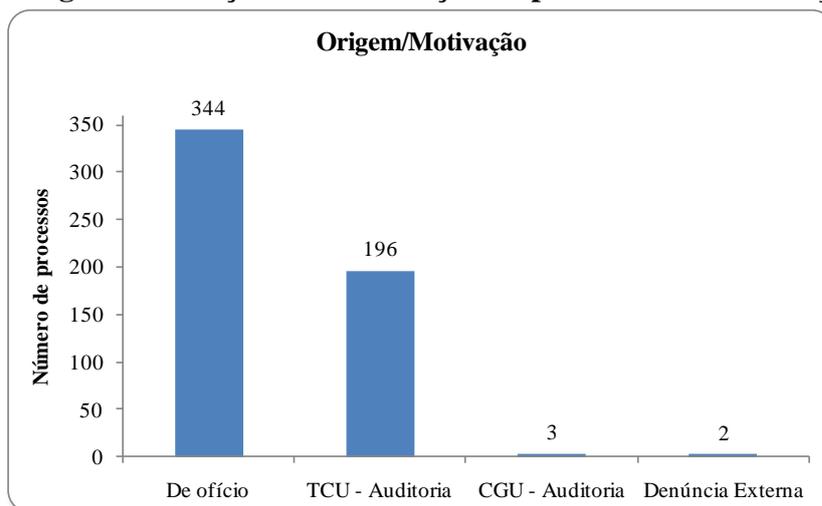
Fonte: Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas/2016.

- ***Ações adotadas para identificar eventual irregularidade relacionada ao pessoal, especialmente em relação à acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos e à terceirização irregular de cargos, demonstrando as medidas adotadas para tratar a irregularidade identificada.***

Considerando a relevância do assunto e a grande demanda de processos internos e externos de diversos tipos de classificação de acumulação de cargos e/ou exercício de atividades incompatíveis e/ou vedadas com o exercício de cargos públicos, originários de *ofício*, de *denúncia* e de *auditorias* de órgãos de controle e fiscalização, em 2016 a UFRN priorizou as seguintes ações:

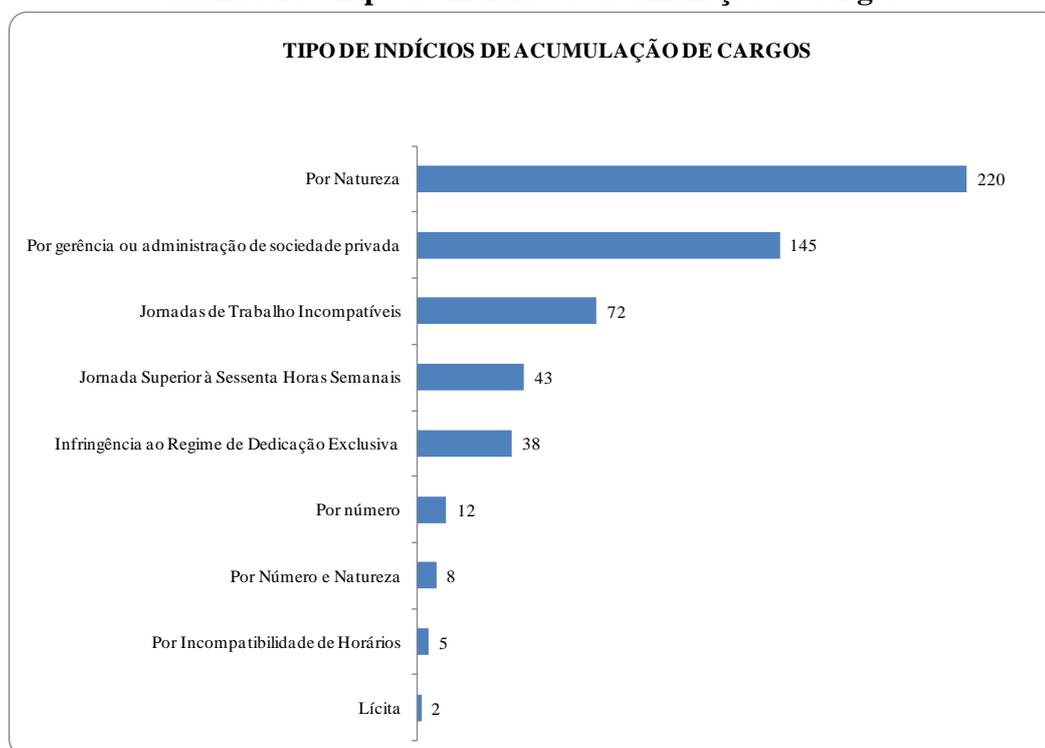
Em 2016 foram analisados 545 processos referentes à acumulação de cargos, bem como concernente à apuração de indícios de exercício de outras atividades em desacordo com a Constituição e a legislação infraconstitucional pertinente ao assunto, decorrentes de investigações internas levadas a cabo pela Coordenadoria de Acumulação de Cargos, Empregos e Funções Públicas (CAC/PROGESP), em razão de nomeações/posses de novos servidores e contratação temporária de pessoal, e de auditorias internas e externas, estas oriundas dos órgãos públicos de controle (Controladoria-Geral da União, Tribunal de Contas da União etc.), bem como dos entes federativos (Estados e/ou Municípios), conforme dados do gráfico abaixo:

Gráfico 23 - Origem/Motivação da instauração do processo de acumulação de cargos.



Fonte: Planilha de Controle Interno da Coordenadoria de Acumulação de Cargos da PROGESP/2016.

Gráfico 24 - Tipo de indícios de acumulação de cargos.



Fonte. Planilha de Controle Interno da Coordenadoria de Acumulação de Cargos da PROGESP/2016.

Quadro 13 - Situação atual dos processos de acumulação de cargos.

Situação atual (Resultado)	Nº Processo
Regularizada por decisão judicial	1
Regularizada por amparo art. 11 da EC Nº 20/98	1
Regularizada - Servidor cedido	1
Regularizada por desvinculação de sociedade privada	1
Regularizada por redução de carga horária	1
Regularizada em razão de ato de aposentadoria	2
Regularizada por destituição de função	2
Regularizada por extinção de sociedade empresarial	2
Regularizada por força de ato administrativo interno	7
Regularizada por desincompatibilização das atividades administrativas	8
Regularizada exoneração de cargo	9
Regularizada - Compatibilidade acumulação por natureza	11
Regularizada - Condição de sócio, acionista, cotista ou comanditário	20
Regularizada por demissão	22
Regularizada por vacância	37
Regularizada por compatibilidade de Horários	70
Em análise	350
Total geral	545

Fonte: Planilha de Controle Interna da Coordenadoria de Acumulação de Cargos da PROGESP/2016.

No tocante especificamente às auditorias originárias do Tribunal de Contas da União (TCU) no ano de 2016, cumpre informar que a UFRN foi demandada pelo referido órgão de contas, para proceder às providências referentes **Acórdão nº 603/2016-TCU-Plenário**, veiculado através do Ofício 0250/2016-TCU-SECEX-RN, de **23/3/2016**.

Posteriormente, no mês de outubro/2016, o TCU enviou à UFRN o **Ofício nº 278-143/2016-TCU/SEFIP/Diaup**, de **13/10/2016**, informando de um trabalho de fiscalização realizado nesse órgão, para fins de apuração de indícios de irregularidade na folha de pagamentos das entidades sob sua jurisdição fiscalizatória, juntamente com planilhas eletrônicas contendo os supostos indícios, num total de **1.039** situações, sendo **823** referentes à acumulação de cargos, e **216** acerca de participação em administração ou gerência de empresa (Art. 117, X, da Lei nº 8.112/90).

Em relação à análise de acumulação de cargos na etapa de provimento e contratação temporária, a UFRN está adotando o mesmo fluxograma de 2015.

6.1.2 Demonstrativo das despesas com Pessoal

Quadro 14 - Despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários				Demais Despesas Variáveis
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2016	307.878.267,11	8.393.806,71	76.201.220,07	240.601.483,73	35.501.435,18	26.316.303,11	346.182,12	2.664.640,72	8.805.737,65	706.709.076,40
	2015	298.590.551,98	8.026.015,84	71.873.353,91	225.336.225,52	27.432.956,06	24.577.794,75	270.263,69	679.250,60	10.816.985,90	667.603.398,25
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2016	0,00	39.074,72	5.013,52	37.704,06	0,00	4.212,60	0,00	0,00	0,00	86.004,90
	2015	0,00	14.589,49	12.116,35	56.163,72	0,00	4.667,36	6.092,52	4.996,24	0,00	98.625,68
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	15.522.434,75	587.960,22	74.183,65	15.711,85	24.397,20	0,00	0,00	0,00	24.000,00	16.248.687,67
	2015	11.357.498,48	441.255,19	71.301,72	12.217,26	46.914,00	0,00	0,00	0,00	24.000,00	11.953.186,65
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	9.497.016,85	0,00	1.885.616,80	5.199.693,35	180.913,08	775.236,36	0,00	70.493,97	297.684,85	17.906.655,26
	2015	8.440.902,12	0,00	1.791.804,46	5.046.525,81	120.457,94	704.509,37	0,00	11.693,31	383.758,28	16.499.651,29
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	17.948.239,25	0,00	1.887.749,48	621.798,83	1.916.836,62	0,00	0,00	19.127,93	0,00	22.393.752,11
	2015	18.627.375,47	0,00	1.988.832,70	516.074,08	1.821.146,51	0,00	0,00	0,00	0,00	22.953.428,76
Aposentados e Pensionistas											
Exercícios	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	482.901.508,03	0,00	2.266.335,76	0,00	485.167.843,79
	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	447.377.498,20	0,00	209.216,68	0,00	447.586.714,88

Fonte: SIAPE/Dez 2016

Em relação ao quadro de despesas de pessoal, todas as informações do ano de 2015 e 2016 foram estratificadas conforme a classificação do grupo de servidores solicitada.

Na coluna “Retribuições”, foram consideradas as rubricas relacionadas à gratificação de CD e FG e na coluna “Gratificações”, as referentes à gratificação natalina, gratificação por encargo de curso ou concurso e Retribuição por Titulação. Na coluna “Adicionais”, foram consideradas aquelas relacionadas ao adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas; adicional pela prestação de serviço extraordinário; adicional noturno; adicional de férias; Adicional de Plantão Hospitalar (APH); Sobre Aviso; Adicionais de Qualificação; outros relativos ao local ou à natureza do trabalho. Na coluna “Indenizações”, foram consideradas as rubricas relacionadas a auxílio-transporte, auxílio-alimentação, assistência pré-escolar, ajuda de custo e diárias. Na coluna “Benefícios Assistenciais e Previdenciários”, foram consideradas as rubricas relacionadas à assistência médica, auxílio natalidade e abono permanência. Na coluna “Demais Despesas Variáveis” foram consideradas as rubricas relacionadas a substituição.

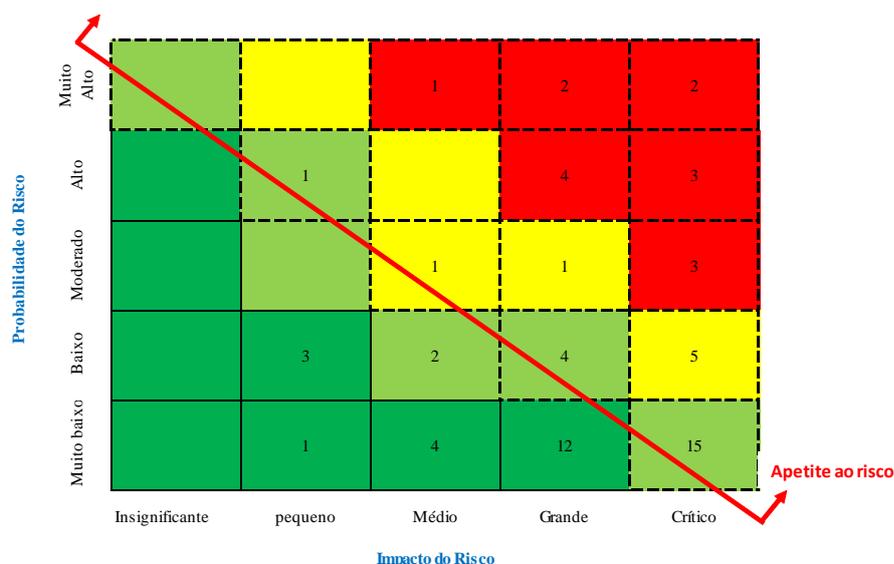
Em relação ao valor total da despesa com pessoal, em 2016 houve um acréscimo de 6,76% em relação à 2015, pois além do reajuste concedido em agosto, houve natural aumento vegetativo, como progressões, pagamento extraordinário de despesa com exercício anterior, dentre outros.

6.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Em 2015, a UFRN selecionou, por meio de uma abordagem “*Bottom-up*”, 10 processos da Gestão de Pessoas preliminarmente entendidos como críticos e mapeou-os quanto às atividades, aos procedimentos e aos riscos envolvidos. No final do processo, foram elencados 75 planos de ações e 08 planos de contingência a fim de mitigar os respectivos eventos de riscos.

Em 2016, foram realizadas algumas discussões com o objetivo de estabelecer o apetite aos riscos mapeados. Ao final, foi definido que se gerenciariam os riscos altos, muito altos e aqueles moderados que apresentam probabilidade muito alta ou impacto crítico, conforme quadro de calor apresentado no gráfico 25.

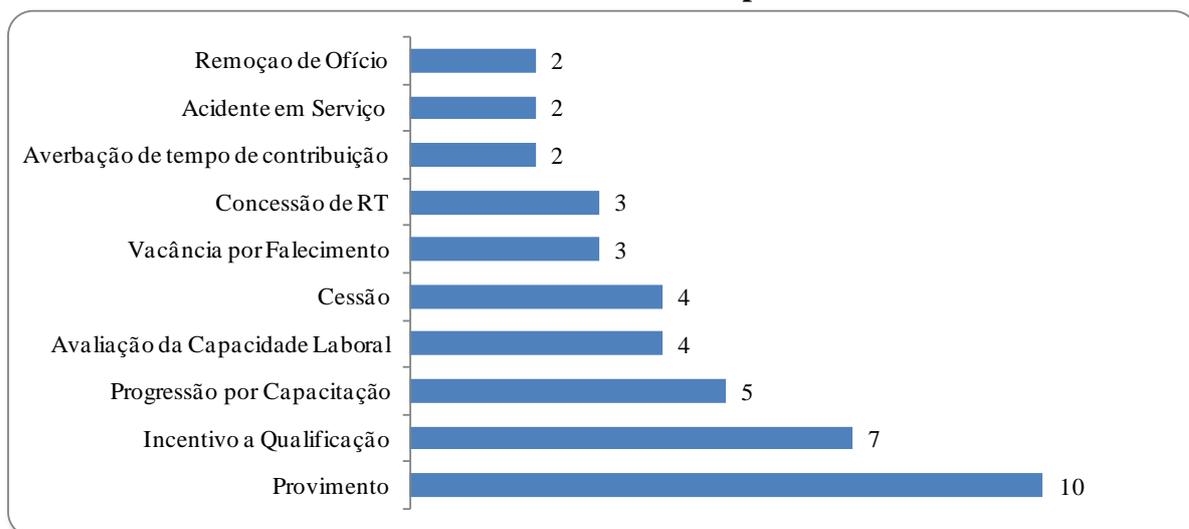
Gráfico 25 - Gráfico de Riscos.



Fonte: Assessoria Técnica da PROGESP / Dez 2016.

No total, foram elencados 42 eventos de riscos, conforme resumido no gráfico 26.

Gráfico 26 - Número de Eventos por Processo



Fonte: Assessoria Técnica da PROGESP / Dez 2016.

Além disso, UFRN estabeleceu a periodicidade de 02 anos para revisar o modelo de gestão e controle dos riscos desses processos já mapeados, visando identificar a evolução e o aperfeiçoamento do modelo implementado.

A Universidade está desenvolvendo uma política de gestão de riscos que norteará toda a instituição nessa área específica, podendo, dessa forma, repercutir na metodologia em andamento no nicho da gestão de pessoas. Assim, os riscos inerentes a outros processos de pessoal apenas serão mapeados quando a política for definida e disseminada, alinhando assim a metodologia à estrutura de governança estabelecida.

6.1.4 Contratação de pessoal de apoio e estagiários

- *Contratação de mão de obra de para atividades não abrangidas pelo plano de cargos (regular)*

Quadro 15 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante						
Nome: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE						
UG/Gestão:153103 / 15234						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Situação
			Início	Fim		
2011	Locação de mão de obra para prestação de serviços de limpeza e higienização nas áreas internas e externas.	091708090001-36	01/08/2011	31/07/2016	Ensino fundamental	Não Prorrogado
2013	Serviços de limpeza e conservação nas áreas urbanas do entorno do Campus Universitário.	069826300001-95	25/11/2013	24/11/2017	Ensino fundamental	Ativo Prorrogado
2010	Serviço de vigilância armada, desarmada e motorizada.	021418230001-62	01/09/2010	31/08/2016	Ensino fundamental, Médio	Não Prorrogado
2010	Prestação de serviços de locação de mão de obra para atender atividades de apoio administrativo, técnico e operacional.	091708090001-36	01/09/2010	31/08/2016	Ensino fundamental, ensino médio e curso técnico.	Não Prorrogado
2016	Locação de mão de obra para prestação de serviços de limpeza e higienização nas áreas internas e externas.	031591450001-28	01/09/2016	31/08/2017	Ensino fundamental	Ativo Prorrogado
2016	Prestação de serviços de locação de mão de obra para atender atividades de apoio administrativo,	07.783.832/0001-70	01/09/2016	31/08/2017	Ensino fundamental, ensino médio e curso Técnico	Ativo Prorrogado

	técnico e operacional.					
2016	Prestação de serviços de locação de mão de obra para atender atividades de categorias Funcionais voltadas à Construção Civil	07.783.832/0001-70	01/09/2016	31/08/20147	Ensino fundamental e Médio	Ativo Prorrogado
2016	Serviço de vigilância armada, desarmada e motorizada	040081850001-28	01/09/2016	31/08/2017	Ensino fundamental e Médio	Ativo Prorrogado

Fonte: Diretoria de Gestão e Fiscalização de Contratos/UFRN

▪ ***Contratação de estagiários***

A UFRN possui 14 estagiários, que estão vinculados a área fim da Instituição por meio de projetos de extensão, atuando diretamente na área acadêmica. A importância da bolsa é de R\$520,00 mensais, acrescido do adicional de locomoção no valor de R\$132,00, conforme a Lei do Estagiário 11.788/2008 e a Orientação Normativa 02/2016.

▪ *Contratação de estagiários*

A UFRN possui 14 estagiários, que estão vinculados a área fim da instituição por meio de projetos de extensão, atuando diretamente na área acadêmica. A importância da bolsa é de R\$520,00 mensais, acrescido do adicional de locomoção no valor de R\$132,00, conforme a Lei do Estagiário 11.788/2008 e a Orientação Normativa 02/2016.

Em geral, todo o processo de seleção parte do próprio coordenador do projeto de extensão que é quem faz a sua escolha de acordo com o interesse de seu projeto. Para tanto, ele segue alguns procedimentos:

1º Abertura de um processo seletivo informando o número de vagas, o local para inscrição, a metodologia e a publicização do processo seletivo.

2º Homologação e divulgação do resultado.

3º Envio de cópia do processo seletivo à Coordenadoria de Provimientos e Controle de Cargos (11.65.04.09) contendo a folha de resultados, documentação do(s) aprovado(s), memorando, e termo de compromisso.

O memorando deverá conter o período de vigência (dia, mês e ano) de entrada e saída do cadastro de bolsa estágio, o valor da bolsa mais o auxílio transporte, o nome do coordenador, título do projeto aprovado e unidade de conta da qual será efetuado o pagamento para o bolsista estagiário.

O Termo de Compromisso de Estágio é um acordo tripartite celebrado entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino, prevendo as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar. Este deverá conter as assinaturas e as matrículas do estagiário, do concedente, do supervisor de campo, do coordenador do curso e orientador.

Ao longo dos anos, a quantidade e, conseqüentemente, as despesas tidas com estagiários vem diminuindo, conforme quadro abaixo.

Quadro 16- Evolução das quantidades e das despesas com estagiários

ANO	VALORES	QUANTIDADE DE BOLSAS
2014	R\$ 201.066,00	48
2015	R\$ 155.740,00	38
2016	R\$ 46.658,67	20*

Fonte: SIAPE

*Quantitativo ao longo de todo o exercício 2016

6.1.5 Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

A Secretaria de Relações Internacionais e Interinstitucionais não contratou e nem intermediou até o presente nenhum serviço de consultoria no âmbito dos acordos de cooperação internacionais firmados pela UFRN.

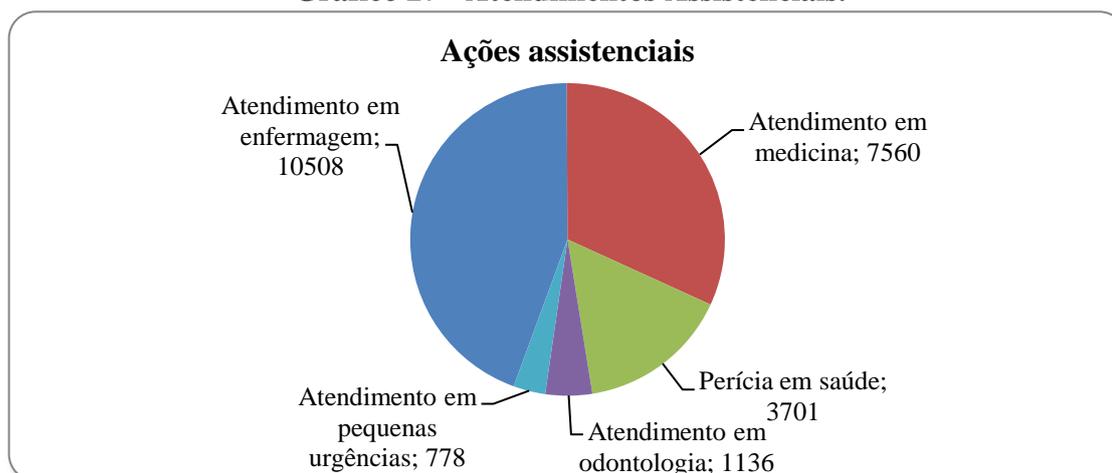
Entretanto, dada a importância desse tipo de serviço e a necessidade latente que se tem de sua contratação, uma vez que isso poderá ser exigido por um parceiro estrangeiro a qualquer momento, é preciso ter bem definidas as diretrizes para a solicitação e operacionalização da contratação de consultores.

▪ **Indicadores gerenciais sobre a gestão de pessoas**

Além de outros indicadores relacionados a gestão de pessoas já mencionadas em outros tópicos do referido relatório, segue alguns indicadores relacionados a área de saúde, segurança do trabalho e qualidade de vida no trabalho.

A UFRN, por meio da Diretoria de Atenção à Saúde do Servidor da Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (PROGESP), proporciona atendimentos em diversas áreas, como: perícia em saúde, atendimentos em enfermagem, medicina, odontologia, além de atendimentos em pequenas urgências, conforme mostra o gráfico 27.

Gráfico 27 - Atendimentos Assistenciais.



Fonte: Diretoria de Atenção a Saúde do Servidor da UFRN / 2016.

As perícias em saúde englobam perícia médica, perícia odontológica e perícia administrativa. Os atendimentos são realizados não só para a comunidade universitária (servidores e alunos), mas também para os dependentes legais e servidores de outros órgãos, uma vez que a UFRN é a unidade Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS) do estado.

Visando a redução dos atendimentos assistenciais e buscando a adoção de ações e práticas que promovam o bem-estar no trabalho de maneira sustentável e duradoura, foi instituída a Política de Qualidade de Vida no Trabalho.

Entende-se por qualidade de vida no trabalho práticas individuais e coletivas de trabalho, gestão organizacional e promoção à saúde e segurança no trabalho, que proporcionem satisfação, reconhecimento socioprofissional, relações interpessoais harmoniosas, ambiente laboral saudável e equilíbrio entre o trabalho e a vida pessoal.

Os eixos norteadores da Política abrangem:

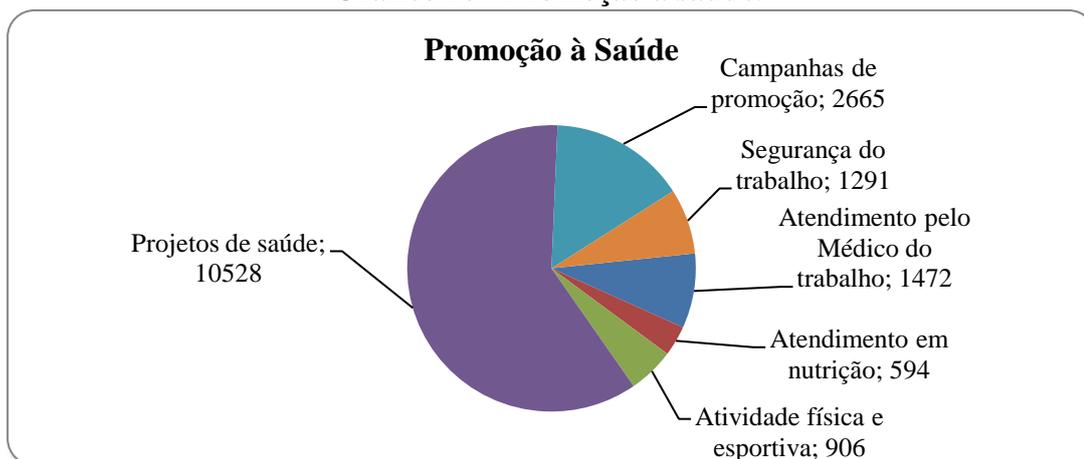
1. **Promoção da Saúde e Segurança no Trabalho** – contribui para o favorecimento e manutenção dos mais elevados níveis de bem-estar físico, mental e social dos servidores.

Englobam atendimentos pelo médico do trabalho, atendimentos em nutrição, programas/projetos de saúde, campanhas de promoção e ações de segurança do trabalho.

Os atendimentos realizados pelo médico do trabalho consistem nas consultas dos exames periódicos, avaliação da capacidade laboral para o trabalho, avaliação donexo causal de acidente de trabalho, entre outros.

O quantitativo de servidores atendidos em cada ação do referido eixo, apresentam-se no gráfico 28.

Gráfico 28 - Promoção à saúde.

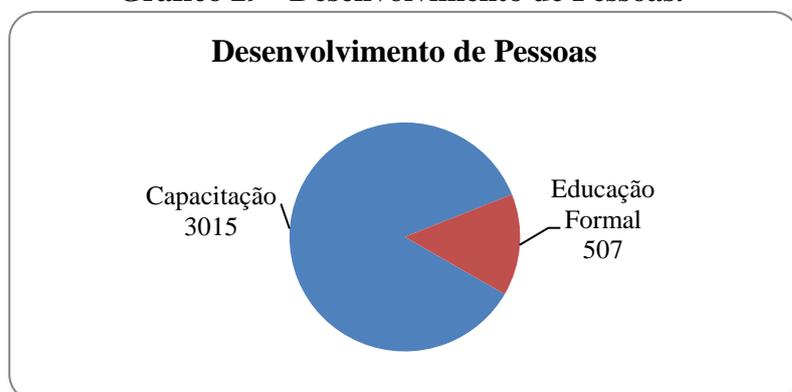


Fonte: Diretoria de Atenção a Saúde do Servidor/Coordenadoria de Qualidade de Vida da UFRN /2016.

2. Desenvolvimento de Pessoas – promove o desenvolvimento pessoal e profissional permanente do servidor público, adequando as suas competências aos objetivos da instituição, orientado pelas políticas de Gestão de Pessoas e pela identidade institucional, comprometido com a função social da UFRN.

Este eixo abrange ações de capacitação, avaliação de desempenho e gestão por competências. Dentro das capacitações oferecidas, encontram-se cursos na modalidade presencial e à distância; e a educação formal, que engloba cursos de graduação, mestrado e doutorado. O número de servidores que foram capacitados nos cursos e estão matriculados em algum curso da educação forma, é mostrado no gráfico 29.

Gráfico 29 - Desenvolvimento de Pessoas.



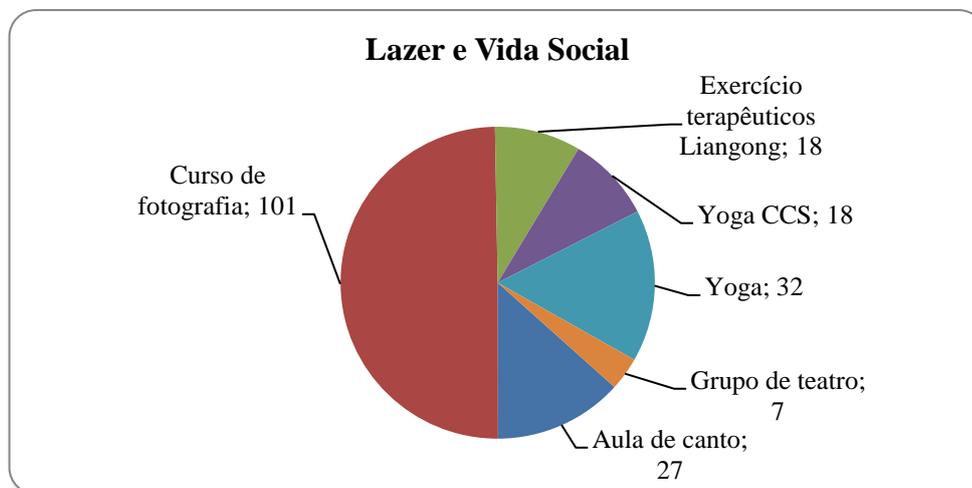
Fonte: Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas da UFRN/ Dez 2016.

Ainda como ação do eixo de desenvolvimento de pessoas, a PROGESP trabalhou o novo instrumento da avaliação de desempenho e a gestão por competências. Esta última subsidia o planejamento e os subsistemas da área de gestão de pessoas (seleção, movimentação, avaliação de desempenho e formação) e a consecução da estratégia organizacional institucional. Discutida por um grupo de trabalho, as competências definidas foram: cidadania e responsabilidade social; comunicação; ensino; ética; extensão; gestão estratégica; gestão de pessoas; inovação e tecnologia; interiorização e internacionalização; pesquisa; e sustentabilidade.

3. Lazer e vida social – fenômeno moderno e necessário às necessidades dos seres humanos, caracterizando-se por períodos de vivências lúdicas, culturais e, até mesmo, relaxantes.

Caracterizam-se como ações que despertam bem-estar e proporcionam aos servidores o convívio com outros servidores de setores diferentes, renovando o ciclo de vivência dentro da universidade. O gráfico 30 mostra o total de servidores que participaram das ações.

Gráfico 30 – Lazer e Vida Social



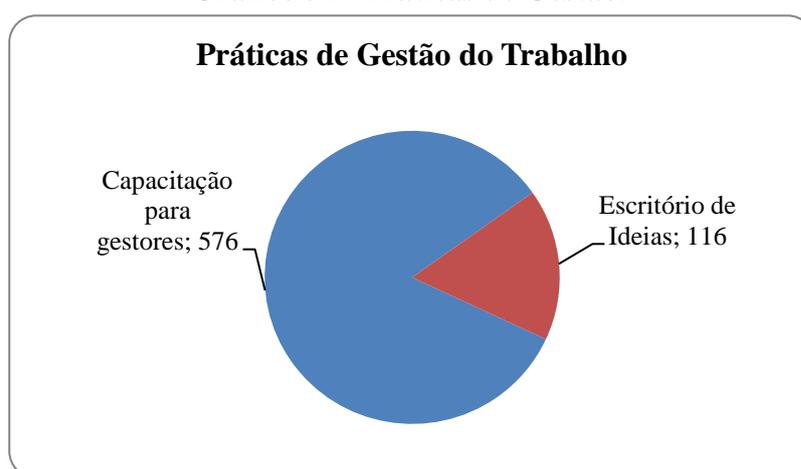
Fonte: Coordenadoria de Qualidade de Vida da UFRN / Dez 2016.

4. Práticas de Gestão do Trabalho – objetiva incentivar e desenvolver nos servidores o comprometimento, a motivação e a humanização no contexto do trabalho.

São ações representativas deste eixo as capacitações voltadas para os Gestores da Instituição, o Escritório de Ideias, a A3P (Agenda Ambiental da Administração Pública), a Comissão de Mediação nas Relações de Trabalho, entre outras.

Em 2016, 25 cursos de capacitação foram oferecidos aos gestores da UFRN, com 576 participações, conforme o gráfico abaixo. Ainda como mostra o gráfico, 116 participações no Escritório de Ideias foram registradas nos Sistemas; o Escritório é um projeto que busca motivar e incentivar a comunidade universitária a contribuir com ideias para a melhoria contínua e a inovação dos seus processos.

Gráfico 31 - Práticas de Gestão.



Fonte: Coordenadoria de Capacitação e Educação Profissional/SIGRH/2016.

6.2 Gestão de patrimônio e infraestrutura

6.2.1 Gestão de frotas de veículos

Considerações iniciais e legislação aplicável

O gerenciamento da frota de veículos da UFRN é realizado por meio da Coordenadoria de Gestão de Transportes, órgão vinculado à Pró-reitoria de Administração, cujas atribuições estão previstas no Regimento Interno da Reitoria.

Compete à Coordenadoria de Gestão de Transportes coordenar a gestão da frota de veículos de uso comum e de uso institucional, em conformidade com a legislação aplicável ao uso de veículos oficiais, bem como com as normas internas complementares emanadas pela Reitoria, assim como promover a gestão patrimonial, de pessoas (do quadro da UFRN ou prestadores de serviços terceirizados), bem como a execução física e respectiva fiscalização dos contratos de fornecimento de combustíveis e de manutenção dos veículos.

A gestão e operacionalização do trabalho da unidade são executadas por servidores do quadro e por terceirizados, com predominância da terceirização nas atividades operacionais, sobretudo na condução dos veículos, uma vez que, em virtude do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997, foi instituída a política de terceirização para atividades que poderiam ser objeto de execução indireta, como atividades acessórias, instrumentais ou complementares, estando entre elas, a de transportes.

Importa destacar que o quadro operacional (motoristas) tem seu gerenciamento distribuído entre a Administração Central (veículos destinados às atividades de natureza administrativa) e a Administração dos Centros Acadêmicos, Unidades Acadêmicas Especializadas (ECT, EAJ, EM), Institutos e Hospitais (HUOL, MEJC e HUAB), estes últimos atualmente sob a gestão da EBSERH, mas com o patrimônio móvel e imóvel ainda vinculado à UFRN, que deve ser transferido à EBSERH, tão logo sejam resolvidas pendências de natureza administrativa junto à SPU/RN (Superintendência do Patrimônio Imóvel da União), conforme já explicitado na análise referente ao patrimônio imóvel.

Em relação aos normativos que regem a gestão de frotas no âmbito da UFRN, destaca-se a orientação aos Decretos nº 6403/2008 e 99.658/90. Especificamente em relação a normativos internos, destaca-se que, apesar da ausência de instrumentos formais, a administração utiliza o SIPAC, sobretudo o módulo de transportes, como ferramenta de gestão e padronização de rotinas no âmbito da gestão de frotas.

Caracterização da frota da UFRN

O Decreto nº 6.403/2008, que dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional, traz, entre outros dispositivos, a classificação dos veículos segundo a sua utilização. No caso da UFRN os veículos estão enquadrados apenas nos incisos III (veículos de transporte institucional) e IV (veículos de serviços comuns) do artigo 2º do mencionado Decreto e estão destinados ao atendimento das demandas de natureza acadêmica e administrativa vinculadas às atividades das diversas unidades da UFRN.

Em que pese a classificação dos veículos constante do Decreto nº 6.403/2008, visando atender às orientações do TCU para a elaboração do Relatório de Gestão no que concerne à gestão da frota. A partir de 2013, a Superintendência de Informática vem aperfeiçoando o SIPAC ao passo que a CGT vem se aprimorando no lançamento das informações concernentes aos deslocamentos dos veículos. **Assim, no presente relatório serão apresentadas as informações, considerando a classificação dos veículos atualmente implantada no SIPAC (Automóveis, Micro-ônibus,**

Ônibus, Caminhões, Camionetas e Caminhonetas). Obviamente que é discutível a classificação no que concerne à diferenciação entre caminhonetas e camionetas.

Em 2016, considerados todos os tipos de veículos agregados à frota até fevereiro/2017, bem como as alienações de veículos ocorridas no ano de 2015, a estratificação dos tipos, nos termos atualmente implantados no SIPAC, estão incorporados ao patrimônio da UFRN o total de 215 veículos, com os quantitativos detalhados na Tabela 13. Segue também na tabela os dados referentes à média anual de quilômetros rodados e a idade média, por grupo de veículo, bem como a média de quilometragem individualizada por tipo de veículo.

Tabela 13 - Caracterização da frota da UFRN por tipo e parâmetros referentes à média anual de quilômetros rodados e a idade média, por grupo de veículo, bem como a média de quilometragem individualizada por tipo de veículo.

Classificação	Quantidade	Idade Média	Deslocamento anual em KM	Média KM (Individualizado)
MOTOCICLETA	15	6,73	55.465	3.698
AUTOMOVEL	82	6,91	1.393.264	16.991
MICRO ONIBUS	19	6,21	403.023	21.212
ONIBUS	22	6,32	414.732	18.851
CAMIONETE	17	8,53	214.742	12.632
CAMINHONETE	38	7,92	1.418.531	37.330
CAMINHAO	22	7,82	601.111	27.323
	215	7,21	4.500.868	20.934

Fonte: Dados extraídos do SIPAC

Em relação ao detalhamento da frota, destaca-se que a UFRN não dispõe de frota terceirizada, apenas utiliza motoristas terceirizados para dirigir os veículos de sua própria frota. Entretanto, considerando que, em muitos casos, a frota torna-se insuficiente para atender a diversidade de demandas, sobretudo da área acadêmica (aulas de campo, viagens para participação em eventos acadêmicos, realização de eventos locais) que são de difíceis execuções haja vista o horário das atividades, a temporalidade, os limites para pagamentos de horas extras etc., foram realizadas licitações, visando à contratação da prestação de serviços de locação de veículos (veículo, motorista, combustível).

Essas licitações resultaram nos contratos nº 51/2012 e 18/2015, sendo o primeiro para locação de veículos de pequeno porte e o segundo para locação de ônibus e micro-ônibus, ambos para transporte de professores, estudantes e servidores da UFRN.

Em 2016, a despesa com esses contratos importou no montante de R\$ 230.021,48 (duzentos e trinta mil, vinte e um reais e quarenta e oito centavos), conforme destacado no Quadro 16, o que demonstra, a princípio, a pouca aceitação da comunidade acadêmica com esse tipo de contratação, a despeito da orientação dada pela Administração Central no sentido de que as unidades acadêmicas e administrativas da UFRN avaliem a possibilidade da locação de veículos como alternativa prioritária na realização de viagens intermunicipais e deslocamentos que necessitem de pernoite em detrimento da utilização dos veículos oficiais com motoristas terceirizados.

Quadro 17 - Custos com atendimento de demandas de deslocamentos em viagens da área acadêmica e/ou administrativa através dos contratos de locação de transporte

FINALIDADE	DADOS DO CONTRATO	OBJETO DO CONTRATO	EXECUÇÃO 2016
Serviços de transporte	Contrato Nº 18/2015 PREGÃO - 110/2014	Locação de ônibus e micro-ônibus, para transporte de professores, estudantes e servidores da UFRN.	R\$ 189.764,39
	Contratado: CNPJ 12.801.601/0001-82 – PROTÁSIO LOCAÇÃO E TURISMO LTDA		
	Contrato Nº 51/2012 PREGÃO - 52/2012	Serviços de locação de veículo, em caráter eventual, para transporte de servidores, professores, alunos e colaboradores eventuais, em serviço, com serviços de motorista, combustível e seguro total.	R\$ 40.257,09
		Contratado: CNPJ 02.776.616/0001-84 - MUNDIAL AUTOMOVEIS AUTO SERVICE LTDA - EPP	
Soma das despesas com serviços de locação de veículos no ano de 2016			R\$ 230.021,48

Fonte: Diretoria de Gestão e Fiscalização de Contratos/UFRN

Destaca-se, no entanto, especificamente no caso do contrato nº 51/2012, para veículos de pequeno porte, que a Administração Central juntamente com a comunidade acadêmica e administrativa, não foi favorável à sua renovação. Isso porque se verificou que a sua execução estava sendo onerosa, sobretudo para atendimento às solicitações das unidades e centros acadêmicos do interior do estado, uma vez que, na forma como o contrato foi projetado, a empresa contratada incluía no seu custo, o deslocamento da sede (capital) até a cidade de origem da viagem e vice-versa.

Por essa razão, a decisão da Administração foi de não renovação do referido contrato, ao passo que estão sendo realizados estudos para processos licitatórios que contemplem essas necessidades.

Gestão da frota na UFRN: Controles, gestão e principais dificuldades encontradas

A operacionalização da gestão da frota da UFRN tem como principal ferramenta de trabalho o Módulo de Transportes do SIPAC que desde 2012 vem passando por readequações em sua concepção original de modo a viabilizar o fornecimento de dados/informações contidas nos normativos do TCU relativos aos relatórios de gestão, cujo detalhamento apresenta-se a seguir.

Sob a perspectiva do usuário – unidades acadêmicas e/ou administrativas, as regras de uso (solicitação de transporte/viagens), também sem normativo formal, mas fundamentadas na legislação federal, estão implementadas na Requisição de Transporte/Viagem do SIPAC, acessível através do Portal Administrativo. É a partir dessas requisições que são geradas as informações básicas que alimentam a base de dados do SIPAC para a consolidação da despesa com a viagem/veículo (alocação do veículo pela CGT, autorização do abastecimento, autorização de troca de pneu, entre outros). As Figuras abaixo ilustram os “templates” do SIPAC (Portal Administrativo) para as requisições de Transporte, a partir das quais a CGT operacionaliza a gestão interna do uso dos veículos.

Figura 1 – Tela Cadastrar Requisição de Reserva do SIPAC.

The screenshot shows the SIPAC system interface. At the top, it displays 'UFRN - SIPAC - Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos' and 'Tempo de Sessão: 01:30'. The user is identified as 'MARIA DO CARMO ARAUJO DE MEDE...' with 'Orçamento: 2017'. The breadcrumb trail is 'PORTAL ADMINISTRATIVO > CADASTRAR REQUISIÇÃO DE RESERVA'. A yellow box contains the text: 'Esta operação permite cadastrar uma requisição de reserva de veículo da frota. Para prosseguir, informe o tipo de reserva desejado.' Below this are three blue boxes with options: 'Veículo para um período', 'Solicitação de Abastecimento de Veículo da Unidade', and 'Solicitação de Troca de Pneu'. The footer includes 'SIPAC | Superintendência de Informática - (84) 3215-3148 | Copyright © 2005-2017 - UFRN - sipac04-producao.info.ufrn.br.sipac04-producao - v4.28.20'.

Fonte: SIPAC

Figura 2 – Tela Cadastrar Requisição de Veículo do SIPAC.

The screenshot shows the SIPAC system interface for 'Cadastrar Requisição de Veículo'. The breadcrumb trail is 'PORTAL ADMINISTRATIVO > CADASTRAR > REQUISIÇÃO DE VEÍCULO'. A yellow box contains the text: 'Esta operação permite cadastrar uma requisição de reserva de veículo da frota para um período determinado.' Below this is a form titled 'CADASTRAR REQUISIÇÃO DE VEÍCULO' with the following fields: 'Tipo: Para um Período', 'Beneficiado', 'Unidade Requisitante: PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO (PROAD)', 'Data/Hora Inicial' and 'Data/Hora Final' (both set to 00:00), 'Unidade Responsável pelo Veículo: PRO-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO (PROAD) (11.02)', 'Origem', 'Destino', 'Finalidade' (with a 1000-character limit), 'Telefone para Contato', 'Recorrência: -- SELECIONE --', 'Quantidade de pessoas a serem transportadas', 'Quantidade de carga que será transportada' (in kg), and 'Observação' (with a 1000-character limit). There is an 'Anexar Arquivo' section with a file selection button and a status 'Nenhum arquivo selecionado'. At the bottom are 'Cadastrar' and 'Cancelar' buttons. A note states '* Campos de preenchimento obrigatório.' The footer includes 'SIPAC | Superintendência de Informática - (84) 3215-3148 | Copyright © 2005-2017 - UFRN - sipac04-producao.info.ufrn.br.sipac04-producao - v4.28.20'.

Fonte: SIPAC

A evolução da gestão da frota está diretamente relacionada com o processo de automatização implantado no Módulo de Transporte. Desde 2013 tem sido envidado todos os esforços possíveis por parte da Superintendência de Informática. Em 2013 foi feita a adequação às padronizações do Decreto 6403/2008, e, desde 2014, o esforço tem sido no sentido de adequar os relatórios gerenciais fornecidos pelo SIPAC à estrutura dos relatórios de gestão apresentados anualmente ao TCU, sob a perspectiva da estratificação da frota nos termos apresentados nas Tabelas destacadas neste relatório. Com o sistema pronto cabe agora investir na qualidade dos

registros efetuados para cada operação realizada, com visão profunda de todos os lançamentos necessários que resultarão em todo o módulo e suas interfaces.

Como já foi mencionado nos relatórios anteriores o grande desafio que está posto à gestão de frotas na UFRN diz respeito à evolução na qualidade dos relatórios gerenciais e o aprimoramento dos controles das despesas com a frota pela estratificação de acordo com a categoria de veículos, sobretudo no que diz respeito à manutenção desses veículos, uma vez que, conforme vem se percebendo ao longo dos últimos anos, a idade média dos veículos da UFRN vem crescendo, o que requer uma maior atenção e controle nos gastos referentes à manutenção dessa frota.

Feita essa constatação, a chefia da CGT, no ano de 2016, envidou esforços no sentido de aprimorar a gestão e os controles dos contratos de manutenção de veículos, de maneira que, em virtude dessa prioridade da gestão não houve avanços significativos em relação ao aperfeiçoamento do módulo de transportes no SIPAC, no ano de 2016.

Face a todo o exposto e principalmente face aos desafios que são apresentados à Coordenadoria de Gestão de Frotas na UFRN, as principais dificuldades enfrentadas pela CGT dizem respeito à falta de pessoal que possa contribuir no aprimoramento e melhoria dos controles e da gestão como um todo, sobretudo em relação ao módulo de transportes, já que, conforme sustentado, é o mecanismo através do qual a Administração vem buscando realizar a gestão de frotas na UFRN. Conforme explicitado nas considerações iniciais do tópico em análise, a operação da frota da UFRN está fundada na terceirização de mão de obra e na área administrativa conta-se apenas com um único servidor, além do gestor da CGT, com condições de participar ativamente do desenvolvimento do Módulo de Transporte. Apesar dessas limitações, a Administração Central da UFRN tem feito todos os esforços para que sejam alcançados os objetivos de aprimoramento do gerenciamento da frota com o maior grau de fidedignidade possível. Esse esforço pode ser constatado pela evolução na qualidade dos relatórios gerenciais que foram incorporados ao sistema nos últimos anos. É imprescindível, entretanto, a alocação de um servidor com perfil gerencial que possa auxiliar a equipe técnica da Superintendência de Informática a desenvolver com maior qualidade o Módulo de Patrimônio do SIPAC e, principalmente, aferir a consistência dos vários relatórios disponibilizados pelo sistema.

Aspectos relacionados à manutenção da frota na UFRN

Em relação à manutenção da frota e ao fornecimento de combustíveis, informa-se que tais serviços também são viabilizados mediante a contratação de terceiros, sendo disponibilizados para os usuários (unidades acadêmicas/administrativas) dois contratos de manutenção, um para veículos de porte médio ou pequeno (álcool ou gasolina) e outro para veículos de médio ou grande porte (combustível óleo diesel).

Conforme relatado no tópico atinente às considerações sobre a gestão da frota, a solicitação referente ao abastecimento de veículos, bem como o acompanhamento e cronograma para a manutenção dos veículos, é conduzido através da Coordenadoria de Gestão de Transportes, a quem compete o controle e o respectivo registro de tais solicitações.

O fornecimento de combustível é contratado e gerenciado através de sistema de gerenciamento de cartões de crédito cuja administradora deve assegurar à UFRN rede de postos de abastecimento compatível com as necessidades da UFRN.

O Quadro 17 apresenta os dados sintéticos da despesa no exercício de 2016 com os contratos de fornecimento de combustível e manutenção dos veículos, observando-se que tais contratos se destinam tanto para a frota de veículos nos termos apresentados neste relatório, como também para outros tipos de equipamentos (máquinas, geradores, tratores). Segue também, no quadro, os custos referentes às taxas de licenciamento e seguro obrigatório, conforme valores definidos pelo Departamento de Trânsito local no exercício de 2016.

Importante ressaltar, por oportuno, que a legislação específica sobre veículos de transporte e as informações solicitadas no relatório de gestão são incompatíveis para tratar os veículos que têm importância nas despesas globais com manutenção e consumo de combustível, já que muitos não são utilizados na perspectiva de transporte de pessoas ou de cargas (muitos sequer possuem odômetro), como é o caso de tratores agrícolas ou de serviços de terraplenagem, escavação (retroescavadeiras), além de geradores.

Quadro 18 – Custos de manutenção da frota em 2016 (Serviços de abastecimento, manutenção e taxas de licenciamento e seguro obrigatório).

FINALIDADE	DADOS DO CONTRATO	OBJETO DO CONTRATO	EXECUÇÃO 2016
Serviço de Abastecimento	Contrato Nº 10/2015 PREGÃO 105/2014	Gerenciamento informatizado de combustíveis com utilização de cartão eletrônico ou magnético, envolvendo a implantação do sistema e o fornecimento (gasolina, álcool e diesel), visando atender aos veículos da frota pertencentes à UFRN.	R\$ 1.849.727,33
		Contratado: CNPJ 00.604.122/0001-97 – TRIVALE ADMINISTRAÇÃO LTDA	
Soma das despesas com combustíveis (frota+outros equipamentos) 2016			R\$ 1.849.727,33
Serviços de Manutenção	Contrato Nº 10/2014 PREGÃO - 30/2013	Serviços de manutenção preventiva e corretiva de mecânica, elétrica, lanternagem, pintura, capotaria e estofaria, em veículos de portes médios grandes e de motocicletas, pertencentes ao patrimônio da UFRN, além de fornecimento de peças para os serviços de manutenção e funilaria, bem como serviço de reboque.	R\$ 1.046.030,79
		Contratado: CNPJ 03.538.129/0001-46 – M.A.C DE MELO	
	Contrato Nº 15/2014 PREGÃO - 30/2013	Serviços de manutenção preventiva e corretiva de mecânica, elétrica, lanternagem, em veículos de pequenos e médios portes, pertencentes ao patrimônio da UFRN, além de fornecimento de peças para os serviços de manutenção bem como serviço de reboque	R\$ 421.367,37
		Contratado: CNPJ 09.080.300/0001-00 – MONTEIRO & MESQUITA LTDA EPP	
	Contrato Nº 20/2014 PREGÃO - 1/2014	Serviços de lanternagem, pintura, capotaria e estofaria, em veículos de portes pequenos e médios, pertencentes ao patrimônio da UFRN, além de fornecimento de peças para os serviços de manutenção e funilaria, bem como serviço de reboque	R\$ 23.657,42
		Contratado: CNPJ 10.334.942/0001-60 – CARBOX LTDA – ME	
Taxas de Licenciamento e Seguro Obrigatório	Valores conforme boletos emitidos pelo DETRAN/RN		R\$ 51.359,20
Soma das despesas com manutenção de veículos da frota da UFRN em 2016			R\$ 1.542.414,78

Fonte: Diretoria de Gestão e Fiscalização de Contratos e DCF/UFRN

Em relação aos gastos com manutenção de veículos, houve uma significativa redução, se comparar os gastos dos exercícios de 2015 e 2016, sinalizando o ganho que a gestão percebeu ao aprimorar a gestão e o controle desses contratos, reforçando, portanto, a necessidade de que o módulo de transportes também seja aperfeiçoado no sentido de ser utilizado como instrumento de controle e gestão de tais contratos, sob a ótica da CGT.

O Planejamento das Aquisições e substituição da frota

Conforme já apresentado em relatórios anteriores, o planejamento das aquisições de veículos se dá em regime anual e, considerando a execução descentralizada do orçamento, de acordo com a disponibilidade de cada unidade. A operacionalização desse planejamento se dá com a coleta de demandas para a realização da licitação anual. O calendário anual aprovado pelo CONSAD estabelece o prazo limite para a coleta de demandas, que, em regra, costuma ser abril do ano corrente. Ao apresentar a demanda, a unidade informa o perfil de veículo a ser adquirido bem como se a aquisição implica em substituição de veículo antigo ou de incremento na frota da unidade.

A partir da consolidação das demandas, é feito um trabalho de análise, através da CGT juntamente com a Administração Central, quanto à necessidade de substituição e/ou incremento daquele veículo, considerando as variáveis relativas aos custos com manutenção, no caso de substituição, e, alcance/destinação, no caso de incremento da frota.

A consolidação das demandas possibilita o planejamento da licitação para as aquisições, bem como para a licitação de alienações.

Conclusões e perspectivas para o ano de 2017

Conforme destacado nas considerações anteriores, a gestão de frotas na UFRN em muito já evoluiu, sobretudo em relação aos controles, considerando os avanços no módulo de transportes do SIPAC.

Todavia, em face dos novos desafios que são postos à gestão pública, sobretudo no que diz respeito ao gerenciamento de riscos, é imprescindível que os controles hoje estabelecidos no SIPAC sejam normatizados e publicizados com a comunidade usuária da frota.

Além disso, outro grande desafio que é posto é o estudo de viabilidade da contratação dos serviços de frota locada, bem como da sua adequação, no caso de atestada a sua viabilidade, às diferentes necessidades da instituição.

6.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações sobre veículos nessas condições

Quanto a Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso, ressalta-se que não há disposição ou norma interna sobre a destinação de veículos inservíveis ou fora de uso. Apesar disso, a UFRN adota as orientações contidas no Decreto nº 99.658/90.

Assim, na medida em que um veículo se enquadra na classificação de antieconômico ou inservível, são tomadas as providências relativas à sua alienação.

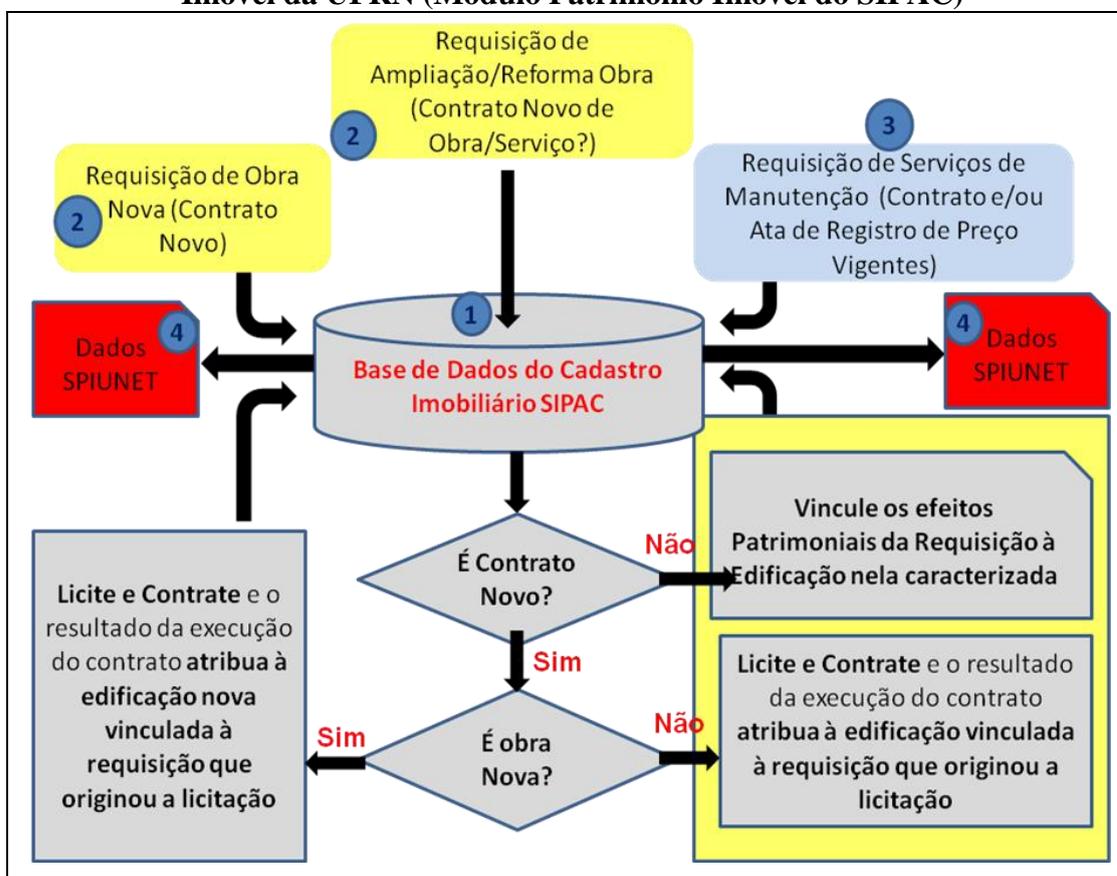
Destaca-se que as alienações, que ocorrem através de Leilão, acontecem a cada dois anos, de maneira que, como a última ocorreu em 2015, a expectativa é que no ano de 2017 seja realizado um novo processo para alienação desses bens. Ressaltamos, por fim que, como esses veículos estão fora de circulação, as despesas relativas aos mesmos se limitam às taxas de licenciamento e seguro obrigatório pagas junto ao Departamento de Trânsito local.

Considerações iniciais

Conforme relatado nos relatórios de gestão dos últimos exercícios, o grande desafio da Administração Central, na área de gestão do patrimônio imóvel, era o de informatização do gerenciamento do patrimônio imóvel da UFRN, incluindo, nesse sentido, a alimentação da base de dados do cadastro imobiliário no SIPAC, bem como a atualização do patrimônio imobiliário no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUNET), a partir da continuidade dos trabalhos de atualização das avaliações dos imóveis sob a responsabilidade dessa UPC.

Para ilustrar a estrutura de controle e gestão do patrimônio no âmbito da UFRN, apresenta-se a seguir o fluxo de atividades de automação do Patrimônio Imóvel da UFRN (Módulo Imóvel do SIPAC), ilustrada na Figura 3.

Figura 3 – Ilustração do Fluxo de Atividades para o projeto de automação do Patrimônio Imóvel da UFRN (Módulo Patrimônio Imóvel do SIPAC)



Dentre as medidas que estão sendo realizadas para efetivar a estrutura de controle e gestão do patrimônio imóvel, destaca-se:

- 1) Realização do controle/gerenciamento do patrimônio para as novas edificações e ou reformas em edificações existentes (implantação das atividades 1 e 2 da Fig.1);
- 2) Continuidade à atualização patrimonial dos imóveis avaliados em 2001 e promoção do respectivo lançamento dos dados decorrentes dessa avaliação na base de dados do SIPAC e no SPIUNET, cujos lançamentos ocorrem de forma tempestiva, exceto nos casos em que há pendência nas informações cujos campos são de preenchimento obrigatório no SPIUNET;

3) Controle/gerenciamento das despesas com manutenção do patrimônio armazenado na base de dados do SIPAC e associá-los à determinada edificação, para que, a partir dos relatórios gerenciais gerados, a administração tenha subsídios para a gestão de riscos e para o processo de tomada de decisão no que diz respeito ao patrimônio imóvel.

Em relação ao processo de atualização das avaliações dos imóveis sob a responsabilidade da UFRN, informamos que estão em vigor os contratos nº 68 e nº 69, oriundos do Pregão Eletrônico nº 04/2015, através dos quais tem sido possível dar continuidade à atualização do patrimônio imóvel da UFRN.

Evolução do gerenciamento e da regularização dominial do patrimônio imóvel no exercício de 2016

Conforme foi mencionado nos Relatório de Gestão dos exercícios de 2014 e 2015, o cronograma de atividades referentes à avaliação do patrimônio imóvel da UFRN previa concluir as atividades de avaliações no final de 2015, e consequentemente seriam criadas as condições para que no futuro a instituição não tivesse que despender de mais recursos com o fim de fazer reavaliações, uma vez que a base de dados do SIPAC vem sendo aprimorado para a realização dessas reavaliações automáticas com base em índices de referência acumuladas no período.

Em 2016, grande parte dos laudos de avaliações foram apresentados pelas empresas contratadas. Todavia, considerando divergências do entendimento da Comissão designada para acompanhar e fiscalizar o contrato, bem como em face de algumas inconsistências já registradas pela SPU, muitos dos laudos estão em processo de validação perante a Comissão. A expectativa é que todos esses serviços demandados sejam concluídos até março do corrente ano.

Como resultado desse trabalho no exercício de 2016, apresenta-se abaixo, o Quadro 19, o qual reflete as atualizações parciais imobiliárias na UFRN, onde foram concluídas reavaliações de 22 (vinte e dois) imóveis, cujo resultado demonstra um acréscimo de **R\$ 98.134.130,30** (noventa e oito milhões, cento e trinta e quatro mil, cento e trinta reais e trinta centavos) no imobilizado da UFRN já registrado no SIAFI. Quanto aos imóveis denominados **Escritório de Representação em Brasília/DF, HUAB – Santa Cruz/RN, FACISA – Santa Cruz/RN e Residência Universitária – Santa Cruz/RN** faz-se necessário esclarecer que a falta de registro no SIAFI se deu em virtude de dúvidas quanto aos cálculos apresentados nos respectivos laudos, estando o referido laudo em processo de validação entre as empresas contratadas e a Comissão de Avaliação e Fiscalização do referido contrato. Já em relação aos imóveis denominados **HURA – Santo Antonio/RN e Residência Universitária – Santo Antonio/RN**, a falta de registro decorre da ausência de instrumentos contratuais que respaldem a inclusão de novas utilizações no SPIUNET, conforme orientação da SPU. Por fim, em relação ao imóvel denominado **Lotes 1-5, quadra 4 - Loteamento Canaã (transf SPU x UFRN)**, justifica-se a ausência de registro, uma vez que a conclusão do processo de doação da União x UFRN, se encontra na SPU/RN.

Quadro 19 – Atualizações do patrimônio imóvel nos anos de 2015 e 2016

ITEM	IMÓVEL	RIP	VALOR ANTERIOR	VALOR REAVALIADO	DATA DE AVALIAÇÃO	ENVIO AO SIAFI
1	HUOL	1761.00394.500-8	18266914,68	63.723.398,99	19/10/2015	45.456.484,31
2	MEJC	1761.00307.500-3	4.136.296,68	23.013.876,10	19/10/2015	18.877.579,42
3	NHH	1761.00310.500-0	243.212,82	2.075.035,65	10/03/2016	1.831.822,83
4	Faculdade de Odontologia	1761.00311.500.5	2.426.081,31	13.902.825,95	10/03/2016	11.476.744,64
5	Depto. Oceanografia – Área II	1761.00360.500-2	574.470,00	5.406.894,71	13/10/2015	4.832.424,71
6	Antiga Faculdade de Direito (Antiga SSP)	1761.00352.500-9	328.662,12	2.022.011,64	16/05/2016	1.693.349,52
7	Residência Universitária – Mipibu	1761.00378.500-0	682.268,56	4.088.570,89	19/10/2015	3.406.302,33
8	Antiga Faculdade de Farmácia (SEMUT)	1761.00395.500-3	740.108,41	2.258.797,20	13/10/2015	1.518.688,79
9	Escritório de Representação em Brasília/DF	9701.22173.500-5	57.995,58	241.212,60	10/03/2016	
10	Museu do Seridó – Caicó/RN	1639.00237.500-0	96.502,20	395.691,05	30/11/2015	299.188,85
11	Fazenda Santa Mônica – Extremoz/RN	1671.00002.500-6	283.903,00	4.467.458,64	30/01/2016	4.183.555,64
12	Núcleo de Ensino Superior de Macau	1743.00010.500-0	429.776,78	2.171.036,77	30/10/2015	1.741.259,99
13	Terreno ‘Macauzinho’	1743.00011.500-6	10.000,00	145.000,00	30/10/2015	135.000,00
14	HUAB – Santa Cruz/RN	1823.00029.500-6	727.403,72	4.530.939,67	30/11/2015	
15	FACISA – Santa Cruz/RN	1823.00034.500-3	7.873,20	6.410.778,63	30/11/2015	
16	Residência Universitária – Santa Cruz/RN	1823.00046.500-9	999.201,14	1.061.864,19	30/11/2015	
17	*HURA – Santo Antonio/RN	1829.00004.500-9	539.741,45	2.654.734,18	21/10/2015	
18	*Residência Universitária – Santo Antonio/RN	1829.00006.500-0	73.374,44	909.845,78	21/10/2015	
19	Maternidade Santa Terezinha – Tangará/RN	1877.00017.500-0	87.642,40	1.324.770,56	30/10/2015	1.237.128,16
20	Terreno (adjudicado da empresa Talento)	1761.00655.500-6	0	270.000,00	21/10/2015	270.000,00
21	IMT – Instituto de Medicina Tropical	1761.00581.500-4	748.600,00	1.923.201,11	20/05/2015	1.174.601,11
22	Lotes 1-5, quadra 4 - Loteamento Canaã (transf SPU x UFRN)	Em processo de transferência para UFRN.	0	353.142,00	30/10/2015	
	TOTAL		31.460.028,49	143.351.086,31		98.134.130,30

Fonte: Dados SIPAC e SIAFI

O Quadro 20 apresenta os imóveis sob a gestão da UFRN registrados nos sistemas operacionais no exercício 2016, totalizando um montante de 43 imóveis, sendo 05 pertencentes a União, 29 de propriedade da UFRN e 09 imóveis de particulares. Entretanto, o mais importante sob o ponto de vista da atual gestão é que o SIPAC através do módulo Imóveis oferece as condições necessárias para atualização do SPIUNET, com o diferencial de que no SIPAC também já são disponibilizadas as informações relativas às benfeitorias/edificações de forma individualizadas, identificados por SUB-RIPs, as quais correspondem a cada prédio existente em cada imóvel, por campus, tendo em consideração os zoneamentos dos respectivos Planos Diretores, bem como as unidades isoladas.

Quadro 20 – Síntese do cadastro dos imóveis sob a gestão da UFRN

Proprietário dos Imóveis	Cadastro SPIUNET (RIP individualizado)	Cadastro SIPAC (mesmo RIP do SPIUNET)
UNIÃO	05	05
UFRN	29	29
Terceiros (Locados pela UFRN)	09	09
SOMA	43	43

Fonte: Dados SIPAC e SPIUNET

Quanto à distribuição espacial dos Imóveis da União, estão apresentados no Quadro 21, o qual identifica a quantidade e os municípios onde os mesmos estão sediados, como veremos a seguir.

Quadro 21 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015
BRASIL	RIO GRANDE DO NORTE	34	34
	Caicó	3	3
	Currais Novos	1	1
	*Nova Cruz	1	1
	Extremoz	1	1
	Macaíba	1	1
	Macau	2	2
	**Natal	19	19
	***Santa Cruz	3	3
	Santo Antônio	2	2
	Tangará	1	1
	DISTRITO FEDERAL	1	1
	Brasília	1	1
	TOTAL BRASIL	35	35

Fonte: Dados SIPAC

Em relação ao exercício de 2015 destaca-se que apesar de ter havido evolução no que diz respeito à regularização patrimonial dos imóveis da União sob a gestão da UFRN, ainda depende da conclusão dos processos de avaliações. Concluída essa fase, a etapa subsequente diz respeito à adoção de procedimentos de transferências sob a responsabilidade da Secretaria do Patrimônio da União, conforme descrito a seguir.

O imóvel onde funciona o Núcleo de Ensino Superior do Agreste – NESA, situado no Município de Nova Cruz/RN é de propriedade da União e encontra-se em processo de regularização cartorial entre a Superintendência do Patrimônio da União – SPU/RN e o Cartório daquele Município. Após concluído o processo de regularização cartorial os devidos registros nos sistemas operacionais serão realizados. Na oportunidade informa-se que esse imóvel foi avaliado, conforme processo nº 23077/041910/2015-49, estando seu respectivo laudo de avaliação em fase de análise por parte da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução do contrato.

Os imóveis denominados Hospital Universitário Onofre Lopes – HUOL e Maternidade Escola Januário Cicco – MEJC, ambos situados em Natal/RN, passaram a compor o patrimônio

desta Universidade a partir da sua federalização, por força da Lei 3.849/60. Permanecem em nome da União, porém em processo de transferência para o patrimônio da UFRN, tramitando na Superintendência do Patrimônio da União – SPU/RN desde 1999, sob os números 11.591.000393/99-32 e 11.591.000394/99-03, respectivamente. Toda a parte documental necessária ao andamento desses processos, já foi providenciada pela UFRN. Conforme informações da SPU/RN, esses processos estão em fase de análise técnica, junto à Divisão de Cadastro e Destinação de Imóveis daquela SPU/RN. Após finalizado os processos de transferência será formalizado o termo de cessão desses imóveis para Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH.

Na mesma situação dos imóveis acima se encontra o imóvel denominado Residência Universitária - Mipibu, identificado sob o RIP 1761.00017.500-7, situado em Natal/RN. O Envio do laudo de avaliação à SPU/RN foi providenciado através do Ofício nº 005/2016-DMP, de 18/01/2016, restando aquela Superintendência concluir o processo de doação do referido imóvel.

O imóvel denominado Residência Universitária de Santa Cruz foi doado pela Prefeitura Municipal de Santa Cruz, através da Lei Municipal 607/2010. Sua regularização cadastral nos sistemas (SIPAC e SPIUNET) se deu em virtude das informações extraídas do processo nº 025849/2013-21, o qual realizou o levantamento dos dados necessários ao cadastro. A regularização da propriedade está em andamento junto ao 1º Ofício de Notas de Santa Cruz/RN, a qual aguarda o término do levantamento dos dados através do processo 042408/13-93, em tramitação na Superintendência de Infraestrutura.

Além dos imóveis acima, encontram-se em processo de regularização os identificados a seguir: a) Antiga Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis (antigo MEIOS), para o qual estão sendo feitas tratativas administrativas visando à desocupação do mesmo por parte do Movimento de Integração e Orientação Social (MEIOS), conforme tratado no Processo Administrativo Número 23077.043823/2015-26. Nesse caso como existe um processo de interdição do MEIOS, esta instituição notificou o interventor judicial, através do Ofício nº 634/16-R, visando à devolução do imóvel; b) 04 terrenos localizados no Cemitério Parque - Nova Descoberta - regularizados junto a SEMSUR. Aguardando laudos de avaliação para cadastramento nos sistemas.

Controle da despesa com a manutenção do patrimônio imóvel

Conforme mencionado nos relatórios dos exercícios anteriores a Administração da UFRN já tinha o diagnóstico de que se fazia necessário aprimorar os controles dos gastos nos imóveis e que a solução passava pela informatização do controle do patrimônio nos termos apresentados na Fig.2, fluxo iniciando-se no ponto 3 com a implementação de requisições de serviços de manutenção.

Os avanços ocorridos em 2014 e 2015 no processo de informatização levaram à implementação no Portal Administrativo (aba Requisições) da Requisição de Infraestrutura que possibilita o cadastramento de uma requisição de uma obra nova, de uma reforma ou a manutenção em prédio existente.

Em 2016, a partir do aprimoramento no sistema operacional SIPAC da interface entre os fluxos da unidade de custo (almoxarifado) que concentra os insumos e sua saída destes para a unidade de destinação final, cujos serviços estejam inseridos naquele prédio (setores/departamentos), já foi possível a extração de relatórios gerenciais do SIPAC, para gerar as informações sobre as despesas com manutenção do patrimônio imóvel da UFRN, com detalhamento por cada campus e em cada benfeitoria de um determinado imóvel. Esse mesmo procedimento poderá ser realizado para os imóveis de particulares que estejam sob a gestão da UFRN em razão de contratos de locação.

Nesse sentido, o relatório gerado para o ano de 2016, consta o detalhamento por imóvel individualizando os gastos com reforma, manutenção, reforma e ampliação e/ou obras novas associadas a esses imóveis. Destaca-se, no entanto, que esse relatório encontra-se em fase de testes e de validação por parte dos setores técnicos envolvidos, sobretudo para que sejam incorporados a

eles outros custos que também estão associados à manutenção desses imóveis, como é o caso de serviços de manutenção atendidos por contrato e/ou ata de registro de preços.

Quanto às despesas de reforma e manutenção destaca-se um valor de R\$ R\$ 2.177.988, 55, enquanto que o item de manutenção absorveu um montante de R\$ 1.025.941,33, conforme detalhado no Quadro 22.

Quadro 22 – Gastos com reforma e manutenção nos imóveis da UFRN no ano de 2016

Imóvel	Gastos com reforma	Gastos com manutenção
CAMPUS ÁREA I	R\$ 74.586,43	R\$ 87.985,29
CAMPUS ÁREA II	R\$ 1.090.864,41	R\$ 821.423,44
DOL	R\$ -	R\$ 7.378,10
DOL ESTACIONAMENTO	R\$ -	R\$ 23,80
MUSEU CÂMARA CASCUDO	R\$ -	R\$ 4.841,50
RESIDÊNCIA MIPIBU	R\$ -	R\$ 3.196,93
RESIDÊNCIA PRAÇA	R\$ -	R\$ 3.019,33
SINFO (ANEXO)	R\$ -	R\$ 1.671,22
CAMPUS CAICÓ	R\$ 57.533,52	R\$ 341,83
CAMPUS CURRAIS NOVOS	R\$ -	R\$ 771,17
EAJ - MACAÍBA	R\$ -	R\$ 1.360,44
HUAB	R\$ -	R\$ -
FACISA	R\$ -	R\$ 349,18
CAMPUS DA SAÚDE	R\$ 417.537,12	R\$ 76.148,34
BLOCO RESIDENCIAL ADERBAL FIGUEIREDO - Biomédica	R\$ -	R\$ 11.640,45
Fazenda Santa Mônica - Extremoz	R\$ -	R\$ 2.728,31
FACULDADE DE ODONTOLOGIA	R\$ 153.277,56	R\$ 3.062,00
CENTRO DE CIÊNCIAS DE SAÚDE (FAR)	R\$ -	R\$ -
MEJC	R\$ 324.199,51	R\$ 1.298,38
HUOL - FONOAUDIOLOGIA	R\$ -	R\$ 71.787,96
TOTAL	R\$ 2.117.998,55	R\$ 1.025.941,33

Fonte: Dados da Superintendência de Infraestrutura da UFRN

Por fim, no que diz respeito à qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis, informa-se que contabilmente o SIAFI já faz a distinção e contabilização dos gastos com reforma e locação, de acordo com os elementos de despesa a eles associados.

Dificuldades, limitações e expectativas para 2017

Conforme já abordado em relatórios anteriores, é incontestável a evolução do gerenciamento do patrimônio imóvel sob a responsabilidade da UFRN a partir da efetivação da Seção de Patrimônio Imóvel na Diretoria de Material e Patrimônio e com o processo de informatização que vem sendo conduzido pela Superintendência de Informática.

Acresce-se a isso todo o esforço da Administração Central em realizar a atualização do patrimônio imóvel da UFRN, bem como o de aperfeiçoar os módulos no SIPAC de Patrimônio Imóvel e de Planejamento de Obras/Reformas, uma vez que a partir da base de dados desses módulos, se possibilita que a alta gestão da UFRN possa prever as necessidades/demandas,

capacidade orçamentária e financeira, despesas de custeio e/ou capital, fluxo das licitações, estabelecer prioridades e se for o caso revisá-las de acordo com o fluxo de trabalho no âmbito da Superintendência de Infraestrutura.

Em relação aos riscos inerentes à gestão dos imóveis, bem como os controles para mitigá-los, entende-se que tais análises requerem, a priori, a conclusão dos processos de avaliação dos imóveis, bem como a validação e aperfeiçoamento do módulo no SIPAC de Planejamento de Obras/Reformas. Conforme ressaltado anteriormente, este módulo está em desenvolvimento e também está atrelado ao cadastro de imóveis, possibilitando que a alta gestão da UFRN possa prever as necessidades/demandas, capacidade orçamentária e financeira, despesas de custeio e/ou capital, fluxo das licitações, estabelecer prioridades e se for o caso revisá-las de acordo o fluxo de trabalho no âmbito da Superintendência de Infraestrutura.

Espera-se que, tão logo esse módulo esteja concluído, juntamente com a conclusão dos processos de avaliação, a administração possa ter subsídios e mecanismos suficientes para implementar uma gestão de riscos em relação aos imóveis, uma vez que a UFRN, a partir dessas informações consolidadas, poderá identificar eventos em potencial e administrar os riscos a eles inerentes.

6.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

O quadro seguinte apresenta os dados referentes aos imóveis de propriedade da UFRN cedidos, em sua fração total a terceiros através de contratos de cessão, ressalta-se que os imóveis denominados Antiga Escola de Serviço Social e Antiga Faculdade de Farmácia e Odontologia são objetos de contratos de cessão onerosa, enquanto que o imóvel denominado Antiga Escola Industrial foi cedido através de contrato de cessão gratuita. Essa cessão se deu com a intermediação da Secretaria do Patrimônio da União.

A respeito do imóvel denominado Antiga Escola de Serviço Social destaca-se que a ocupação por parte do cessionário Câmara Municipal de Natal vem ocorrendo desde a década de 80, ao passo que a Antiga Faculdade de Farmácia e Odontologia também ocupada na mesma década, sendo que esse imóvel está sendo devolvido a esta Universidade e que atualmente encontra-se em fase de acerto de contas entre a UFRN e o Município de Natal. Em ambos os casos, destaca-se que estão sendo feitas tratativas administrativas entre a UFRN e o Município de Natal visando, no caso do primeiro imóvel, à realização de um novo instrumento com base na avaliação do referido imóvel e no caso do segundo, visando ao distrato e ao acerto de contas acima destacado.

Quadro 23 – Demonstrativo dos imóveis cedidos pela UFRN

Nº RIP	DENOMINAÇÃO DO IMÓVEL	ENDEREÇO	NOME DO CESSIONÁRIO	PRAZO DA CESSÃO	CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL CEDIDO	FINALIDADE DO USO	VALOR MENSAL
1761.00304.500-7	Antiga Escola de Serviço Social	Rua Jundiá, 546 - Tirol- Natal	CMN	01.08.2014	Imóvel onde sediou a Antiga Escola de Serviço Social, composto por uma área de 2.610,00m ² , objeto de cessão onerosa de uso de bens público para instalação e funcionamento da Câmara Municipal de Natal.	Instalação e funcionamento da Câmara Municipal de Natal	R\$ 46.140,36
1761.00395.500-3	Antiga Faculdade de Farmácia e Odontologia	Rua Coronel Bezerra, s/n - Cidade Alta	SEMUT	01.05.2018	Antiga Faculdade de Farmácia e Odontologia composta por uma área de 1.039,66m ² , objeto de cessão onerosa de uso de bens público para instalação e funcionamento da Secretaria Municipal de Tributação de Natal.	Instalação e funcionamento da Secretaria Municipal de Tributação Natal	R\$ 14.632,95
1761.00446.500-0	Antiga Escola Industrial	Av. Rio Branco, 743 - Cidade Alta	IFRN	20.12.27	Antiga Escola Industrial composta por uma área 2.540,50m ² , objeto de cessão gratuita de uso de bem imóvel destinado as atividades acadêmica de Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte.	Atividades educacionais	IFRN/UFRN Cessão Gratuita

Fonte: Dados SIPAC

Em relação ao uso dos benefícios auferidos com a cessão onerosa desses espaços, conforme quadro 24, informa-se que os mesmos são incorporados às receitas da UPC e utilizados nas suas diversas demandas, sem haver vinculação à sua utilização na unidade cedida, uma vez que os gastos com manutenções e reformas desses imóveis, contratualmente, são de responsabilidade dos cessionários. No que diz respeito ao tratamento contábil destaca-se que a forma de arrecadação ocorre através de Guia de Recolhimento da União, na Unidade Gestora 153103, por meio do código 28.802-0, específico para efetivação das receitas de alugueis.

Quadro 24 – Cessões de uso de espaços físicos da UFRN para terceiros.

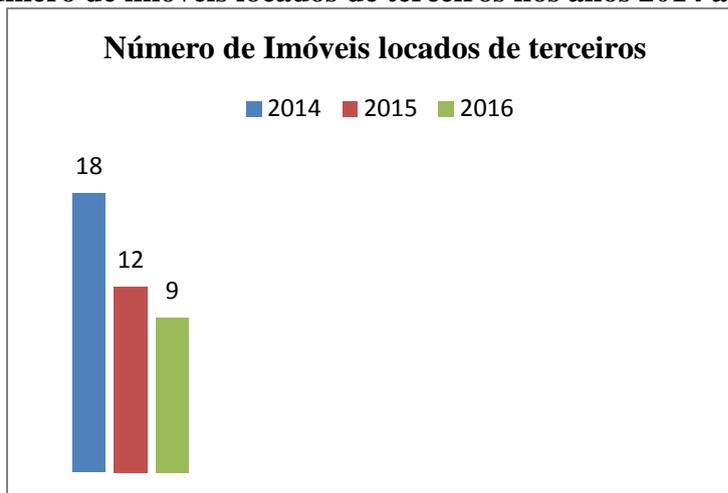
Cessionário	Contrato	Referência	Valor Mensal	Forma de Seleção do Cessionário
CREDSUPER	56/2015	Centro de Convivência	R\$ 890,62	IN 13/2015
BB CAMPUS	67/2013	Centro de Convivência	R\$ 25.534,16	IN 07/2013
BB HUOL	65/2013	Huol	R\$ 7.923,39	IN 06/2013
CAURN	57/2015	Centro de Convivência	R\$ 1.511,37	IN 14/2015
CAIXA ECON.	66/2013	Centro de Convivência	R\$ 15.042,37	IN 05/2013
SANTANDER/ BRASIL	60/2013	Centro de Convivência	R\$ 20.057,09	IN 04/2013
APURN	55/2015	Centro de Convivência	R\$ 2.321,03	IN 12/2015
COOP. CULTURAL	58/2015	Centro de Convivência	R\$ 685,51	IN 15/2015
BIANCA PIMENTEL	061/2014	Cantina	R\$ 1.528,63	PR 20/2014
JL DE OLIVEIRA	062/2014	Cantina	R\$ 1.501,85	PR 20/2014
M DE LOURDES	063/2014	Cantina	R\$ 2.191,85	PR 20/2014
MARCIA ADRIANA	073/2014	Cantina	R\$ 1.636,70	PR 20/2014
AGDA DE SOUZA OLIVEIRA	07/2015	Cantina	R\$ 2.240,34	PR 78/2014
EDUARDO DE ARAUJO	70/2016	Cantina Caicó	R\$ 641,89	PR 93/2016

6.2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros

Considerando as expansões acadêmicas e administrativas vividas na UFRN, sobretudo na última década, os imóveis sob a propriedade desta instituição foram insuficientes para albergar toda essa expansão, de maneira que, a locação de imóveis de terceiros por muito tempo foi e ainda é uma necessidade na UFRN.

Todavia, considerando que essa expansão também foi acompanhada de novos investimentos, ao longo dos últimos anos foram construídas novas edificações, de maneira que há uma significativa redução no número de imóveis locados de terceiros para uso nas atividades administrativas e/ou acadêmicas da UFRN, conforme se ilustra no gráfico a seguir.

Gráfico 32 – Número de imóveis locados de terceiros nos anos 2014 a 2016 pela UFRN



Fonte: Diretoria de Gestão e Fiscalização de Contratos da UFRN

Quanto à distribuição espacial dos Imóveis Locados de Terceiros estão apresentados no Quadro 24, o qual identifica a quantidade e os municípios onde os mesmos estão sediados, como veremos a seguir:

Quadro 25 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2016
BRASIL	RIO GRANDE DO NORTE	12	09
	Natal	8	07
	Parnamirim	2	0
	Caicó	1	1
	Santa Cruz	1	1
TOTAL BRASIL		12	09

Fonte: Dados do SIPAC

Quanto aos imóveis sob a responsabilidade desta Instituição Ensino Superior em regime de locação de terceiros, evidencia-se no Quadro 24 a existência de 09 imóveis, muito embora no ano de 2016 estiveram vigentes 10 instrumentos contratuais, isso porque no caso da contratante Liga Norte Rio-grandense Contra o Câncer foram firmados 2 contratos para o referido imóvel, uma vez que o contrato nº 59/2016, considerando a expansão acadêmica da Escola de Medicina Multicampi de Ciências Médicas, substituiu o anterior com o acréscimo de área contratada.

Quadro 26 – Detalhamento dos contratos de locação de imóveis de terceiros no ano de 2016

	Nº CONTRATO	ENDEREÇO	FINALIDADE DO IMÓVEL	VALOR MENSAL em R\$	VALOR PAGO EM 2016 em R\$
1	52/2012	Locação do imóvel situado na rua Dra. Nívea Madruga, 2055 Lagoa Nova - Natal	SEDIS	1.796,55	21.856,06
2	18/2014	Locação do imóvel situado Avenida Nascimento de Castro nº 2151 - Lagoa Nova	INST. CÉREBRO	10.000,00	121.551,66
3	002/2012	Locação do imóvel situado na rua Antonio Barros Cavalcanti, 2873 Cidade Jardim, Natal-RN.	DEPTO. HISTÓRIA	3.811,39	45.495,09
4	81/2013	Locação do imóvel situado na Avenida Gustavo Guedes, 1880 Cidade Jardim.	CRUTAC	7.422,00	89.629,85
5	20/2016	Locação do imóvel situado à Rua Xavier da Silveira, nº 688, Tirol.	NEUROCIÊNCIA	16.262,12	220.461,20
6	09/2013	Locação do imóvel situado na Rua Sinai, nº 1.828, Lagoa Nova	EC&T	3.485,00	41.820,00
7	70/2013	Locação do imóvel situado na Avenida Dr. Carlindo de Souza Dantas, 540 - Caicó-RN	ESCOLA DE MEDICINA MULTICAMPI	33.406,02	299.726,37
8	59/2016	Locação do imóvel situado na Avenida Dr. Carlindo de Souza Dantas, 540 - Caicó-RN	ESCOLA DE MEDICINA MULTICAMPI	40.900,00	122.700,00
9	53/2015	Locação do imóvel (casa) situada na Rua Trairi, 07 - Santa Cruz-RN	FACISA	2.000,00	24.000,00
10	04/2016	Locação do imóvel situado à Rua Odilon Gomes de Lima, Nº 1722, Cidade Jardim – Natal/RN	IMD	8.000,00	66.168,00
TOTAIS				127.083,08	1.053.408,23

Fonte: Diretoria de Gestão e Fiscalização de Contratos da UFRN

Em relação a despesas com eventuais reformas, transformações e manutenções dos imóveis locados de terceiros, destaca-se que, contratualmente, elas são assumidas pela Locatária nos casos em que tais alterações sejam necessárias ao fim a que se destina o imóvel, sobretudo nos casos em que tais imóveis são utilizados na área acadêmica da instituição, os quais, por sua natureza, a exemplo da Escola de Medicina Multicampi, requerem intervenções e adequações para a finalidade a que se destinam. Ademais, conforme previsão nos contratos de locação celebrados com a UFRN, as benfeitorias voluptuárias não serão indenizáveis, podendo ser levantadas pelo locatário, finda a locação, desde que sua retirada não afete a estrutura e a substância do imóvel.

6.2.6 Informações sobre infraestrutura física

A UFRN, no ano de 2016, realizou diversas obras e/ou intervenções na sua infraestrutura objetivando aumentar a capacidade da Instituição de oferecer uma estrutura física adequada às suas ações de ensino, pesquisa e extensão, sem desconsiderar áreas comuns, assim como ambiente de trabalho; e tudo isso, com a devida preocupação com o meio ambiente e a sustentabilidade.

Em 2016 foram realizadas contratações, dentre elas, destacam-se:

- ✓ Construção do Reservatório Elevado do Campus do Ceres – Currais Novos;
- ✓ Construção da Casa de Vegetação;

- ✓ Laboratório de Botânica Aplicada;
- ✓ Início da execução da Unidade de Tratamento de Resíduos Sólidos;
- ✓ Construção do Prédio destinado a Pós-Graduação do CERES Caicó;
- ✓ Subestação elétrica do Campus Central da UFRN – 69 kV/13.8V;
- ✓ Construção do Restaurante Universitário e Serviço de Nutrição e dietética do Hospital Universitário Ana Bezerra – HUAB – FACISA;

No mesmo período foram inauguradas, no Campus Central, as seguintes obras 2016:

- ✓ Ampliação do Núcleo de Educação da Infância (NEI);
- ✓ Construção da Quadra Coberta do NEI;
- ✓ Prédio do Instituto Internacional de Física;
- ✓ Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ciências Sociais Aplicadas II – Nepsa II;
- ✓ Prédio do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação;
- ✓ Centro Tecnológico de Engenharia;
- ✓ Bloco de aulas do Centro de Educação.

Em relação às áreas comuns, foram realizadas diversas melhorias no Campus Central, dentre elas: construção/adequação/complementação de rotas acessíveis, conclusão do pregão para instalação de equipamentos de transporte vertical (elevadores) garantindo melhores condições de acessibilidade aos portadores de necessidade especiais; foram 300 (trezentas) vagas criadas novas vagas de estacionamento no Campus Central, sendo as mesmas localizadas no CT, no NEI e na Reitoria, e também nos Campus de Caicó e Currais Novos.

Coadunando com preocupação com o meio ambiente, foram implantados novos espaços de alimentação - 05 (cinco) contêineres (tipo quiosques) de produtos de alimentos - sendo eles: Parada da Reitoria, imediações do Departamento de Artes, Superintendência de Informática, Imediações da Biblioteca Central Zila Mamede e Setor de Aulas II. Construção de diversos Abrigos para Resíduos Sólidos, já habilitados para utilização.

6.3 Gestão da tecnologia da informação

Os avanços da tecnologia no tratamento da informação colocam a área de TI numa posição de grande importância dentro das organizações. Constatou-se nos últimos anos uma tendência ao aumento da necessidade de mecanismos de Governança de TI no setor público, em todas as suas esferas, mecanismos esses voltados para o planejamento e controle das atividades dessa área e que possibilitam decisões consistentes e efetivas com impacto em maior padronização dos processos, serviços e projetos organizacionais de tecnologia da informação.

Nesse sentido, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação-PDTI é uma ferramenta organizacional que possibilita uma maior clareza quanto às prioridades da área de TI de um órgão público, sendo, portanto, essencial para que mecanismos de governança bem-sucedidos sejam implantados. O plano permite, ainda, o acompanhamento das prioridades em alinhamento com a estratégia da organização pública.

O plano diretor de tecnologia da informação na UFRN foi elaborado no ano de 2015 e aprovado através da RESOLUÇÃO No 008/2016-CONSAD, de 03 de março de 2016 abrangendo um período de dois anos – 2016 e 2017 com o objetivo de sua efetiva avaliação, acompanhamento e revisão. O PDTI pode ser visualizado em sua íntegra através do seguinte endereço no portal da UFRN: http://www.ufrn.br/resources/documentos/planodiretordeti/PDTI_2016-2017.pdf.

Atender as necessidades prioritizadas durante a elaboração do PDTI é um dos grandes desafios apresentados aos gestores dessa área e da Instituição em geral. Para tanto, o primeiro dos

compromissos assumidos foi promover o alinhamento entre a TI e os objetivos e as diretrizes estratégicas definidas no PDI 2010-2019 da UFRN.

O alinhamento entre o Plano Estratégico de TI e o Plano Diretor podem ser descritos pelas seguintes ações:

- Implantação de um novo modelo de governança de TI, baseado nas melhores práticas (COBIT e ITIL);
- Investimento no aumento da produtividade, usabilidade, acessibilidade e otimização dos recursos de TI;
- Garantia do atendimento de qualidade aos usuários;
- Melhoria contínua da infraestrutura de TI;
- Garantia de segurança da informação;
- Aprimoramento qualitativo e quantitativo dos Recursos Humanos da área de TI da UFRN;
- Aperfeiçoamento do processo de planejamento de TI e o funcionamento do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação;
- Disponibilidade e integridade das informações;
- Aprimoramento da integração dos sistemas de informação da Instituição aos processos e outros sistemas do Governo Federal;
- Fortalecimento à participação da TI na área de planejamento;
- Melhoria no relacionamento da TI com as áreas de negócios da instituição;
- Melhoria contínua do processo de contratação e execução dos serviços de TI;
- Aperfeiçoamento dos sistemas SIG/UFRN.

Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI)

O Comitê Gestor de TI da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) é um órgão colegiado de natureza consultiva, propositiva e de caráter permanente, instituído pela Resolução no 056/2011-CONSAD, de 15 de dezembro de 2011 e alterada pela RESOLUÇÃO No 023/2016-CONSAD, de 16 de junho de 2016, sendo responsável pelo planejamento institucional na área de Tecnologia da Informação. Sua composição é assim descrita: 01 (um) representante titular e seu suplente da Pró-Reitoria de Planejamento e Coordenação Geral, que presidirá o CGTI; 01 (um) representante titular e seu suplente escolhidos no âmbito das Pró-Reitorias de Administração, Gestão de Pessoas e de Assuntos Estudantis; 01 (um) representante titular e seu suplente escolhidos no âmbito das Pró-Reitorias de Graduação, Pós-Graduação, de Pesquisa e de Extensão Universitária; 01 (um) representante titular e seu suplente da Secretaria de Educação a Distância; 02 (dois) representantes titulares e seus suplentes da Superintendência de Informática; 01 (um) representante titular e seu suplente da Comissão Permanente de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (CAENE); 01 (um) representante titular e seu suplente da Secretaria de Gestão de Projetos e 04 (quatro) representantes da área acadêmica e seus respectivos suplentes, preferencialmente com formação na área de informática, com atuação nas áreas de sistemas de software, redes de computadores, infraestrutura de comunicação de dados e segurança da informação.

A Homologação, indicação e convalidação de ato de designação de servidores integrantes do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação da UFRN aconteceu através da RESOLUÇÃO No 044/2016-CONSAD, de 08 de setembro de 2016.

Em 2016 duas reuniões foram realizadas. A primeira teve como objetivo:

- a) discutir sobre o levantamento de informações documentais que regem o Comitê, tendo sido consultadas fontes secundárias como documentos estratégicos, documentos de natureza técnica e documentos de natureza administrativa;

- b) apresentar o andamento dos trabalhos da comissão permanente da segurança da informação (Portaria nº 2.605/15-R, de 28 de dezembro de 2015) que está elaborando a minuta do documento que descreve a política de segurança da UFRN seguindo referenciais legais e formativas;
- c) apresentar a necessidade e discutir a elaboração do plano de contratações de soluções de tecnologia da informação e comunicações da UFRN.

A segunda reunião, realizada com a incorporação dos novos membros do CGTI teve como objetivo:

- a) aprovar o plano de contratações de soluções de tecnologia da informação e comunicações – PCTIC da UFRN para os exercícios fiscais de 2016 e 2017 e
- d) definir a estratégia de trabalho para os próximos meses com a subdivisão de seus membros em grupos de trabalho com os objetivos de estudar, analisar e elaborar propostas para o enfrentamento dos desafios nas seguintes áreas: aprimoramento da comunicação Institucional, aperfeiçoamento da gestão de TI e aprimoramento dos sistemas SIG/UFRN.

Em 2016, novos membros do CGTI foram incorporados e realizaram as seguintes atividades:

- ✓ levantamento de informações documentais, tendo sido consultadas fontes secundárias como documentos estratégicos, documentos de natureza técnica e documentos de natureza administrativa;
- ✓ subdivisão de seus membros em grupos de trabalho com os objetivos de estudar, analisar e elaborar propostas para o enfrentamento dos desafios nas seguintes áreas: aprimoramento da comunicação Institucional, aperfeiçoamento da gestão de TI e aprimoramento dos sistemas SIG/UFRN;
- ✓ elaboração e aprovação do plano de contratações de soluções de tecnologia da informação e comunicações – PCTIC da UFRN para os exercícios fiscais de 2016 e 2017;
- ✓ estudo, e reuniões de trabalho da comissão permanente de segurança da informação (Portaria nº 2.605/15-R, de 28 de dezembro de 2015) para a concepção da política de segurança da UFRN seguindo referenciais legais e formativas, que culminou em uma minuta de proposta separando as diretrizes e as ações operacionais a serem desenvolvidas no âmbito da UFRN. Atualmente a minuta de proposta da política de segurança da informação aguarda parecer jurídico desta universidade para ser ponto de pauta da próxima reunião do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI) em 2017.

6.3.1 Principais sistemas de informação

Principais Sistemas de Informação:

A UFRN possui três sistemas principais SIGAA (Sistema de Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas), SIPAC (Sistema de Integrado de Gestão de Patrimônio, Administração e Contratos) e SIGRH (Sistema de Integrado de Gestão de Recursos Humanos). Todos os sistemas tem por responsável técnico o Professor Gibeon Soares de Aquino Junior, Diretor de Sistemas da SINFO, e responsáveis negociais pelos sistemas Administrativos, os seguintes Professores: Anailson Márcio Gomes - Pró-Reitor de Administração, João Emanuel Evangelista de Oliveira - Pró-Reitor de Planejamento, Mirian Dantas dos Santos - Pró-Reitora de Gestão de Pessoas e pelo sistema acadêmico, os Professores: Maria das Vitorias Vieira Almeida de Sá - Pró-Reitora de Graduação, Rubens Maribondo do Nascimento - Pró-Reitor de Pós Graduação, Valter José Fernandes Júnior - Pró-Reitor de Pesquisa, Maria de Fátima Freire de Melo Ximenes - Pró-Reitora de Extensão e Edmilson Lopes Júnior - Pró-Reitor de Assuntos estudantis.

SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas:

O SIGAA informatiza os procedimentos, na área fim da instituição, a área acadêmica através do ensino de: graduação, pós-graduação (stricto e lato sensu), ensino médio e infantil. Submissão e controle de projetos e bolsas de pesquisa, submissão e controle de ações de extensão, submissão e controle de projetos de ensino (monitoria e inovação), registro e relatórios da produção acadêmica dos docentes, atividades de ensino à distância e um ambiente virtual de aprendizado denominado Turma Virtual.

SIPAC - Sistema Integrado de Gestão de Patrimônio, Administração e Contratos:

O SIPAC dispõe de operações fundamentais para a gestão das unidades responsáveis pelas finanças, patrimônio e contratos da UFRN, integrando a área administrativa desde a requisição de material, diárias, passagens, material informacional dentre outras operações, até o controle do orçamento distribuído internamente. Além das requisições e do controle orçamentário, o SIPAC controla e gerencia: compras, licitação, boletins de serviços, liquidação de despesas, patrimônio, contratos, convênios, obras, manutenção do campus, faturas, bolsas e pagamento de bolsas, abastecimento e controle de veículos, memorando eletrônico dentre outras funcionalidades. Esse sistema representa grande avanço para administração da universidade, permitindo o controle efetivo dos procedimentos administrativos.

SIGRH - Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos:

O SIGRH tem por objetivo informatizar os procedimentos de recursos humanos, tais como: marcação/alteração de férias, cálculo de aposentadoria, avaliação funcional, dimensionamento, controle de frequência, concursos, capacitações, atendimento on-line, serviços e requerimentos, registros funcionais, relatórios de RH dentre outros. A maioria das operações possui algum nível de interação com o SIAPE (Sistema de Âmbito Nacional).

Plano de Capacitação de Pessoal de TI

O Plano de Capacitação de TI desenvolveu a qualificação técnica necessária para atender as demandas de sistemas e infraestrutura de redes da UFRN, por meio de palestras com abordagem dos seguintes temas:

- a) Um guia de defesa pessoal para programadores inteligentes;
- b) Descomplicando a Gestão de Projetos;
- c) Especificação e Monitoramento Dinâmico da Política de Tratamento de Exceções;
- d) Melhoria da Eficiência em Equipes de Desenvolvimento de Software;
- e) Uma Visão Sobre Docker, QCon: Um passeio pelo estado da arte do desenvolvimento de software no mundo;
- f) Boas Práticas de Programação Concorrente: Evitando Surpresas Inconvenientes;
- g) Um Framework de Desenvolvimento Orientado a Business Process aplicado aos SIGs;
- h) Introdução a Java8.

Ademais, foram realizadas capacitações nos cursos descritos a seguir:

- Segurança de Redes e Sistemas. (Carga horária: 40h). Escola Superior de Redes RNP, ESR, Brasil;
- Planejamento e Gestão Estratégica de TI. (Carga horária: 24h) Escola Superior de Redes RNP, ESR, Brasil;

- Fundamentos de Governança de TI. (Carga horária: 16h) Escola Superior de Redes RNP, ESR, Brasil;
- Gerenciamento de Serviços de TI. (Carga horária: 24h) Escola Superior de Redes RNP, ESR, Brasil;
- Planejamento e Contratação de Serviços de TI. (Carga horária: 40h) Escola Superior de Redes RNP, ESR, Brasil;
- Gestão da Segurança da Informação - NBR 27001 e NBR 27002. (Carga horária: 40h) Escola Superior de Redes RNP, ESR, Brasil;
- Gerência de Redes de Computadores. (Carga horária: 40h) Escola Superior de Redes RNP, ESR, Brasil;
- Tecnologias de Redes sem Fio. (Carga horária: 40h) Escola Superior de Redes RNP, ESR, Brasil;
- H9P97X: Managing HP 3PAR StoreServ III. (Carga horária: 24h). Hewlett-Packard Brasil - Matriz, HP BRASIL, Brasil;
- HK902X: Managing HP 3PAR StoreServ I. (Carga horária: 24h). Hewlett-Packard Brasil - Matriz, HP BRASIL, Brasil;
- HK904X: Managing HP 3PAR StoreServ II. (Carga horária: 16h). Hewlett-Packard Brasil - Matriz, HP BRASIL, Brasil.

Pessoas que compõe a força de trabalho de TI:

Tabela 14 - Quantitativo de pessoas e seus vínculos

Vínculos	Quantitativo
Servidores UFRN	34
Estagiários CONSAD/UFRN	10
Estagiários de Apoio Técnico	08
Estagiários de apoio administrativo e técnico	03

Processos de gerenciamento de serviços de TI

Os processos de gerenciamentos de tecnologia da informação na UFRN são realizados pela equipe de suporte responsável pelos atendimentos de todas às solicitações da comunidade acadêmica. Desta forma, compete a SINFO: identificar o erro e encaminhar a solução; avaliar as sugestões ou nova funcionalidade; auxiliar o usuário na utilização dos sistemas e solucionar possíveis problemas; abertura de tarefas para registro das demandas; fazer o controle de qualidade.

A equipe de suporte mantém atualizado o sistema docs (<https://docs.info.ufrn.br/doku.php>) e o de redes (wiki.info.ufrn.br), que são ferramentas on-line, nas quais constam os questionamentos e as informações referentes aos sistemas. Os registros das demandas atendidas são realizadas através do Iproject (<http://www.iproject.ufrn.br/>), constituindo-se ferramenta de gerenciamento e controle das solicitações atendidas.

Ações e Resultados alcançados em 2016

Durante o ano de 2016 foram alcançados resultados que estão alinhados com o Plano Estratégico 2015-2019 com apoio a meta 17 - modernização da gestão universitária. Estes resultados partem de ações realizadas nas áreas de aprimoramento dos sistemas de informação e de infraestrutura e redes.

Principais resultados:

- a) disponibilização à comunidade de uma ferramenta que permite a tramitação de documentos de forma eletrônica com outros órgãos e possa atender ao decreto 8.539/2015;

- b) novos aplicativos para dispositivos móveis para atendimento de demandas do restaurante universitário, coletor de patrimônio e sistema acadêmico;
- c) disponibilização de um Sistema de Gestão de Relatórios Gerenciais Dinâmicos;
- d) apresentação à comunidade de rotinas de padrões de acesso à dados dos sistemas, viabilizando o desenvolvimento de soluções de TI por toda a comunidade da UFRN;
- e) implantação de um sistema que automatiza a marcação de frequência de trabalho dos servidores da UFRN;
- f) re-estruturação do Portal da Cooperação e da ferramenta Oráculo para atendimento às instituições que cooperam com os sistemas SIG UFRN;
- g) desenvolvimento do novo site e da nova marca da Superintendência de informática;
- h) criação de marcas, concepção de layout e desenvolvimento de 7 portais da UFRN com estrutura responsiva, possibilitando a adequação do portal em qualquer resolução de tela;
- i) liberação de mais de 30 conjuntos de dados da UFRN com o portal de dados abertos;
- j) disponibilização de melhorias no SIPAC à comunidade universitária com o aprimoramento de módulos de almoxarifado, restaurante universitário, infraestrutura e auditoria interna;
- k) introdução de novas funcionalidades no SIGRH que resultaram em melhorias em vários fluxos na gestão de pessoas da instituição, inclusive o desenvolvimento de um novo sistema para o registro de frequência;
- l) maior segurança dos arquivos e controle de acesso as estações de trabalho através da implantação de servidores de domínio e arquivos na rede administrativa da UFRN;
- m) redução de custos financeiros e operacionais para implantação e manutenção de laboratórios de informática através do laboratório virtual;
- n) aumento de segurança no acesso aos sites da instituição através da implantação de certificados digitais;
- o) melhoria em diversos aspectos do serviço de email na UFRN através da Unificação da plataforma de email utilizada nas diversas unidades da universidade;
- p) redução do número de incidentes relacionados à segurança da informação através de uma atitude pró-ativa na investigação de comportamentos suspeitos;
- q) expansão e modernização das redes cabeada e Wifi.

Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade

Como solução de mitigar dependências tecnológicas, a Superintendência de informática da UFRN desenvolve soluções de sistemas, infraestrutura e redes por meio de sua equipe, não contando com empresas terceirizadas para prestação de serviços de TI e realiza capacitação de seus funcionários para manter-se apta e oferecendo serviço eficiente e eficaz para toda comunidade universitária.

Manutenção dos sistemas de informação da UFRN

A manutenção dos sistemas é realizada pelas próprias equipes de desenvolvimento/suporte da SINFO (em nível de sistemas) e pela equipe de infraestrutura para manutenção dos servidores. Os principais riscos e respostas identificados em relação a manutenção foram as seguintes:

Tabela 15 – Principais Riscos e Respostas

RISCOS	RESPOSTA
Sistema indisponível por erros de código para muitos usuários	Rapidez na resolução destes incidentes pela alocação de desenvolvedores especialistas e <i>scripts</i> de correção pré-definidos. Além disso, a informação da indisponibilidade é automaticamente enviada para equipe de desenvolvimento quando ocorrem.
Sistema indisponível por grande quantidade de acesso	No caso de Serviços de Redes, a Equipe de Serviços, em conjunto com a de Segurança tenta identificar a origem da sobrecarga de acessos. Em caso de ataque DOS, são tomadas medidas contingenciais tanto no firewall como nos switches. Em caso de sobrecarga não ligada a ataque, equipe de Datacenter eleva os recursos de processamento, memória e mesmo novas máquinas virtuais para atender à demanda.
Sistema indisponível devido ao rompimento de enlaces de fibra ótica do backbone da rede	A implantação de enlaces redundantes de fibra ótica em pontos críticos da rede, bem como de protocolos de roteamento dinâmico, como o BGP e o OSPF, proporcionam um mecanismo de resposta automática a essa situação, onde a própria rede se reconfigura automaticamente. Para os casos onde ocorram problemas neste procedimento de reconfiguração automática, a equipe de conectividade identifica a origem do problema e realiza manutenção.
Sistema indisponível por invasões	Equipe de resposta à incidentes de segurança inicia procedimentos de contingência, tentando identificar e bloquear a origem do ataque, ao mesmo tempo em que toma medidas para reverter possíveis alterações nos sistemas. Posteriormente é realizada verificação do <i>modus operandi</i> do ataque e estudo com objetivo de elevar o nível de segurança do sistema

Fonte: SINFO

Todos os riscos descritos na tabela são aqueles de alta probabilidade de ocorrência e alto impacto.

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN possui uma política de sustentabilidade ambiental bem consolidada e em constante processo de melhoria. Para desenvolvimento das atividades essenciais à gestão ambiental, a UFRN conta, dentro de sua estrutura organizacional com uma Diretoria de Meio Ambiente, sendo esta ligada à Superintendência de Infraestrutura. Neste panorama estão consolidadas atividades de monitoramento da qualidade e uso racional da água; controle de zoonoses e insetos vetores; limpeza pública e gestão integrada de resíduos sólidos domésticos, perigosos e da construção civil; arborização urbana e ornamental; tratamento de efluentes e reuso de esgoto tratado para irrigação e compactação de solo; eficiência energética; contratações sustentáveis; além de educação ambiental aplicada de modo transversal a cada atividade desenvolvida.

É importante destacar que para cada um dos eixos citados existem profissionais envolvidos no planejamento, desenvolvimento, avaliação, além do estabelecimento de protocolos e tecnologias mais adequadas, em processo de melhoria contínua de forma multidisciplinar e multisetorial. Ademais, a UFRN é fiscalizada externamente pelos órgãos ambientais e de vigilância competentes, sempre à luz da legislação vigente.

Em se tratando da **qualidade da água**, realiza-se periodicamente a análise de diversos parâmetros (cloro livre, sólidos totais dissolvidos, turbidez, PH, nitrato, coliformes totais, coliformes fecais etc.) em pontos de coleta distribuídos pelo Campus Central, Campus Saúde e unidades isoladas (MCC, CRUTAC etc.). Nos pontos de captação própria de água, a UFRN possui um sistema de tratamento e desinfecção por dosagem de hipoclorito de cálcio em pastilhas, além de contrato com empresa especializada para limpeza e desinfecção periódica dos reservatórios, de modo a garantir condições adequadas da água distribuída à comunidade universitária. Contudo, faz-se necessário registrar que durante o ano de 2016 o monitoramento da qualidade da água foi comprometido pela inexistência de vigência de contrato com empresa especializada em análise laboratorial e que, atualmente, existe um processo em andamento para nova contratação.

Contribuindo para a **proteção ambiental** e o uso racional da água a UFRN possui coleta e tratamento universal de esgotos domésticos no Campus Central e adota o reuso destes efluentes para irrigação dos campos de futebol do parque poliesportivo e da vegetação no entorno de sua Estação de Tratamento de Esgotos - ETE. No ano de 2016 a UFRN expandiu a rede de distribuição de água de reuso que deverá entrar em operação para irrigação dos jardins do campus central no ano de 2017 e assim gerar uma economia de mais de 300.000 m³ de água potável ao ano.

As atividades de **controles de zoonoses e pragas** consistem na identificação e dedetização de pragas urbanas (baratas, escorpiões, cupins etc.), no monitoramento e controle da superpopulação de felinos no campus central, na inspeção rotineira e destruição de coleções de água e criadouros do mosquito *Aedes aegypti*, associadas à limpeza urbana, manutenção predial e ações de educação ambiental, além da cooperação nas atividades propostas pelo Centro de Controle de Zoonoses do município de Natal e Parnamirim.

No tocante à **gestão dos resíduos**, a UFRN possui um Programa de Gestão Integrada de Resíduos denominado PROGIREs através do qual todos os resíduos produzidos nas atividades desenvolvidas na UFRN são monitorados. Em atendimento ao Decreto nº 5.940/2006, a UFRN possui a Coleta Seletiva Solidária que segrega e encaminha anualmente mais de 100 toneladas de resíduos sólidos recicláveis a uma cooperativa e uma associação de catadores de materiais recicláveis do município de Natal. No ano de 2016 foram doadas aproximadamente 105 toneladas de material reciclável da UFRN, gerando emprego e renda às famílias associadas. Já os resíduos não recicláveis são coletados e encaminhados ao aterro sanitário da BRASECO que atende a região metropolitana de Natal. No ano de 2016 foram coletados e encaminhados ao aterro sanitário aproximadamente 955 toneladas de resíduos sólidos comuns.

A logística empregada na gestão dos **resíduos perigosos**, resíduos químicos laboratoriais e lâmpadas fluorescentes, consiste na solicitação formal do laboratório/unidade acadêmica, via sistema eletrônico SIPAC, para coleta dos resíduos produzidos após identificação e acondicionamento adequados. A coleta é realizada em veículo próprio e exclusivo para esta finalidade e armazenado na Unidade de Armazenamento Temporário de Resíduos – UATR para posterior destinação através de empresa especializada e devidamente licenciada. No caso das lâmpadas fluorescentes, há ainda uma rotina implantada na Diretoria de Manutenção da Superintendência de Infraestrutura na qual as lâmpadas substituídas são encaminhadas diretamente à UATR para o mesmo fim. No ano de 2016 foram destinadas 30 toneladas de resíduos químicos e 20.000 unidades de lâmpadas fluorescentes.

Os **resíduos de serviços de saúde** são separados e acondicionados em cada unidade produzida, onde são devidamente coletados por empresa especializada e licenciada para incineração.

Na UFRN também são produzidos resíduos classificados como **resíduos da construção civil** que são devidamente encaminhados à empresa especializada e licenciada para reciclagem deste material. Os resíduos oriundos das atividades da Diretoria de Manutenção da Superintendência de Infraestrutura são encaminhados para usina contratada pela UFRN, enquanto que aqueles produzidos nas obras acompanhadas pela Diretoria de Projetos e Obras da Superintendência de infraestrutura são encaminhados a usinas de reciclagem de resíduos da construção civil pelas empresas construtoras contratadas, que devem apresentar comprovante de destinação por ocasião do pagamento das medições dos serviços. No ano de 2016, a UFRN encaminhou à usina de reciclagem de resíduos da construção civil 460 m³ de material oriundo dos serviços de manutenção predial.

Quanto aos **resíduos de podas e capinagem** produzidos na UFRN, destaca-se que uma pequena parcela é atualmente reaproveitada para produção de adubo orgânico mediante processo de compostagem e/ou proteção e enriquecimento do solo mediante aplicação de *mulch*, ou seja, uma camada de material orgânico colocada sobre a zona radicular das plantas. No ano de 2016 a UFRN reaproveitou aproximadamente 120m³ de material vegetal.

No tocante à **arborização urbana e ao paisagismo**, a UFRN possui um Horto florestal para produção de mudas nativas da Mata Atlântica e Caatinga norte-rio-grandense, e seu posterior plantio e manutenção, aumentando a área verde existente e melhorando a qualidade ambiental percebida de acordo com seu Programa de Arborização – PROÁRVORE. Além disso, a arborização é sujeita à manutenção da fitossanidade (extração de pragas), harmonização de conflitos com a infraestrutura urbana e acessibilidade universal (rede elétrica, rede hidrossanitária, passeios e edificações) e segurança (espécies tóxicas, risco de quedas e sinistros). Ao final do ano de 2016 o Campus Central da UFRN possuía cerca de 100.000 m² de jardins e 10.000 árvores plantadas. Foram realizadas mais de 1.000 podas e registradas 25 ocorrências de acidentes, sendo 7 por tombamento e 18 por queda de galhos de árvores. Acrescenta-se, ainda que no ano de 2016 foi elaborado o plano de arborização do campus central pela comissão nomeada através da portaria nº 062/2016-SIN.

A UFRN aderiu à **Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)**, tendo uma comissão gestora designada pela Portaria nº 166/14-R, de 28 de janeiro de 2014, tendo recebido o “Selo Verde” do Ministério do Meio Ambiente, estando na lista divulgada através do link: <http://www.mma.gov.br/component/k2/item/10320-selo-a3p-lista-do-selo-verde>. No ano de 2016 foi elaborada uma cartilha temática da A3P específica.

Quanto ao **Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS)**, a UFRN possui uma comissão designada pela Portaria nº 2.209/15-R, de 4 de Novembro de 2015. Contudo, essa comissão, até o fechamento deste documento, está desenvolvendo, junto com setores específicos da UFRN, Planos de Ação em diversos eixos da sustentabilidade ambiental, a saber: (1) água e esgoto; (2) coleta seletiva; (3) compras públicas sustentáveis; (4) deslocamento de pessoal; (5) energia elétrica; (6) material de consumo; (7) obras públicas sustentáveis; (8) qualidade de vida no ambiente de trabalho; e (9) arborização urbana.

Cumpra-se destacar que mesmo não havendo o PLS concluído, a UFRN tem adotado diversos critérios práticos e diretrizes para a promoção da sustentabilidade na sua gestão, além das iniciativas anteriormente mencionadas, o aperfeiçoamento na coordenação de fluxo de materiais, de serviços e de informações, do fornecimento ao desfazimento, de modo a considerar a proteção ambiental, a justiça social e o desenvolvimento econômico equilibrado. Citam-se a racionalização, inventário físico, compra compartilhada, reutilização de bens programa de qualidade de vida no trabalho etc.

A UFRN mantém atualizado seu inventário de bens e materiais, buscando aperfeiçoar as especificações para aquisições de produtos similares que possuam menor impacto ambiental. Cita-se como exemplo as especificações dos equipamentos de T.I. que seguem o protocolo internacional. Na aquisição de mobiliário é exigida a comprovação de procedência da madeira através de apresentação de CERTIFICADO FLORESTAL DE CADEIA DE CUSTÓRIA, emitida pelo fabricante da madeira utilizada, ou documento de origem florestal emitido pelo IBAMA, do selo madeira legal, ou ainda outros certificados emitidos por órgãos de controle ambiental. Aparelhos condicionadores de ar tipo *split* são adquiridos com exigência de classificação INMETRO de eficiência energética maior possível de modo a não infringir a competitividade dos certames licitatórios.

No quesito **construções sustentáveis**, a UFRN adota diversos critérios, práticas e diretrizes para a promoção da economia e uso inteligente da energia elétrica, ainda que atente ao desenvolvimento econômico equilibrado, dentre os quais citam-se:

- Os projetos elaborados para as edificações da UFRN contemplam diversas variáveis de eficiência e conforto ambiental tais como: envoltória de arquitetura, uso de torneiras automáticas e/ou antivandalismo, lâmpadas e luminárias eficientes, dentre outras;
- É comumente prevista a utilização de materiais com especificações técnicas que visam garantir a qualidade e a durabilidade da edificação além de serem passíveis de reutilização (ex.: esquadrias de alumínio, cobertura com perfis metálicos etc.);
- As edificações possuem projetos arquitetônicos que contemplam as variáveis de orientação e proteção das fachadas, além da cobertura com material termoacústico e declividades de tal modo que permitem uma maior eficiência energética (envoltória de arquitetura) e o aproveitamento das águas pluviais;
- As instalações elétricas, as edificações são dotadas de circuitos devidamente dimensionados e divididos em quadros de distribuição que contemplam o fornecimento de energia para o consumo essencial e não-essencial (climatização), as luminárias, lâmpadas e reatores especificados são mais eficientes, permitindo um melhor gerenciamento e menor consumo de energia;
- As especificações utilizadas para os revestimentos, bancadas e divisórias são definidas com a utilização de materiais da região, nos termos do art. 12, inc. IV, da Lei nº 8.666/93, e § 1º do art.4º da IN nº 01/10, da SLTI;
- As empresas deverão utilizar obrigatoriamente agregados reciclados nas obras e/ou serviços de engenharia sempre que existir a oferta de agregados reciclados, capacidade de suprimento e custo inferior aos agregados naturais nos termos do § 3º do art. 4º da IN nº 01/10, da SLTI, exceto em peças estruturais;

Ainda com relação às aquisições e contratações sustentáveis, com fundamento no Decreto nº 7.746/2012, informa-se que já são exigidos critérios de sustentabilidade em licitações na modalidade Pregão, a exemplo das licitações de Tratamento, coleta, transporte e destinação final de resíduos da saúde; Tratamento, coleta, transporte e destinação final de resíduos químicos; Aquisição de Cartuchos e Toners; Terceirização de Vigilância Armada; Terceirização de Limpeza; Aquisição de mobiliário; Aquisição de aparelhos de ar condicionados.

De igual sorte, nas licitações para contratação de obras e serviços de engenharia também há a previsão quanto ao tratamento dos impactos ambientais. Nesse sentido, pode-se exemplificar a exigência em nossos projetos básicos para que a execução dos serviços seja pautada por medidas que visem o adequado tratamento dos impactos ambientais resultantes da execução dos serviços

supracitados, tais como: Uso de peças metálicas, reutilizáveis e recicláveis, para escoramento e andaimes; Uso de madeira ambientalmente certificada nos elementos de suporte e nos demais sistemas construtivos que façam uso deste material; Racionalização do processo construtivo, com vistas à redução na produção de resíduos e o uso eficiente da água e de demais matérias-primas; Adequado tratamento e descarte dos resíduos sólidos (entulho); Correta destinação dos efluentes, tanto durante a execução da obra quanto daqueles resultantes do uso da edificação depois de concluída.

Além disso, há a exigência, também para as licitações de obras e serviços de engenharia, de que as licitantes apresentem a Declaração de Qualidade Ambiental e Sustentabilidade Socioambiental.

7. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

A Universidade Federal do Rio Grande materializa suas ações de “Relacionamento com a Sociedade” por meio de mecanismos ou procedimentos que garantem a coletividade, a disponibilidade dos serviços de acessibilidade para o cidadão, a identificação da natureza dos serviços ofertados e a transparência das informações consideradas relevantes.

A seguir, são desenvolvidos os itens que compõem o conjunto das informações referentes ao “Relacionamento da UFRN com a Sociedade”.

7.1 Canais de Acesso ao Cidadão

7.1.1 Ouvidoria

Dentre os canais de acesso ao cidadão destaca-se a Ouvidoria, via pela qual são feitas solicitações, reclamações, denúncias e sugestões, em favor da comunidade universitária e da sociedade. As manifestações podem ser feitas por telefone, site www.ouvidoria.ufrn.br, SIGAA, e-mail: ouvidoria@ufrn.br ou pessoalmente na sede do órgão, situado no Centro de Convivência Djalma Marinho – Campus Universitário da UFRN – Natal-RN, telefone (84) 3215-3883.

Os dados gerenciais e estatísticos referentes a 2016 demonstram que o serviço de Ouvidoria da UFRN obteve avanços no aumento das respostas por parte dos dirigentes, na migração das solicitações dos usuários presenciais para o SIGAA, na elaboração do projeto para implantação do E-OUV (Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal) e na consolidação dos mecanismos necessários ao cumprimento à Lei de Acesso à Informação.

No exercício de 2016, a Ouvidoria da UFRN registrou 1.712 manifestações, das quais cerca de 85,9% foram respondidas de forma satisfatória. A seguir os quadros expressam o detalhamento das manifestações registradas tanto em 2016 quanto no período de 2011 a 2016:

Quadro 1 - Manifestações registradas na Ouvidoria UFRN em 2016

Presenciais:	19	Respondidas:	12
On-line:	273	Respondidas:	266
SIGAA:	1.420	Respondidas:	1.201
Total:	1.712	Total:	1.470

Fonte: Ouvidoria UFRN

Quadro 2 - Manifestações registradas – 2011 a 2016

Ano	Presencial / On-line	Sistema SIGAA
2011	617	153
2012	633	1.114
2013	707	1.383
2014	634	989
2015	446	1.010
2016	292	1.420

Fonte: Ouvidoria UFRN

Para atender à Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) a Ouvidoria da UFRN dispõe do Serviço de Informação ao Cidadão/SIC-UFRN com o objetivo de avançar na publicização do acesso às informações institucionais.

Em 2016, o SIC-UFRN contabilizou 203 pedidos de informações, sendo 192 deles respondidos. Seguem informações adicionais para sobre os pedidos de acesso à informação:

Quadro 3 - Características dos pedidos de acesso à informação

Total de perguntas	580
Total de solicitantes	176
Perguntas por pedido	3,02
Maior número de pedidos feitos por um solicitante	4
Solicitantes com um único pedido	157

Fonte: E-SIC Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão. Disponível em: www.acessoainformacao.gov.br. Acesso em: 02/03/2017.

Quadro 4 - Temas das solicitações (Top 10)

Categoria e assunto	Quantidade	% de Pedidos
Trabalho - Profissões e ocupações	51	25,12%
Ciência, Informação e Comunicação - Informação - Gestão, preservação e acesso	50	24,63%
Educação - Educação superior	48	23,65%
Trabalho - Legislação trabalhista	8	3,94%
Economia e Finanças – Finanças	7	3,45%
Justiça e Legislação - Legislação e jurisprudência	6	2,96%
Meio ambiente – Biodiversidade	3	1,48%
Educação - Educação básica	2	0,99%
Ciência, Informação e Comunicação - Ciência e Tecnologia	2	0,99%
Habitação, Saneamento e Urbanismo - Saneamento urbano	2	0,99%

Fonte: E-SIC Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão. Disponível em: www.acessoainformacao.gov.br. Acesso em: 02/03/2017.

7.1.2 Sites da Instituição

A UFRN mantém um portal institucional (www.ufrn.br) e *sites* específicos de pró-reitorias, superintendências, setores, programas e projetos da Instituição, dentre outros. Nesses *sites* são disponibilizadas informações sobre a estrutura, funcionamento, serviços e demais dados úteis para os usuários.

7.1.3 Redes Sociais

A UFRN também está presente nas redes sociais digitais, promovendo a divulgação de ações da Instituição através do *YouTube*, *Twitter* e *Facebook*.

Canal do *YouTube*: www.youtube.com/TVAgecom

Perfil do *Twitter*: twitter.com/UFRN_AGECOM

Página do *Facebook*: facebook.com/ufrnoficial

7.2 Carta de Serviços ao Cidadão

A Carta de Serviços, instituída pelo Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009, é um documento elaborado por uma organização pública que visa informar aos cidadãos quais os serviços prestados por ela, como acessar e obter esses serviços e quais são os compromissos de atendimento estabelecidos.

Com a sua Carta de Serviços, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte reforça seu compromisso com a população, uma vez que oferece mais informação e transparência sobre os seus serviços, possibilitando maior controle social e permitindo aprimorar a qualidade e a presteza do atendimento prestado pela Instituição.

A Carta de Serviços ao Cidadão da UFRN está disponível no site www.cartadeservicos.ufrn.br e no Portal da UFRN, acessível pelo caminho: www.ufrn.br / Institucional / Documentos.

7.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

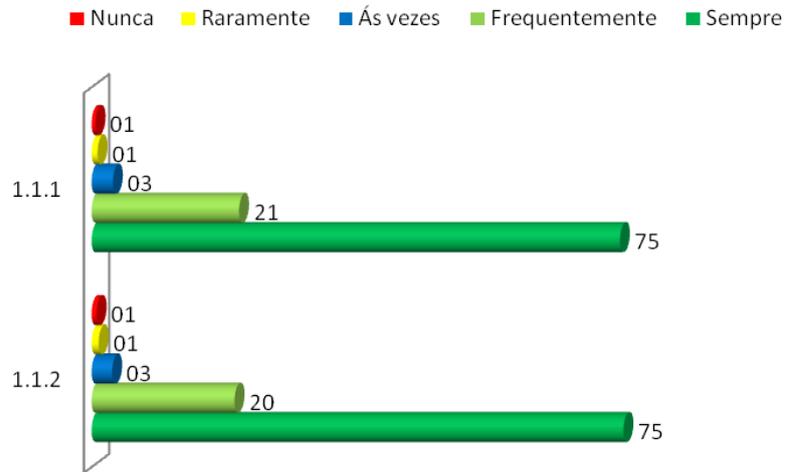
A UFRN dispõe de mecanismos sistemáticos de avaliação institucional, da gestão e da prestação de serviços que subsidiam a revisão do planejamento da gestão e a formulação de políticas institucionais, dentre eles destacam-se o processo de Avaliação da Docência e o Acompanhamento de Egressos da UFRN. Além disso, no ano de 2016, a UFRN realizou Pesquisa de Satisfação dos Usuários nos Hospitais Universitários, Pesquisa de satisfação do Restaurante Universitário e Avaliação das Ações de Capacitação.

7.3.1 Avaliação da Docência

A Avaliação da Docência é um processo sistemático desenvolvido periodicamente, a cada semestre letivo, que analisa a docência no ensino de graduação com vistas à melhoria da qualidade acadêmica. Este processo é realizado por meio do SIGAA, propiciando o levantamento de informações junto ao aluno e professor, sobre a atuação didática e postura profissional do professor; a turma e a infraestrutura da Instituição.

Seguem abaixo os principais resultados obtidos da Avaliação da Docência da UFRN, referente a 2016:

Gráfico 1 – Postura profissional dos professores da UFRN, em 2016, segundo os alunos (% de notas)

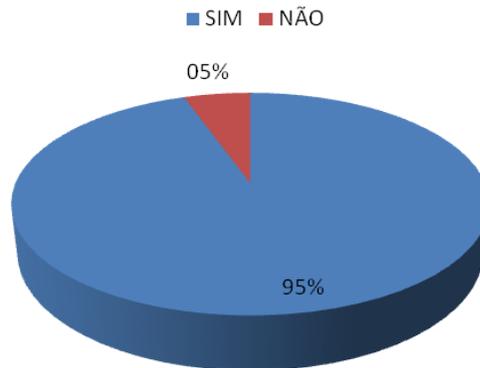


Legenda:

- 1.1.1 - O professor comparece às aulas?
- 1.1.2 - O professor cumpre integralmente o horário de aula?

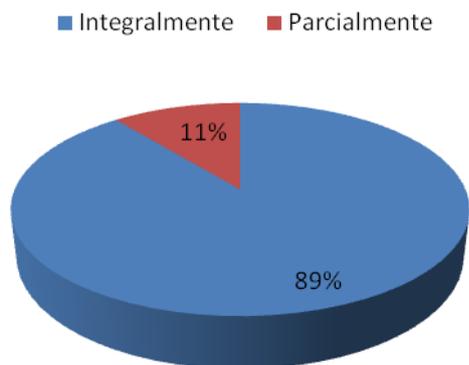
Fonte: CPA / Avaliação da docência

Gráfico 2 – Disponibilização do programa do componente curricular até a segunda semana de aula pelo professor da UFRN, em 2016, segundo os alunos (%)



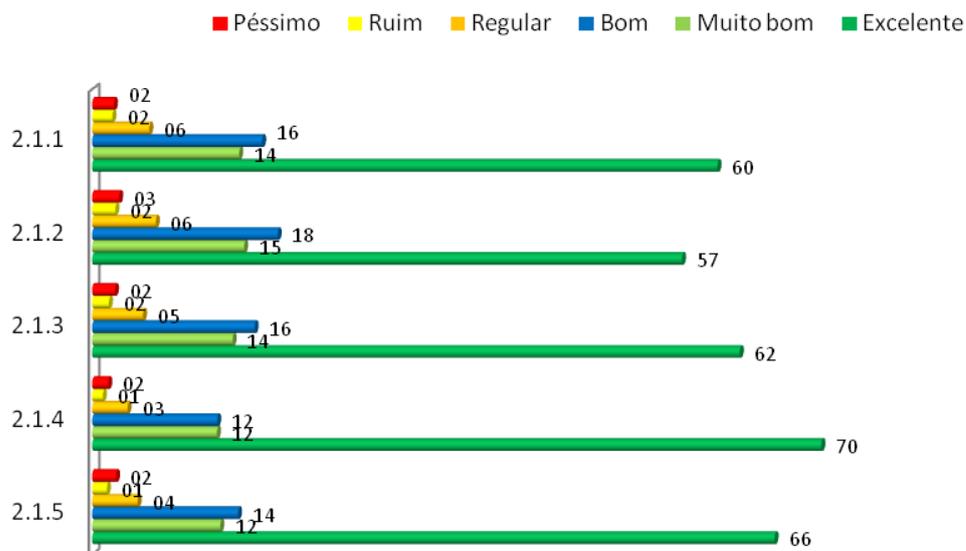
Fonte: CPA / Avaliação da docência

Gráfico 3 – Cumprimento do horário de aula pelo professor da UFRN, em 20, segundo os alunos (%)



Fonte: CPA / Avaliação da docência

Gráfico 4 – Atuação didática do professor da UFRN em sala de aula, em 2016, segundo os alunos (% de notas)

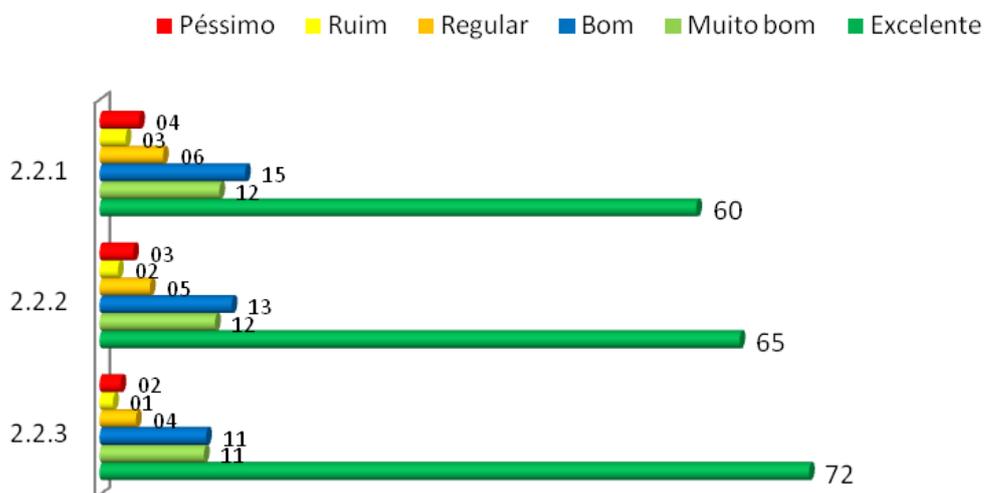


Legenda:

- 2.1.1. Clareza na apresentação do conteúdo
- 2.1.2. Metodologias que favoreçam o aprendizado
- 2.1.3. Incentivo à participação do aluno nas aulas
- 2.1.4. Disponibilidade para tirar dúvidas em sala de aula
- 2.1.5. Relacionamento professor-aluno

Fonte: CPA / Avaliação da docência

Gráfico 5 – Cumprimento das atribuições de professor da UFRN, em 2016, segundo os alunos (% de notas)

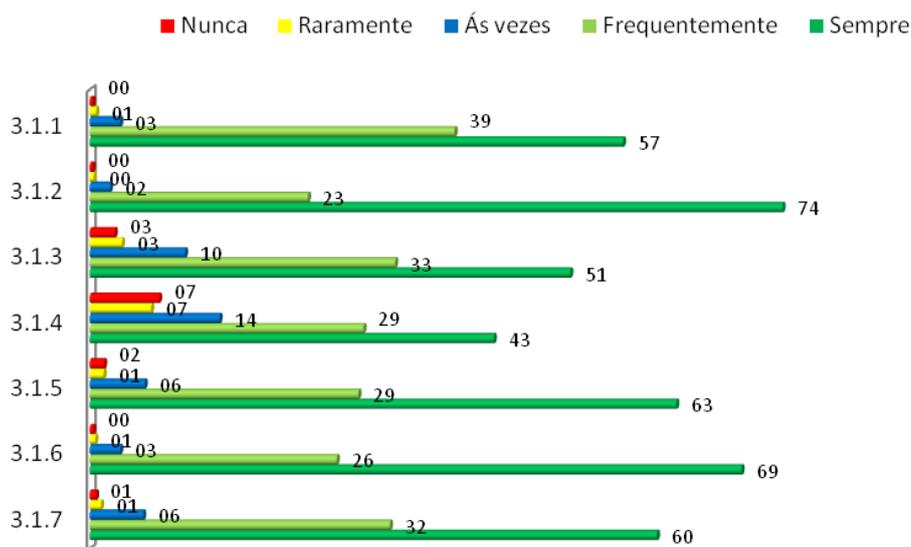


Legenda:

- 2.2.1. O professor divulga as notas até 3 dias úteis antes da avaliação seguinte?
- 2.2.2. O professor discute os resultados das avaliações esclarecendo suas dúvidas?
- 2.2.3. O professor utiliza o SIGAA ou outro meio eletrônico para manter contato com o aluno?

Fonte: CPA / Avaliação da docência

Gráfico 6 – Autoavaliação dos alunos da UFRN, em 2016 (% de notas)

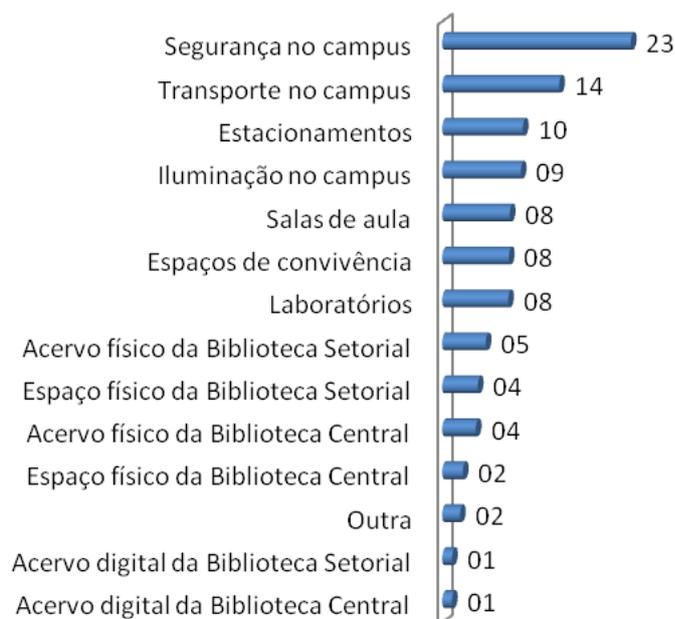


Legenda:

- 3.1.1. Você comparece às aulas?
- 3.1.2. Você permanece nas aulas do início ao fim?
- 3.1.3. Você tira dúvidas com o professor durante as aulas?
- 3.1.4. Você procura tirar dúvidas fora do horário de aula?
- 3.1.5. Você utiliza a bibliografia sugerida pelo professor?
- 3.1.6. Você cumpre as atividades solicitadas pelo professor?
- 3.1.7. Você estuda os conteúdos fora do horário de aula?

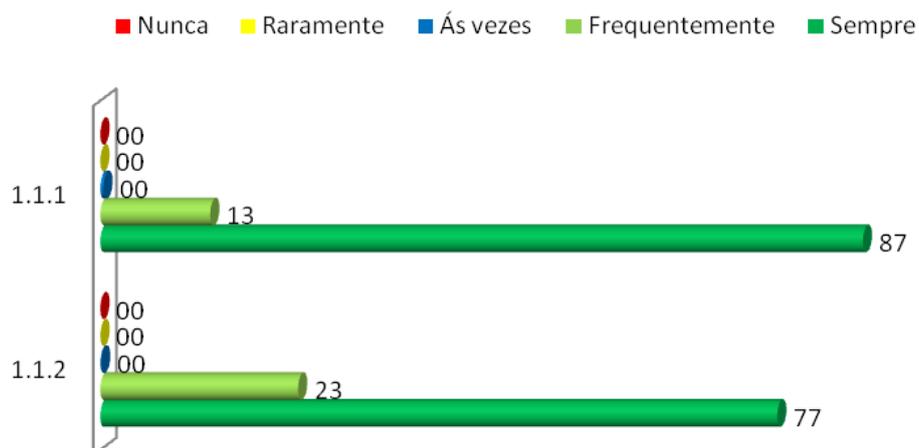
Fonte: CPA / Avaliação da docência

Gráfico 7 – Demandas por melhorias na infraestrutura, segundo os alunos da UFRN, em 2016 (%)



Fonte: CPA / Avaliação da docência

Gráfico 8 – Autoavaliação do professor da UFRN quanto à postura profissional, em 2016 (% de notas)



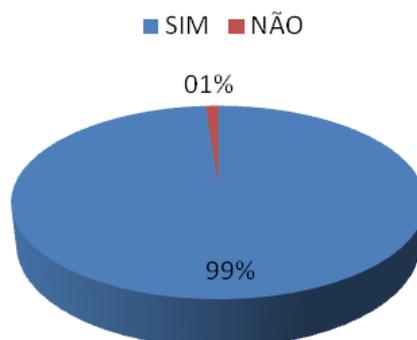
Legenda:

1.1.1. Você comparece às aulas?

1.1.2. Você cumpre integralmente o horário de aula?

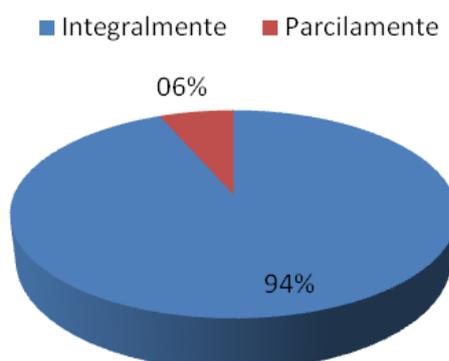
Fonte: CPA / Avaliação da docência

Gráfico 9 - Disponibilização do programa do componente curricular até a segunda semana de aula pelo professor da UFRN, em 2016, segundo ele mesmo (%)



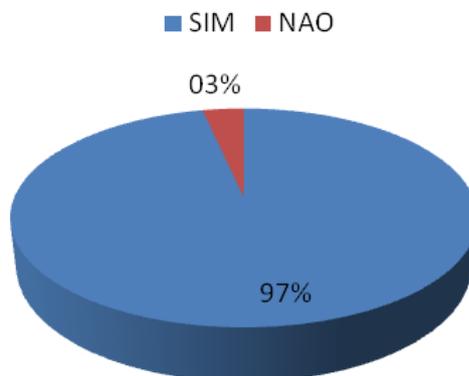
Fonte: CPA / Avaliação da docência

Gráfico 10 – Cumprimento do horário de aula pelo professor da UFRN, em 2016, segundo ele mesmo (%)



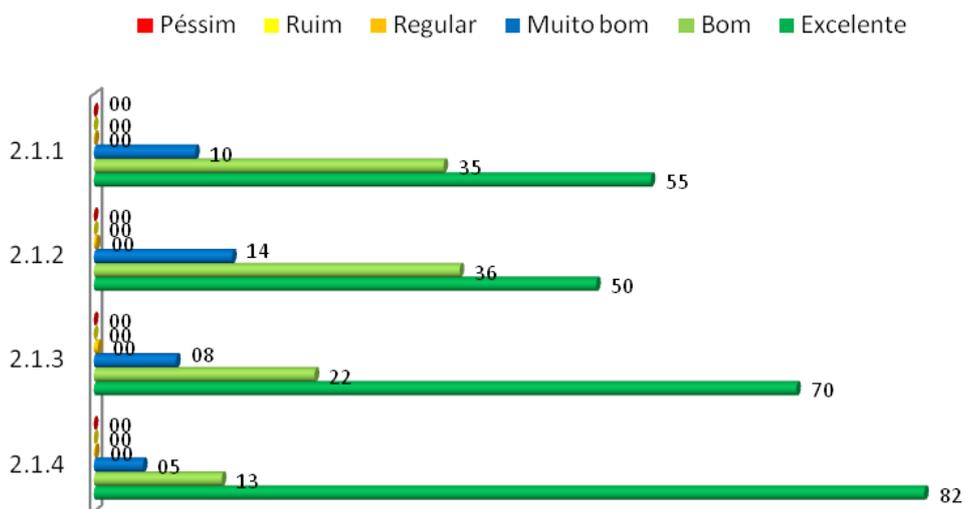
Fonte: CPA / Avaliação da docência

Gráfico 11 – Informação aos alunos sobre seus horários de atendimento fora do horário de aulas, segundo o professor da UFRN, em 2016 (%)



Fonte: CPA / Avaliação da docência

Gráfico 12 – Autoavaliação do professor da UFRN quanto à atuação didática, em 2016 (% de notas)



Legenda:

- 2.1.1. Clareza na apresentação do conteúdo
- 2.1.2. Metodologias que favoreçam o aprendizado
- 2.1.3. Incentivo à participação do aluno nas aulas
- 2.1.4. Disponibilidade para tirar dúvidas em sala de aula
- 2.1.5. Relacionamento professor-aluno

Fonte: CPA / Avaliação da docência

Gráfico 13 – Cumprimento das atribuições de professor da UFRN, em 2016, segundo ele mesmo (% de notas)

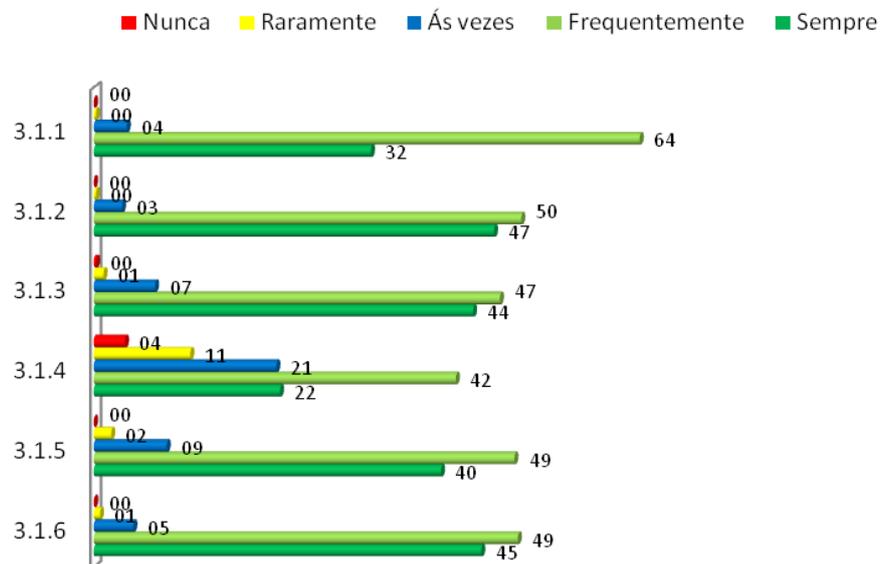


Legenda:

- 2.2.1. Tem disponibilidade para atender aos alunos fora do horário de aula?
- 2.2.2. Divulga as notas até 3 dias úteis antes da avaliação seguinte?
- 2.2.3. Discute os resultados das avaliações esclarecendo as dúvidas dos alunos?
- 2.2.4. Utiliza o SIGAA ou outro meio eletrônico para manter contato com os alunos?

Fonte: CPA / Avaliação da docência

Gráfico 14 – A turma, sob a ótica do professor da UFRN, em 2016 (%)



Legenda:

- 3.1.1. Os alunos comparecem às aulas?
- 3.1.2. Os alunos permanecem nas aulas do início ao fim?
- 3.1.3. Os alunos procuram tirar dúvidas durante as aulas?
- 3.1.4. Os alunos procuram tirar dúvidas fora do horário de aula?
- 3.1.5. Os alunos utilizam a bibliografia sugerida por você?
- 3.1.6. Os alunos cumprem as atividades solicitadas?

Fonte: CPA / Avaliação da docência

Gráfico 15 – Demandas por melhorias na infraestrutura, segundo os professores da UFRN, em 2016 (%)



Fonte: CPA / Avaliação da docência

Gráfico 16 – Demandas por recursos didáticos importantes para apoiar a prática docente, segundo os professores da UFRN, em 2016 (%)



Fonte: CPA / Avaliação da docência

Diante dos dados apresentados, pode-se afirmar que a avaliação feita por alunos e professores tem resultados, de uma forma geral, positivos. Assim, afirma-se que há, em sua maioria, uma postura de comprometimento do corpo docente e discente da instituição. Vale ressaltar que os casos que exigem providências, em relação aos professores, são encaminhados às instâncias competentes para as ações necessárias e as demandas por equipamentos e infraestrutura estão sendo devidamente encaminhadas.

7.3.2 Acompanhamento de Egressos

Desde 2013 a UFRN adotou como prática para acompanhamento dos egressos dos cursos graduação, a coleta de informações por meio de consulta estruturada aplicada ao conjunto de seus ex-alunos. Na primeira pesquisa, realizada ainda em 2013, foram consultados os ex-alunos que concluíram seus cursos de graduação no período compreendido entre 2008 e 2012. Os resultados foram amplamente divulgados na comunidade acadêmica, especialmente junto às coordenações de cursos e às chefias de departamento. No sítio <http://portaldoegresso.ufrn.br/index.php>, é possível acessar as apresentações, onde são apresentados os dados globais (de toda UFRN) e também o seu detalhamento por unidade acadêmica (centros ou unidades acadêmicas especializadas). As pesquisas com egressos são realizadas na UFRN a cada 2 anos.

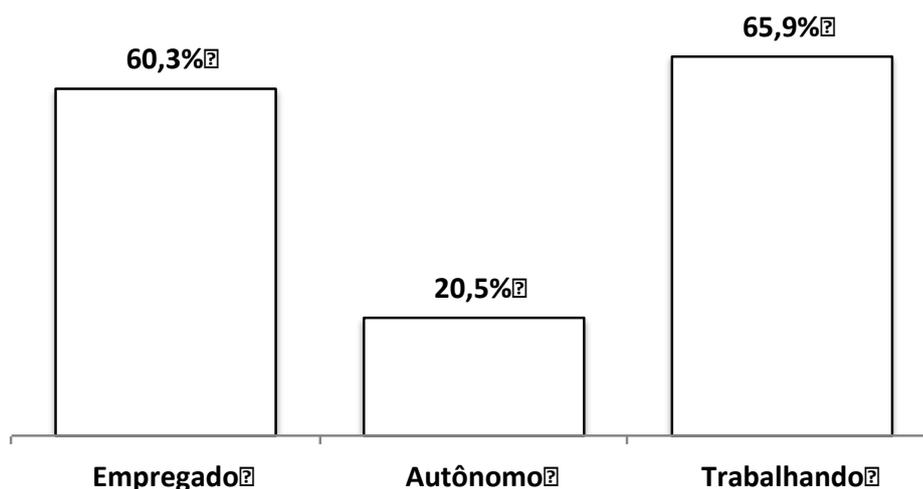
A segunda pesquisa teve início com a coleta de dados realizada nos meses de setembro a outubro de 2015 através do Sistema Integrado de Gestão das Atividades Acadêmicas - SIGAA, tendo como público-alvo os concluintes dos últimos 5 anos (2010 a 2014).

O instrumento de consulta incluiu questões sobre (1) dados pessoais (idade, sexo, moradia, trabalho, estudo), (2) conteúdos que considerou mais importantes na formação, (3) sugestões de conteúdos para melhorar a formação, (4) atividades que gostaria de realizar na UFRN (cursos, pesquisa, extensão, cultura, lazer, esporte, etc.), (5) avaliação da formação profissional na UFRN, (6) avaliação da imagem da UFRN e (7) comentários livres.

Do universo de 17.810 ex-alunos, 4.045 (22,7%) responderam o questionário, sendo 50,7% mulheres e 59,3% homens. A idade média dos respondentes foi de 29,3 anos e dentre estes 98,7% são residentes no Brasil, sendo 90,4% no Rio Grande do Norte e 56,6% na cidade de Natal. Estes respondentes estão residindo em 19 países, sendo que aqueles residentes no Brasil estão distribuídos 24 estados e 219 cidades brasileiras.

Em relação à ocupação, 65,9% afirmaram estar trabalhando, 60,3% se declararam empregados e 20,5% afirmaram ter atividade autônoma, conforme pode ser visto na Figura 1. Considerando os que declararam estar trabalhando, 72,8% afirmaram que o trabalho era relacionado à sua formação na UFRN.

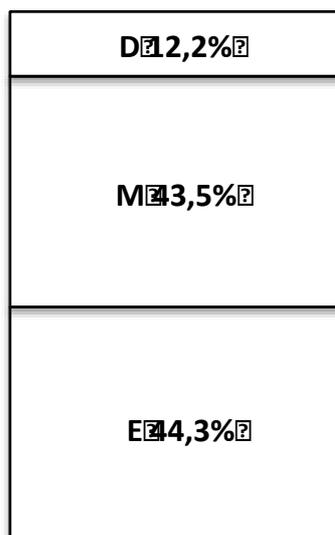
Figura 1 - Percentual de ex-alunos trabalhando, empregado ou com atividade autônoma.



Fonte: PROPLAN

Considerando ainda o total de respondentes, 20,6% declararam estar cursando outra graduação, e, deste percentual, 86,5% realizam a segunda graduação na UFRN.

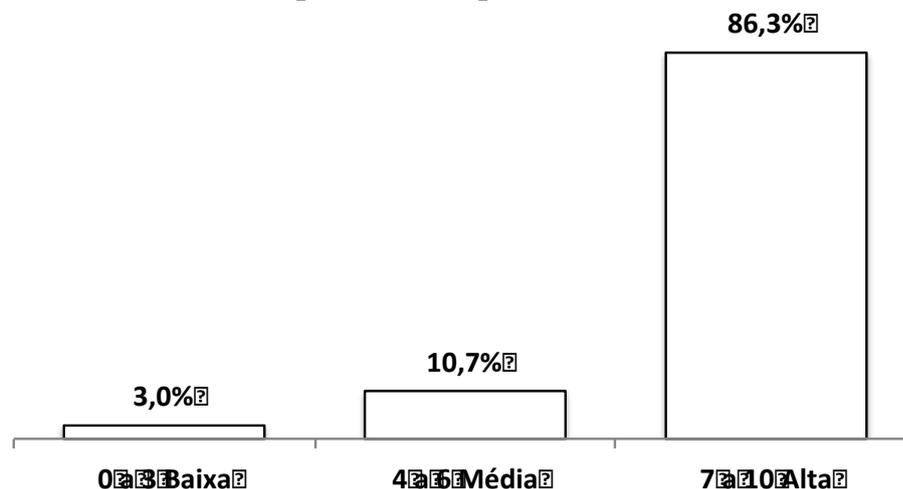
Figura 2 - Percentual de ex-alunos, cursando Especialização (E), Mestrado (M) e Doutorado (D)



Fonte: PROPLAN

A Figura 2 mostra os resultados em relação à pós-graduação. Do total, 46,1% dos respondentes declararam estar frequentando algum curso. Destes, 44,3% afirmaram estar cursando especialização, 43,5% mestrado e 12,2% cursando doutorado. Entre os que declararam frequentar especialização, 38,6% disseram ser na UFRN. Em relação aos que estão frequentando mestrado, 87,2% cursam na UFRN e, entre os que realizam doutorado, 72,4% afirmaram ser na UFRN.

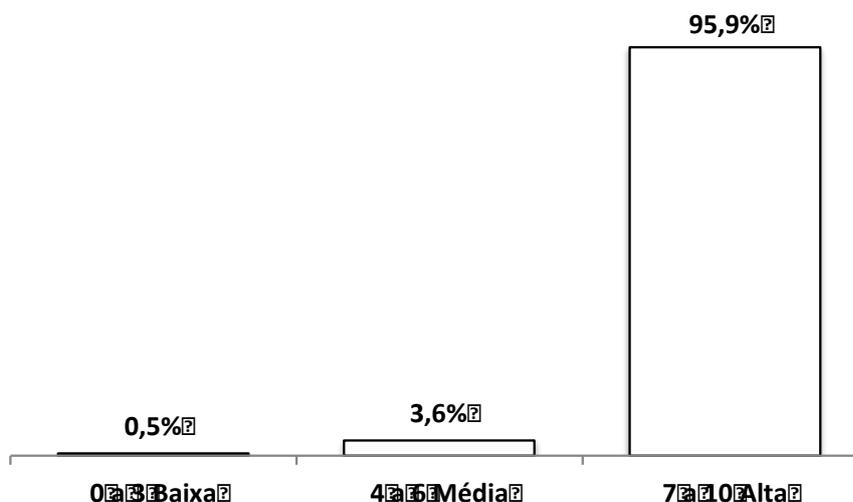
Figura 3 - Percentual de ex-alunos que considera a contribuição da UFRN Baixa, Média ou Alta para o desempenho no trabalho.



Fonte: PROPLAN

Os ex-alunos foram convidados a opinar sobre a *contribuição da formação profissional recebida na UFRN para o desempenho no mercado de trabalho*, usando uma escala de 0 a 10, conforme pode ser visto na Figura 3. Os resultados mostram que 86,3% dos respondentes atribuíram conceitos 7, 8, 9 ou 10 (alta contribuição) para esta contribuição; 10,7% atribuíram conceitos 4, 5 ou 6 (média contribuição) e 3,0% atribuíram conceitos 0, 1, 2 ou 3 (baixa contribuição).

Figura 4 - Percentual de ex-alunos que considera a imagem da UFRN Baixa (ruim ou péssima), Média (regular) ou Alta (boa ou ótima).

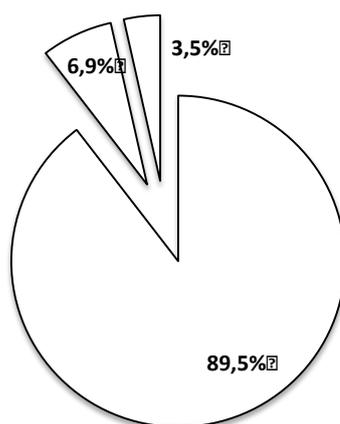


Fonte: PROPLAN

Os ex-alunos foram também convidados a opinar sobre a *imagem da UFRN*, usando a escala de 0 a 10 (vide Figura 4). Do total de respondentes, 95,9% atribuíram conceitos 7, 8, 9 ou 10 (boa ou ótima imagem; Alta); 3,6% atribuíram conceitos 4, 5, ou 6 (imagem regular; Média) e 0,5% atribuíram conceitos 0, 1, 2 ou 3 (péssima ou ruim; Baixa).

Em referência ao interesse em voltar a ter algum tipo de atividades na UFRN (Figura 5), 96,4% dos ex-alunos responderam positivamente e 3,6% afirmaram não ter interesse, sendo que, dentre aqueles que manifestaram interesse, 6,9% declararam não ter condições de realizar as atividades.

Figura 5 - Percentual de ex-alunos que manifestou interesse em participar de atividades na UFRN



Fonte: PROPLAN

Perguntados quais atividades teriam interesse em participar, 52,0% manifestaram interesse em cursar especialização, 66,9% em cursar mestrado e 56,0% em cursar doutorado. Em relação ao interesse em participar de atividades de pesquisa e extensão os percentuais foram 79,9% e 73,6% respectivamente. Em relação a atividades culturais, esportivas e de lazer, os resultados foram 61,1%, 43,6% e 64,6%, respectivamente.

7.3.3 Pesquisa de Satisfação dos Usuários nos Hospitais Universitários

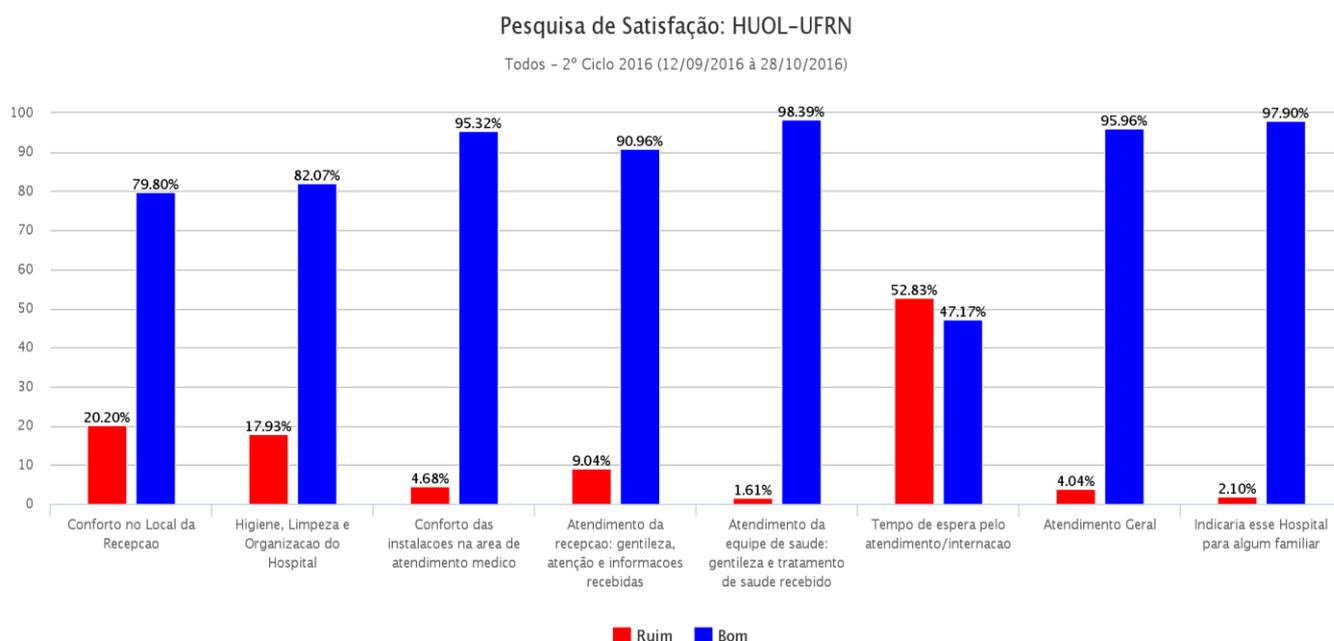
A pesquisa de satisfação realizada nos Hospitais Universitários Onofre Lopes (HUOL), Ana Bezerra (HUAB) e na Maternidade Escola Januário Cicco (MEJC) tem como objetivo identificar a forma como os usuários avaliam os serviços prestados pelos hospitais.

A pesquisa é realizada semestralmente, em data definida pela Ouvidoria Geral da EBSERH. No ano de 2016 ocorreram dois períodos de coleta, denominados de 1º e 2º ciclos. A pesquisa se deu por meio de questionário eletrônico estruturado, no qual se avaliou os seguintes itens:

- Conforto no local da recepção;
- Higiene, limpeza e organização do hospital;
- Conforto nas instalações na área de atendimento médico;
- Atendimento da recepção;
- Atendimento da equipe de saúde;
- Tempo de espera pelo atendimento;
- Satisfação no atendimento geral;
- Indicação do Hospital para familiares.

Os dados obtidos são consolidados em gráficos, permitindo uma melhor visualização da percepção dos usuários no que se refere à infraestrutura, atendimento recebido e satisfação geral com a instituição. Os gráficos abaixo, com os resultados gerais da pesquisa, estão separados por hospital e classificados por área pesquisada:

Gráfico 17 – Resultados gerais da Pesquisa da Satisfação - HUOL (2º Ciclo)

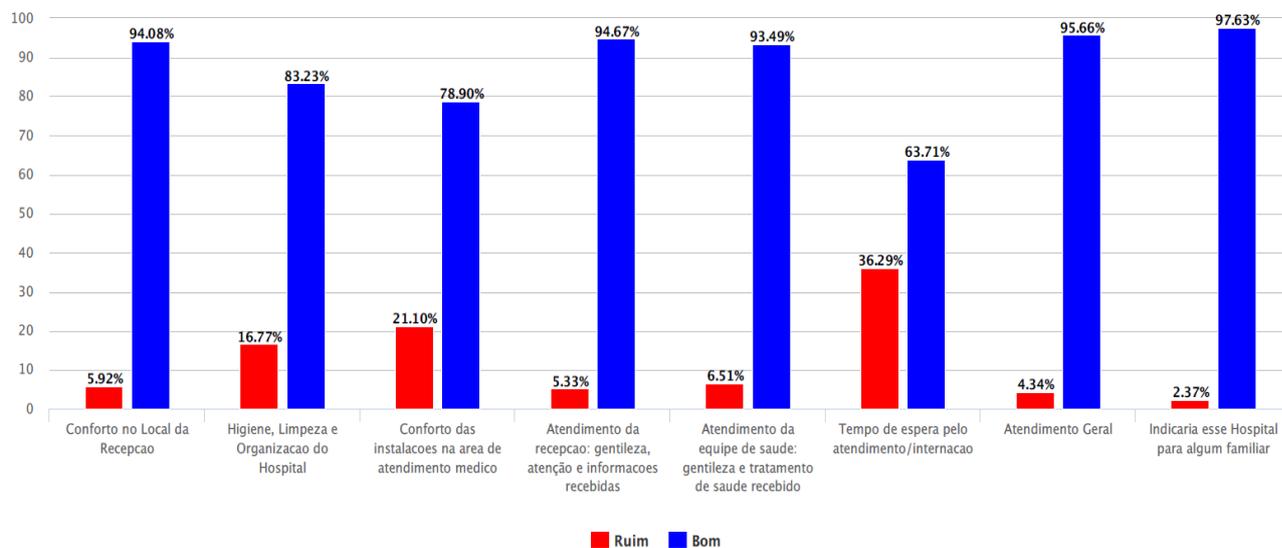


Fonte: Ouvidoria/HUOL

Gráfico 18 – Resultados gerais da Pesquisa da Satisfação – HUAB (1º Ciclo)

Pesquisa de Satisfação: HUAB-UFRN

Pesquisa de Satisfação – 1º Ciclo 2016 (02/05/2016 à 27/06/2016)

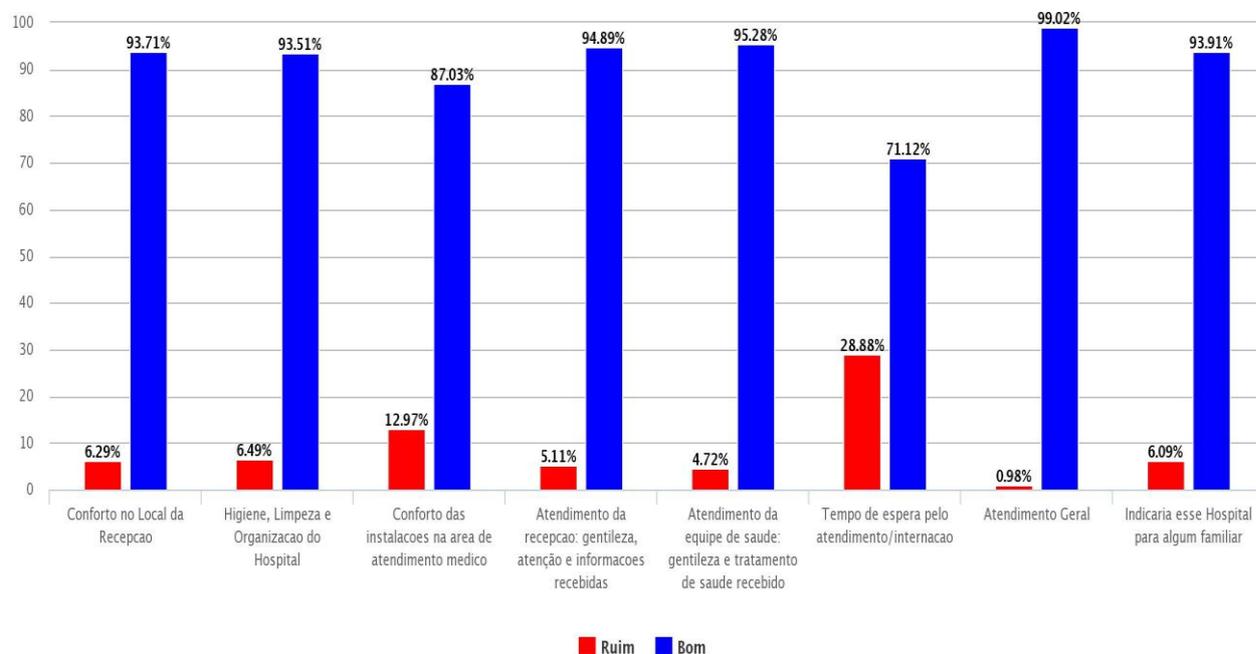


Fonte: Ouvidoria/HUAB

Gráfico 19 – Resultados gerais da Pesquisa da Satisfação – HUAB (2º Ciclo)

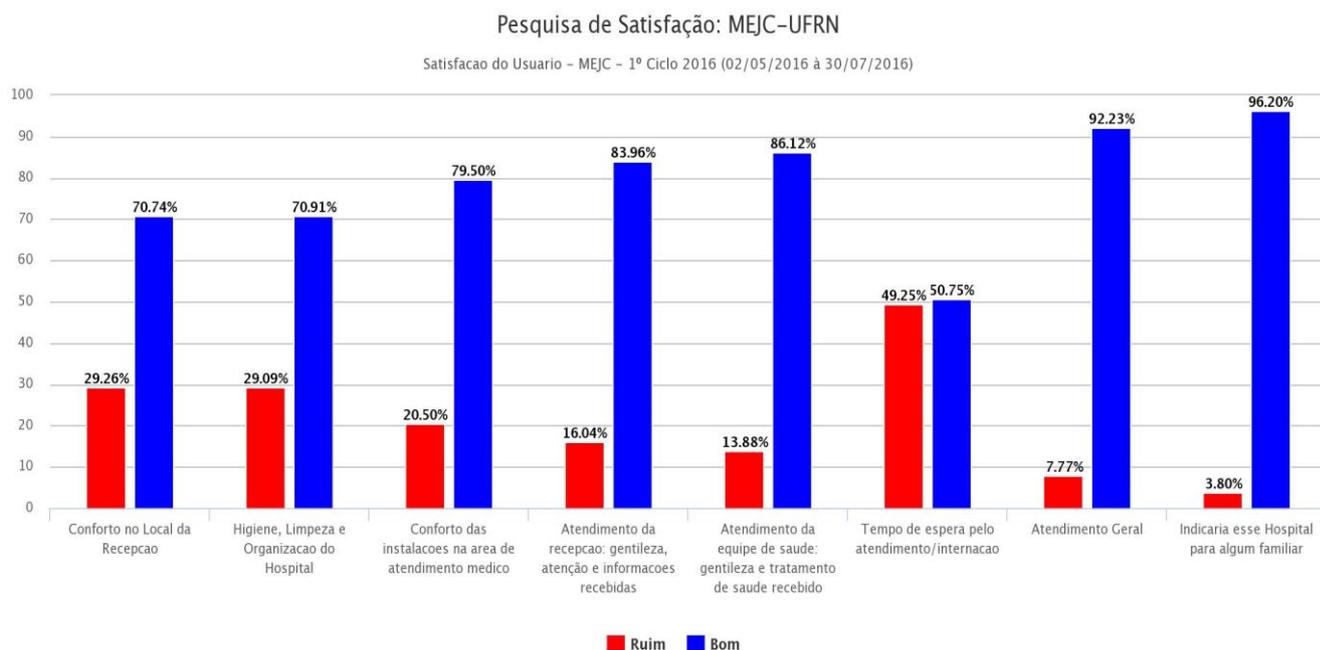
Pesquisa de Satisfação: HUAB-UFRN

Pesquisa de Satisfação dos Usuários 2º ciclo/2016 – 2º Ciclo 2016 (12/09/2016 à 28/10/2016)



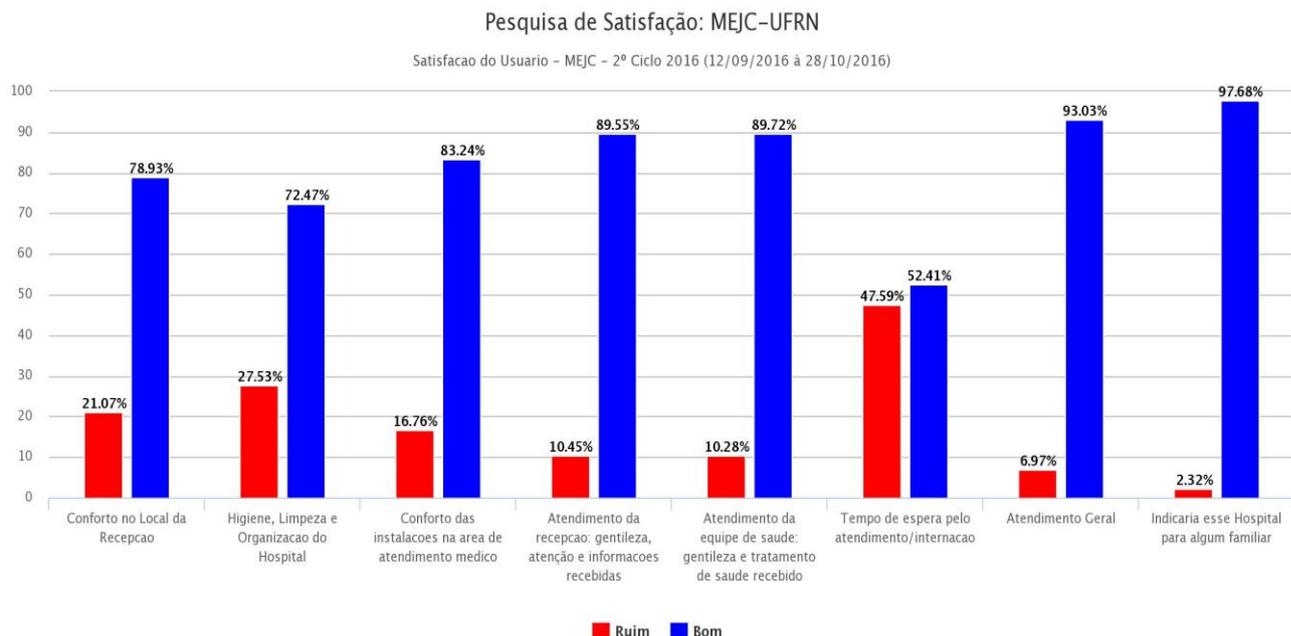
Fonte: Ouvidoria/HUAB

Gráfico 20 – Resultados gerais da Pesquisa da Satisfação – MEJC (1º Ciclo)



Fonte: Ouvidoria/MEJC

Gráfico 21 – Resultados gerais da Pesquisa da Satisfação – MEJC (2º Ciclo)



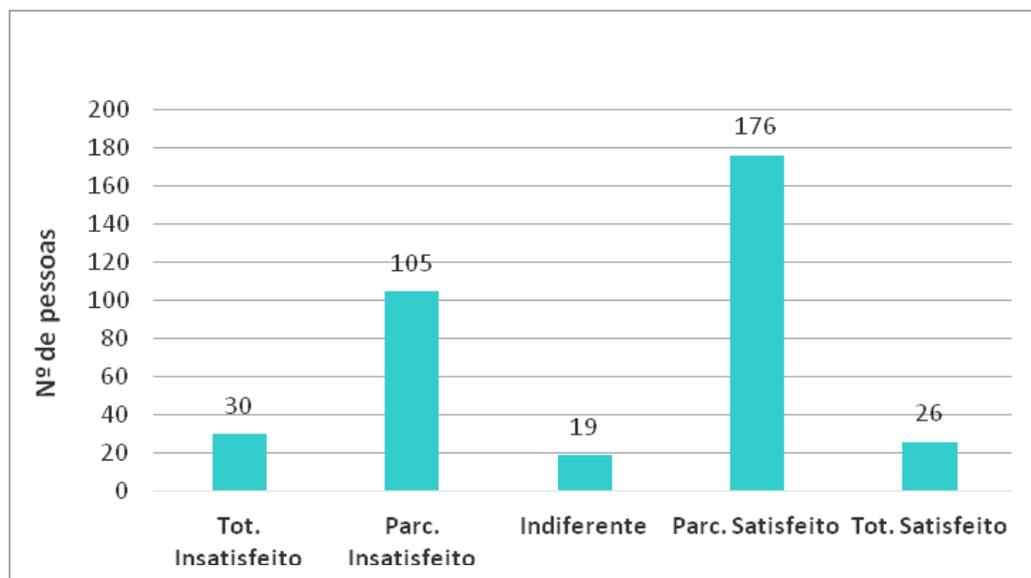
Fonte: Ouvidoria/MEJC

O relatório da pesquisa, contendo gráficos e os comentários feitos pelos usuários, possibilitam uma visão geral destes em relação aos hospitais, servindo como base para a melhoria dos seus serviços, sejam eles ambulatoriais ou de internação.

7.3.4 Pesquisa de satisfação do Restaurante Universitário

A pesquisa de satisfação realizada no Restaurante Universitário da UFRN, em 2016, teve como objetivo analisar o grau de satisfação dos clientes e verificar a percepção dos usuários quanto à qualidade dos serviços prestados. Para tanto, aplicou-se questionário online com os usuários do RU da UFRN, localizado no campus central da instituição.

Gráfico 22 – Satisfação dos usuários com relação ao Restaurante Universitário.



Os resultados obtidos na pesquisa demonstraram que a maioria dos alunos estão satisfeitos com os serviços do Restaurante Universitário da UFRN. No entanto, é um desafio à atual gestão do restaurante trabalhar nos pontos de menor satisfação, a fim de buscar aprimoramento contínuo, um compromisso que toda esfera educacional universitária assume. Estes dados são úteis tendo em vista o conhecimento da percepção da clientela sobre o restaurante de forma clara, permitindo planejar melhorias úteis e que beneficiam diretamente os usuários.

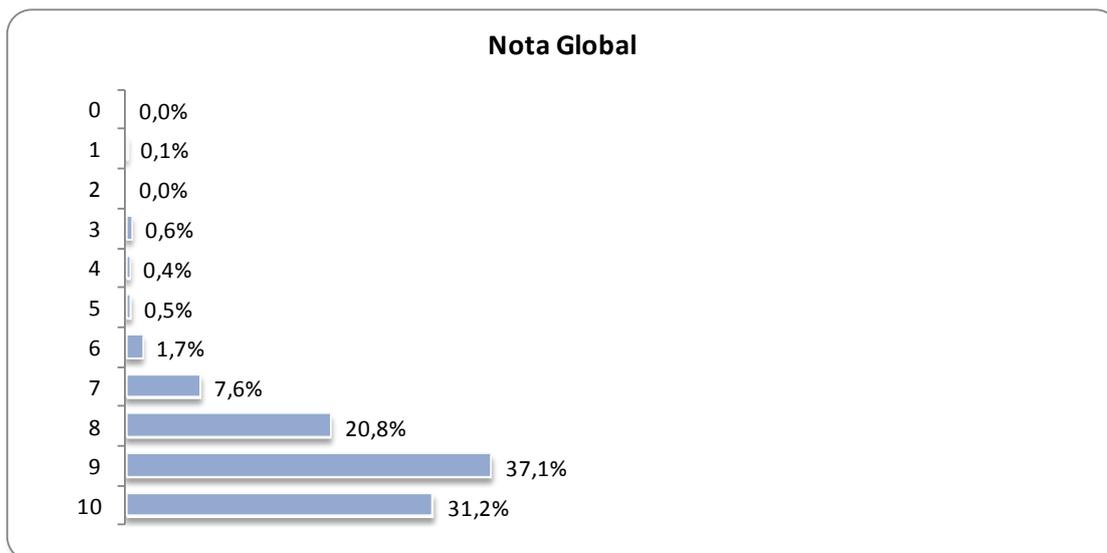
7.3.5 Avaliação da capacitação dos servidores

O processo de avaliação dos cursos de capacitação objetiva coletar a opinião dos alunos sobre os cursos e seus instrutores para quantificar o grau de satisfação deles e nortear a melhoria do serviço.

A avaliação do curso fica disponível para todos os servidores que participaram de turmas de cursos de capacitação já encerradas, através de dois instrumentos presentes no Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos - SIGRH. O primeiro é a “Avaliação de reação” que busca analisar o nível de satisfação dos participantes em relação aos seguintes aspectos da atividade: Instrutor, apoio logístico, conteúdo e autoavaliação da participação do aluno. Ela é realizada logo após a realização da atividade. Já o segundo instrumento é a “Avaliação de impacto” que busca analisar os efeitos produzidos com a capacitação no ambiente de trabalho, ou seja, avalia se a atividade de fato gerou impacto no desempenho do servidor.”

Conforme gráfico abaixo, é possível observar a nota geral atribuída as atividades de capacitação:

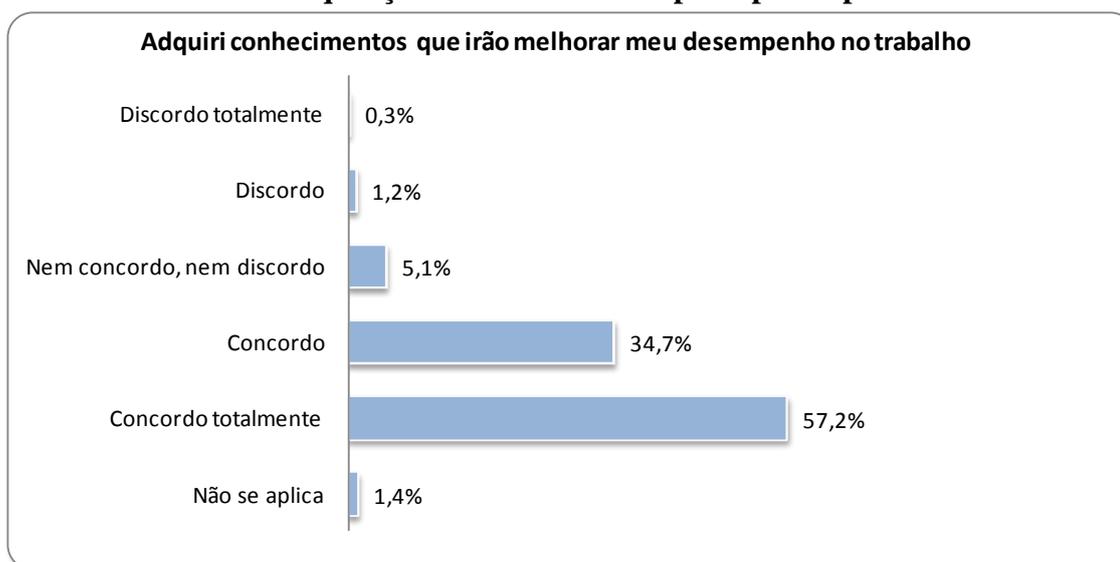
Gráfico 23 - Nota Global.



Fonte. SIGRH/2016

Os participantes declaram que através das atividades de capacitação foi possível adquirir conhecimentos que irão melhorar o desempenho no trabalho:

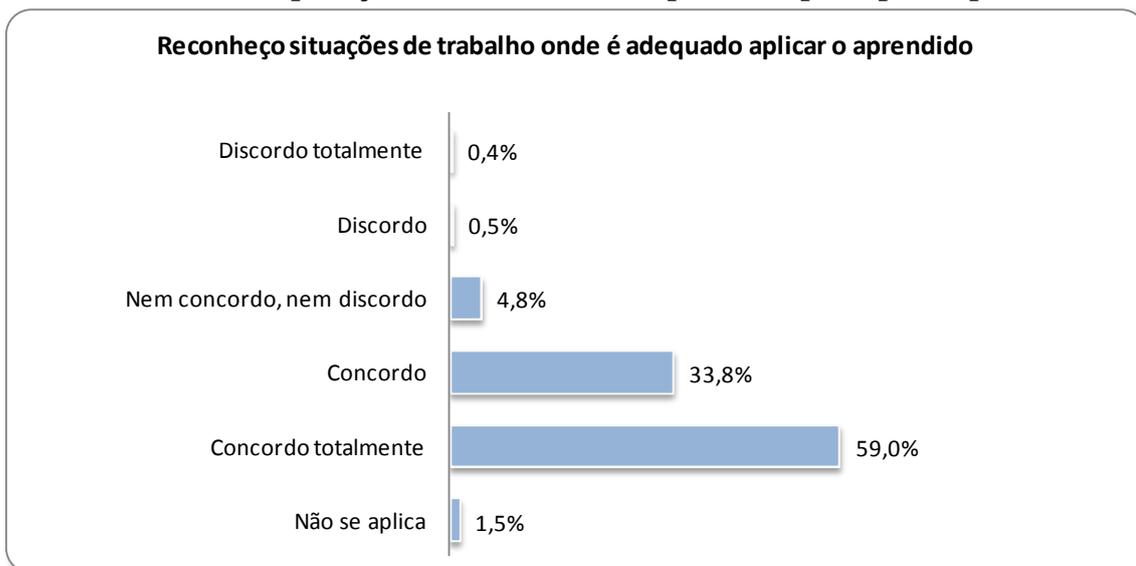
Gráfico 24 - Aquisição de conhecimento pelos participantes.



Fonte. SIGRH/2016

Além disso, os participantes conseguem perceber situações que são possíveis aplicar o conhecimento aprendido, bem como propor mudanças no ambiente de trabalho. Com isso, é possível perceber o impacto positivo dessas ações na atuação dos servidores.

Gráfico 25 - Aplicação do conhecimento aprendido pelos participantes.



Fonte. SIGRH/2016

Gráfico 26. Capacidade de propor mudanças.



Fonte. SIGRH/2016

Cabe ressaltar, também, que a UFRN obtém mensagens de críticas, elogios e sugestões que são recebidas através dos diversos canais de acesso da instituição (e-mails, telefones, mídias sociais e rádio). Os comentários são utilizados para identificar o nível de satisfação dos usuários e subsidiam a análise crítica da gestão, possibilitando a identificação de deficiências e, conseqüentemente, a implantação de melhorias na Instituição.

7.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

O Portal da UFRN (www.ufrn.br) oferece acesso a diversos conteúdos e documentos que fortalecem o compromisso com a publicização e a maior *accountability* da Instituição. Segue abaixo, o detalhamento dos caminhos de acesso às informações pertinentes à atuação da Universidade:

Acórdãos do TCU

- Caminho: www.ufrn.br / Institucional / Documentos / Acórdãos do TCU.
- Link direto: www.ufrn.br/institucional/documentos

Boletins Especiais

- Caminho: www.ufrn.br / Imprensa / Boletim Especial.
- Link direto: www.ufrn.br/imprensa/boletim-especial

Concursos

- Caminho: www.ufrn.br / Institucional / Concursos.
- Link direto: www.ufrn.br/institucional/concursos

Compras e licitações

- Caminho: www.ufrn.br / Serviços / Compras/Licitações.
- Link direto: sipac.ufrn.br/public/jsp/portal.jsf

Dados Abertos

- Caminho: www.ufrn.br / Ícone “Portal de Dados Abertos”.
- Link direto: dados.ufrn.br

Notícias

- Caminho: www.ufrn.br / Imprensa / Notícias.
- Link direto: www.ufrn.br/imprensa/noticias

Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)

- Caminho: www.ufrn.br / Institucional / Documentos / Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).
- Link direto: www.ufrn.br/institucional/documentos

Plano Diretor de TI (PDTI)

- Caminho: www.ufrn.br / Institucional / Documentos / Plano Diretor de TI (PDTI).
- Link direto: www.ufrn.br/institucional/documentos

Plano de Gestão

- Caminho: www.ufrn.br / Institucional / Documentos / Plano de Gestão.
- Link direto: www.ufrn.br/institucional/documentos

Portal de Acesso à Informação

- Caminho: www.ufrn.br / Logo “Acesso à Informação” (canto inferior direito da página).
- Link direto: www.sistemas.ufrn.br/acessoainformacao

Portal da Transparência

- Caminho: www.ufrn.br / Ícone “Portal da Transparência”.
- Link direto: www.ufrn.br/transparencia

Relatórios de Gestão

- Caminho: www.ufrn.br / Institucional / Documentos / Relatórios de gestão.
- Link direto: www.ufrn.br/institucional/documentos

7.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

A UFRN dispõe de uma política de acessibilidade definida no seu Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2010-2019), com dois eixos: um que diz respeito ao apoio pedagógico aos estudantes; e o outro eixo referente à infraestrutura.

A inclusão de estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) na UFRN insere-se mencionada política em resposta aos dispositivos legais do país, atendendo particularmente às exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/96), à Lei Nº 10.098/2000, o Decreto Nº 5.296/2004, a Convenção sobre o Direito das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006) ratificada no Brasil pelos Decretos Nº 186/2008 e Nº 6.949/2009, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), o Decreto Nº 7.611/2011 e a Lei 13.146/2015.

Em relação ao atendimento dos alunos com NEE, a UFRN oferece apoio social, programa de tutoria inclusiva, produção e adaptação de materiais didáticos acessíveis, repositório de informação acessível (RIA), treinamento e empréstimo de tecnologia assistiva, disponibilização de intérpretes de libras e capacitação de recursos humanos para atendimento aos estudantes com NEE.

Escola de Música da UFRN - EMUFRN

A Escola de Música da UFRN, por meio de ações de extensão, promove a oferta de cursos para comunidade externa, atendendo a pessoas com síndrome de Down, autismo e deficiência visual, além de cursos de capacitação para educadores musicais nas áreas de Libras e de Musicografia Braille.

Visando possibilitar o acesso de deficientes visuais e pessoas de visão reduzida ao material musical escrito (textos, transcrição de partitura para o formato Braille), a EMUFRN dispõe do Laboratório de Musicografia Braille. Dispondo de equipamentos para alunos com deficiência visual, o Laboratório é o setor responsável pela adaptação de material didático para os alunos com deficiência visual.

Laboratório de Acessibilidade da Biblioteca Central Zila Mamede (BCZM)

Em 2016, deu-se continuidade à orientação aos usuários com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) no uso adequado das fontes de informação e recursos tecnológicos por servidores devidamente capacitados ou que atuem no Laboratório de Acessibilidade (LA) no que se refere à Biblioteca Central Zila Mamede. O LA atende alunos com necessidades educacionais especiais e os professores e cursos que possuem esses alunos, com as suas solicitações de transformação do material que será utilizado em sala de aula em formato acessível.

Foram realizados os quantitativos de atendimentos demonstrados na tabela a seguir:

Tabela 1 – Atendimento do Laboratório de Acessibilidade da BCZM

MESES													
TIPO DE USUÁRIO	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	TOTAL
Alunos	-	5	10	8	8	4	-	7	8	4	4	3	61
Professores	-	11	12	13	15	5	-	9	10	4	5	3	87
Cursos	-	5	9	7	6	4	-	6	7	4	3	3	54

Fonte: Laboratório de Acessibilidade da BCZM, 20 de janeiro de 2017.

Ainda a respeito do material acessível, o LA realiza atividades técnicas de produção de material (ampliado, braille e áudio) para maximizar o desenvolvimento acadêmico e social dos alunos da UFRN que possuem baixa visão, cegueira, surdez, dislexia, entre outros, garantindo assim, a sua permanência na universidade, bem como, a conclusão de seus cursos.

Assim, o Laboratório vem produzindo uma série de materiais informacionais em formato acessível para promover uma maior igualdade das pessoas com NEE. Abaixo, os quantitativos dessa produção em 2016:

Tabela 2 – Produção de material acessível

MESES													
TIPO	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	TOTAL
Páginas adaptadas	-	1.156	2.210	2.673	1.226	465	-	1.086	841	758	428	1.353	12.196
Páginas ampliadas (entregues impressa)	-	1.469	1.704	4.112	441	-	-	498	183	188	189	-	8.784
Páginas em Braille	128	20	23	492	40	30	-	1144	-	1	30	922	2.830
Páginas no formato doc.	-	1.782	3.749	5.334	2.474	678	-	1.390	806	904	613	1.534	19.264
Textos em MP3	-	11	23	11	5	-	-	13	15	4	2	3	87

Fonte: Laboratório de Acessibilidade da BCZM, 20 de janeiro de 2017.

Gradativamente, o material produzido pelo Laboratório de Acessibilidade da BCZM está sendo armazenado no Repositório de Informação Acessível (RIA) da UFRN. Este repositório tem a finalidade de reunir, integrar e disponibilizar, em um portal, os textos produzidos pelo Laboratório; bem como permitir acesso do estudante com NEE dos cursos de Graduação e Pós-Graduação ao material de estudo e pesquisa necessários à sua formação acadêmica.

O material disponibilizado no RIA é destinado, exclusivamente, à pessoa com deficiência e representa uma tentativa de promoção à igualdade de condições no acesso ao conhecimento. Em dezembro de 2016, tinham-se disponíveis, no RIA, 517 materiais informacionais acessíveis, inclusive, com a descrição das imagens, o que aumenta as possibilidades de acesso dos alunos com NEE. Houve um aumento de 128% do número de registro de materiais informacionais acessíveis no RIA da UFRN em 2016, tendo sido 226 títulos em 2015. E ainda houve a migração do Repositório de Informação Acessível para o DSpace 5 e customização de sua interface gráfica, tornando-o mais acessível.

Outro serviço a ser destacado no Laboratório é a orientação à pesquisa em materiais em formato acessível, que ajuda as pessoas com NEE a apresentarem uma maior independência na sua vida acadêmica. Esse é um serviço que demanda conhecimento em pesquisa e principalmente de uso dos formatos acessíveis. No ano de 2016, foram realizados 13 desses atendimentos.

O Laboratório também realizou capacitações quanto ao uso das Tecnologias Assistivas utilizadas por pessoas com NEE, tendo sido totalizados 7 treinamentos de acessibilidade voltados para pessoas com NEE. Tal apoio à acessibilidade oferecido à comunidade universitária portadora de NEE, garante um maior acesso aos materiais informacionais utilizados pelos cursos e contribui com o acesso desses estudantes ao ensino superior e garante a sua permanência e conclusão de seus cursos.

Em 2015 foram atendidas 842 solicitações de adaptação de materiais informacionais pelo LA. Em 2016, esse número foi de 479 solicitações. Desse modo, houve diminuição relativa de 43,1% no número de solicitações de novos materiais, o que é esperado, na medida em que o repositório de informações é aprimorado e os alunos são capacitados a ter autonomia na adaptação dos materiais. Houve também diminuição relativa a 2015 no número de alunos atendidos (8,3%), disciplinas solicitantes (21,3%), cursos atendidos (17,4%) e de professores solicitantes (50,9%). Pode-se constatar que a diminuição dos números de produção não implica menos demandas de atendimento, mas uma mudança no papel do laboratório que sai do estigma de ser “apenas” espaço de produção acessível e passa a ser um espaço de suporte informacional acessível para os alunos e orientação aos docentes. Percebe-se que os discentes desenvolveram rotinas autônomas de pesquisar em outras fontes e também como observar o nível de acessibilidade dos formatos depositados no SIGAA pelos professores e se os mesmos precisam ou não ser enviados para o Laboratório. Por essa razão, não configura a diminuição de atendimento do Laboratório, mas o sucesso no trabalho realizado.

Também são realizadas visitas guiadas ao LA. Em 2015, o número de participantes de visitas técnicas foi de 257, e, em 2016, 153, o que caracteriza diminuição de 67,9% no número de participantes de visitas técnicas. Contudo, observa-se, em 2016, um aumento relativo de 300% nas visitas provenientes de outras IES. Desse modo, o trabalho do passa a ser conhecido externamente, podendo ser referência para outras instituições.

Concursos - Assistência aos candidatos com deficiência

Já em relação ao concursos realizados, a assistência prestada aos candidatos com deficiência é realizada em todos os concursos e processos seletivos, cuja responsabilidade é do Núcleo Permanente de Concursos (Comperve), sendo prevista em Edital. O atendimento a esses candidatos segue orientação da legislação em vigor: Decreto N^o 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e Lei 13.146, de 06 de julho de 2015. Em respostas às solicitações, são analisados os requerimentos desses candidatos e, uma vez comprovada a condição especial requerida, observados os critérios de viabilidade e de razoabilidade, deferem-se as solicitações, havendo a garantia da acessibilidade dos espaços físicos e do acompanhamento adequado da aplicação das provas e da correção delas.

No ano de 2016, foi disponibilizado, em diferentes formatos acessíveis, os Manuais de Orientação para Solicitação de Serviços e Recursos de Acessibilidade por Candidatos com Deficiência e Outras Condições Especiais no sítio eletrônico (link: www.comperve.ufrn.br/manuais_orientacao.php), cujo objetivo é orientar os candidatos com deficiência e outras condições especiais quanto à solicitação de serviços e recursos de acessibilidade para atendimento diferenciado relacionados aos concursos e processos seletivos realizados pela Comperve.

Capacitações

Sobre o total de ações voltadas para formação continuada no âmbito da UFRN, ele foi de 54 ações, sendo que, em 2015, foram 32 ações. Existiu, portanto, crescimento de 68,7% no número de ações realizadas.

As formações ofertadas contemplaram um público total de 1499 participantes formado por 335 (trezentos e trinta e cinco) docentes, 231 (duzentos e trinta e um) servidores, 748 (setecentos e quarenta e oito) discentes e 185 (cento e oitenta e cinco) participantes da comunidade externa. No ano de 2015, houve o total de 943 participantes, sendo 65 docentes, 213 técnicos, 255 discentes e 410 externos. Logo, houve aumento de 58,9% no número geral de participantes; crescimento de 415,3% no número de docentes, 8,4% no número de técnicos, 193,3% no número de discentes alcançados nas formações; e diminuição de 54,8% no público externo.

Já sobre o Programa de Tutoria Inclusiva, em 2016, 198 estudantes se inscreveram para participar da seleção. Em 2015, houve uma média de 30 estudantes inscritos para a seleção, o que indica maior visibilidade do programa em 2016. A divulgação da abertura das inscrições foi realizada com auxílio da Assessoria de Comunicação – ASCOM, o que também contribuiu para o aumento no número de inscritos.

Foram selecionados pela equipe técnica-educacional 13 estudantes dentre os 198 inscritos para trabalhar como tutores, bem como 16 estudantes em cadastro reserva que se disponibilizaram para trabalhar voluntariamente, totalizando 29 estudantes envolvidos como tutores do programa. Desse modo, com a possibilidade de cadastro e trabalho voluntário dos tutores, houve aumento de 123% no número de estudantes envolvidos com o projeto que, 2015, foi de 13 estudantes bolsistas. Vale destacar que foi realizado o curso de extensão denominado “Capacitação para atuação como leitor, transcritor e audiotranscritor em processos seletivos/concursos junto a candidatos com deficiência”. O curso, com carga horária de 24 horas, teve suas vagas disponibilizadas para discentes e servidores da UFRN e, também, para o público externo. Foram realizadas 312 inscrições, por meio do SIGAA, para ocuparem 30 vagas disponibilizadas.

Infraestrutura

No que se refere à infraestrutura, foram tornadas acessíveis as seguintes rotas: entre o Restaurante Universitário e a Residência Universitária I, II, III e IV, perfazendo 285 metros lineares de novos passeios acessíveis; entre o Restaurante Universitário e o Ginásio Poliesportivo, perfazendo 290 metros lineares; entre o DIMAP – CCET e Laboratórios de Química na zona IV, parcialmente concluída esta rota, sendo uma alternativa de deslocamento entre a Escola de Ciências e Tecnologia e o Setor de Aulas II / BCZM. Houve complementação da rota acessível entre a Escola de Ciências e Tecnologia e a Biblioteca Central, com a execução de travessias, elevadas ou não. E ainda ocorreu a adequação do acesso à Escola de Enfermagem e Departamento de Enfermagem, tornando acessível o trajeto do estacionamento a edificação. As novas rotas implementadas fazem parte do complexo de 14 rotas previstas para o Campus Central da UFRN. As rotas executadas fazem parte das rotas mais extensas além de atenderem a demanda de Centros, Setores de Aulas e Equipamentos com maior afluência de usuários.

É importante informar ainda que foi concluído o Pregão para instalação de equipamentos de transporte vertical (elevadores), sendo os contratos assinados em dezembro/2016 e atualmente se encontram na fase de projeto/fabricação dos equipamentos.

Também foram elaborados os projetos de sinalização informativa para os seguintes edifícios: Biblioteca Central Zila Mamede, Reitoria, Centro de Convivência Djalma Marinho, Comissão Permanente de Apoio ao Estudante com necessidades Especiais – CAENE, Instituto Internacional de Física – IIF, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo e Residência Estudantil da Escola Agrícola de Jundiá.

Por fim, foi realizada a elaboração do diagnóstico de acessibilidade para adequação à revisão da NBR 9050-2015 e respectivos projetos de reforma das seguintes edificações: Prática Jurídica, Almoxarifado, Bloco da Sala dos Professores, Bloco Administrativo, Bloco da Direção, Bloco de Aulas “D”, Novo Bloco de Sala de Aulas, Auditório, Biblioteca, BSI, Anfiteatro e Laboratórios de História.

Empréstimo de Tecnologia Assistiva

Os alunos com NEE, principalmente aqueles com deficiência visual, podem solicitar o empréstimo de notebooks ou de outros recursos (lupas manuais, eletrônicas, bengalas, gravador, etc.) para fazer uso durante sua formação acadêmica.

Em 2016, houve aumento de 23,5% no número relativo de empréstimos de materiais de tecnologia assistiva, com o crescimento de 36,3% no número de notebooks e 100% no número de minigravador digital de voz. O número de tablets, lupa eletrônica tipo mouse e lupa de apoio tipo pedra 4x manteve-se estável. O empréstimo de lupa de apoio iluminada com LED 8x diminuiu em 100%. Em relação à educação à distância, foi utilizada impressão com fonte ampliada, material com audiodescrição, e – em regime de empréstimo, renovável a cada semestre – notebooks configurados com *softwares* de acessibilidade. Os alunos receberam, ainda, capacitações individualizadas para aprimorar a utilização do equipamento e dos recursos disponíveis.

Acessibilidade e educação à distância

Sobre o material audiovisual para educação à distância, as ações desenvolvidas incluem o levantamento, a aplicação e o aprimoramento de parâmetros teóricos e técnicos de audiodescrição (AD), da legendagem para surdos e ensurdecidos (LSE) e da tradução-interpretação em Libras (TIL), com base na literatura da área e nos conhecimentos específicos envolvidos na produção e edição de vídeos. Desse modo, foi produzido um manual de orientações para tradutores-intérpretes de Libras com o intuito de aprimorar e dar mais uniformidade aos materiais audiovisuais acessíveis. Tal manual está disponível em: www.sedis.ufrn.br/index.php/2011-07-07-08-11-37/documentos. E mais os seguintes materiais tiveram recursos de acessibilidade adicionados:

Tabela 3 – Material que tiveram recursos de acessibilidade adicionados – 2016

Recursos		
AD e LSE	Videoaula do curso Ultrassonografia do AVASUS ¹ (LAIS/SEDIS)	15
AD e LSE	Videoaula dos 3 cursos do AVASUS (LAIS/SEDIS)	Mais de 50 (ainda adaptando)
AD e LSE	PROEX – Campanha mosquito <i>Aedes aegypti</i>	4
AD, LSE e TIL	CAENE – divulgação de ações da comissão	1
AD e LSE	SEDIS – Mídias – Notícias da SEDIS – I Encontro Potiguar de Acessibilidade Cultural.	1

Fonte: Setor de Acessibilidade Sedis

Foram ofertados cursos abertos à toda Universidade e, inclusive, à sociedade em geral. Estão elencados abaixo alguns dos principais produtos de acessibilidade:

¹ O AVASUS (Ambiente Virtual de Aprendizagem do SUS) é um espaço virtual de aprendizagem desenvolvido para profissionais e alunos da área de saúde com o objetivo de qualificar a formação, a gestão e a assistência no Sistema Único de Saúde (SUS). A plataforma foi idealizada pela Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES) do Ministério da Saúde e desenvolvida pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), beneficiando milhões de pessoas.

Quadro 5 – Ações de formação e apoio realizadas pela Acessibilidade – 2016

PERÍODO	AÇÃO	PARCERIA	PÚBLICO-ALVO
2016.2	Capacitação sobre a produção de material didático acessível	Governo do Estado do RN (Subcoordenadoria de Educação Especial – SUESP)	Professores do Estado e dos municípios
Outubro	AD para Eventos (módulo I)		*
Outubro	Minicurso de Legendagem para Surdos e Ensurdecidos		*
22 e 23 de novembro	I Encontro Potiguar de Acessibilidade Cultural, promovendo curso de AD para Eventos em segundo módulo	UFRN, Plano de Cultura da UFRN/MEC, Mais Cultura e Ministério da Educação e da Cultura do Governo Federal	*
2016.2	Audiodescrição para Eventos no IV Encontro de Música para Pessoas com Deficiência Visual	Escola de Música/UFRN	*
AVASUS/LAIS			
Projeto	Quantidade	Recursos	Situação
Ultrassonografia	15 vídeos	AD e LSE	FINALIZADO
Estimulação Precoce	54 vídeos	AD e LSE	Em andamento
Qualificação em triagem ocular	6 vídeos	AD e LSE	Em andamento
A importância de brincar	5 vídeos	AD e LSE	Em andamento
Letras/Libras e PROEX			
Projeto	Quantidade	Recursos	Situação
Orientações Aedes Aegypti	1	TIL	FINALIZADO
Orientações Zika Gestantes	1	TIL	FINALIZADO
Mitos e Verdades Zika	1	TIL e AD	FINALIZADO
Protegendo Casa	1	TIL e AD	FINALIZADO
CAENE			
Projeto	Quantidade	Recursos	Situação
Instituição da CAENE	1	TIL, LSE E AD	FINALIZADO
SEDIS			
Projeto	Quantidade	Descrição/Recursos	Situação
Manual interno de Orientações para Intérpretes/tradutores de LIBRAS	1	Manual produzido pela equipe com objetivo de orientar os tradutores-intérpretes de Libras para gravação do vídeo.	FINALIZADO
Vídeo “Notícias da SEDIS”, I Encontro Potiguar de Acessibilidade em Ambientes Culturais (<i>Fanpage</i> do <i>Facebook</i> /SEDIS)	1	Vídeo do setor da mídia/SEDIS com recursos de acessibilidade (AD e LSE) inseridos pela equipe.	FINALIZADO

Fonte: Setor de Acessibilidade Sedis

Estudantes com NEE assistidos

Quanto ao número de alunos em atendimento ou avaliação para futuro acompanhamento, esse totaliza 232 estudantes, sendo que 203 estão matriculados no Ensino Superior (sendo 197 na graduação, 1 na pós-graduação *lato sensu* e 5 na pós-graduação *stricto sensu*); 8 no Ensino Técnico e 20 na Educação Básica (sendo 10 na educação infantil e 10 no ensino fundamental). Destaca-se, ainda, 1 estudante em formação complementar/curso de idiomas no Ágora. No tocante à modalidade de ensino, 3 estão matriculados no ensino à distância e os demais (229) na modalidade presencial.

No processo de acompanhamento aos estudantes com NEE, no ano de 2016, a equipe da Comissão Permanente de Apoio ao Estudante com Necessidades Educacionais Especiais/CAENE realizou um total de 899 procedimentos. Em 2015 foram realizados 398, de maneira que houve aumento relativo de 125%. A respeito dos atendimentos aos alunos, houve crescimento total de 119,6%, sendo um aumento expressivo de 134,4% nos atendimentos psicológicos e de 123,8% nos atendimentos pedagógicos. No tocante aos atendimentos sociais, diante do afastamento da profissional para capacitação, houve diminuição de 90% no número de procedimentos. Em relação aos atendimentos a professores, coordenadores de curso ou orientadores acadêmicos, houve aumento de 178,5%.

No ano de 2016, foram concedidas aos estudantes com NEE diferentes tipos de bolsa, buscando garantir sua permanência durante sua trajetória acadêmica na UFRN, conforme quadro 5, abaixo. Em comparação ao ano de 2015, houve diminuição de 1,86% no número total de bolsas, mas registrou-se aumento na quantidade de bolsas residência (8,33%), auxílio transporte (150%), acessibilidade (47%) e auxílio óculos (200%); mantiveram-se estáveis as bolsas de trabalho, extensão, tutoria inclusiva e iniciação científica. No entanto, houve diminuição nas bolsas de alimentação (60%), introdução à docência PIBID (50%) e apoio técnico (25%).

QUADRO 6 – Distribuição comparativa 2015/2016 por tipo de bolsa para estudantes com NEE

Tipo de bolsa concedida	2015	2016	COMPARATIVO (%)
Alimentação	15	06	-60%
Residência	12	13	+8,33%
Auxílio Transporte	02	05	+150%
Bolsa Trabalho	04	04	00%
Bolsa Acessibilidade	17	25	+47%
Bolsa Extensão	18	18	00%
Introdução à docência PIBID	04	02	-50%
Apoio Técnico	20	15	-25%
Bolsa Tutoria Inclusiva	13	13	00%
Óculos	00	02	+200%
Iniciação Científica	02	02	00%
TOTAL	107	105	-1,86%

Fonte: Arquivo CAENE, acessado em 20 de fevereiro de 2017.

Outros destaques

É importante ressaltar as ações desenvolvidas pelos intérpretes de Libras: acompanhamento a professor, tradução e interpretação em eventos, tradução e interpretação em reuniões, tradução e interpretação em disciplinas, acompanhamento a alunos, participação em vídeos e participação em

reuniões. Comparativamente a 2015, houve aumento de 122,5% nas atividades desenvolvidas pelos intérpretes de Libras, distribuídas entre acompanhamento a professor (200%), tradução e interpretação em reuniões (233,3%), tradução e interpretação em disciplinas (300%), acompanhamento a alunos (185,7%) e participação em reuniões (400%). Houve apenas diminuição relativa de 33,3% nas atividades de tradução e interpretação em eventos e participações em vídeo.

Um outro avanço nas condições técnicas e operacionais de acessibilidade para pessoas com necessidades especiais ocorreu com a aquisição do sistema de “legenda oculta” que adequa a TV Universitária da UFRN à regulamentação brasileira de acessibilidade em TV Digital (NBR 15290, Norma Complementar nº1/2006 e Portarias 310/2006, 188/2010 e 312/2012 do Ministério das Comunicações), sendo adotados os recursos de janela de Libras (programações) e *close caption* (programação local).

Por fim, vale salientar que o site da UFRN passou por reformulação. O novo portal já está com a linguagem traduzida para a língua de sinais. A versão para deficientes auditivos está em desenvolvimento e será implementada ainda no primeiro semestre de 2017.

7.6 Outras Informações Relevantes da Gestão

Além das informações já elencadas, ressaltam-se as seguintes realizações acerca do relacionamento com a sociedade por parte da UFRN: o programa Trilhas Potiguaras, a Semana de Ciência, Tecnologia e Cultura – CIENTEC (essas duas primeiras já abordadas ao longo deste Relatório, mas aqui enfatizadas), a Mostra de Profissões e as atividades referentes à arboviroses.

Destaca-se que o principal programa de extensão da UFRN, o Trilhas Potiguaras, atuou em 10 municípios no interior do Rio Grande do Norte. Participaram do programa 177 estudantes de graduação de 44 cursos, confirmando o seu caráter inter e multidisciplinar. Este programa existe desde 1996 e nos últimos 20 anos vem trabalhando na promoção da participação social, educação, saúde e cultura no RN. A importância do programa é evidenciada na sua forma de execução, articulando a universidade e a sociedade no desenvolvimento de ações que contribuirão para o desenvolvimento local, qualificando e impactando diretamente na formação dos estudantes da UFRN.

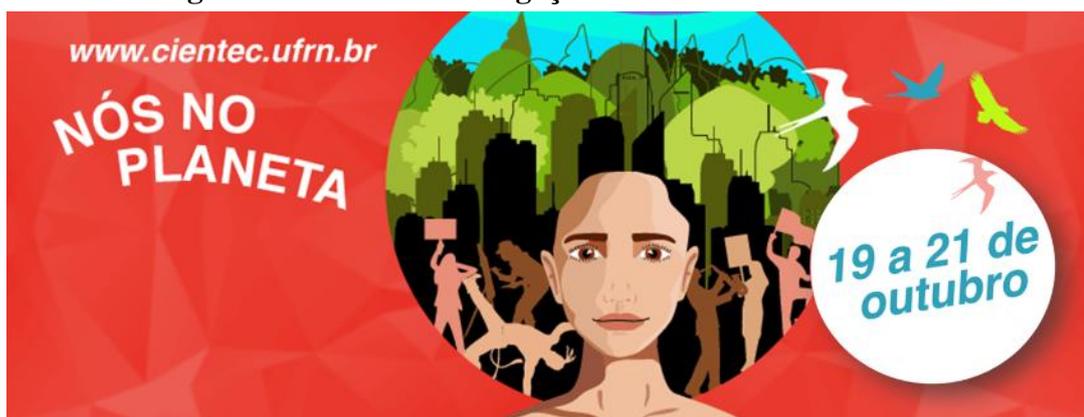
Figura 6 - Seminário de integração para atuação do Programa Trilhas Potiguaras



Fonte: PROEX

Outra ação de importância, em 2016, foi a Semana de Ciência, Tecnologia e Cultura – CIENTEC, evento que expõe projetos, trabalhos científicos, minicursos, oficinas e palestras, resultando na interação entre estudantes, professores, técnicos-administrativos e pessoas da sociedade em geral, contitui-se no maior evento de divulgação da produção acadêmica para a comunidade do estado.

Figura 7 - Cartaz de divulgação da XXII CIENTEC 2016



Fonte: SEDIS/PROEX.

Foi de grande importância ainda, especialmente diante do contexto de expansão dos casos de microcefalia associados ao zika vírus, a proposição e o desenvolvimento de ações no pacto da educação contra o Aedes/Zika (pacto MEC-UFRN), em que foram realizadas: ações educativas em escolas públicas; participação em reuniões com públicos diversos; palestras em outras instituições de ensino superior do RN; exposições interativas; elaboração de material publicitário; capacitações para estudantes e servidores da UFRN; publicação de um edital voltado às arboviroses; realização de seminário sobre arboviroses para avaliação e apresentação de resultados dos projetos aprovados.

Figura 8 - Seminário Norteriograndense sobre arboviroses e suas complicações



Fotos: Cícero Oliveira - ASCOM/UFRN.

Outra ação que demonstra o relacionamento da UFRN com a sociedade foi evento Mostra de Profissões, que levou ao conhecimento de estudantes do ensino médio e demais interessados informações relevantes sobre a profissionalização e o mercado de trabalho em diversas áreas. Em 2016, foi realizado o evento nos 4 campi: Campus Central/Natal (8ª edição), FACISA/Santa Cruz (4ª edição), CERES/Currais Novos (4ª edição) e CERES/Caicó (5ª edição).

Para a divulgação dos eventos foram desenvolvidas ações, tais quais: atualização do *site* da Mostra e da página na rede social *Facebook*; envio de ofícios e programação para aproximadamente 400 (quatrocentas) escolas do Estado; visitas a 90 escolas por docentes e discentes da graduação; produção e distribuição de folders e cartazes, contendo a programação e local das palestras;

atualização da Revista Escolh@UFRN. Além disso, registrou-se a parceria com a Secretaria de Estado da Educação e da Cultura (SEEC) e Secretarias Municipais de Educação que disponibilizaram transporte para a participação de estudantes das escolas públicas.

Figura 9 - Cartaz da 8ª Mostra de Profissões do Campus de Natal.



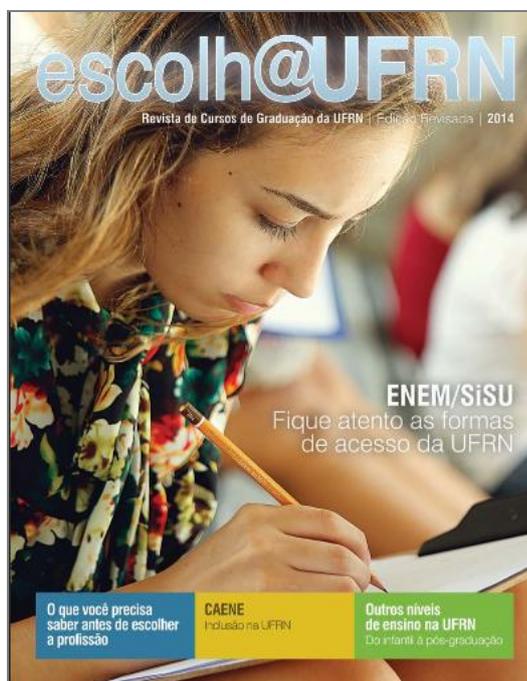
Fonte: Coordenação da Mostra de Profissões/DDPed/PROGRAD.

Figura 10 - Cartaz das Mostras do interior 2016.



Fonte: Coordenação da Mostra de Profissões/DDPed/PROGRAD.

Figura 11 - Versão da Revista Escolh@UFRN 2015/2016.



Fonte: Coordenação da Mostra de Profissões/DDPed/PROGRAD.

8. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

8.1. Desempenho financeiro no exercício

Esse item do referido Relatório tem como finalidade demonstrar os resultados obtidos por essa UPC na condução da sua Gestão Financeira. Entende-se que boa parte dos pontos relacionados sobre o tema já foram abordados em itens anteriores, a exemplo dos itens relacionados com as informações sobre as realizações das receitas e execução das despesas.

Primeiramente é importante destacar que durante todo o exercício financeiro de 2016 houve algumas dificuldades para a execução das metas estabelecidas, decorrentes dos contingenciamentos realizados e da tempestividade dos ingressos financeiros.

Além do contingenciamento realizado na Lei Orçamentária Anual – LOA de 2016, que gerou impacto tanto nas ações voltadas aos Investimentos em Obras e Aquisição de Materiais Permanentes, como nas despesas fundamentais ao custeio dessa UPC, houve limitação de repasses financeiros em alguns meses para pagamento das obrigações assumidas.

Essas liberações, que em exercícios anteriores eram realizadas com periodicidade semanal e na totalidade das obrigações a pagar, passaram a ser realizadas em períodos mensais e nem sempre em montantes suficientes para o pagamento da totalidade das exigibilidades. Tal situação acaba gerando maior atraso no pagamento aos fornecedores, e em muitos casos com suspensão no fornecimento dos Materiais e/ou Serviços.

Mesmo com todas as dificuldades já apresentadas, o exercício de 2016 apresentou uma relativa melhora quando comparado ao exercício de 2015. Como principais pontos positivos destacamos:

- a) Aumento na arrecadação das Receitas Próprias da UFRN de 18% em relação a 2015, já líquida de deduções;
- b) Excesso de arrecadação de 27,50% no exercício de 2016, ou seja, a Receita Arrecadada foi superior a Previsão Atualizada da Receita;
- c) Queda no Passivo Circulante de aproximadamente 60% quando comparado a 2015, com destaque para a conta de Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo, cujo saldo em 2016 foi de R\$ 10.998.297,04 contra o montante de R\$ 26.152.311,59 de 2015.
- d) Aumento no percentual de pagamento em 2016 dos Valores Liquidados a pagar, onde 98% em Investimentos e 97% das Outras Despesas Correntes liquidadas naquele exercício foram pagos, contra 75% e 93%, respectivamente, no exercício de 2015.

Outro fator positivo no exercício foi a geração líquida de caixa. No exercício as Atividades das Operações geraram um fluxo de caixa positivo de R\$ 67.064.628,70, ao passo que as Atividades de Investimentos geraram um fluxo negativo de R\$ 50.569.527,18, fazendo com que no exercício do relatório a Geração Líquida de Caixa resultasse no montante positivo de R\$ 16.495.101,52. No exercício de 2015 essa mesma geração foi negativa em R\$ 3.367.334,90.

A título explicativo lembramos que o fluxo de caixa das Atividades das Operações compreende os ingressos, inclusive decorrentes de receitas originárias e derivadas, e os desembolsos relacionados com a ação pública e os demais fluxos que não se qualificam como de Investimento ou Financiamento.

Já o fluxo de caixa dos Investimentos inclui os recursos relacionados à aquisição e à alienação de ativo não circulante, bem como recebimentos em dinheiro por liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos e outras operações da mesma natureza.

Por fim, o Resultado do Exercício foi negativo em R\$ 886.051.859,93 motivado, exclusivamente, pelo ao lançamento realizado para constituição de Provisões de Longo Prazo para perdas judiciais/administrativas no valor de R\$ 950.803.767,23.

8.2. Informações sobre medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior

8.2.1 – Políticas, instrumentos e fontes de recursos para ensino, pesquisa e extensão.

A Universidade, como unidade orçamentária da estrutura administrativa do Ministério da Educação, tem neste, sua principal fonte para o financiamento de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Utiliza-se de recursos da Matriz Andifes, alocados em ações orçamentárias como: 2522, 2994, 4002, 4086 e 8282, conforme detalhado no item “4.3.2- Execução física e financeira das ações da Lei Anual de responsabilidade da unidade”.

A UFRN possui uma Política de Gestão delineada no seu PDI 2010-2019, o qual estabelece uma estrutura administrativa e acadêmica descentralizada, em que a comunidade acadêmica é fomentada a preparar projetos acadêmicos de interesse institucional (da própria UFRN ou de outros órgãos públicos) ou da sociedade civil, que demandam apoio junto à UFRN. Normalmente, tais projetos exigem o aporte de recursos para a sua execução, sendo estes oriundos do próprio orçamento de custeio ou pleiteados junto aos órgãos financiadores (agências de fomentos, instituições privadas, outros órgãos da administração federal, estadual, municipal, etc.).

Obtidos os recursos, as áreas responsáveis assumem a coordenação e execução dos projetos, recebendo apoio dos órgãos internos responsáveis pelo planejamento, orçamento, contabilidade e finanças da UFRN, que orientam quanto ao atendimento dos objetivos estabelecidos e cumprimento das metas fixadas.

Embora as políticas acadêmicas (ensino, pesquisa e extensão) incentivem o desenvolvimento de atividades nestas áreas e uma maior interação com a sociedade, não existe, do ponto de vista da captação de recursos adicionais, uma política estabelecida com este fim.

Para os fins a que se destina este relatório, é importante ressaltar que o detalhamento dos valores arrecadados a título de recursos próprios, discriminando, por exemplo, receitas imobiliárias, taxas recebidas, receita de concursos e demais, foi apresentado por essa UPC no item “4.3.7 – Informação sobre a Realização das Receitas” desse relatório.

8.2.2 – Demonstração da alocação de recursos captados e dos resultados

Durante o exercício de 2016 foi arrecadado um montante de R\$ 37.409.705,77 a título de Receita Orçamentária Líquida, decorrente de contratos de alugueis, cursos de especialização, realização de concursos públicos, rendimento de aplicações financeiras e outros, conforme já discriminado no item 4.3.7 desse relatório.

Os recursos arrecadados são distribuídos internamente para as respectivas unidades que deram origem àquela arrecadação, por exemplo, se o curso de especialização “A” arrecadou no exercício o montante “X” esse valor é alocado na sua unidade para uso na manutenção e desenvolvimento do curso. A seguir será apresentado o quadro demonstrativo da alocação (uso) dos recursos próprios arrecadados no exercício:

Quadro 1 – Alocação dos Recursos Próprios por Natureza de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Grupo de Despesa	Fonte SOF	Natureza de Despesa	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS		
3	DESPESAS CORRENTES	0250	335041	CONTRIBUICOES	57.165,95	57.165,95	57.165,95
			339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	641.686,20	641.686,20	641.686,20
			339018	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	807.538,98	591.428,98	590.828,98
			339020	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	483.679,33	277.767,33	277.767,33
			339030	MATERIAL DE CONSUMO	410.208,98	124.045,64	124.045,64
			339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	355.215,47	234.167,66	234.167,66
			339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA	4.430.303,03	3.987.192,28	3.985.757,75
			339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA	6.655.477,04	5.074.317,25	5.074.317,25
			339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	14.060,85	14.060,85	14.060,85
			339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	238.667,33	238.667,33	238.667,33
			339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	26.516,47	26.516,47	26.516,47
			339139	OUTROS SERV.TERCEIROS-PES.JURID-OP.INTRA-	1.712,00	1.712,00	1.712,00
			339147	OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-	1.025.082,60	909.365,27	909.365,27
			339192	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	30.447,22	30.447,22	30.447,22
		0280	339030	MATERIAL DE CONSUMO	7.007,05	947,40	947,40
			339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA	700.064,84	408.565,87	408.565,87
4	INVESTIMENTOS	0250	449039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA	294.628,00	54.558,00	54.558,00
			449051	OBRAS E INSTALACOES	2.200,24	-	-
			449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.162.258,69	127.800,30	12.195,78
		0280	449051	OBRAS E INSTALACOES	144.056,58	123.033,48	123.033,48
			449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.753.405,26	11.626,80	10.976,80
Total			19.241.382,11	12.935.072,28	12.816.783,23		

Fonte: Tesouro Gerencial

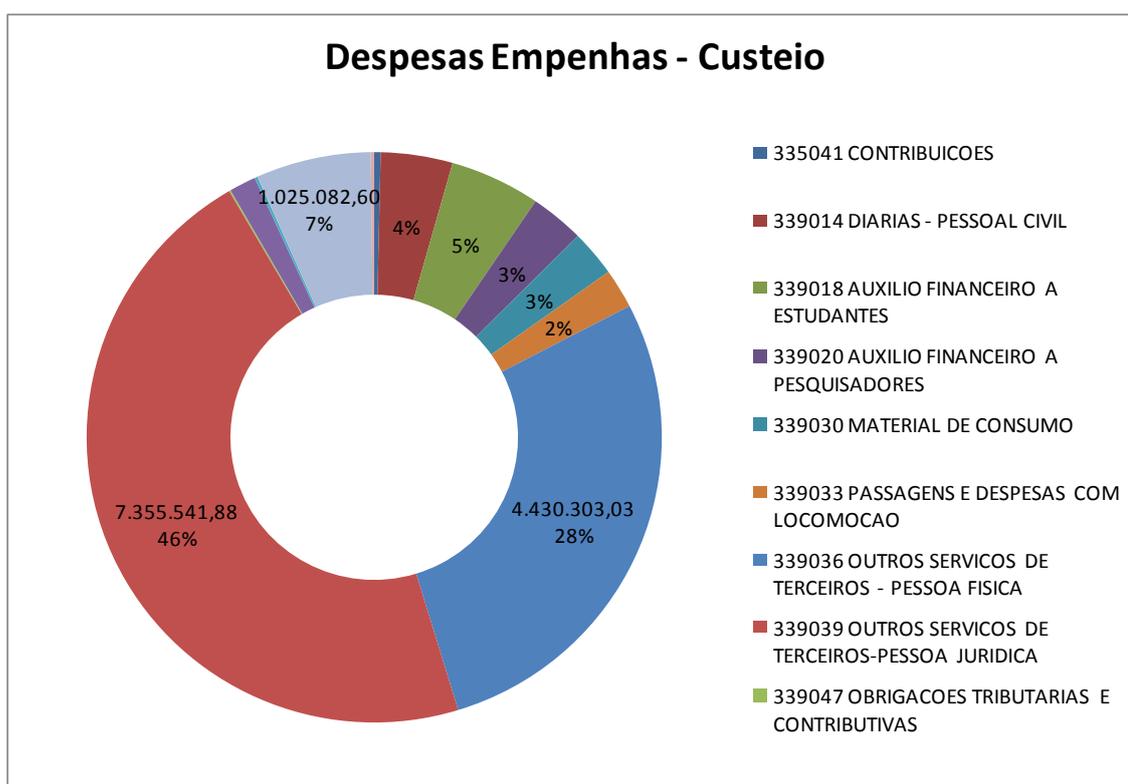
Conforme demonstrado pelo quadro acima, o total empenhado no exercício com recursos próprios dessa UPC totalizaram o montante de R\$ 19.241.382,11, ou seja, 51% dos recursos arrecadados no exercício. Em 2015 esse mesmo percentual representou 83%. O fator determinante para tal diferença entre 2016 e 2015, e para um baixo percentual de empenho no exercício, foi decorrente de solicitação do MEC para bloqueio de parte dos recursos próprios dessa UPC em 2016, que totalizou um montante de R\$ 9.222.936,00 bloqueados e cancelados por Portaria.

Do montante empenhado com recursos próprios no exercício, 82,56% foi destinado para as ações de Custeio dessa UPC (Despesas Correntes) e 17,44% com Investimentos realizados.

Do valor total de R\$ 3.356.548,77 empenhados como Investimentos no exercício, 86% foi destinado para aquisição de Equipamentos e Material Permanentes e os 14% restantes foi destinado para Serviços de Pessoa Jurídica e Obras e Instalações.

Já em relação às Despesas Correntes, 46% do total empenhado foram destinados para aquisição de Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, seguido pela aquisição de Serviços de Terceiros Pessoa Física com 28% do total:

Gráfico 1 - Despesas empenhadas



Do montante total empenhado, Custeio e Capital, foi liquidado nesse exercício o valor de R\$ 12.935.072,28, que correspondente a 67,23% de todo o valor empenhado. Com relação aos valores pagos podemos perceber que de todos os valores liquidados por essa UPC nas fontes de recursos próprios, 99% foram devidamente pagas no próprio exercício, gerando um saldo insignificante de Restos a Pagar em fonte própria.

Durante o exercício de 2016 tivemos algumas dificuldades enfrentadas com relação à limitação de empenho e movimentação financeira. Do lado orçamentário, levando em consideração a totalidade do orçamento aprovado em LOA, houve cortes na ordem de 10% nas despesas de custeio e 50% nas de investimentos.

Levando em consideração apenas os valores orçamentários relativos aos recursos próprios dessa UPC, além dos cortes supracitados, houve também o bloqueio de R\$ 9.222.936,00, a pedido do MEC, que posteriormente foi cancelado, como já citado.

Além do bloqueio acima, também destacamos o excesso de arrecadação que houve no exercício de 2016 de R\$ 8.068.831,77 que não foi objeto de Crédito Adicional por Excesso de Arrecadação, ou seja, não havia autorização orçamentária para empenhar esses recursos. Na prática recebemos 100% do autorizado na LOA, com bloqueio e cancelamento de 32% desse valor, mas apenas 77% quando comparado ao valor arrecado.

No tocante as movimentações financeiras não houve limitações quanto aos recursos próprios, pois esses são arrecadados diretamente a essa UPC, ficando essa restrição limitada aos recursos financeiros enviados pelo MEC que, como já relatado no item da execução das despesas.

8.3 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN aplica em seus procedimentos contábeis os dispositivos das NBC T 16.9 e 16.10, além das Macrofunções Siafi 02.03.30 e 02.03.35 e do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

O registro da Depreciação teve seu início no ano de 2010 para os bens colocados em condições de uso a partir daquele ano, já que os mesmos apresentavam valor monetário próximo da realidade, o que excluía a necessidade de Reavaliação e/ou Redução a Valor Recuperável.

Os bens colocados em condições de uso anterior a esse período estão passando por processo de Reavaliação e/ou Redução a Valor Recuperável, conforme cronograma estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, transcrito abaixo, para posterior registro da Depreciação, Amortização e Exaustão. Para tanto, utiliza-se a tabela de vida útil padronizada para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional, estabelecida pela STN, através da Macrofunção Siafi 02.03.30, conforme tabelas 1 e 2 .

Tabela 1- Tabela de vida útil e valor residual para cada conta contábil

Tabela de vida útil e valor residual para cada conta contábil:		
Conta Contábil	Vida Útil (anos)	Valor Residual
12311.01.01 - APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	15	10%
12311.01.02 - APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	10	20%
12311.01.03 - EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS, ODONTO, LAB E HOSP.	15	20%
12311.01.04 - APARELHO E EQUIPAMENTO P/ESPORTES E DIVERSOES	10	10%
12311.01.05 - EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	10	10%
12311.01.06 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	20	10%
12311.01.07 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	10	10%
12311.01.08 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	15	10%
12311.01.09 - MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	10	10%
12311.01.10 - EQUIPAMENTOS DE MONTARIA	5	10%
12311.01.11 - EQUIPAMENTO E MATERIAIS SIGILOSO E RESERVADOS	10	10%
12311.01.12 -EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS P/AUTOMOVEIS	5	10%
12311.01.13 -EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS MARITIMOS	15	10%
12311.01.14 -EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS AERONAUTICOS	30	10%
12311.01.15 -EQUIPAM. PECAS E ACESSORIOS PROTECAO AO VOO	30	10%
12311.01.16 - EQUIPAMENTOS DE MERGULHO E SALVAMENTO	15	10%
12311.01.17 - EQUIPAM DE MAQUINAS E MOTORES NAVIOS ESQUADRA	-	-
12311.01.18 - EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULHAMENTO	20	10%
12311.01.19 - EQUIPAMENT DE PROTECAO E VIGILANCIA AMBIENTAL	10	10%
12311.01.20 - MAQUINAS E UTENSILIOS AGROPECUARIO/RODOVIARIO	10	10%
12311.01.21 - EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	10	10%
12311.01.23 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - CONSTRUCAO CIVIL	20	10%
12311.01.24 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRONICOS	10	10%
12311.01.25 - MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	10	10%
12311.01.99 - OUTRAS MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	10	10%
12311.02.01 - EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	5	10%
12311.03.01 - APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	10	10%
12311.03.02 - MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	10	10%
12311.03.03 - MOBILIARIO EM GERAL	10	10%
12311.03.04 - UTENSILIOS EM GERAL	10	10%
12311.04.02 - COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	10	0%
12311.04.03 - DISCOTECAS E FILMOTECAS	5	10%
12311.04.04 - INSTRUMENTOS MUISCAIS E ARTISTICOS	20	10%
12311.04.05 - EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	10	10%
12311.04.06 - OBRAS DE ARTE E PECAS PARA EXPOSICAO	-	-
12311.04.07 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA FINS DIDATICOS	10	10%
12311.04.99 - OUTROS MATERIAIS CULTURAIS, EDUCAC E DE COMUM	10	10%
12311.05.01 - VEICULOS EM GERAL	15	10%
12311.05.02 - VEICULOS FERROVIARIOS	30	10%
12311.05.03 - VEICULOS DE TRACAQ MECANICA	15	10%
12311.05.04 - CARROS DE COMBATE	30	10%
12311.05.05 - AERONAVES	-	-
12311.05.06 - EMBARCACOES	-	-
12311.09.00 - ARMAMENTOS	20	15%
12311.10.00 - SEMOVENTES E EQUIPAMENTOS DE MONTARIA	10	10%
12311.99.04 - ARMAZENS ESTRUTURAIIS - COBERTURAS DE LONA	10	10%
12311.99.09 - PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	10	10%

Tabela 2- Cronograma limite, por conta contábil, para implantação obrigatória da depreciação relativa aos bens adquiridos em exercícios anteriores a 2010, conforme Macrofunção Siafi 02.03.30.

Conta	Título	Prazo Máximo
14212.02.00	Aeronaves	2011
14212.20.00	Embarcações	2011
14212.35.00	Equipamentos de Processamento de Dados	2011
14212.52.00	Veículos de Tração Mecânica	2011
14212.06.00	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	2012
14212.28.00	Máquinas e Equip. de Natureza Industrial	2012
14212.08.00	Hosp.	2013
14212.42.00	Mobiliário em Geral	2013

O método de cálculo dos encargos utilizado é o das quotas constantes, método esse padronizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional, uma vez que a informação deve ser consistente e comparável. A taxa de Depreciação, Amortização e Exaustão seguem a tabela de vida útil dos bens, estabelecida pela STN. Sendo assim, um bem com vida útil de 10 anos tem uma taxa de Depreciação de 10% a.a, sendo depreciado até atingir o seu Valor Residual, valores esses que também seguem os padrões para toda a Administração Pública Federal.

A adoção dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10, em conjunto com a Macrofunção SIAFI 02.03.30 e do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, além de manter atualizados os valores dos ativos desta Instituição, gerou um impacto no exercício de R\$ 9.219.228,25 a título de Depreciação, Amortização e Exaustão, e um acumulado de R\$ 39.147.974,36, conforme apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais. Os valores relativos à Depreciação, Amortização e/ou Exaustão de exercícios anteriores, assim como as Reavaliações e/ou Reduções a Valor Recuperável, são registrados diretamente no Patrimônio deste Órgão, não impactando o resultado do exercício.

Os procedimentos quanto a Amortização dos Bens Intangíveis foram iniciados ao longo de 2016 e geram um impacto de R\$ 562.912,65 a título de Amortização Acumulada de *Softwares*, sendo R\$ 495.679,31 referente a amortização de exercícios anteriores a 2016, e R\$ 67.233,34 referente ao exercício atual.

Já em relação às metodologias adotadas com relação à avaliação e mensuração no âmbito dessa UPC, informamos que é observado o disposto na NBC T 16.10, ou seja, para os itens do ativo imobilizado a mensuração e/ou avaliação é feita com base no valor de aquisição, produção ou construção.

Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo imobilizado devem ser incorporados ao valor desse ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Qualquer outro gasto que não gere benefícios futuros deve ser reconhecido como despesa do período em que foi incorrido.

Os estoques também são mensurados e avaliados com base no valor de aquisição, produção ou construção, salvo quando esse valor é superior ao valor de mercado, sendo assim adotado o valor de mercado. As saídas do almoxarifado são realizadas pelo custo médio ponderado.

A STN só estabeleceu o cronograma até o ano de 2013 e, tendo em vista a necessidade e importância de proceder com os procedimentos de Reavaliação e/ou Redução a Valor Recuperável dos bens adquiridos anteriormente a 2010, a UFRN realizou em 2014, conforme tabela 3, Reavaliação dos grupos, não havendo nenhum procedimento em 2016.

Tabela 3 – Reavaliação dos Grupos em 2014

Conta	Título	Ano
14212.30.00	Máquinas e Equipamentos Energéticos	2014
14212.32.00	Máquinas e Equipamentos Gráficos	2014
14212.33.00	Equip. para Áudio, Vídeo e Foto	2014
14212.34.00	Maq., Utens. E Equipamentos Diversos	2014
14212.38.00	Maq., Ferramentas e Utens. De Oficina	2014
14212.39.00	Equip. Hidráulicos e Elétricos	2014

8.4. Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

Informações básicas

Como foi registrado nos Relatórios de Gestão dos anos de 2014 e 2015, o sistema de apuração de custos no âmbito da UFRN, avançou significativamente na elaboração do projeto piloto, cujo teor está sendo reapresentado devido a sua importância, bem como esclarecer os motivos quais não foram concretizados na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Na época foi argumentado que a gestão de custos no âmbito das IFES é um tema novo e foi apresentado para a UFRN em junho de 2014 a partir de convite formulado à Reitora da UFRN pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do MEC (SPO/MEC). A proposta contida no convite foi para a UFRN fazer parte de um projeto piloto na área de custos do qual faziam parte a **Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Universidade de Brasília e um dos Institutos Federal de Minas Gerais**. O projeto piloto no âmbito do MEC contou com a participação da Secretaria do Tesouro Nacional e teve como principal objetivo implantar no âmbito da administração federal a integração da execução orçamentária e financeira ao Sistema de Informação de Custos (SIC) do Governo Federal, desenvolvido pela STN.

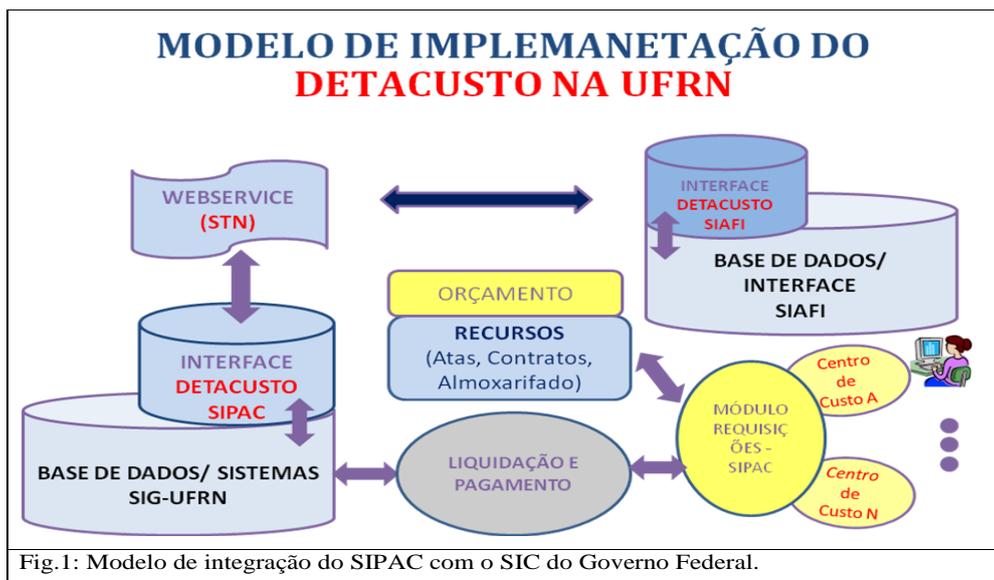
Os critérios adotados pela SPO/MEC para a participação no projeto piloto foi o conhecimento prévio de experiências de cada instituição convidada na área de custos. No caso da UFRN a motivação esteve focada na informação de que o SIPAC era modelado com base em centros de custos e que teria o potencial para se integrar ao SIC via SIAFI.

Evolução do projeto no âmbito da UFRN e desafios para a gestão

A primeira etapa do projeto piloto consistiu na apresentação das experiências de cada IFES e, na perspectiva da UFRN, teve como principal resultado a percepção de que o SIPAC estava concebido na concepção de centros de custos, mas que não atendiam aos conceitos técnico-contábeis de *custo*, que somente é apropriado no momento da liquidação da despesa e após tratamentos adequados, enquanto o SIPAC está organizado em função da execução orçamentária (empenho da despesa).

O resultado das diversas discussões foi no sentido de que a UFRN era a única instituição com condições de, no médio prazo (alguns meses), se integrar ao sistema SIC do Governo Federal através da integração em tempo real do SIPAC ao SIAFI através do Webservice DETACUSTO desenvolvido e disponibilizado pela STN.

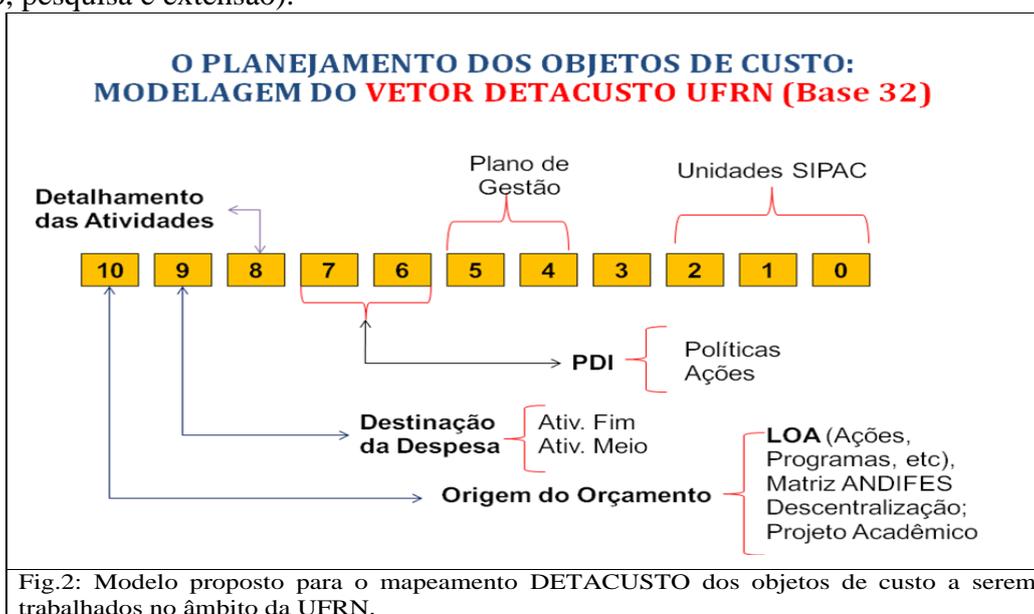
Essa integração SIPAC-SIAFI começou a ser implementada pela Superintendência de Informática, que estava trabalhando na implantação do modelo apresentado na Fig.1. Todavia, considerando a descontinuidade da gestão a nível de STN e de mudanças gerenciais, não houve avanços nessa integração no exercício de 2016, razão pela qual o modelo ora apresentado não chegou a ser efetivado.



O desafio, portanto, é de que seja assegurada a integração SIPAC/SIAFI, a partir da qual, a SINFO/UFRN trabalhará na fase 2 do projeto que é a adequação do SIPAC (centros de custos) ao conceito contábil de custo e que pressupõe a existência dos objetos de custo que serão vinculados no momento da liquidação da despesa.

Os princípios básicos do projeto piloto é que os objetos de custos a serem criados tenham utilidade prática para a instituição, não impliquem em criação de despesa e que cabe a cada IFES a escolha de seus objetos de custo.

Consideradas essas premissas, a proposta da gestão superior da UFRN é que os objetos de custo a serem mapeados no vetor DETACUSTO tenham a estrutura apresentada na Fig.2. O princípio orientador para a modelagem dos objetos de custo é preservar os centros de custo SIPAC e ao mesmo tempo viabilizar a aferição dos custos das metas e políticas estabelecidas no PDI e no Plano de Gestão, consideradas e distribuídas entre as atividades meio e as atividades finalistas (ensino, pesquisa e extensão).



8.5 Demonstrações contábeis exigidos pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

Esse item apresenta as Demonstrações Contábeis obrigatórias dessa UPC, na ordem abaixo, acompanhada das respectivas Notas Explicativas, apresentados no anexo 1 do Capítulo 10 - Anexos e Apêndices desse relatório.

Os Demonstrativos que compõem esse item são:

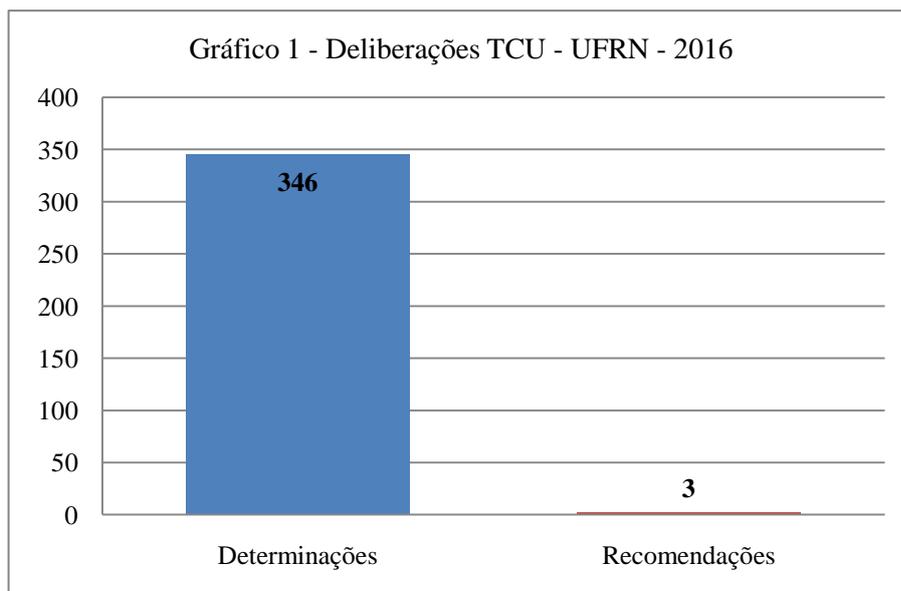
- I – Balanço Patrimonial;
- II – Balanço Financeiro;
- III – Balanço Orçamentário;
- IV- Demonstração das Variações Patrimoniais; e
- V – Demonstração do Fluxo de Caixa.

9 - CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

9.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

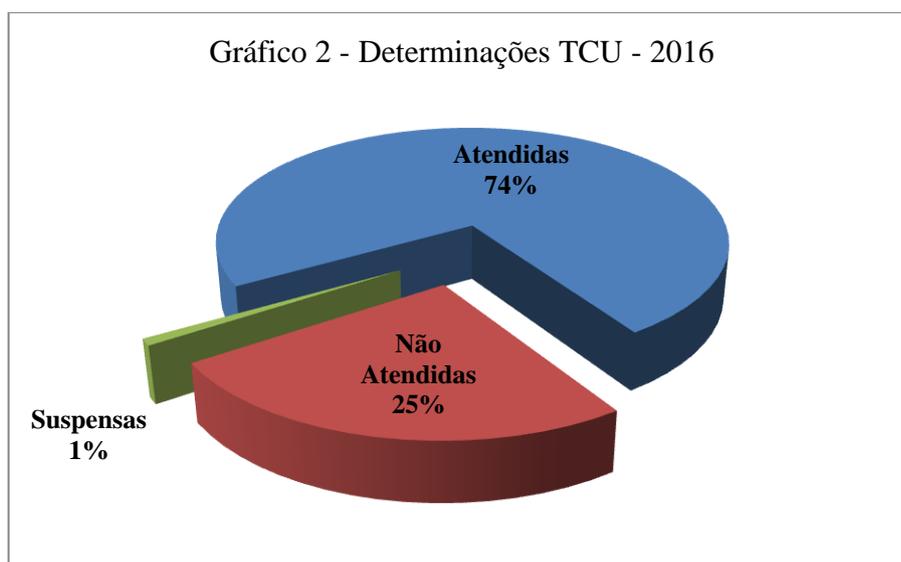
Visão Geral sobre as Deliberações feitas pelo TCU em Acórdãos do Exercício de Referência

Durante o exercício de 2016 a UFRN recebeu 349 deliberações do TCU, conforme pode ser observado no Gráfico 1:



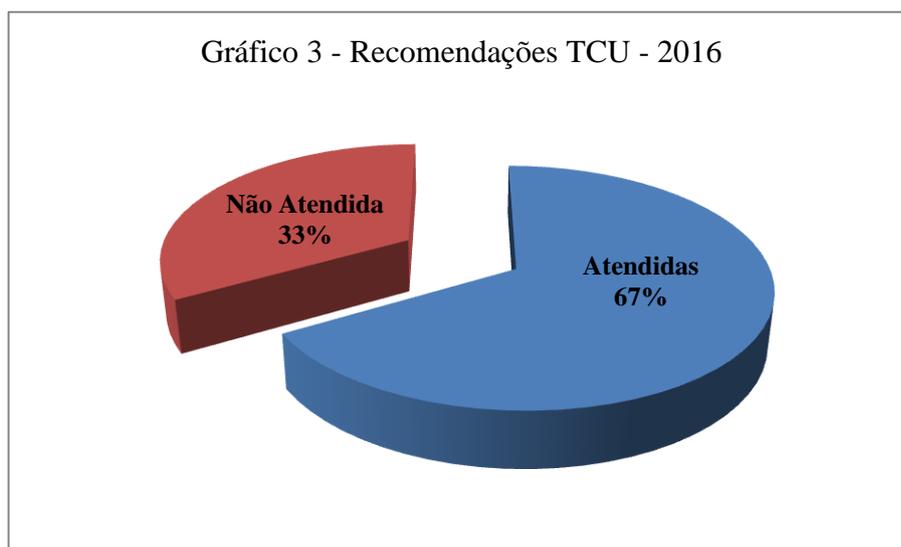
Fonte: Controles – Auditoria Interna/UFRN

Com relação às Determinações, das 346 recebidas, 256 foram consideradas pela unidade responsável pela implementação como atendidas, 87 permanecem pendentes de atendimento e três determinações estão com efeito suspensivo, conforme Ofício 0771/2016-TCU-SECEX-RN, de 06/07/2016. O Gráfico 2 demonstra melhor este posicionamento.



Fonte: Controles – Auditoria Interna/UFRN

Em se tratando das Recomendações, das três recebidas, duas foram consideradas como atendidas, e apenas uma permanece pendente de atendimento, conforme se observa no Gráfico 3:



Fonte: Controles – Auditoria Interna/UFRN

Formas que a UFRN dispõe para o efetivo Acompanhamento das Deliberações do Tribunal e Recomendações do Órgão de Controle Interno - OCI

A UFRN realiza o monitoramento das deliberações do TCU, bem como das recomendações da CGU, através do Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos – SIPAC. Tal sistema vem sendo ajustado para melhor atender as necessidades dos usuários interessados (Auditoria Interna e demais unidades responsáveis por alguma deliberação).

O Gabinete da Reitoria é a unidade responsável por recepcionar os ofícios enviados pelos órgãos de controle que encaminham os Acórdãos (TCU) e os Relatórios (CGU). Nesta unidade, há servidores destacados para o acompanhamento dos prazos estipulados. Após o recebimento, o Gabinete é responsável pelo encaminhamento às unidades interessadas e à Auditoria Interna para conhecimento e inserção no SIPAC. Normalmente é marcada reunião para discussão, estabelecimento das estratégias para o pleno atendimento e identificação dos responsáveis por cada deliberação.

Quanto aos Acórdãos relativos à área de pessoal - encaminhados pela SEFIP/TCU diretamente à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas – PROGESP - foi designado um servidor para o acompanhamento das demandas dos órgãos de controle, que inclui os Acórdãos relativos a essa área.

A Auditoria Interna tem a incumbência de notificar as unidades responsáveis, através de um módulo do SIPAC denominado “Auditoria e Controle Interno”, para que informem as providências adotadas, visando o acompanhamento de cada determinação/recomendação.

Deliberações do TCU decorrentes de julgamento de Contas Anuais de Exercícios Anteriores que estejam pendentes de Atendimento

A UFRN teve suas contas julgadas nos exercícios de 2007 a 2013, e 2015, no entanto, a prestação de contas deste último ano ainda não foi analisada pelo TCU. Com relação às deliberações com pendências de atendimento, a UFRN ainda possui uma recomendação nesta situação referente ao processo de prestação de contas do exercício de 2011, conforme se observa no seguinte quadro:

Quadro 1 - Caracterização da determinação/recomendação do TCU decorrente de julgamento de Contas Anuais de Exercícios Anteriores – pendentes de Atendimento				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-032.273/2012-6 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2011)	458/2014 - SEGUNDA CÂMARA	1.8.	Ofício nº 138/2014-TCU/SECEX-RN	28/02/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Superintendência de Infraestrutura - SIN		Pró-Reitoria de Administração - PROAD		
Descrição da determinação/recomendação				
<p>1.8. Recomendar à Universidade Federal do Rio Grande do Norte que avalie a oportunidade, conveniência e viabilidade técnica e econômica de se implementarem medidas adicionais com vistas à economia e eficiência do uso de energia elétrica, tais como, a título exemplificativo: 1.8.1. a utilização de sensores de presença ou outros mecanismos de controle de uso de lâmpadas e de aparelhos de ar condicionado, inclusive com possíveis aperfeiçoamentos dos referidos sistemas por setores técnicos da própria Universidade, tais como controles centrais de utilização de salas e acompanhamento de consumo em tempo real em central informatizada; 1.8.2. uso de energia eólica e solar, especialmente tendo em vista o potencial da região e o envolvimento da Universidade na área de pesquisa, extensão e inovação tecnológica. Sugere-se dar preferência às tecnologias desenvolvidas pela própria UFRN ou em parceria com outras instituições públicas com vistas à redução de custos e à possível produção de turbinas de pequeno e médio porte, caso seja necessário, para fins de difusão do uso da tecnologia pela população e empresas locais;</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Superintendência de Infraestrutura - SIN	<p>Os projetos elaborados pela UFRN continuam contemplando diversas variáveis de eficiência e conforto ambiental. Os projetos desenvolvidos possuem uma preocupação constante com a envoltória da edificação, aplicando diversas estratégias bioclimáticas, tais como: promoção de sombreamento das aberturas e fachadas das envoltórias, que diminui a incidência solar dentro dos ambientes reduzindo sua carga térmica e promovendo menor consumo de energia; especificação de telhas termoacústicas que também auxiliam na redução da carga térmica nos ambientes; implantação coerente com a orientação solar do local; maior aproveitamento do potencial de iluminação e ventilação natural; especificação de materiais que promovam a redução do consumo elétrico e de água como arejadores, torneiras com temporizadores, torneiras com acionamento automático e antivandalismo, lâmpadas eficientes, divisão de circuitos elétricos de modo que promova a ligação gradual das fases conforme necessidade.</p> <p>Por fim, registramos que no ano de 2016 foi iniciada a elaboração de uma pasta técnica que norteia a especificação de materiais e equipamentos que atendam as exigências da IN nº. 002/2014, cuja abordagem é feita do ponto de vista da eficiência energética das edificações públicas federais, bem como a elaboração de um manual de obra sustentável que engloba todos os setores envolvidos no processo (projetos, orçamento, fiscalização).</p>			

Pró-Reitoria de Administração - PROAD	<p>Em relação à recomendação, temos a informar que foi instituída, através da Portaria 336/2015-R, a Comissão Interna de Conservação de Energia - CICE da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, a qual ficou responsável pela proposição de medidas de curto, médio e longo prazo visando à eficiência energética, bem como a redução de custos na Administração Central. Nesse sentido, algumas proposições da referida Comissão já estão sendo implementadas pela UFRN, dentre as quais, destacamos: acompanhamento mensal pela CICE do consumo de energia elétrica por prédio, por unidade acadêmica e de toda a Universidade, visando a revisão e o ajuste das demandas contratadas com a concessionária de energia; adoção de lâmpadas de menor potência e maior eficiência para a mesma tensão; recomendações aos usuários das unidades administrativas e acadêmicas da UFRN para que a temperatura de set point do ar condicionado seja igual ou maior que 23°C, dentre outras. Além disso, estão em processo de implantação: o monitoramento da rede de distribuição de alta tensão e subestações de atendimento aos complexos de edificações (Centros Acadêmicos e Prédios Administrativos), que possibilitará avaliar os parâmetros físicos do sistema; sistema de medição de consumo de energia, em mais de 50% dos prédios do Campus Central, através de equipamentos de monitoramento de energia, tipo CCK; a orientação para que na elaboração dos projetos elétricos de edifícios do Campus Central seja observada a setorização dos circuitos de iluminação de acordo com a disponibilidade de iluminação natural, bem como para que todos os projetistas levem em consideração a possibilidade do uso de geração fotovoltaica de energia elétrica nas edificações que estão atualmente em fase de projeto, determinando os custos necessários para instalação dessa forma de energia renovável. Como o trabalho da comissão e as ações acima destacadas envolvem medidas de curto, médio e longo prazo, entendemos que, embora a recomendação - de caráter discricionário -, tenha sido atendida, uma vez que a avaliação sugerida foi realizada por parte da UFRN, as ações ora indicadas, bem como outras que surgirão, tem atendimento permanente na instituição.</p>
---------------------------------------	---

Determinações do TCU que remetem a obrigação de informar sobre o andamento das providências para o Relatório de Gestão Anual

Quadro 2 – Caracterização da determinação/recomendação do TCU – com obrigação de informar sobre as providências no Relatório de Gestão Anual				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
035.719/2012-5	20960/2016 – SEGUNDA CÂMARA	1.7	Ofício 1141/2016-TCU/SECEX-RN	18/10/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - PROGESP				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>1.7. Determinar à Universidade Federal do Rio Grande do Norte que:</p> <p>1.7.1. adote as medidas necessárias para obter os reembolsos dos valores elencados nos subitens “b.4.1” a “b.4.14” deste acórdão, implementando previamente, quando for o caso, as ações necessárias para a exata identificação daqueles valores apontados como estimativa e aqueles para os quais não se comprovou a realização dos reembolsos;</p> <p>1.7.2. no próximo relatório de gestão, informe o resultado das medidas adotadas relativas às constatações de ausência de reembolso de que trata o subitem anterior.</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>As situações achadas foram analisadas e os entes cessionários serão notificados para procederem aos reembolsos devidos. Dessa forma, serão ajuizadas as ações para obtenção do ressarcimento de todos os valores devidos por esses entes.</p>				

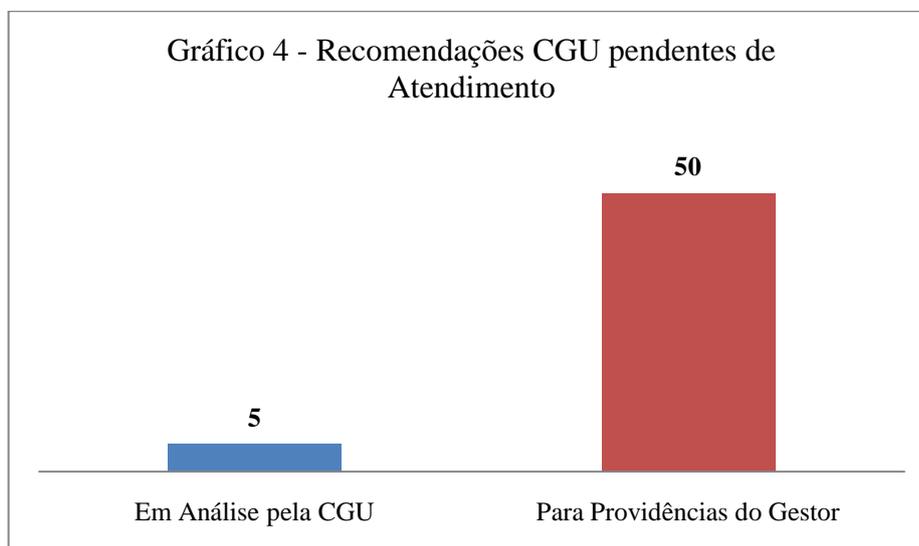
9.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno

Durante o exercício de 2016, a CGU emitiu dois relatórios contendo recomendações para a UFRN. O primeiro foi o Relatório nº 201410715, enviado por meio do Ofício nº 569/2016/CGU-R/RN/CGU-PR, contendo onze recomendações. Segundo o Sistema Monitor da CGU, todas as recomendações deste Relatório estão “Em Monitoramento”, sendo cinco delas “Em análise pela CGU” e seis “Para Providências do Gestor”, todas elas dentro do prazo para atendimento.

O segundo foi o Relatório Anual de Contas nº 201601502 com 44 recomendações, enviado por meio do Ofício nº 20.687/2016/GAB/RN/Regional/RN-CGU, datado de 01 de dezembro de 2016, no qual a CGU deu prazo de 30 dias para apresentação do Plano de Providências Permanente. Entretanto, o referido prazo foi prorrogado para 17/02/2017, conforme o Ofício nº 179/2017/GAB/RN/Regional/RN-CGU, motivo pelo qual não há um posicionamento acerca do atendimento destas recomendações.

Ademais, nove recomendações, oriundas de outros exercícios, foram consideradas atendidas pelo órgão de controle interno em 2016 e outras três foram canceladas.

Em resumo, as recomendações emitidas em 2016 pelo OCI, segue representado no Gráfico 4.



Fonte: Sistema Monitor (CGU)

Quanto às formas de que dispõe para o efetivo acompanhamento das recomendações do OCI, tal informação consta no item “Tratamento de determinações e recomendações do TCU”, conforme orientação para elaboração do referido item, tendo em vista serem as mesmas formas de acompanhamento.

9.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

As medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário envolvem a apuração de qualquer indício de irregularidade, cujo conhecimento poder ocorrer por meio de denúncia, representação ou conhecimento notório de algum fato. Em regra, essa apuração se inicia com um levantamento preliminar de informações e, se for o caso, culmina na abertura de Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar.

A apuração no âmbito dos processos disciplinares é regida pelas Leis n.º 8.112/90, n.º 9.784/99, Regimento Geral da UFRN e pela Resolução n.º 36/2016 do Conselho Superior de Administração (CONSAD). Essa espécie de apuração é detalhada no item 5.3 "Atividades de Correição e apuração de ilícitos administrativos".

Com base no controle de dados e atos quanto aos procedimentos disciplinares, apresentamos o seguinte quadro:

Medidas Adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Débito < R\$ 75.000	Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*
Recebimento Débito				Não Comprovação				
03								

Fonte: Planilha de Controle Interno de PAD e Sindicância 2016 e CGU-PAD - Sistema de Gestão de Processos Disciplinares

Em relação aos três casos assinalados, esclarecemos que se referem a processos que envolvem acúmulo de cargos, com infringência ao Regime de Dedicção Exclusiva: 23077.061033/2015-22; 0023077.00035933/2015-86; 23077.014487/2016-95. Com relação aos dois primeiros os descontos nos contracheques dos servidores estão sendo realizados desde o mês de novembro de 2016, cujos valores totais são, respectivamente, 128.226,52 (cento e vinte e oito mil, duzentos e vinte e seis reais e cinquenta e dois centavos) e 240.394,14 (duzentos e quarenta mil e trezentos e noventa e quatro reais e quatorze centavos). Quanto ao processo n.º 23077.014487/2016-95, o desconto começou a ser efetivado no contracheque do servidor a partir do mês de fevereiro de 2017, cujo valor total é de 205.272,64 (duzentos e cinco mil e duzentos e setenta e dois reais e sessenta e quatro centavos).

9.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o art. 5º da Lei 8.666/1993.

Essa UPC observa as disposições do art 5º da Lei 8.666/1993 quanto ao pagamento das contratações de Bens, Serviços, Locações e Obras, através de controle realizado por Planilhas Eletrônicas, que fica disponível para consulta e conhecimento a qualquer momento por parte dos fornecedores, salvo quando presente relevantes razões de interesse público para a não observância.

O artigo em referência determina que cada Unidade da Administração, no pagamento das obrigações contratuais, obedeça à estrita ordem cronológica das datas de exigibilidade dos créditos, para cada fonte diferenciada de recurso. A unidade responsável pelos pagamentos dessa UPC recebe as demandas de pagamento de diversos setores internos, que são responsáveis pelos recebimentos dos Materiais e/ou Serviços e pelo ateste que foram efetivamente realizados, para posterior envio do processo ao setor responsável pelo pagamento.

Devido aos tramites internos destacados no parágrafo anterior, entendemos como exigibilidade do crédito o momento da liquidação da despesa no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, pois nesse momento há a efetiva certeza da prestação do serviço e/ou fornecimento do material. Após esse registro, todos os documentos são lançados em Planilha Eletrônica, por ordem de liquidação e por fonte de recursos, para posterior pagamento.

No final do exercício de 2016 foi publicada pelo MPOG a IN nº 02/2016, de 06 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a observância da ordem cronológica de pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, no âmbito do Sistema de Serviços Gerais – Sisg.

A referida IN estabeleceu uma subdivisão por categorias de contratos e também definiu como marco inicial, para efeito de inclusão do crédito na sequência de pagamentos, o recebimento da nota fiscal ou fatura pela unidade administrativa responsável pela gestão do contrato, considerando como ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

Sendo assim, como a IN só foi publicada no final do exercício de 2016 foram adotados os critérios próprios dessa UPC para inclusão na lista, conforme já citado acima, e que para o início do exercício de 2017 essa UPC fará as mudanças necessárias na lista atual de pagamentos para adequação aos critérios estabelecidos pela IN nº 02/2016 – MPOG.

Por fim, vale destacar que durante todo o exercício de 2016 as liberações de financeiro em favor dessa UPC foram de periodicidade mensal, em quantias nem sempre suficientes para atender a totalidade das exigibilidades de crédito, o que gerou algumas dificuldades no cumprimento do referido artigo, tendo em vista que para não ocorrer a descontinuidade dos serviços que comprometessem o pleno funcionamento e segurança institucional, foram realizados pagamentos prioritários aos serviços de Energia Elétrica, Locação de Mão de Obra e Vigilância Armada.

9.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Considerando a suspensão liminar dos subitens 9.2 e 9.3 do Acórdão nº 2.859/2013, informamos que no exercício de 2016 não foram realizadas revisões dos contratos visando administrativamente ao ressarcimento dos valores pagos a maior (elisão do dano) em relação aos contratos de prestação de serviços já encerrados, que foram firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.

9.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda

Quadro 4 - Despesas com publicidade

Valores em R\$ 1,00

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Legal	2080 / 20RK	435.392,59	108.861,23
Utilidade Pública	2080 / 20RK	4.838,50	4.838,50

Fonte: Tesouro Gerencial

A UFRN não tem nenhum contrato firmado com agências prestadoras de serviço de publicidade e propaganda para os serviços de Publicidade Institucional, Publicidade Legal, Publicidade Mercadológica e Publicidade de Utilidade Pública.

Contudo, como detentora de duas emissoras abertas de radiodifusão, uma de televisão e outra de rádio, a Universidade recorre a uma sistemática de veiculação de conteúdo promocional junto a esses dois veículos, sendo que as peças publicitárias demandadas são elaboradas e produzidas internamente. Ao usar suas próprias mídias, frequentemente, a UFRN incumbe-se de realizar ações de PUBLICIDADE E PROPAGANDA (sob o conceito de Promoção Institucional). Para essa tarefa, a Instituição estruturou setor especializado, no caso uma Coordenadoria de Promoção Institucional instalada na Superintendência de Comunicação.

Os recursos dispendidos em Publicidade Legal e Utilidades Públicas, referidos no Quadro 4 acima, foram destinados à publicação de atos oficiais da UFRN no Diário Oficial da União, por intermédio do Contrato nº 50/2016 firmado com a Imprensa Nacional; e à publicação de atos oficiais da UFRN em jornais impressos, por meio do Contrato nº 35/2013 com a Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

9.7 Demonstração da conformidade com o disposto no art.3º do Decreto 5.626/2005

A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) foi reconhecida efetivamente no ano de 2002, por meio da publicação da Lei nº 10.436, que a caracterizou como “um sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria” e “oriundo de comunidades de pessoas surdas do Brasil”.

Posteriormente, o Decreto-Lei nº 5626 de 2005, regulamentou a Lei nº 10436 de 2002. Os seus nove capítulos envolvem a garantia do direito à educação e à saúde às pessoas surdas, entre outros aspectos, e vem impactando a área de forma bastante significativa.

A partir da publicação do referido Decreto as instituições de educação superior têm enfrentado alguns desafios estabelecidos na norma, como a inserção da disciplina de Língua Brasileira de Sinais nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, em caráter obrigatório.

Com a obrigatoriedade da oferta da disciplina em questão, os desafios que se apresentaram, num primeiro momento, estavam relacionados à reformulação das estruturas curriculares dos cursos alvo, de forma a contemplar a disciplina de LIBRAS, bem como suas implicações: a contratação de docentes surdos ou ouvintes para ministrar a disciplina; a renovação de acervo bibliográfico a partir da aquisição de obras específicas que tratam do tema, dentre outros fatores.

A UFRN, com a finalidade de não só atender ao Decreto, mas também de efetivamente formar os futuros educadores de surdos numa perspectiva crítica, com um embasamento teórico sólido que venha a subsidiar a prática pedagógica, além de inserir a disciplina de Libras nos projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura e de Fonoaudiologia, criou em 2013 o curso de Letras, habilitação em LIBRAS, em funcionamento desde o período letivo 2013.2.

O Quadro a seguir apresenta os cursos de graduação da UFRN que ofertam Libras como disciplina obrigatória, atendendo na íntegra, o Decreto-Lei nº 5626 de 2005 que regulamentou a da Lei nº 10.436.

Quadro 5 - Curso de graduação que ofertam Libras como disciplina obrigatória

	Cursos de graduação que ofertam Libras como disciplina obrigatória	Cód. Curso (e-MEC)	Município	Atendimento ao art. 3º do Decreto 5.626/2005	Publicação
1	ARTES VISUAIS	95667	NATAL	SIM	*
2	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	312332	NATAL	SIM	*
3	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - EAD	120887	CAICÓ, CURRAIS NOVOS, GUAMARÉ, LUÍS GOMES, NOVA CRUZ	SIM	*
4	CIÊNCIAS SOCIAIS	12315	NATAL	SIM	*
5	DANÇA	116774	NATAL	SIM	*
6	EDUCAÇÃO FÍSICA	312327	NATAL	SIM	*
7	EDUCAÇÃO FÍSICA - EAD	1193750	CAICÓ, CARAÚBAS, CURRAIS NOVOS, GUAMARÉ, GROSSOS, LUÍS GOMES, MACAU, MARELINO VIEIRA, MARTINS, NOVA CRUZ	SIM	*
8	EDUCAÇÃO FÍSICA - PARFOR	**		SIM	*
9	FILOSOFIA	312321	NATAL	SIM	*
10	FÍSICA	312334	NATAL	SIM	*
11	FÍSICA - EAD	99892	CAMPINA GRANDE (PB), CURRAIS NOVOS, EXTREMOZ, LUÍS GOMES, MACAU, MARTINS, NOVA CRUZ	SIM	*
12	FONOAUDIOLOGIA	116764	NATAL	SIM	*
13	GEOGRAFIA	312323	NATAL	SIM	*
14	GEOGRAFIA - EAD	111314	CAICÓ, EXTREMOZ, LUÍS GOMES, MACAU, MARCELINO VIEIRA, MARTINS, NOVA CRUZ	SIM	*
15	GEOGRAFIA	12351	CAICÓ	SIM	*
16	HISTÓRIA - EAD	1299294	CARAÚBAS, MACAU PARNAMIRIM, SÃO GONÇALO DO AMARANTE	SIM	*
17	HISTÓRIA	12324	NATAL	SIM	*

18	HISTÓRIA	12350	CAICÓ	SIM	*
19	LETRAS - FRANCÊS	32296	NATAL	SIM	*
20	LETRAS - INGLÊS	34277	NATAL	SIM	*
21	LETRAS - LINGUA ESPANHOLA	116564	NATAL	SIM	*
22	LETRAS - LINGUA PORTUGUESA	31160	NATAL	SIM	*
23	LETRAS - LINGUA ESPANHOLA	116625	CURRAIS NOVOS	SIM	*
24	LETRAS - LINGUA PORTUGUESA E LIBRAS	1279038	NATAL	SIM	*
25	LETRAS - LINGUA PORTUGUESA	110830	CURRAIS NOVOS	SIM	*
26	LETRAS - LINGUA PORTUGUESA - EAD	1170261	CAICÓ, CURRAIS NOVOS, NOVA CRUZ, PARANAMIRIM	SIM	*
27	LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS - PRONERA	**	CURRAIS NOVOS	SIM	*
28	MATEMÁTICA	312333	NATAL	SIM	*
29	MATEMÁTICA - EAD	99898	CURRAIS NOVOS, EXTREMOZ, LAJES, MACAU, MARCELINO VIEIRA, NOVA CRUZ	SIM	*
30	MATEMÁTICA - PARFOR	**		SIM	*
31	MATEMÁTICA	12354	CAICÓ	SIM	*
32	MÚSICA	18395	NATAL	SIM	*
33	PEDAGOGIA	20938	NATAL	SIM	*
34	PEDAGOGIA - EAD	1193519	CAICÓ, CARAÚBAS, CURRAIS NOVOS, GROSSOS, GUAMARÉ, LUÍS GOMES, MACAU, MARCELINO VIEIRA, MARTINS, NATAL, PARNAMIRIM, SÃO GONÇALO DO AMARANTE, NOVA CRUZ	SIM	*
35	PEDAGOGIA	12353	CAICÓ	SIM	*
36	QUÍMICA	312335	NATAL	SIM	*
37	QUÍMICA - EAD	99896	CAICÓ, CAMPINA GRANDE (PB), CURRAIS NOVOS, EXTREMOZ, NOVA CRUZ	SIM	*
38	TEATRO	108336	NATAL	SIM	*

Fonte: SIGAA

(*) A UFRN disponibiliza as informações listadas no Art. 32, §1º da Portaria MEC 40/2007 de no *link* <http://ufrn.br/academico/ensino/graduacao/cursos>, no mesmo estão listados todos os cursos ofertados em ordem alfabética.

(**) Os cursos que não possuem código e-MEC, pois pertencem a Programas de formação em nível nacional, criados pelos MEC, e portanto, não são cursos com oferta regular pela UFRN.

ANEXO

Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e
notas explicativas



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 30/01/2017 PAGINA 2

SUBTÍTULO 26243 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	1.223.754.000,80	1.187.417.580,19	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.223.754.000,80	1.187.417.580,19

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	68.175.357,43	57.599.474,71	PASSIVO FINANCEIRO	135.831.880,19	145.948.541,02
ATIVO PERMANENTE	1.155.578.643,37	1.129.818.105,48	PASSIVO PERMANENTE	959.035.470,11	1.940.855,05
			SALDO PATRIMONIAL	128.886.650,50	1.039.528.184,12

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	204.654.091,45	182.125.074,51	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	4.849.534,73	1.701.406,05
Execução dos Atos Potenciais Ativos	204.654.091,45	182.125.074,51	Execução dos Atos Potenciais Passivos	4.849.534,73	1.701.406,05
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	10.926.497,28	12.000.112,08	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	187.817.618,04	168.785.957,82	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	4.849.534,73	1.701.406,05
Direitos Contratuais a Executar	5.909.976,13	1.339.004,61	Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	204.654.091,45	182.125.074,51	TOTAL	4.849.534,73	1.701.406,05

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-23.071.913,77
Recursos Vinculados	-44.584.608,99
Educação	-80.132.514,01
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-9.408.852,87
Operação de Crédito	96.207,88
Doações	1.763,46
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	45.571.505,98
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-712.719,43
TOTAL	-67.656.522,76



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 30/01/2017 PAGINA 1

SUBTÍTULO 26243 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - AUTARQUIA

ÓRGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Receitas Orçamentárias	37.409.705,77	31.471.223,25	Despesas Orçamentárias	1.647.046.513,93	1.531.110.582,22
Ordinárias	378.312,90	306.551,26	Ordinárias	436.239.953,91	532.535.020,31
Vinculadas	37.244.079,77	31.376.527,10	Vinculadas	1.210.806.560,02	998.575.561,91
Alienação de Bens e Direitos	12.335,00		Educação	997.307.207,52	753.589.656,33
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	37.231.744,77	31.376.527,10	Seguridade Social (Exceto RGPS)	189.884.430,14	20.222.569,83
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-212.686,90	-211.855,11	Operação de Crédito		194.509.909,70
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	21.663.291,33	27.858.684,02
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	1.951.631,03	2.394.742,03
Transferências Financeiras Recebidas	1.766.306.506,37	1.683.594.521,15	Transferências Financeiras Concedidas	162.072.820,78	180.723.236,54
Resultantes da Execução Orçamentária	1.683.868.391,69	1.577.412.677,39	Resultantes da Execução Orçamentária	157.005.706,31	150.199.787,09
Repasse Recebido	1.528.318.078,56	1.427.516.229,79	Repasse Concedido	1.455.393,18	303.339,49
Sub-repasse Recebido	155.550.313,13	149.896.447,60	Sub-repasse Concedido	155.550.313,13	149.896.447,60
Independentes da Execução Orçamentária	82.438.114,68	106.181.843,76	Independentes da Execução Orçamentária	5.067.114,47	30.523.449,45
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	78.737.856,77	101.210.768,46	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	4.503.586,73	30.042.952,22
Demais Transferências Recebidas	630.527,76	1.601.706,32	Movimento de Saldos Patrimoniais	563.527,74	480.497,23
Movimentação de Saldos Patrimoniais	3.069.730,15	3.369.368,98	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	110.713.644,09	95.243.301,44	Despesas Extraorçamentárias	88.815.420,00	101.842.561,98
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	5.770.911,32	24.194.474,89	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	25.081.024,83	12.931.861,38
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	102.478.834,97	70.042.364,21	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	61.270.497,37	87.904.238,26
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.433.787,80	898.470,81	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.433.787,80	1.006.462,34
Outros Recebimentos Extraorçamentários	30.110,00	107.991,53	Outros Pagamentos Extraorçamentários	30.110,00	-
Arrecadação de Outra Unidade	30.110,00		Demais Pagamentos	30.110,00	
Demais Recebimentos		107.991,53			
Saldo do Exercício Anterior	51.620.368,32	54.987.703,22	Saldo para o Exercício Seguinte	68.115.469,84	51.620.368,32
Caixa e Equivalentes de Caixa	51.620.368,32	54.987.703,22	Caixa e Equivalentes de Caixa	68.115.469,84	51.620.368,32
TOTAL	1.966.050.224,55	1.865.296.749,06	TOTAL	1.966.050.224,55	1.865.296.749,06



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 30/01/2017 PAGINA 1

SUBTÍTULO 26243 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	29.340.874,00	29.340.874,00	37.259.605,77	7.918.731,77
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	8.788.893,00	8.788.893,00	8.229.135,32	-559.757,68
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	4.658.386,00	4.658.386,00	3.084.543,37	-1.573.842,63
Valores Mobiliários	4.130.507,00	4.130.507,00	5.144.591,95	1.014.084,95
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	20.314.671,00	20.314.671,00	28.377.898,15	8.063.227,15
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	20.308.524,00	20.308.524,00	28.222.210,24	7.913.686,24
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	6.147,00	6.147,00	155.687,91	149.540,91
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	237.310,00	237.310,00	652.572,30	415.262,30
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	20.607,00	20.607,00	10.005,88	-10.601,12
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	216.703,00	216.703,00	629.907,92	413.204,92
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	12.658,50	12.658,50
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	150.100,00	150.100,00
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	150.100,00	150.100,00
Alienação de Bens Móveis	-	-	150.100,00	150.100,00
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 30/01/2017 PAGINA 2

SUBTÍTULO 26243 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	29.340.874,00	29.340.874,00	37.409.705,77	8.068.831,77
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	29.340.874,00	29.340.874,00	37.409.705,77	8.068.831,77
DÉFICIT			1.609.636.808,16	1.609.636.808,16
TOTAL	29.340.874,00	29.340.874,00	1.647.046.513,93	1.617.705.639,93
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	1.426.160.383,00	1.541.227.416,00	1.584.264.479,41	1.523.513.844,91	1.518.085.325,70	-43.037.063,41
Pessoal e Encargos Sociais	1.182.756.471,00	1.276.448.359,00	1.256.934.748,76	1.256.934.748,76	1.256.888.774,02	19.513.610,24
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	243.403.912,00	264.779.057,00	327.329.730,65	266.579.096,15	261.196.551,68	-62.550.673,65
DESPESAS DE CAPITAL	241.713.553,00	247.373.562,00	62.782.034,52	21.053.834,05	20.711.441,94	184.591.527,48
Investimentos	98.797.294,00	94.957.819,00	62.782.034,52	21.053.834,05	20.711.441,94	32.175.784,48
Inversões Financeiras	142.916.259,00	152.415.743,00	-	-	-	152.415.743,00
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	1.667.873.936,00	1.788.600.978,00	1.647.046.513,93	1.544.567.678,96	1.538.796.767,64	141.554.464,07
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 30/01/2017 PAGINA 3

SUBTÍTULO 26243 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	1.667.873.936,00	1.788.600.978,00	1.647.046.513,93	1.544.567.678,96	1.538.796.767,64	141.554.464,07
TOTAL	1.667.873.936,00	1.788.600.978,00	1.647.046.513,93	1.544.567.678,96	1.538.796.767,64	141.554.464,07

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	12.776.238,96	46.011.770,65	41.311.707,86	39.609.207,45	6.531.226,09	12.647.576,07
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	12.776.238,96	46.011.770,65	41.311.707,86	39.609.207,45	6.531.226,09	12.647.576,07
DESPESAS DE CAPITAL	15.475.768,46	24.030.593,56	21.708.117,88	21.661.289,92	7.126.873,13	10.718.198,97
Investimentos	15.475.768,46	24.030.593,56	21.708.117,88	21.661.289,92	7.126.873,13	10.718.198,97
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	28.252.007,42	70.042.364,21	63.019.825,74	61.270.497,37	13.658.099,22	23.365.775,04

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	653.922,20	17.744.704,40	16.734.129,51	41.502,75	1.622.994,34
Pessoal e Encargos Sociais	-	4.324,68	4.324,68	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	653.922,20	17.740.379,72	16.729.804,83	41.502,75	1.622.994,34
DESPESAS DE CAPITAL	91.259,63	10.776.212,01	8.346.895,32	35.203,33	2.485.372,99
Investimentos	91.259,63	10.776.212,01	8.346.895,32	35.203,33	2.485.372,99
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	745.181,83	28.520.916,41	25.081.024,83	76.706,08	4.108.367,33



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	26243 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - AUTARQUIA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.864.378.658,09	1.832.569.263,58
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	31.469.239,74	26.395.972,32
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	31.469.239,74	26.395.972,32
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	5.149.226,60	4.246.741,19
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	4.634,65	261,53
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	5.144.591,95	4.246.479,66
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	1.779.754.334,20	1.690.861.292,11
Transferências Intragovernamentais	1.766.306.506,37	1.683.594.521,15
Transferências Intergovernamentais	29.762,22	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	13.418.065,61	7.266.770,96
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	47.342.361,94	110.179.143,13
Reavaliação de Ativos	27.367.947,26	70.496.183,01
Ganhos com Alienação	38.215,68	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	4.014.873,21	6.812.132,44
Ganhos com Desincorporação de Passivos	15.921.325,79	32.870.827,68
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	663.495,61	886.114,83
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	26243 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - AUTARQUIA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	663.495,61	886.114,83
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.750.430.518,02	1.762.361.777,90
Pessoal e Encargos	851.102.259,48	792.661.011,06
Remuneração a Pessoal	665.858.618,65	624.054.388,68
Encargos Patronais	133.311.557,13	128.022.658,33
Benefícios a Pessoal	51.794.907,49	40.483.922,38
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	137.176,21	100.041,67
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	460.785.856,32	433.325.982,50
Aposentadorias e Reformas	402.769.744,11	378.067.098,47
Pensões	57.397.283,78	54.889.048,08
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	618.828,43	369.835,95
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	241.888.187,52	223.694.266,17
Uso de Material de Consumo	16.010.362,52	19.919.859,61
Serviços	186.729.850,64	173.845.660,45
Depreciação, Amortização e Exaustão	39.147.974,36	29.928.746,11
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	10.417,70	8.267,13
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	2.569,30
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	10.417,70	5.697,83
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	185.732.743,83	182.385.382,79
Transferências Intragovernamentais	162.072.820,78	180.723.236,54
Transferências Intergovernamentais	20.620.484,78	-
Transferências a Instituições Privadas	111.846,95	104.196,79
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	10.527,30
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	2.927.591,32	1.547.422,16
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	10.821.593,80	78.110.640,83
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	396,99	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	608.006,97	51.489,69
Incorporação de Passivos	-	17.445.457,14
Desincorporação de Ativos	10.213.189,84	60.613.694,00



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	26243 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - AUTARQUIA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Tributárias	2.889.229,20	3.296.945,40
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	378.234,55	314.743,63
Contribuições	2.510.994,65	2.982.201,77
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	997.200.230,17	48.879.282,02
Premiações	114.500,00	11.000,00
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	45.931.384,33	48.603.801,98
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	950.803.767,23	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	350.578,61	264.480,04
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-886.051.859,93	70.207.485,68

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

SUBTÍTULO	26243 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - AUTARQUIA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	67.064.628,70	70.382.185,47
INGRESSOS	1.806.030.009,94	1.716.072.206,74
Receitas Derivadas e Originárias	37.259.605,77	31.471.223,25
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	3.084.543,37	3.863.959,49
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	28.377.898,15	22.526.315,00
Remuneração das Disponibilidades	5.144.591,95	4.246.479,66
Outras Receitas Derivadas e Originárias	652.572,30	834.469,10
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	1.768.770.404,17	1.684.600.983,49
Ingressos Extraorçamentários	2.433.787,80	898.470,81
Transferências Financeiras Recebidas	1.766.306.506,37	1.683.594.521,15
Arrecadação de Outra Unidade	30.110,00	-
Demais Recebimentos	-	107.991,53
DESEMBOLSOS	-1.738.965.381,24	-1.645.690.021,27
Pessoal e Demais Despesas	-1.438.886.201,53	-1.332.917.977,12
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-323.390,39	-856.685,01
Defesa Nacional	-525.564,68	-20.428,64
Segurança Pública	-	-629.090,36
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-458.984.648,11	-425.744.153,97
Saúde	-24.952.434,19	-21.174.996,37
Trabalho	-489.248,88	-24.056,16
Educação	-948.909.405,91	-882.410.397,20
Cultura	-466.095,00	-
Direitos da Cidadania	-1.473.074,71	-97.066,24
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-1.842.467,87	-1.369.466,58
Agricultura	-6.211,60	-37.266,84



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSION 30/01/2017	PAGINA 2
------------------------	-------------

SUBTÍTULO	26243 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - AUTARQUIA
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
Organização Agrária	-699.663,34	-549.233,05
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-213.996,85	-5.136,70
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-135.542.461,13	-131.042.345,27
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-135.430.614,18	-130.927.621,18
Outras Transferências Concedidas	-111.846,95	-114.724,09
Outros Desembolsos das Operações	-164.536.718,58	-181.729.698,88
Dispêndios Extraorçamentários	-2.433.787,80	-1.006.462,34
Transferências Financeiras Concedidas	-162.072.820,78	-180.723.236,54
Demais Pagamentos	-30.110,00	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-50.569.527,18	-73.749.520,37
INGRESSOS	150.100,00	-
Alienação de Bens	150.100,00	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-50.719.627,18	-73.749.520,37
Aquisição de Ativo Não Circulante	-46.367.415,96	-73.629.281,27
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-4.352.211,22	-120.239,10
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 30/01/2017 PÁGINA 3

SUBTÍTULO 26243 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - AUTARQUIA

ÓRGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	16.495.101,52	-3.367.334,90
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	51.620.368,32	54.987.703,22
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	68.115.469,84	51.620.368,32

1 - Notas Explicativas as Demonstrações Contábeis da UFRN – Exercício 2016

1.1 - Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis da UFRN foram extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI e compõem a Prestação de Contas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

As Demonstrações foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, Decreto nº 93.872/1986, Lei Complementar nº 101/2000, Disposições do CFC em cumprimento aos Princípios de Contabilidade; MCASP, Manual SIAFI, NBCASP / NBC – T 16 e qualquer outra orientação estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, como órgão central de Contabilidade Federal.

As Demonstrações Contábeis são compostas por:

I - Balanço Patrimonial - BP;

II - Balanço Financeiro – BF;

III - Balanço Orçamentário – BO;

IV - Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP; e

V - Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC.

1.2 - Mudanças de Critérios e Procedimentos Contábeis

Durante o exercício de 2016 não houve mudanças importantes, as principais mudanças foram implementadas no âmbito da contabilidade em 2015, onde a Secretaria do Tesouro Nacional - STN, na qualidade de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, deu continuidade ao conjunto de ações no âmbito da Contabilidade Pública trazendo uma nova concepção e exigindo nova postura e visão sobre os atos e fatos praticados pelo setor público.

Entre eles, podemos destacar a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (International Public Sector Accounting Standards –IPSAS) e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Sendo assim, foi implantado a partir de 01 de Janeiro de 2015, o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP com o objetivo de viabilizar esse processo de convergência e facilitar a consolidação das contas públicas nos três níveis de governo, com a elaboração do Balanço do Setor Público Nacional – BSPN.

Em decorrência de tais mudanças e da implementação do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, a partir de 2015 a estrutura de alguns demonstrativos tiveram alteração em sua segregação. O Balanço Patrimonial, por

exemplo, passou a adotar a segregação dos Ativos em Ativo Circulante e Não Circulante e para o Passivo em Passivo Circulante e Não Circulante.

No âmbito da Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP, sua estrutura passou da divisão em Variações Ativas e Variações Passivas para adotar a segregação em Variações Patrimoniais Aumentativas – VPAs e Variações Patrimoniais Diminutivas – VPDs.

1.3 - Resumo dos Principais Critérios e Procedimentos Contábeis

1.3.1 - Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na datado Balanço Patrimonial. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

1.3.2 - Estoques

Os bens em almoxarifado estão avaliados na entrada pelo valor das aquisições ou da produção ou da construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, considerando o custo histórico dos materiais.

1.3.3 - Imobilizado

O imobilizado é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial os elementos do ativo imobilizado ficam sujeito a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como despesa do período.

1.3.4 - Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

1.3.5 - Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, Normas Brasileiras de Contabilidade, MCASP e Lei nº 10.180/2001.

Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFI, Macrofunção 02.03.35, disponível no site da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

1.3.6 - Depreciação, Amortização e Exaustão

1.3.6.1 - Bens Móveis

O registro da Depreciação teve seu início no ano de 2010 para os bens colocados em condições de uso a partir daquele ano, já que os mesmos apresentavam valor monetário próximo da realidade, o que excluía a necessidade de Reavaliação e/ou Redução a Valor Recuperável.

Os bens colocados em condições de uso anterior a esse período estão passando por processo de Reavaliação e/ou Redução a Valor Recuperável, conforme cronograma estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, transcrito abaixo, para posterior registro da Depreciação, Amortização e Exaustão. Para tanto, estamos adotando a tabela de vida útil padronizada para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional, estabelecida pela STN, através da Macrofunção SIAFI 02.03.30.

O método de cálculo dos encargos utilizado é o das quotas constantes, método esse padronizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional, uma vez que a informação deve ser consistente e comparável. A taxa de Depreciação, Amortização e Exaustão seguem a tabela de vida útil dos bens, estabelecida pela STN. Sendo assim, um bem com vida útil de 10 anos tem uma taxa de Depreciação de 10% a.a, sendo depreciado até atingir o seu Valor Residual, valores esses que também seguem os padrões para toda a Administração Pública Federal.

1.3.6.2 Bens Intangíveis

Os procedimentos quanto a Amortização dos Bens Intangíveis no âmbito da UFRN tiveram início no exercício de 2016, apesar do sistema interna ainda está em fase de adaptação.

O método de amortização adotado pela UFRN, que segue o padrão para toda a Administração Pública Federal, é o das quotas constantes. A amortização para cada período deve é reconhecida no resultado, contra uma conta retificadora do ativo.

A partir de jan/2016 a conta 12411.00.00 - Softwares (ativo intangível) foi segregada em 12411.01.00 - Softwares com vida útil definida e 12411.02.00 - Softwares

com vida útil indefinida. Apenas os Softwares classificados com vida útil definida estão sujeitos à amortização.

A vida útil dos Bens Intangíveis da UFRN, quem em 2016 100% dos valores registrados eram referentes aos Softwares, é definida pelo prazo de licença do referido Software. Quando o Software adquirido não tem prazo de licença, o mesmo é classificado como vida útil indefinida e não será amortizado. Ao final de cada exercício é realizada consulta aos setores responsáveis pelo software para saber se o mesmo está em uso, pois caso não esteja será baixado.

O valor residual padrão adotado para os Bens Intangíveis no âmbito da UFRN é zero, exceto quando:

- a) haja compromisso de terceiro para comprar o ativo ao final da sua vida útil; ou
- b) exista mercado ativo para ele e:

I. o valor residual possa ser determinado em relação a esse mercado; e

II. seja provável que esse mercado continuará a existir ao final da vida útil do ativo.

1.3.6.3 Bens Imóveis

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais será apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

1.3.7 Restos a Pagar

As despesas empenhadas e não pagas até o dia 31 de dezembro do exercício são inscritas em Restos a Pagar, em atendimento aos artigos 35 e 36 da Lei nº 4.320/1964, que as distingue em processadas e não processadas.

Durante o exercício, são consideradas despesas orçamentárias incorridas apenas as despesas liquidadas e, no encerramento do exercício, são consideradas essas despesas e aquelas inscritas em restos a pagar não processados. Os restos a pagar não processados são inscritos com base nos saldos credores dos empenhos não liquidados relativos ao exercício, registrados como despesas nos termos dos artigos 36 e 103, parágrafo único, da Lei nº 4.320/1964, e ainda atende aos preceitos do artigo 42da Lei Complementar nº 101/2000.

No encerramento do exercício, o procedimento de inscrição de despesa em restos a pagar não processados é precedido de depuração das despesas e anulação de empenhos, ou seja, verificam-se quais despesas devem ser inscritas em restos a pagar não-processados, e os gestores anulam os demais empenhos de sua unidade. A partir de 2012, conforme disposto no Decreto nº 7.654/2011, que alterou o art. 68 do Decreto nº 93.872/1986, a inscrição em Restos a Pagar não processados a liquidar foi condicionada a indicação, dos empenhos, pelo Ordenador de Despesa da Unidade Gestora, ou pessoa por ele autorizada.

Também foi criada rotina contábil de Restos a Pagar Não Processados em Liquidação em cumprimento ao disposto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e nos Princípios de Contabilidade. A inscrição dos empenhos em Restos a Pagar Não Processados em Liquidação foi condicionada à ocorrência prévia do fato gerador, porém a sua liquidação não poderia ser efetuada.

Os restos a pagar processados correspondem aos demais saldos credores das obrigações financeiras, como Pessoal e Encargos Sociais, Fornecedores e outros, e estão demonstrados nos Balanços Patrimonial e Financeiro dos órgãos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

1.4 - Composição dos Principais Itens das Demonstrações Contábeis

1.4.1 - Balanço Patrimonial

Nota 1.4.1.1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. Abaixo apresentamos a sua segregação:

	Valores em R\$ 1,00	
Caixa e Equivalentes de Caixa	2016	2015
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	16.453.604,31	15.590.317,45
Bancos conta Movimento (CEF)	107.991,53	107.991,53
Recursos da Conta Única Aplicados	51.553.874,00	35.922.059,34
Total	68.115.469,84	51.620.368,32

Fonte: Siafi

Os valores registrados em contas da Caixa Econômica Federal – CEF são decorrentes de depósitos em caução referente a diversas garantias de contratos administrativos da UFRN.

Nota 1.4.1.2 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Compreende os valores a receber por demais transações realizáveis até o término do exercício seguinte. Abaixo apresentamos o seu respectivo detalhamento:

Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	Valores em R\$ 1,00	
	2016	2015
13º Salário - Adiantamento	44.542.431,32	42.746.935,86
1/3 de Férias - Adiantamento	25.398.687,92	22.147.402,36
Salários e Ordenados - Adiantamento	3.394.300,36	1.727.786,00
Suprimento de Fundos	24.526,87	13.919,17
Adiantamento de Transferências Voluntárias	8.701.274,28	29.291.996,84
Crédito a Receber por Cessão de Pessoal	692.201,31	600.937,56
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	-	6.017.192,81
Total	82.753.422,06	102.546.170,60

Fonte: Siafi

Nota 1.4.1.3 – Bens Imóveis

Compreende todos os bens imóveis destinados ao serviço e estabelecimento da UFRN. Abaixo apresentamos o seu respectivo detalhamento:

Bens Imóveis	Valores em R\$ 1,00			
	2016		2015	
	Valor Bruto	Deprec. Acum	Valor Bruto	Deprec. Acum
Bens de Uso Especial Registrados no SPIUNET	471.851.765,95	17.911.662,71	444.483.818,69	10.675.194,71
Imóveis Residenciais / Comerciais	6.149.274,65	86.258,68	6.149.274,65	45.802,87
Edifícios	4.969.001,74	46.905,34	3.275.652,22	29.304,24
Terrenos / Glebas	422.873,20	-	287.873,20	-
Aeroportos / Estações / Aerodromos	50.429,76	2.569,46	50.429,76	1.534,69
Imóveis de Uso Educacional	354.014.286,66	17.206.846,78	334.789.256,24	10.292.134,84
Fazendas / Parques / Reservas	11.241.281,34	321.337,02	7.057.725,70	191.622,70
Museus	2.119.908,35	100.293,93	1.820.719,50	60.179,59
Laboratórios / Observatórios	2.075.035,65	6.006,34	243.212,82	4.202,37
Hospitais	89.329.190,82	133.729,29	89.329.190,82	47.259,83
Estacionamentos e Garagens	422.488,20	2.064,80	422.488,20	1.233,23
Salas	57.995,58	825,94	57.995,58	493,31
Autarquias / Funadações	1.000.000,00	4.825,13	1.000.000,00	1.427,04
Bens de Uso Especial não Registrados no SPIUNET	125.442,35	-	125.442,35	-
Edifícios	96.773,00	-	96.773,00	-
Salas e Escritórios	28.669,35	-	28.669,35	-
Bens Imóveis em Andamento	320.359.315,48	-	300.050.651,10	-
Obras em Andamento	287.718.174,29	-	266.187.674,58	-
Obras em Andamento - Convênios	28.128.496,49	-	29.469.043,93	-
Estudos e Projetos	33.725,75	-	33.725,75	-
Instalações	4.478.918,95	-	4.360.206,84	-
Total	792.336.523,78	17.911.662,71	744.659.912,14	10.675.194,71

Fonte: Siafi

Ao longo de todo o ano de 2016 a UFRN vem trabalhando na atualização dos seus bens imóveis no SPIUNET, atualizando os valores dos bens já registrados e cadastrando os novos, o que gerou no exercício de 2016 um aumento de 6,4%. Essas reavaliações continuarão ao longo de 2017.

Boa parte dos valores apresentado na conta de “Obras em Andamento” são de obras que já foram concluídas e terão seus saldos baixados dessa conta para posterior registro no SPIUNET nos seus respectivos grupos.

Nota 1.4.1.4 – Bens Intangíveis

Compreende os valores dos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. 100% dos valores registros nesse grupo são referentes à aquisições de Softwares. Os valores foram registrados pelo valor de aquisição.

A variação de 100% na conta “Amortização Acumulada de Softwares” no comparativo 2016 vs 2015 é decorrente dos lançamentos de amortização que só tiveram início no ano de 2016, em virtude de adaptação que estava sendo realizada no sistema interno SIPAC para registro dos bens intangíveis.

Do valor total de R\$ 562.912,65 a título de Amortização Acumulada de Softwares, R\$ 495.679,31 é referente a amortização de exercícios anteriores a 2016, e R\$ 67.233,34 referente ao exercício atual.

Nota 1.4.1.5 – Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais os empregados ou servidores tenham direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo. Abaixo apresentamos o detalhamento dessa conta:

	Valores em R\$ 1,00	
Obrigações Trabalh., Previd. E Assist. a Pagar a Curto Prazo	2016	2015
Salários, Remunerações e Benefícios	64.943,05	19.300,00
Férias a Pagar	-	1.061.257,07
Décimo Terceiro Salário a Pagar	7.333.120,55	-
FGTS	5.319,19	3.900,53
INSS Contribuição s/ Serviços de Terceiros	87.937,64	256.332,30
Outros Encargos Sociais	853.466,78	853.466,78
Total	8.344.787,21	2.194.256,68

Fonte: Siafi

O valor de R\$ 853.466,78 na Conta Contábil **2.1.1.4.1.98.00 – Outros Encargos Sociais**, trata-se de valores devidos a título de obrigação patronal previdenciária junto ao Plano de Seguridade Social do Servidor – PSSS, conforme

Acórdãos nº 1888/2007 (Prestação de Contas da UFRN, exercício de 2002), e 2311/2007 (prestação de Contas da UFRN, exercício de 2004).

Historicamente, o Ministério da Educação inscreveu em orçamento os valores correspondentes aos precatórios, conforme informado pelo Poder Judiciário. No entanto, não havia previsão orçamentária para fazer face às despesas referentes à obrigação previdenciária decorrente do pagamento desses precatórios. Então, ao promovermos os pagamentos dos precatórios, procedemos às retenções previdenciárias e aos devidos recolhimentos, através de DARF eletrônico.

Em não havendo crédito orçamentário específico, contudo, a outra parcela do custeio da previdência, ou seja, a parcela referente à obrigação do empregador, não foi recolhida, gerando a dívida ora referenciada.

De maneira a corrigirmos essa falha, para a ocorrência do que esta Universidade em nada contribuiu, em várias ocasiões formalizamos pleito à Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do MEC, solicitando a necessária dotação orçamentária. Em 2012, através do Ofício nº 126/2012-GAB/SPO/SE/MEC a SPO se pronunciou informando que ainda em 2011 havia aberto a possibilidade para a liquidação dessa dívida, conforme Ofício-Circular nº 027/2011-GAB/SPO/SE/MEC, porém, a Pró-reitoria de Planejamento desta Universidade, à época, entendeu não se enquadrar no caso vivenciado pela UFRN. Daí a permanência desse saldo.

Nota 1.4.1.6 – Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo. Abaixo apresentamos seu respectivo detalhamento:

	Valores em R\$ 1,00	
Demais Obrigações a Curto Prazo	2016	2015
Adiantamentos de Clientes	-	2.438.222,88
INSS	97.626,38	280.298,98
IRRF Devido ao Tesouro Nacional	5.371,89	22.943,60
Impostos e Contribuições Diversos Devido	51.184,21	676.382,80
ISS	44.063,36	277.964,83
Retenções Entidades Representativas	212,50	424,15
Depósitos e Cauções Recebidos	107.991,53	107.991,53
Indenizações, Restituições e Compensações	35,00	2.772,91
Diárias a Pagar	10.160,61	15.034,95
Incentivos a Educação, Cultura e Outros	317.140,00	1.600.209,00
Auxílios Financeiros a Pesquisador	10.432,00	3.500,00
Repasse Recebido Diferido	-	9.922.637,94
Sub-Repasse Recebido Diferido	-	5.919.218,80
Total	644.217,48	21.267.602,37

Fonte: Siafi

A variação de -100% nas contas Adiantamentos de Clientes, Repasse Recebido Diferido e Sub-Repasse Recebido Diferido se deve:

- a) **Adiantamentos de Clientes:** foi realizado indevidamente um lançamento contábil que gerou reflexo contábil no exercício de 2015 referente a estorno de receita. Apenas no exercício de 2016 foi realizada a devida regularização desse lançamento com a indicação do evento pela setorial contábil do MEC.
- b) **Repasse Recebido Diferido e Sub-Repasse Recebido Diferido:** esses valores são referentes a parcelas de recursos financeiros colocados a disposição da unidade que não foi utilizado durante o exercício e constituirá antecipação de repasse. São lançados na contabilidade em atendimento as normas de encerramento do exercício, Macrofunção Siafi 020318. A inscrição desses Recursos é registrada por Fonte de Recursos com base na diferença entre o valor recebido e o valor executado, evidenciada pelo saldo da conta 82111.00.00 DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS, excetuando as fontes que não geram cotas, de acordo com a transação CONFONTE, para o indicador GERA COTA igual a N (NÃO). Os saldos remanescentes das contas desses grupos, inscritos no exercício anterior terão seus saldos baixados. Tanto os lançamentos de inscrição como de baixa são realizados de forma automática pelo Siafi.

Nota 1.4.1.7 – Provisões de Longo Prazo

No dia 30/12/2016 foi realizado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN um lançamento no valor de R\$ 950.803.767,23 a título de Provisões para Perdas Judiciais/Administrativas de Longo Prazo, conta contábil 22.791.04.00.

Tal lançamento visa o cumprimento da Portaria Conjunta nº 8/2015 PGF/STN que diz em seu Art. 3º que durante cada exercício financeiro, a Procuradoria-Geral Federal informará à Secretaria do Tesouro Nacional e à direção central das autarquias e fundações públicas federais, o montante sobre as ações judiciais ajuizadas contra as Autarquias e as Fundações Públicas que importem em riscos fiscais.

No histórico do lançamento a STN cita que foi realizado em atendimento ao Ofício nº 51/2016/DEPCONT/PGF/AGU. Em contato realizado tanto com a STN como com a PGF ainda não foi possível obter maiores detalhes desse lançamento.

Nota 1.4.1.8 – Resultado do Exercício

A apuração do resultado do exercício é efetuada no mês 013 (apuração de resultado), com base na diferença do saldo nas contas das classes 1 - Ativo e 2 – Passivo, assim como na diferença das Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA com as Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD.

No exercício de 2016 a UFRN apresentou um resultado negativo de R\$ 886.051.859,93, contra um resultado positivo em 2015 de R\$ 70.207.485,68. Tal resultado se deve ao lançamento realizado para constituição de provisões de longo prazo no valor de R\$ 950.803.767,23 cujo detalhamento se encontra na Nota 1.4.1.7.

Se tal provisão não fosse contabilizada o resultado apresentado no exercício seria positivo em R\$ 64.751.907,30, em linha com o resultado apresentado no exercício anterior.

Nota 1.4.1.9 – Ajustes de Exercícios Anteriores

Essa conta registra o saldo decorrente de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

No comparativo entre os exercícios de 2016 e 2015 houve uma variação positiva nessa conta de 127%, decorrente principalmente dos seguintes eventos:

- a) Baixa do valor de R\$ 2.438.222,88 da Conta Contábil 21.811.00.00 – Adiantamento de Clientes, gerando um lançamento a crédito na conta de Ajustes, referente a um lançamento contábil que gerou, indevidamente, reflexo contábil no exercício de 2015 referente a estorno de receita e apenas no exercício de 2016 foi realizada a devida regularização desse lançamento com a indicação do evento pela setorial contábil do MEC;
- b) Registro do valor de R\$ 495.679,31 a título de amortização de exercícios anteriores, gerando um lançamento devedor na conta de Ajustes, em virtude que apenas em 2016 a UFRN começou a registrar a amortização dos intangíveis, e os valores anteriores a 2016 devem ser lançados diretamente no PL;
- c) Baixa do valor de R\$ 285.600,00 registrados na conta 12.311.99.08 - Bens Móveis a Classificar. Os valores baixados são decorrentes de convênios celebrados com a Fundação Universidade de Pernambuco e com a Universidade Estadual da Paraíba para equipar pólos de educação à distância, e tais bens foram adquiridos e contabilizados pelas respectivas unidades, não devendo está registrado na UFRN; e
- d) Registros para o reconhecimento de dívidas de exercícios anteriores na ordem de R\$ 424.854,65, gerando lançamentos devedores na conta de Ajustes. Tais lançamentos são necessários em atendimento ao princípio da competência e para emissão de empenhos no item 92 – Despesas de Exercícios Anteriores.

1.4.2 - Balanço Financeiro

Nota 1.4.2.1 – Receitas Orçamentárias

As Receitas Orçamentárias são classificadas em **Ordinárias** e **Vinculadas**. As **Receitas Ordinárias** compreendem as receitas orçamentárias, líquidas das deduções, e despesas orçamentárias de livre alocação entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades.

Já as **Receitas Vinculadas** compreendem as receitas orçamentárias, líquidas das deduções, e despesas orçamentárias cuja aplicação dos recursos é definida em lei, de acordo com sua origem.

A identificação das vinculações pode ser feita por meio do mecanismo fonte / destinação de recursos. As fontes / destinações de recursos indicam como são financiadas as despesas orçamentárias, atendendo sua destinação legal.

No exercício de 2016 as Receitas orçamentárias da UFRN totalizaram R\$ 37.409.705,77 já com as deduções da receita. Esse valor representa apenas 1,90% do total dos ingressos do Balanço Financeiro, demonstrando que as maiores parcelas dos recursos financeiros para pagamento das despesas são decorrentes de transferências do Ministério da Educação – MEC, que representa mais de 95% dos ingressos.

O valor arrecado no exercício de 2016 no valor de R\$ 378.312,90 a título de Receitas Ordinárias é referente às indenizações e restituições ao erário decorrente de descontos realizadas na folha de pagamento de pessoal.

No exercício de 2016 houve um acréscimo na arrecadação das Receitas Orçamentárias na ordem de 18,87% quando comparado ao ano de 2015. O principal fator determinante desse aumento foi a devolução do valor de R\$ 6.470.656,89 do Contrato Acadêmico de Número 3023.21.1411, firmado entre esta Universidade e a Fundação de Apoio RN – FUNPEC.

Esse contrato destinava-se a Implantação do Instituto de Medicina Tropical no Rio Grande do Norte – IMT, cujos recursos foram repassados a Funpec para contratação

e execução dessa obra, que por problemas diversos acabou sendo realizado pela própria UFRN. Abaixo apresentamos o detalhamento das Receitas Orçamentárias relativas ao exercício de 2016:

Previsão x Arrecadação da Receita - OFSS - Por Natureza + Fonte de Recursos

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Receita		Fonte SOF	Previsão Inicial da Receita	Previsão Atualizada da Receita	Receita Orçamentária (Bruta)	Deduções da Receita	Receita Orçamentária (Líquida)
13100111	ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS-PRINCIPAL	0250	4.481.476,00	4.481.476,00	2.909.078,05	(1.655,07)	2.907.422,98
13100112	ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS-MULTAS E JUROS	0250			1.025,04		1.025,04
13210011	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS-PRINCIPAL	0280	4.130.507,00	4.130.507,00	5.144.591,95		5.144.591,95
16100111	SERV.ADMINISTRAT.E COMERCIAIS GERAIS-PRINC.	0250	17.187.822,00	17.187.822,00	24.049.719,79	(188.783,27)	23.860.936,52
16100112	SERV.ADMINISTRAT.E COMERCIAIS GERAIS-MUL.JUR.	0250			2.265,51		2.265,51
16100211	INSCR.EM CONCURSOS E PROC.SELETIVOS-PRINCIPAL	0250	2.144.872,00	2.144.872,00	3.634.080,18	(9.913,56)	3.624.166,62
16100212	INSCR.EM CONCURSOS E PROC.SELETIVOS-MUL.JUR.	0250			120,53		120,53
16100311	SERV.DE REGIST.,CERTIF.E FISCALIZ.-PRINCIPAL	0250	58.820,00	58.820,00	13,00		13,00
16100411	SERVICOS DE INFORMACAO E TECNOLOGIA-PRINCIPAL	0250			5.002,29		5.002,29
16909911	OUTROS SERVICOS-PRINCIPAL	0250	6.147,00	6.147,00	155.423,01		155.423,01
16909912	OUTROS SERVICOS-MULTAS E JUROS	0250			264,90		264,90
19100911	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS-PRINC.	0250	20.607,00	20.607,00	10.005,88		10.005,88
19219911	OUTRAS INDENIZACOES-PRINCIPAL	0100			377.439,36		377.439,36
19220611	RESTIT.DE DESPESAS DE EXERC.ANTERIORES-PRINC.	0100			873,54		873,54
		0250	216.703,00	216.703,00	241.974,75		241.974,75
19229911	OUTRAS RESTITUICOES-PRINCIPAL	0250			9.620,27		9.620,27
19909911	OUTRAS RECEITAS-PRIMARIAS-PRINCIPAL	0250			12.658,50		12.658,50
22130011	ALIENACAO DE BENS MOVEIS E SEMOVENTES-PRINC.	0250			150.100,00		150.100,00
		0263			12.335,00	(12.335,00)	0,00
73100111	ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS-PRINCIPAL	0250	176.910,00	176.910,00	176.095,35		176.095,35
76100111	SERV.ADMINISTRAT.E COMERCIAIS GERAIS-PRINC.	0250	917.010,00	917.010,00	729.705,77		729.705,77
Total			29.340.874,00	29.340.874,00	37.622.392,67	(212.686,90)	37.409.705,77

Fonte: Tesouro Gerencial

Natureza de Receita **16100111** – *Serv. Administrativos e Comerciais Gerais – Principal* foi responsável por 63,78% de todas as Receitas Líquidas arrecadas no exercício de 2016, seguido pela Natureza **13210011** – *Remuneração de Depósitos Bancários* com 13,75%. Juntas, representam 77,53% de todas as receitas arrecadas no exercício.

Em 2016 houve mudança na codificação das Naturezas de Receitas, dificultando a apresentação comparativa entre 2016 e 2015 do quadro acima. Para melhor compreensão do referido quadro, relacionamos abaixo todos os códigos de Natureza da Receita com os códigos de recolhimento da GRU:

Natureza da Receita	Código Recolhimento GRU	Descrição
13100111	28802-0	ALUGUÉIS
	28804-7	TAXA DE USO DE IMOVEI
15000011	28814-4	REC IND PROD FARMACEU
	28817-9	SERV COMERC MEDICAMEN
16100111	28818-7	SERV.COM.LIVR,PER,MAT
	28830-6	SERVIÇOS ADMINISTRATI
	28832-2	SERVIÇOS EDUCACIONAIS
	28833-0	SERVIÇOS AGROPECUÁRIO
	28835-7	SERV RECREATIVOS E CU
	28836-5	CONS.ASS.TECN-APLIC L
	28837-3	SERV DE HOSPEDAGEM E
	28838-1	SERV DE ESTUDOS E PES
	28904-3	SF/SRUG SERV HOSPED/A
	28922-1	SFIN-SERV. EDUCACIONAI
	16100211	28883-7
28900-0		TAXA INSCRIÇÃO VESTIB
16100311	28887-0	SERVIÇOS DE PATENTES
16100411	28826-8	SERV PROCESSAMENTO DA
16300111	28824-1	SERVIÇOS HOSPITALARES
16909911	28840-3	OUTROS SERVIÇOS
17100011	28844-6	TRANSF.UNIAO E ENTIDA
17200011	28845-4	TRANSF.CONV.EST.DF.E
17300011	28882-9	TRANSF CONV MUN E ENT
17400011	28841-1	TRAN.INST.PRIV.LUCRAT
19100911	28846-2	TRANS CONV INST PRIV.
	28867-5	MULTAS/JUROS PREV CON
19219911	13804-5	AGU-RECUP.RECUR.-ACP/
	18821-2	STN OUTRAS INDENIZ(FO
19220611	13805-3	AGU-RECUP.REC-TCU/CON
	13806-1	AGU-RECUP.REC-TCU/DEM
	18806-9	STN-REC.DESP.EXE.ANT-
	28881-0	RECUP.DESP.EXERC. ANT
19229911	28899-3	SF/SRUG DEV.REC.EXERC
	28852-7	OUTRAS RESTITUIÇÕES
19230311	28809-8	REC.REV.GARANTIAS UNI
19909911	28886-1	OUTRAS RECEITAS PROPR
	28868-3	ALIEN OUTROS BENS MOV
22130011	28965-5	ALIENAÇÃO DE VEÍCULOS
	28966-3	ALIENAÇÃO MOVEIS/UTEN
	28967-1	ALIENAÇÃO DE EQUIPAME
22200011	28856-0	ALIENAÇÕES IMÓVEIS RU
	28857-8	ALIENAÇÃO IMÓVEIS URB
24100011	28863-2	TRANSF RCAP CONV UN/E
24200011	28864-0	TRSF RCAP CONV EST/DF
24300011	28865-9	TRSF RCAP CONV MUNIC/
24400011	28866-7	TRSF RCAP CONV INST P
73100111	78802-3	ALUGUÉIS-INTRA
	78818-0	INTRA-SERV.COM.LIVROS
76100111	78830-9	INTRA-SERVICOS ADMINI
	78832-5	INTRA-SERV. EDUCACIONA
76100211	78883-0	INTRA-TX.INSCR.CONC.P
76300111	78824-4	SERVICOS HOSPIT.-INTR
79220111	78850-3	RESTIT.CONVENIOS-EX.A

O código **13210011 – Remuneração de Depósitos Bancários** não aparece na relação acima, pois é decorrente dos rendimentos gerados pela aplicação financeira dos recursos próprios da UFRN, sendo seu ingresso realizado no SIAFI por meio de NS – Nota de Sistema e não por GRU – Guia de Recolhimento da União.

Nota 1.4.2.2 – Deduções da Receita Orçamentária

Essa conta compreende o somatório dos valores relativos às deduções de receitas realizadas (transferência, restituições, renúncias e outras), detalhada por natureza de receita. Abaixo apresentamos o detalhamento por tipo de dedução:

Deduções da Receita Orçamentária			
	2016	2015	Var. %
Restituições	185.214,84	174.804,97	5,96%
Retificações	16.997,86	30.493,31	-44,26%
Outras Deduções da Receita Orçamentária	10.474,20	6.556,83	59,74%
Total	212.686,90	211.855,11	0,39%

No comparativo entre 2016 e 2015 as deduções permaneceram praticamente inalteradas, com uma leve variação de 0,39% a maior. Os principais eventos que originaram tais deduções foram os seguintes:

- a) **Restituições:** Devolução do valor de R\$ 154.314,76 na natureza de receita 16100111, referente ao pagamento realizado pela Fundação de Apoio da UFRN, Funpec, e que apenas em 2016 a Funpec percebeu que o valor deveria ser pago a empresa Petrobrás e não à UFRN. A Fundação enviou o Ofício nº 0619/2016 explicando o equívoco e após conferência de tal erro a UFRN fez a restituição dessa receita;
- b) **Retificações:** Esses valores são decorrentes de diversas retificações de Guias de Recolhimento da União – GRU geradas durante o exercício com erro no código de recolhimento.

Nota 1.4.2.3 – Transferências Financeiras Recebidas

Essas contas refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta. Podem ser orçamentárias ou extra-orçamentárias. Aquelas efetuadas em cumprimento à execução do Orçamento são as cotas, repasses e sub-repasses. Aquelas que não se relacionam com o Orçamento em geral decorrem da transferência de recursos relativos aos restos a pagar.

No exercício de 2016 foi recebido pela UFRN o montante de R\$ 1.683.868.391,69 a título de transferências **Resultantes da Execução Orçamentária**, e o valor de R\$ 82.438.114,68 **Independente da Execução Orçamentária**. A seguir apresentamos o detalhamento dos Repasses Recebidos por Fonte de Recursos:

Repasso Recebido por Fonte de Recursos

Valores em R\$ 1,00

Fonte de Recursos		REPASSE RECEBIDO	
		2016	2015
0100000000	RECURSOS ORDINARIOS	392.978.480,07	527.463.512,75
0108000000	FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	1.366.292,41	1.287.550,04
0112000000	RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	898.563.619,55	658.777.647,82
0112915045	BOLSAS DE ESTUDO PESQU.DO Progr.PARFOR-CAPE	22.994,92	
0112915063	RESIDENCIA EM SAUDE - SESU/MEC	18.728.346,82	13.051.518,54
0112915066	DESCENTRALIZACAO EXTERNA - SESU/MEC	1.786.474,43	
0112915153	FNDE - PRONATEC	7.163.295,09	16.800.933,67
0112915405	PROGRAMA DE APOIO A POS-GRADUACAO-PROAP/CAPE		1.134.263,71
0112915408	PROGRAMAS EDUC.A DISTANCIA P/EDUC.BASICA-UAB	2.815.303,66	
0112915416	ADMINISTRACAO CAPE/MEC	300.000,00	1.868.250,00
0113150072	QUOTA FEDERAL DO SALARIO-EDUCACAO-FNDE	11.673,12	
0118033904	CONC.PROG.-MIN.DOS ESPORTES	174.871,27	
0118033907	CONC.PROG.(SEGURIDADE SOCIAL)	10.196,62	32.907,95
0150017079	RENDAS DA ESAF		33.470,00
0150303001	RECEITA DE SERVICOS-CADE		354.713,00
0151000000	CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS		578.241,33
0153000000	CONTRIBUICAO P/FINANCIAM.DA SEGURIDADE SOCIAL	10.100.000,00	
0156000000	CONTRIBUICAO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR	65.435.747,29	
0169000000	CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC.SERV.	103.600.790,00	
0174020197	MULTA DE TRANSITO-DPRF.		629.090,36
0174381011	MULTAS INFRACAO LEGISLACAO TRABALHISTA-MTE	500.000,00	50.370,88
0176370002	CONT.IND.RURAL/ADIC.CONTRIB.PREVIDENC.-INCRA	717.499,54	568.049,78
0180365009	FNDCT/RETORNO	465.095,29	
0188000000	REMUNERACAO DAS DISPONIB. DO TESOURO NACIONAL		194.527.296,71
0250000025	SERV. ADMINISTRATIVOS/TAXA DE CONCURSOS-DRH	1.405,56	
0250026435	REC.DIR.ARREC-INST.FED.ED.CIEN.TEC-R.GR.NORTE		80.124,05
0250120320	AER - FUNDO AERONAUTICO	18.000,00	
0250158913	FAI-UNIDADES DIVERSAS	250,00	250,00
0250262400	RECURSOS DIRETAM.ARRECAD.-UNIVERS.FED.PARAIBA	291.717,35	
0250262640	RECURSOS DIRET.ARREC.-UNIV.FED.RUR.SEMI-ARIDO		131.922,73
0250264430	RECURSO DIR.ARREC.-EMPR.BRAS.SERV.HOSP-EBSERH		381.668,98
0313150072	QUOTA FEDERAL DO SALARIO-EDUCACAO-FNDE		2.310.519,57
6100000000	RECURSOS ORDINARIOS	20.379.894,10	
6151000000	CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS	2.778.295,47	7.453.927,92
6153000000	CONTRIBUICAO P/FINANCIAM.DA SEGURIDADE SOCIAL	107.836,00	0,00
Total		1.528.318.078,56	1.427.516.229,79

Esses valores correspondem aos repasses financeiros realizados pelo Ministério da Educação – MEC para execução do orçamento anual da UFRN. Logo abaixo apresentamos o detalhamento dos Sub-Repasses Recebidos:

Sub Repasse Recebido por Fonte de Recursos

Valores em R\$ 1,00

Fonte de Recursos		SUB-REPASSE RECEBIDO	
		2016	2015
0100000000	RECURSOS ORDINARIOS	21.065.974,34	20.132.172,96
0112000000	RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	112.472.734,83	92.047.712,78
0112915063	RESIDENCIA EM SAUDE - SESU/MEC	18.728.346,82	13.051.518,54
0188000000	REMUNERACAO DAS DISPONIB. DO TESOURO NACIONAL		20.677.442,62
0250262430	RECURSOS DIRET.ARREC.UNIVERS.FEDERAL DO RN.	3.133.276,08	3.312.212,31
0250263740	RECURSOS DIRET.ARREC.COMPLEXO HOSP.SAUDE UFRN	149.981,06	470.605,99
0250264430	RECURSO DIR.ARREC.-EMPR.BRAS.SERV.HOSP-EBSERH		204.782,40
Total		155.550.313,13	149.896.447,60

Fonte: Tesouro Gerencial

Esses valores representam os sub-repasses recebidos no exercício, decorrentes de transferências entre Unidades Gestoras - UG's do mesmo órgão, correspondente ao orçamento anual.

No tocante aos repasses *Independentes da Execução Orçamentária*, dos R\$ 82.438.114,68 recebidos no exercício de 2016, 96% são repasses para o pagamento de Restos a Pagar Processados e Não Processados. No comparativo entre 2016 x 2015, houve uma queda de 22,36% nesses repasses.

Os repasses referentes as **Demais Transferências Recebidas** dizem respeito a diversos Termos de Execução Descentralizada – TED firmados entre a UFRN e as demais Instituições Federais de Ensino Superior – IFES.

Os valores a título de **Movimentação de Saldos Patrimoniais** são decorrentes do recolhimento dos tributos retidos na fonte com a utilização do tipo de recurso 2 – Com Vinculação de Restos a Pagar.

Nota 1.4.2.4 – Despesas Orçamentárias

No exercício de 2016 as Despesas Orçamentárias representaram 83,77% de todos os dispêndios, sendo 22,19% de Despesas Ordinárias e 61,59% de Despesas Vinculadas. No comparativo 2016 x 2015 as Despesas Orçamentárias tiveram um acréscimo de 7,57%.

No Balanço Financeiro as Despesas Vinculadas são apresentadas pela sua classificação funcional, ou seja, segrega as dotações orçamentárias em funções e subfunções, buscando responder basicamente à indagação “em que área” de ação governamental a despesa será realizada.

A atual classificação funcional foi instituída pela Portaria nº 42/1999, do então Ministério do Orçamento e Gestão, e é composta de um rol de funções e subfunções prefixadas, que servem como agregador dos gastos públicos por área de ação governamental nas três esferas de Governo.

No exercício de 2016 a função **Educação** respondeu sozinha por 50,73% de todas as despesas do exercício, e por 82% de todas as Despesas Vinculadas, ao passo que **Seguridade Social (Exceto RGPS)** respondeu apenas por 9,66% do total dos dispêndios.

Para melhor compreensão dos valores totais das Despesas Orçamentárias, apresentamos abaixo o detalhamento segregando as Despesas Pagas das inscritas em Restos a Pagar por Natureza de Despesa.

Despesas Orçamentárias Totais		Valores em R\$ 1,00
	Grupo Despesa	Valor
DESPESAS LIQUIDADAS A PAGAR	4 INVESTIMENTOS	342.392,11
	3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.382.544,47
	1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	45.974,74
DESPESAS INSCRITAS EM RP NAO PROCESSADOS	4 INVESTIMENTOS	41.728.200,47
	3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	60.750.634,50
DESPESAS PAGAS	4 INVESTIMENTOS	20.711.441,94
	3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	261.196.551,68
	1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.256.888.774,02
		1.647.046.513,93

Fonte: Tesouro Gerencial

Destacamos do quadro acima que do total das Despesas Orçamentárias do exercício de 2016 93,43% se refere a Despesas Pagas, ao passo que 6,22% foi inscrita como Restos a Pagar Não Processados, ou seja, a despesa foi apenas empenhada e não liquidada, e 0,35% representou os Restos a Pagar Processados inscritos.

No quesito Grupo de Despesa, as despesas com Pessoal e Encargos Sociais representaram 76,31% de todas as Despesas Orçamentárias do exercício seguidas pelas Outras Despesas Correntes (Custeio) com 19,87% e, por último, as despesas com Investimentos (Capital) com 3,81%.

Nota 1.4.2.5 – Transferências Financeiras Concedidas

Reflete a movimentação de recursos financeiros entre as Unidades Gestoras – UG da UFRN (Sub-repasses) e entre UG's de outros Órgãos Federais (Repases). Em 2016 o total das transferências representou apenas 8,24% de todos os dispêndios do exercício.

No tocante as transferências concedidas, 96% foram Resultantes da Execução Orçamentária, ao passo que 4% foram Independentes da Execução Orçamentária. Das Resultantes da Execução Orçamentária 99% foi referente a Sub-repasses Concedidos, ou seja, transferências entre as unidades internas da UFRN.

A seguir detalhamos os Repases e Sub-repasses Concedidos por Unidade Gestora – UG:

Transferências Resultantes da Execução Orçamentária Valores em R\$ 1,00

Repasso Concedido			
Código UG	Nome UG	Valor	AV %
153103	UFRN Matriz	1.455.393,18	100,00%
Total		1.455.393,18	100,00%

Sub-repasso Concedido			
Código UG	Nome UG	Valor	AV %
150426	Complexo Hospitalar de Saúde	154.831,40	0,10%
153103	UFRN Matriz	154.212.010,60	99,14%
153104	Hospital Universitário Ana Bezerra	12.363,00	0,01%
153107	Centro de Ciências da Saúde	698,00	0,00%
153108	Hospital Universitário Onofre Lopes	43.321,05	0,03%
153109	Centro de Biociências	10.527,02	0,01%
153110	Maternidade Escola Januário Cicco	58.445,60	0,04%
153113	Centro de Ciências Sociais Aplicadas	1.045.146,93	0,67%
153253	Centro de Ciências Hum., Letras e Artes	8.359,53	0,01%
153977	Centro de Ensino Superior do Seridó	4.610,00	0,00%
Total		155.550.313,13	100,00%

Fonte: Siafi

Os Repasses Concedidos foram 100% realizados pela UG Matriz da UFRN, 153103, e se refere a diversos repasses financeiros para UG's pertencentes a outros órgãos da esfera federal, decorrente da celebração de Termos de Execução Descentralizada – TED's.

No tocante aos Sub-repasses Concedidos a UG 153103 também é responsável por praticamente a totalidade dos recursos. Isso se deve ao fato da UG 153103 ser a Setorial Financeira do Órgão 26243 – UFRN, ou seja, recebe os recursos do MEC e repassa as UG's subordinadas.

A seguir demonstramos a destinação, por UG, dos Sub-repasses concedidos em 2016:

Destinação dos Sub-repasses Concedidos			
Código UG	Nome UG	Valor	AV %
150426	Complexo Hospitalar de Saúde	145.944.981,21	93,82%
153103	UFRN Matriz	1.183.471,13	0,76%
153104	Hospital Universitário Ana Bezerra	12.363,00	0,01%
153107	Centro de Ciências da Saúde	2.640.314,82	1,70%
153108	Hospital Universitário Onofre Lopes	67.799,27	0,04%
153109	Centro de Biociências	1.268.040,61	0,82%
153110	Maternidade Escola Januário Cicco	58.445,60	0,04%
153113	Centro de Ciências Sociais Aplicadas	2.011.822,61	1,29%
153253	Centro de Ciências Hum., Letras e Artes	1.810.703,01	1,16%
153977	Centro de Ensino Superior do Seridó	552.371,87	0,36%
Total		155.550.313,13	100,00%

Fonte: Siafi

A Unidade Gestora 150426 – Complexo Hospitalar de Saúde foi responsável pelo recebimento de 93,82% de todos os Sub-repasses Concedidos em 2016. Esse percentual tão elevado é decorrente do pagamento da folha de pessoal de todos os servidores que são lotados nos Hospitais Universitários da UFRN, cujo pagamento é centralizado na referida UG.

No quesito relativo às transferências *Independentes da Execução Orçamentária*, praticamente a totalidade dos recursos foi referente a transferências realizadas pela UG Setorial Financeira, 153103, para as UG's subordinadas realizarem o pagamento de Restos a Pagar Processados e Não Processados a pagar.

O pequeno valor referente aos Movimentos de Saldos Patrimoniais é decorrente do estorno de algumas receitas recebidas indevidamente e de restituições ao erário em virtude de descontos na folha de pagamento de pessoal.

1.4.3 – Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Demonstra, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

Nota 1.4.3.1 - Receitas

No quadro das Receitas destacamos que apesar do excesso de arrecadação no montante de R\$ 8.068.831,77 não houve abertura de Créditos Adicionais em

decorrência desse excesso. Nesse quadro também é apresentado um Déficit de R\$ 1.609.636.808,16.

O déficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário. Equivale à diferença entre a linha Subtotal com Refinanciamento das receitas e a linha Subtotal com Refinanciamento das despesas.

Tal fato se deve, pois o Balanço Orçamentário dessa UPC ainda não está consolidado ao da União, e o desequilíbrio / déficit orçamentário apresentado é decorrente do fato da UFRN não ser agente arrecadador, ou seja, a maior parcela do financeiro necessário para o pagamento das despesas é decorrente de transferências financeiras recebidas do MEC.

Nota 1.4.3.2 – Despesas

No tocante as despesas houve no exercício de 2016 uma atualização da Dotação Inicial no total de 7,24%, com destaques para Pessoal e Encargos Sociais com 7,92%, Outras Despesas Correntes com 8,78% e Despesas de Capital com 2,34%.

Durante o exercício 100% das Despesas Executadas foram decorrentes dos Créditos Iniciais, não havendo abertura de Créditos Suplementar, Especial ou Extraordinários. Também não houve a utilização do superávit financeiro do exercício anterior para abertura de crédito.

Quanto aos Restos a Pagar não Processados, esclarecemos que os que foram liquidados e não pagos durante o exercício de 2016 são transferidos para o exercício seguinte como Restos a Pagar Processados, e não mais como RPNP liquidados a pagar.

1.4.4 – Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

A sua elaboração tem por base as contas contábeis do modelo de Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), utilizando-se as classes 3 (variações patrimoniais diminutivas – VPD) e 4 (variações patrimoniais aumentativas – VPA).

Por se tratar essa demonstração apenas do Órgão UFRN, as contas intraorçamentárias são apresentadas, sendo excluídas somente na consolidação das demonstrações contábeis no âmbito do ente.

Nota 1.4.4.1 – Transferências e Delegações Recebidas

No exercício de 2016 as VPA's totalizaram um montante de R\$ 1.864.378.658,09, contra R\$ 1.832.569.263,58 de 2015, representando uma leve variação positiva de 1,74%.

Mais uma vez as Transferências e Delegações Recebidas responderam por praticamente a totalidade das Variações Aumentativas do Exercício, com representação de 95% do total. Do total das Transferências e Delegações Recebidas, as Transferências Intragovernamentais responderam por 99%.

A seguir apresentamos o quadro com a Análise Vertical e Horizontal das Variações Aumentativas do exercício:

Demonstração das Variações Patrimoniais	AH	AV - 12/16
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		0,00%
Contribuições		0,00%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	19,22%	1,69%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	21,25%	0,28%
Transferências e Delegações Recebidas	5,26%	95,46%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	-57,03%	2,54%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	-25,12%	0,04%
Variações Patrimoniais Aumentativas	1,74%	100,00%

Nota 1.4.4.2 – Reavaliação de Ativos

Houve uma variação negativa de 61,18% referente à Reavaliação de Ativos no exercício. Destacamos que 100% dessas reavaliações em 2016 foram referentes a Bens Imóveis. Esse trabalho de reavaliação teve início em 2015 com o objetivo de reavaliar todos os Bens Imóveis da UFRN com prazo de reavaliação expirado no SPIUnet, mas que devido ao volume e natureza do trabalho não foi possível realizar todas as reavaliações em 2015, e o trabalho teve continuidade ao longo de 2016.

Nota 1.4.4.3 – Ganhos com Desincorporação de Passivos

Apresentou uma queda de 51,56% no comparativo com 2015. Esses valores são decorrentes de lançamento contábil gerado pela SPO/MEC para estorno da baixa de recursos diferidos.

Nota 1.4.4.4 – Transferências Intergovernamentais

No exercício de 2016 foi gerado um valor de R\$ 20.620.484,78 a título Variação Diminutiva de Transferências Intergovernamentais, gerando uma variação de 100% quando comparado a 2015. Esse valor é decorrente exclusivamente de recursos de convênios transferidos a Fundação de Apoio e prestado contas.

No momento que é realizada a liquidação da despesa para repassar os recursos do Convênio, é gerado um saldo na conta de ativo 11.311.04.00 – Adiantamento de Transferências Voluntárias. Finalizado o convênio, e sendo a prestação de contas aprovada e devidamente registrada nas contas de controle do SIAFI, se faz necessário realizar a baixar do ativo em virtude da aprovação da referida prestação, gerando assim

uma VPD no exercício. A totalidade dos valores é referente ao Convênio nº 233/2010 – MCTI.

Nota 1.4.4.5 – Outras Transferências e Delegações Concedidas

Apresentou uma variação de 89% quando comparado com o exercício de 2015. Tais valores são decorrentes de transferência e/ou doações de bens móveis entre as Unidades Gestoras – UG da UFRN ou entre órgãos da Administração Pública Federal. As transferências quando para UGs da UFRN geram uma fator permutativo no demonstrativo, sendo compensados no demonstrativo por uma VPA, pois no lançamento gera uma VPD na UG que transfere e uma VPA na UG que recebe o bem, que quando pertencem ao mesmo órgão não gera impacto no PL consolidado.

Nota 1.4.4.5 – Desincorporação de Ativos

Houve uma variação negativa nessa conta de 83,15% quando comparado a 2015. O principal motivo dessa grande diferença foi decorrente de lançamentos gerados no início de 2015, pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, para a baixa de recursos a receber por transferência, TEDs, em função da mudança de critérios contábeis após a implantação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.

Somente esses lançamentos representaram um montante de R\$ 38,2 milhões do total de R\$ 60,6 milhões apresentado em 2015 como Desincorporações de Ativos, ou seja, foi responsável por mais de 60% dos valores.

Nota 1.4.4.6 – Constituição de Provisões

Somente essa conta, representou 34% de todas as VPD's do exercício de 2016. Tal lançamento já se encontra justificado na Nota 1.4.1.7 do Balanço Patrimonial e diz respeito ao lançamento no valor de R\$ 950.803.767,23 a título de Provisões para Perdas Judiciais/Administrativas de Longo Prazo, conta contábil 22.791.04.00, com base em valores informado pela Procuradoria Federal.

Nota 1.4.4.7 – Resultado Patrimonial do Período

Apresentou um resultado negativo de R\$ 886.051.859,93 motivado, exclusivamente, pela constituição de provisão para perdas Judiciais / Administrativas conforme nota acima. É importante ressaltar que o resultado na DVP não é em termos de lucro ou prejuízo líquido, como na iniciativa privada, ou seja, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.

APÊNDICE

Relatório de Acompanhamento das Metas do SIGPP



PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL - PROPLAN
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - CPA

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DAS METAS DO SIGPP

NATAL (RN)

2016

REITORA

Ângela Maria Paiva Cruz

VICE-REITOR

José Daniel Diniz Melo

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

João Emanuel Evangelista de Oliveira

PRÓ-REITOR ADJUNTO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Jorge Dantas de Melo

Equipe Técnica

Alexandre Flávio Silva de Queiroz

André Luis Veras de Sandes Freitas

Denise Câmara de Carvalho

Domício Rosendo da Silva Filho

Emmanuelle de Oliveira Ferreira

Evane Lopes Tavares

Joani Brito de Sá

Heloiza Henê Marinho da Silva

Inauro Mano Evas

Marcio Capriglione

Maria Pepita Vasconcelos de Andrade

Apoio / estagiário

Roger Water Dantas Ferreira

SUMÁRIO

1. Introdução
2. Metodologia
3. Resultados
4. Considerações Finais
5. Apêndices

1. INTRODUÇÃO

“Planejar significa pensar antes de agir, pensar sistematicamente, com método; explicar cada uma das possibilidades e analisar suas respectivas vantagens e desvantagens; ou sabemos planejar ou estamos condenados à improvisação.”

Carlos Matus

Este relatório apresenta os resultados da experiência do processo de planejamento das Unidades Acadêmico-Administrativas que compõem a Administração Superior da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, no ano de 2016, por meio da utilização do Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e de Projetos - SIGPP, instrumento de planejamento e gestão institucional.

O princípio da flexibilidade, que orienta o processo de planejamento, permitiu a revisão e atualização das metas cadastradas no SIGPP pelas Unidades. Nesse processo de construção e reconstrução do objeto planejado, foi então considerada a dinâmica da realidade institucional em suas diferentes circunstâncias. Sendo assim, a concepção de universidade que orienta o futuro da UFRN está centrada no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, na sua Missão, na sua Visão de Futuro, sem desconsiderar o “Papel da Universidade na Contemporaneidade”.

Uma **primeira análise** realizada pela PROPLAN, com base em parâmetros definidos em Oficina, possibilitou a apresentação no *Staff* das metas cadastradas no SIGPP e a sua vinculação com as linhas do Plano de Gestão 2015-2019, por Eixo, e com as metas 2015-2019 do PDI. Posteriormente, em razão da necessidade de ajustes nas metas, foi realizada uma **reavaliação** também pela PROPLAN, bem como foram identificadas linhas do Plano de Gestão sem propostas pelas Unidades (consideradas “desertas”).

Os resultados das análises foram sistematizados em quadros e tabelas e estão demonstradas neste relatório. Por fim, estão registradas nas Considerações Finais as dificuldades, sugestões e recomendações à Administração Superior, para os possíveis encaminhamentos.

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada no presente trabalho teve um enfoque participativo por meio de uma sequência de reuniões com as Unidades Acadêmico-Administrativas que compõem a Administração Central da UFRN, das quais participaram pró-reitores, técnicos e assessores. Além do caráter participativo, a metodologia buscou assegurar o comprometimento de todos, bem como um entendimento conceitual sobre objetivos e metas no âmbito do processo de planejamento e gestão institucional.

Os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento do trabalho de adequação das metas do SIGPP foram os seguintes:

- a) Orientação da PROPLAN sobre o SIGPP para as Unidades da Administração Central e simulação do preenchimento do Sistema (dezembro de 2015);
- b) Realização de uma oficina com a participação das Unidades da Administração Central, tendo a PROPLAN apresentado parâmetros conceituais sobre a diferença entre objetivos e metas baseados no modelo SMART, com simulações de elaboração de metas - oficina ocorrida em abril/2016 (Apêndice nº A);
- c) Apresentação no *Staff*, pela PROPLAN, das metas cadastradas no SIGPP e sua vinculação com as linhas do Plano de Gestão 2015-2019 (Apêndice nº B), por Eixo, e com as metas 2015-2019 do PDI (**1ª análise**). Foi observado, inclusive, que algumas linhas do Plano de Gestão (Apêndice nº B), estavam sem propostas de metas pelas Unidades (consideradas “desertas”).

Na oportunidade foram feitos os seguintes encaminhamentos:

- Definição pela Reitora do prazo (30 dias) para o ajuste das metas pelas Unidades, com assessoramento da PROPLAN;
 - Envio do conteúdo da apresentação para todos os participantes da reunião, para facilitar o trabalho de adequação das metas pelas Unidades;
 - Disponibilidade da PROPLAN para fornecer as orientações necessárias às Unidades.
- d) Análise pela PROPLAN das metas cadastradas (**2ª análise**), verificando a adequação das mesmas de acordo com os parâmetros estabelecidos na Oficina realizada em abril, os quais estão discriminados abaixo:
 - **Específica** – deve ser clara, não deixando dúvida do que se trata;

- **Mensurável** – pode ser medida de alguma forma;
 - **Atribuível** – deve ter uma pessoa ou grupo responsável;
 - **Realista** – deve ser desafiadora e também alcançável no tempo proposto;
 - **Limite de tempo** – deve ter seu prazo para alcance bem definido.
- e) Reavaliação pela PROPLAN (ainda no contexto da **2ª análise**) das metas das Unidades frente às linhas do Plano de Gestão, por Eixo, e às metas do PDI 2015-2019;
- f) Identificação pela PROPLAN de linhas do Plano de Gestão sem propostas (desertas) pelas Unidades;
- g) Sistematização dos resultados das análises realizadas pela PROPLAN, com a construção de quadros e tabelas;
- h) Encaminhamento dos resultados à Reitora, por meio de Relatório, para as providências cabíveis.

3. RESULTADOS

Conforme registrado no tópico referente à Metodologia, o trabalho de adequação das metas foi desenvolvido em duas etapas. Na **1ª etapa** as metas foram analisadas de acordo com o registrado pelas Unidades no SIGPP até 12.07.16. Dessa análise, constatou-se o seguinte:

- 235 metas cadastradas por 19 unidades;
- 3 unidades sem cadastro de metas;
- 6 unidades não atualizaram suas metas;
- 10 unidades não enviaram relatório parcial de acompanhamento das metas;
- 44,2% (104 de 235) das metas foram consideradas com formulação inadequada.

Os resultados obtidos nessa 1ª etapa foram objeto de apresentação no *Staff* e encaminhados para as Unidades. Na **2ª etapa**, a PROPLAN fez uma reanálise das metas cadastradas no SIGPP até 22.07.16, já com os ajustes promovidos pelas Unidades conforme demonstrado abaixo:

- 241 metas cadastradas por 19 unidades;
- 2 unidades sem cadastro de metas;
- 2 unidades não atualizaram suas metas;
- 4 unidades não enviaram relatório parcial de acompanhamento das metas;
- 41,5% (100 de 241) das metas foram consideradas com formulação inadequada.

Nessa fase, para a análise da adequação das metas, foram adotados os critérios estabelecidos na Oficina realizada em abril de 2016, bem como critérios fruto do consenso da PROPLAN. Na análise da adequação das metas foram identificadas dificuldades que foram classificadas em:

- **1. Atividade de rotina**
Quando a meta representa uma atividade rotineira e cotidiana da Unidade.
- **2. Ausência na quantificação**
Quando a meta não estabelece um quantitativo a ser atingido, não permitindo a mensuração da realização da mesma.

- **3. Atividade inerente à Unidade**
Quando a meta representa uma atribuição própria da Unidade, no cumprimento das suas competências regimentais e para realização de sua missão institucional.
- **4. Meta vaga/falha na especificação**
Quando a meta apresenta uma realização genérica e/ou não está bem especificada.
- **5. Não constitui competência da Unidade**
Quando a meta extrapola as competências da Unidade.
- **6. Não representa uma iniciativa nova / Repetição de ações anuais**
Quando a meta se constitui em uma ação anual esperada, sem apresentação de iniciativas novas, melhorias ou mudanças significativas em relação às ações de anos anteriores.
- **7. Falta de clareza na redação**
Quando a meta não está clara por possuir uma redação que dificulta ou impede o pleno entendimento do que será realizado.
- **8. Representa uma etapa de uma meta maior**
Quando a meta é caracterizada como uma etapa de uma realização mais significativa e/ou relevante para a Unidade.

As dificuldades encontradas pelas Unidades no preenchimento das metas no SIGPP estão sistematizadas no Quadro 1. Registra-se que para algumas metas foi identificado mais de uma dificuldade, gerando contagem em mais de uma categoria.

QUADRO 1 - Principais dificuldades observadas no preenchimento Metas

Dificuldades encontradas	Nº de Metas
Meta vaga / Falha da especificação	30
Atividade inerente à Unidade	19
Atividade de rotina	18
Não constitui competência da Unidade	12
Ausência de quantificação	5
Representa uma etapa de uma meta maior	5
Não representa uma iniciativa nova / Repetição de ações anuais	4
Falta de clareza na redação	2

Fonte: PROPLAN

O Quadro 2 demonstra os resultados da análise da adequação das metas das Unidades cadastradas no SIGPP realizada pela PROPLAN.

QUADRO 2 - Análise da adequação das metas registradas no SIGPP por Unidade

UNIDADE	TOTAL DE METAS	METAS ADEQUADAS	METAS NÃO ADEQUADAS	PERCENTUAL DE METAS ADEQUADAS
PROGRAD	10	10	0	100 %
SIN	12	12	0	100 %
NAC	3	3	0	100 %
PPG	12	11	1	92 %
SEDIS	9	8	1	89 %
PROPLAN	6	5	1	83 %
SINFO	6	5	1	83 %
BCZM	15	12	3	80 %
COMPERVE	7	5	2	71 %
PROPESQ	12	8	4	67 %
SRI	21	14	7	67 %
MCC	5	3	2	60 %
PROAD	10	5	5	50 %
CAENE	4	2	2	50 %
PROGESP	31	13	18	42 %
PROEX	12	5	7	42 %
COMUNICA	23	8	15	35 %
EDUFRN	25	8	17	32 %
PROAE	18	4	14	22 %
TOTAL	241	141	100	

Fonte: PROPLAN

A seguir será apresentado um quadro para cada Eixo do Plano de Gestão, demonstrando a vinculação das metas das Unidades com as Linhas de Ação do Plano de Gestão, tanto na **primeira análise realizada (vinculações cadastradas no SIGPP)**, quanto no processo de **reavaliação (vinculações sugeridas pela PROPLAN)**.

QUADRO 3 - VINCULAÇÃO DAS METAS DAS UNIDADES COM AS LINHAS DE AÇÃO DO PLANO DE GESTÃO (EIXO I)

EIXO I - QUALIDADE ACADÊMICA, INTERIORIZAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO																														
Linhas	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
Metas vinculadas (1ª Análise)	8	1	3	0	2	3	2	0	1	1	1	3	0	0	1	3	3	1	0	4	2	2	5	1	2	4	1	1	0	1
Metas vinculadas (2ª Análise)	4	1	3	0	3	3	2	0	1	1	0	2	0	0	1	3	3	1	1	4	2	2	5	5	2	4	1	8	0	1

Fonte: PROPLAN

O Quadro 3 apresenta o quantitativo de metas das Unidades vinculadas ao Eixo I do Plano de Gestão e estabelece uma comparação entre as vinculações cadastradas pelas Unidades (1ª análise) e as vinculações sugeridas pela PROPLAN (2ª análise). Dentre as 30 (trinta) Linhas de Ação do Eixo I do Plano de Gestão, em 7 (sete) a PROPLAN sugeriu a necessidade de alterações na vinculação das metas, conforme o quadro abaixo:

QUADRO 3.1 – DETALHAMENTO DA VINCULAÇÃO DAS METAS (EIXO I)

LINHAS DO EIXO I	NÚMERO DE METAS	
	1ª ANÁLISE	2ª ANÁLISE (sugeridas pela PROPLAN)
1	8	4
5	2	3
11	1	0
12	3	2
19	0	1
24	1	5
28	1	8

Fonte: PROPLAN

Com a 2ª análise, foram identificadas as seguintes linhas “desertas”, ou seja, Linhas de Ação do Eixo I do Plano de Gestão sem propostas pelas Unidades, bem como as Unidades responsáveis sugeridas pela PROPLAN:

QUADRO 3.2 – LINHAS DO EIXO I SEM METAS VINCULADAS (LINHAS “DESERTAS”)

Linhas do Eixo I sem metas vinculadas (“desertas”)		Unidades responsáveis sugeridas pela PROPLAN
Linha 4	Acompanhamento regular dos componentes curriculares e ações de extensão nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação.	- PROGRAD - PROEX
Linha 8	Elevação da relação aluno/professor, em atendimento ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), mantendo a qualidade da formação e incorporando o princípio do ato pedagógico como processo formador do educando e do educador.	Faltam diretrizes gerais
Linha 11	Consolidação da política de interiorização da UFRN, assegurando a qualidade acadêmica e a eficiência administrativa.	Faltam diretrizes gerais
Linha 13	Expansão e consolidação da Educação Básica, ampliando as atividades acadêmicas de formação de professores.	SEBTT
Linha 14	Consolidação do Ensino Técnico e Tecnológico, para atender às necessidades de formação acadêmica e das demandas regionais.	SEBTT
Linha 29	Implementação de programa permanente que promova a educação para a sustentabilidade em sentido amplo, induzindo e estimulando ações de extensão reunidas por Cursos e Centros Acadêmicos ou Unidades Acadêmicas Especializadas.	PROEX

Fonte: PROPLAN

QUADRO 4 - VINCULAÇÃO DAS METAS DAS UNIDADES COM AS LINHAS DE AÇÃO DO PLANO DE GESTÃO (EIXO II)

EIXO II - GESTÃO EFICIENTE, PARTICIPATIVA E TRANSPARENTE																								
Linhas	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Metas Vinculadas (1ª Análise)	0	3	7	2	19	2	3	0	1	0	4	1	1	3	4	5	0	3	0	5	0	2	3	1
Metas vinculadas (2ª Análise)	0	3	13	2	18	2	3	0	1	0	4	1	1	3	4	3	0	1	0	5	0	5	3	1

Fonte: PROPLAN

O Quadro 4 apresenta o quantitativo de metas das Unidades vinculadas ao Eixo II do Plano de Gestão e estabelece uma comparação entre as vinculações cadastradas pelas Unidades (1ª análise) e as vinculações sugeridas pela PROPLAN (2ª análise). Dentre as 24 (vinte e quatro) Linhas de Ação do Eixo II do Plano de Gestão, em 5 (cinco) a PROPLAN indicou a necessidade de alterações no registro das metas vinculadas, conforme discriminadas no quadro abaixo:

QUADRO 4.1 – DETALHAMENTO DA VINCULAÇÃO DAS METAS (EIXO II)

LINHAS	Nº DE METAS	
	1ª ANÁLISE	2ª ANÁLISE
3	7	13
5	19	18
16	5	3
18	3	1
22	2	5

Fonte: PROPLAN

Com a 2ª análise, foram identificadas as seguintes linhas “desertas”, ou seja, Linhas de Ação do Eixo II do Plano de Gestão sem propostas pelas Unidades, bem como as Unidades responsáveis sugeridas pela PROPLAN:

QUADRO 4.2 – LINHAS DO EIXO II SEM METAS VINCULADAS (LINHAS “DESERTAS”)

Linhas do Eixo II sem metas vinculadas (“desertas”)		Unidades responsáveis sugeridas pela PROPLAN
Linha 1	Revisão do Estatuto e Regimento Geral da UFRN.	Gabinete da Reitora
Linha 8	Reestruturação da política de segurança para a UFRN.	- Gabinete da Reitora - PROAD (segurança patrimonial) - SINFO (segurança da informação)
Linha 10	Institucionalização de mecanismos de avaliação da efetividade das políticas de Assistência Estudantil, para o acesso e a permanência dos alunos na UFRN.	- PROAE - PROPLAN - CPA
Linha 17	Criação de mecanismos de avaliação e supervisão de cumprimento de contratos de gestão nos Hospitais Universitários (HU) da UFRN pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.	- PROPLAN - CPA - Assessoria dos Hospitais Universitários
Linha 19	Definição da política institucional do ensino básico e técnico da UFRN.	EBTT
Linha 21	Manutenção de diálogo permanente com as entidades representativas da comunidade universitária, tendo em vista o desenvolvimento institucional.	É uma linha onde não cabem metas

Fonte: PROPLAN

QUADRO 5 - VINCULAÇÃO DAS METAS DAS UNIDADES COM AS LINHAS DE AÇÃO DO PLANO DE GESTÃO (EIXO III)

EIXO III - CIDADANIA, INCLUSÃO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE																						
Linhas	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22
Metas Vinculadas (1ª Análise)	5	0	1	0	21	0	1	8	3	0	1	0	1	1	3	3	1	4	2	0	1	2
Metas vinculadas (2ª Análise)	5	0	2	0	21	0	1	7	3	0	1	0	1	1	3	2	1	5	2	0	1	1

Fonte: PROPLAN

O Quadro 5 apresenta o quantitativo de metas das Unidades vinculadas ao Eixo III do Plano de Gestão e estabelece uma comparação entre as vinculações cadastradas pelas Unidades (1ª análise) e as vinculações sugeridas pela PROPLAN (2ª análise). Conforme se verifica no Quadro 5, dentre as 22 (vinte e duas) Linhas de Ação do Eixo III do Plano de Gestão, em 5 (cinco) a segunda análise da PROPLAN indicou a necessidade de alterações no registro das metas vinculadas, conforme discriminadas no quadro abaixo:

QUADRO 5.1 – DETALHAMENTO DA VINCULAÇÃO DAS METAS (EIXO III)

LINHAS	Nº DE METAS	
	1ª ANÁLISE	2ª ANÁLISE
3	1	2
8	8	7
16	3	2
18	4	5
22	2	1

Fonte: PROPLAN

Com a 2ª análise, foram identificadas as seguintes linhas “desertas”, ou seja, Linhas de Ação do Eixo III do Plano de Gestão sem propostas pelas Unidades, bem como as Unidades responsáveis sugeridas pela PROPLAN:

QUADRO 5.2 – LINHAS DO EIXO III SEM METAS VINCULADAS (LINHAS “DESERTAS”)

Linhas do Eixo III sem metas vinculadas (“desertas”)		Unidades responsáveis sugeridas pela PROPLAN
Linha 2	Consolidação e expansão da infraestrutura necessária para o pleno desenvolvimento das atividades artístico-culturais, em especial o Anfiteatro da Praça Cívica do <i>campus</i> , o Teatro do Departamento de Artes, a construção de salas de cinema, a construção de anfiteatros de médio porte em todos os <i>campi</i> da UFRN.	Priorização no Plano de obras
Linha 4	Consolidação do programa de esporte universitário e comunidade ativa, promovendo treinamento de equipes que representam a UFRN, a comunidade acadêmica e comunidade em geral.	Complexo de Esportes e Eventos
Linha 6	Indução de atividades formativas relacionadas à sustentabilidade ambiental, direitos humanos, cultura de paz, tolerância e respeito às diferenças.	PROEX, CAENE, INFRA e PROGESP
Linha 10	Fortalecimento do programa institucional de formação continuada de professores da rede de ensino básico nas modalidades presencial e a distância.	- SEDIS - PPG
Linha 12	Desenvolvimento de ações para a melhoria da qualidade da saúde pública, observando-se os princípios básicos de universalidade, igualdade e integralidade da assistência, vinculados à produção do conhecimento e à formação de profissionais voltados para a concretização da política de saúde enquanto direito dos cidadãos.	- PROEX - Assessoria dos Hospitais Universitários
Linha 20	Indução de ações de extensão diretamente ligadas à pesquisa e à pós-graduação, tendo por base temas para o desenvolvimento da cidadania.	- PROEX - PROPESQ - PPG

Fonte: PROPLAN

QUADRO 6 - VINCULAÇÃO DAS METAS DAS UNIDADES COM AS LINHAS DE AÇÃO DO PLANO DE GESTÃO (EIXO IV)

EIXO IV - CIÊNCIA TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO											
Linhas	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Metas Vinculadas (1ª Análise)	0	14	1	1	1	0	1	1	1	0	0
Metas vinculadas (2ª Análise)	0	5	0	1	1	0	1	1	1	0	0

Fonte: PROPLAN

O Quadro 6 apresenta o quantitativo de metas das Unidades vinculadas ao Eixo IV do Plano de Gestão e estabelece uma comparação entre as vinculações cadastradas pelas Unidades (1ª análise) e as vinculações sugeridas pela PROPLAN (2ª análise). Conforme se depreende do Quadro 6, dentre as 11 (onze) Linhas de Ação do Eixo IV do Plano de Gestão, em 2 (duas) a segunda análise da PROPLAN indicou a necessidade de alterações no registro das metas vinculadas, conforme discriminadas no quadro abaixo:

QUADRO 6.1 – DETALHAMENTO DA VINCULAÇÃO DAS METAS (EIXO IV)

LINHAS	Nº DE METAS	
	1ª ANÁLISE	2ª ANÁLISE
2	14	5
3	1	0

Fonte: PROPLAN

Com a 2ª análise, foram identificadas as seguintes linhas “desertas”, ou seja, Linhas de Ação do Eixo III do Plano de Gestão sem propostas pelas Unidades, bem como as Unidades responsáveis sugeridas pela PROPLAN:

QUADRO 6.2 – LINHAS DO EIXO IV SEM METAS VINCULADAS (LINHAS “DESERTAS”)

Linhas do Eixo IV sem metas vinculadas (“desertas”)		Unidades responsáveis sugeridas pela PROPLAN
Linha 1	Ampliação e promoção de ações conjuntas de ensino, pesquisa e extensão que originem produtos social e tecnologicamente estratégicos para a sociedade.	- PROEX - PROPESQ - PPG
Linha 3	Consolidação, atualização e redimensionamento dos programas estratégicos da UFRN definidos no PDI.	- PROPLAN - CPA
Linha 6	Criação de política de desenvolvimento e difusão de tecnologias sociais, a partir da sistematização de experiências acumuladas na interação com comunidades e populações em situação de vulnerabilidade social, movimentos sociais e organizações da sociedade civil.	PROEX
Linha 10	Institucionalização de estudos sistemáticos para dar resposta aos desafios de articulação, geração de conhecimentos e proposição de políticas para o desenvolvimento sustentável dos recursos marinhos e continentais, da aquicultura, da pesca e do semiárido, conforme definido no PDI.	- PROPESQ - PROPLAN
Linha 11	Ampliação da participação da UFRN no Sistema Brasileiro de Tecnologia (SIBRATEC) em interação com o Governo Estadual e o setor produtivo local, em sintonia com o sistema estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação.	PROPESQ (NIT)

Fonte: PROPLAN

QUADRO 7 - VINCULAÇÃO DAS METAS DAS UNIDADES COM AS LINHAS DE AÇÃO DO PLANO DE GESTÃO (EIXO V)

EIXO V - GESTÃO DE PESSOAS, DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E QUALIDADE DE VIDA													
Linhas	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
Metas Vinculadas (1ª Análise)	2	4	1	2	3	5	2	4	3	1	1	2	8
Metas vinculadas (2ª Análise)	3	5	1	2	4	5	2	3	3	1	1	2	6

Fonte: PROPLAN

Conforme se observa no Quadro 7, dentre as 13 (treze) Linhas de Ação do Eixo II do Plano de Gestão, em 5 (cinco) a segunda análise da PROPLAN indicou a necessidade de alterações no registro das metas vinculadas, conforme discriminadas no quadro abaixo:

QUADRO 7.1 – DETALHAMENTO DA VINCULAÇÃO DAS METAS (EIXO V)

LINHAS	Nº DE METAS	
	1ª ANÁLISE	2ª ANÁLISE
1	2	3
2	4	5
5	3	4
8	4	3
13	8	6

Fonte: PROPLAN

Com a 2ª análise, não foram identificadas linhas “desertas” no Eixo V, ou seja, Linhas de Ação do Eixo V do Plano de Gestão sem propostas pelas Unidades.

A análise realizada no processo de reavaliação das metas cadastradas no SIGPP possibilitou ainda identificar a vinculação das mesmas com as metas do PDI definidas para o período 2015-2019, de acordo com o demonstrado no quadro abaixo.

QUADRO 8 – VINCULAÇÃO DAS METAS DAS UNIDADES COM AS METAS DO PDI

METAS DO PDI	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
Metas das Unidades (1ª Análise)	19	3	0	1	6	0	0	1	2	3	7	6	10	1	5	0	7
Metas das Unidades (2ª Análise)	15	6	1	2	6	0	0	0	3	3	6	8	11	1	12	1	23

Fonte: PROPLAN

Como é possível constatar no Quadro 8, na primeira análise observou-se que para as 17 (dezesete) metas do PDI, 4 (quatro) não foram contempladas com metas das Unidades. A segunda análise permitiu ajustes e a correta vinculação, restando 3 (três) metas do PDI não atendidas pelas Unidades.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de planejamento quando desenvolvido de forma priorizada e contínua, se constitui em um eficiente instrumento de mensuração dos resultados decorrentes das metas propostas no SIGPP, que certamente subsidiarão o relatório final do exercício 2016.

Verificar a adequação das metas cadastradas no SIGPP pelas Unidades da UFRN possibilitou à PROPLAN concluir que avanços foram obtidos no decorrer do processo de análise e ajuste dessas metas. Nesse sentido, destaca-se que as Unidades cadastraram as metas com o acompanhamento sistemático da PROPLAN; além disso, as análises foram focadas na vinculação das metas com as Linhas de Ação que compõem cada Eixo do Plano de Gestão 2015-2019.

Ressalta-se, ainda, que os resultados das análises permitem enfatizar outros aspectos identificados durante o desenvolvimento desse trabalho, quais sejam:

- a) As Unidades emitiram relatórios (parciais e finais) sobre as dificuldades e avanços encontrados para o cumprimento das metas;
- b) O planejamento das metas pelas Unidades foi referenciado no PDI e no Plano de Gestão 2015-2019;
- c) Foi identificada uma vinculação frágil das metas de algumas Unidades com as Linhas de Ação do Plano de Gestão; no processo de reavaliação, a PROPLAN recomendou o ajuste de algumas metas;
- d) O SIGPP precisa ser atualizado de forma a vincular as metas propostas pelas Unidades também com as metas e políticas do PDI;
- e) O SIGPP é um instrumento de planejamento e gestão cujo modelo prioriza as metas; não obstante, há um conjunto de atividades desenvolvidas pelas Unidades que não podem ser contempladas com registro no Sistema;
- f) O SIGPP não permite a vinculação de uma meta de uma Unidade com mais de uma Linha de Ação do Plano de Gestão.

Em síntese, o que se depreende da análise das metas é que uma vez construídas com base no plano estratégico (PDI 2010-2019) e no plano tático (Plano de Gestão 2015-2019), a Universidade revela uma clareza de rumo, com direção e unidade de ações.

“Não se gerencia o que não se mede. Não se mede o que não se define. Não se define o que não se entende. Não há sucesso no que não se gerencia.”

William Edward Deming

APÊNDICES

APÊNDICE A

A Definição de Meta



S	<i>Specific</i>	Específica	Deve ser clara, não deixando dúvidas do que se trata
M	<i>Measurable</i>	Mensurável	Pode ser medida de alguma forma
A	<i>Assignable</i>	Atribuível	Deve ter um uma pessoa ou grupo responsável
R	<i>Realistic</i>	Realista	Deve ser desafiadora e também alcançável no tempo proposto
T	<i>Time-Based</i>	Limitada no Tempo	Deve ter seu prazo para alcance bem definido

©2015 – Siteware Soluções SA

APÊNDICE B

PLANO DE GESTÃO (2015-2019)

Eixos Programáticos:

I - Qualidade acadêmica, interiorização e internacionalização.

1. Atuação junto às coordenações de curso no sentido de promover a revisão, a atualização e o acompanhamento dos projetos pedagógicos nos cursos de graduação, presenciais e a distância, e dos programas de pós-graduação, estimulando a implementação de 20% da carga horária a distância nos cursos presenciais da UFRN, a flexibilização curricular e a formação resultante da mobilidade nacional e internacional.
2. Estímulo à inclusão nos Projetos Pedagógicos de atividades que assegurem a interdisciplinaridade e a aplicação social do conhecimento, priorizando ações que promovam a educação para a sustentabilidade.
3. Estímulo à inclusão de ações de extensão em 100% dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação expandindo o número de projetos e programas e a participação de docentes, técnicos e discentes nas atividades de extensão.
4. Acompanhamento regular dos componentes curriculares e ações de extensão nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação.
5. Realização de diagnóstico dos processos de ingresso e de permanência nos cursos de graduação e pós-graduação para implementação de ações de viabilidade, planejamento, acompanhamento e avaliação do processo pedagógico de ensino-aprendizagem.
6. Acompanhamento e avaliação do processo pedagógico de ensino-aprendizagem, ampliando condições para que os estudantes concluam os cursos no tempo médio previsto, reduzindo as taxas de evasão, mantendo os níveis de exigência acadêmica, adotando modelos de formação flexíveis, integradores, com itinerários formativos diversificados, respeitando a diversidade dos cursos e as especificidades das áreas de conhecimentos.
7. Avaliação dos cursos de graduação, a partir da revisão e da atualização dos projetos pedagógicos, assegurando as condições pedagógicas e de infraestrutura, em consonância com os indicadores do INEP para obter os conceitos 4 e 5.
8. Elevação da relação aluno/professor, em atendimento ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), mantendo a qualidade da formação e incorporando o princípio do ato pedagógico como processo formador do educando e do educador.
9. Consolidação da oferta de estágios para estudantes de graduação, estreitando laços com a comunidade externa e prospectando demandas da sociedade que possam ser atendidas em programas de estágios curriculares dos cursos, tendo como objetivo maior melhorar a formação dos estudantes e motivá-los para o exercício das profissões em que se graduarem.
10. Elaboração de um Plano Decenal para a Excelência na Pós-Graduação, que se desdobrará em ações de expansão, acompanhamento, avaliação e fomento, incentivando a realização de

diagnóstico e planejamento estratégico nos programas de pós-graduação, visando garantir a evolução de sua qualidade acadêmica.

11. Consolidação da política de interiorização da UFRN, assegurando a qualidade acadêmica e a eficiência administrativa.

12. Expansão estratégica dos cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação da UFRN em consonância com políticas indutoras nacionais e demandas regionais, priorizando a interiorização.

13. Expansão e consolidação da Educação Básica, ampliando as atividades acadêmicas de formação de professores.

14. Consolidação do Ensino Técnico e Tecnológico, para atender às necessidades de formação acadêmica e das demandas regionais.

15. Ampliação e consolidação do Programa de Assistência à Docência na Graduação (PADG), promovendo a articulação da pós-graduação com a graduação, envolvendo cursos nas modalidades presencial e a distância.

16. Consolidação da política de apoio à produção acadêmica e científica da UFRN, com editoração e publicação de livros, publicação em periódicos, nacionais e internacionais, e material didático em diversos suportes resultante da produção de conhecimento acadêmico e científico.

17. Divulgação interna e externa da produção acadêmica, cultural, artística e esportiva, utilizando os meios de comunicação disponíveis na UFRN.

18. Ampliação e manutenção da infraestrutura de ensino, pesquisa e extensão, priorizando as de caráter multiusuário, para a melhoria da qualidade das atividades acadêmicas, observando as oportunidades de financiamento externo.

19. Atuação, junto às coordenações de cursos de Graduação, com intuito de estimular a inserção curricular de ações inovadoras, empreendedoras, de extensão e de voluntariado nos cursos da UFRN, bem como o aproveitamento dos componentes curriculares e das atividades acadêmicas realizadas em mobilidade, visando à formação global do aluno.

20. Ampliação da política de apoio aos grupos de pesquisa, visando à interiorização e internacionalização.

21. Consolidação da política de incentivo específico nos editais de ações integradas (pesquisa, extensão, graduação e pós-graduação) e editais de apoio a eventos acadêmico-científicos e artístico/culturais para os *campi* do interior.

22. Consolidação da política de relacionamento com alunos egressos, para avaliar o cumprimento da missão e orientar a definição das políticas institucionais da UFRN.

23. Ampliação do acesso às informações institucionais em línguas estrangeiras.

24. Expansão da cooperação nacional e internacional entre universidades, valorizando países em desenvolvimento.

25. Fortalecimento e divulgação das áreas acadêmicas de excelência da UFRN.

26. Consolidação e expansão da política de Educação a Distância da UFRN.

27. Ampliação da oferta de educação continuada para atender às demandas da sociedade e do mundo do trabalho.

28. Expansão e atualização do acervo informacional da universidade nos diversos formatos, observando as prioridades e os interesses acadêmicos.
29. Implementação de programa permanente que promova a educação para a sustentabilidade em sentido amplo, induzindo e estimulando ações de extensão reunidas por Cursos e Centros Acadêmicos ou Unidades Acadêmicas Especializadas.
30. Apoio à expansão e à consolidação de empresas juniores e incubadoras de empresas.

II - Gestão eficiente, participativa e transparente.

1. Revisão do Estatuto e Regimento Geral da UFRN.
2. Acompanhamento e avaliação das políticas, das metas e ações institucionais, definidas no PDI e no Plano de Gestão.
3. Adoção de política de gestão por processos por meio da otimização das atividades que os compõem, promovendo eficiência e transparência nos serviços prestados.
4. Adoção de controles internos, com o objetivo de reduzir o impacto dos riscos sobre as metas organizacionais.
5. Reestruturação da política de comunicação institucional.
6. Definição de uma política de preservação da memória institucional.
7. Implantação de programa de debates com temas de relevância social e científica, visando uma cultura democrática, de respeito à pluralidade e à diversidade.
8. Reestruturação da política de segurança para a UFRN.
9. Participação da comunidade universitária na proposição de ideias e no desenvolvimento de projetos inovadores para a gestão universitária, em todos os níveis.
10. Institucionalização de mecanismos de avaliação da efetividade das políticas de Assistência Estudantil, para o acesso e a permanência dos alunos na UFRN.
11. Aperfeiçoamento e ampliação dos serviços e funcionalidades dos sistemas SIG.
12. Reestruturação da política de segurança da informação para a UFRN.
13. Fortalecimento do Comitê Gestor de TI da UFRN e implantação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI).
14. Implementação da integração dos Sistemas SIG com os Sistemas Informativos do Governo Federal.
15. Elaboração de um Plano de Obras (reforma, ampliações e construções), com a participação dos gestores das unidades acadêmicas.
16. Elaboração de um Plano de Gestão de Manutenção de Instalações Físicas e Equipamentos.
17. Criação de mecanismos de avaliação e supervisão de cumprimento de contratos de gestão nos Hospitais Universitários (HU) da UFRN pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).
18. Gestão, dimensionamento e avaliação dos serviços terceirizados no âmbito da UFRN orientadas à realização de políticas, objetivos e metas institucionais.
19. Definição da política institucional do ensino básico e técnico da UFRN.
20. Gestão participativa, dialógica, integrando as diversas instâncias acadêmicas para o cumprimento da Missão institucional.

21. Manutenção de diálogo permanente com as entidades representativas da comunidade universitária, tendo em vista o desenvolvimento institucional.
22. Aperfeiçoamento e ampliação da transparência administrativa, de gestão e financeira, de modo a facilitar a observação e análise dos dados da UFRN.
23. Adoção de processos administrativos totalmente em formato digital (formalização, comunicação, transmissão e arquivamento), visando à eliminação do uso de papel na gestão acadêmica e administrativa.
24. Implantação e aperfeiçoamento do modelo de distribuição orçamentária para custeio das unidades acadêmicas, por meio da consolidação do processo democrático e participativo de elaboração do orçamento da UFRN.

III - Cidadania, inclusão social e sustentabilidade.

1. Consolidação da Política de Cultura da UFRN, com o desenvolvimento de programas estruturantes em arte e cultura visando à formação artística, cultural, cidadã e crítica dos estudantes, servidores e da sociedade.
2. Consolidação e expansão da infraestrutura necessária para o pleno desenvolvimento das atividades artístico-culturais, em especial o Anfiteatro da Praça Cívica do *campus*, o Teatro do Departamento de Artes, a construção de salas de cinema, a construção de anfiteatros de médio porte em todos os *campi* da UFRN.
3. Implementação da Política de Esportes, com a ampliação das atividades esportivas nos *campi* da universidade.
4. Consolidação do programa de esporte universitário e comunidade ativa, promovendo treinamento de equipes que representam a UFRN, a comunidade acadêmica e comunidade em geral.
5. Fortalecimento da política de inclusão social para os alunos da instituição, favorecendo igualdade de oportunidades por meio de ações afirmativas, para aqueles com condições socioeconômicas desfavoráveis ou com necessidades educacionais especiais.
6. Indução de atividades formativas relacionadas à sustentabilidade ambiental, direitos humanos, cultura de paz, tolerância e respeito às diferenças.
7. Consolidação e fortalecimento do Núcleo de Ensino em Ciências e Matemática.
8. Consolidação da política de meio ambiente e sustentabilidade na UFRN.
9. Consolidação de uma política que assegure a qualidade de vida, a convivência, o lazer, a alimentação e a mobilidade nos *campi* da UFRN.
10. Fortalecimento do programa institucional de formação continuada de professores da rede de ensino básico nas modalidades presencial e a distância.
11. Implantação de programa de convivência para professores e técnicos aposentados.
12. Desenvolvimento de ações para a melhoria da qualidade da saúde pública, observando-se os princípios básicos de universalidade, igualdade e integralidade da assistência, vinculados à produção do conhecimento e à formação de profissionais voltados para a concretização da política de saúde enquanto direito dos cidadãos.
13. Desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa e extensão na Atenção Básica e nos Hospitais Universitários, visando à qualidade e eficiência nas funções de assistência à saúde multiprofissional, nos distintos níveis de atenção (básica, média e alta complexidade) para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde.

14. Elaboração e implementação de Plano de Acessibilidade para os *campi* da UFRN.
15. Implantação dos Planos Diretores, considerando a manutenção e ampliação das áreas verdes dos *campi* da UFRN.
16. Articulação com outras Instituições de Educação Superior (IES) públicas para estabelecimento de políticas de expansão e estratégias de desenvolvimento regional.
17. Estímulo às atividades acadêmicas voltadas à valorização da história e da cultura local e regional.
18. Consolidação da Política Museológica, por meio da Rede Universitária de Museus (RUMUS/UFRN), promovendo a cooperação entre os museus, estimulando e mediando parcerias com pesquisadores, instituições e organizações sociais e/ou culturais, bem como com as redes de ensino.
19. Promoção da cultura brasileira e da língua portuguesa no exterior e das culturas e línguas estrangeiras na UFRN.
20. Indução de ações de extensão diretamente ligadas à pesquisa e à pós-graduação, tendo por base temas para o desenvolvimento da cidadania.
21. Redefinição do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) como unidade agenciadora, de prospecção e avaliação das relações da UFRN com a rede de serviços e comunidades de modo a promover a interiorização das ações de extensão, ensino e pesquisa.
22. Ampliação da divulgação científica e a popularização da ciência e tecnologia de maneira a promover a inclusão e apropriação de conhecimentos científicos pela sociedade.

IV - Ciência, tecnologia, inovação e desenvolvimento.

1. Ampliação e promoção de ações conjuntas de ensino, pesquisa e extensão que originem produtos social e tecnologicamente estratégicos para a sociedade.
2. Ampliação dos mecanismos institucionais para a interação com a sociedade, atendendo suas demandas por meio do desenvolvimento de projetos acadêmicos e prestação de serviços.
3. Consolidação, atualização e redimensionamento dos programas estratégicos da UFRN definidos no PDI.
4. Criação de Parques Tecnológicos em áreas estratégicas, tais como Tecnologia da Informação e Energias Renováveis.
5. Ampliação da participação da UFRN na discussão e definição de políticas estratégicas para o desenvolvimento regional, interagindo com órgãos governamentais, sistemas produtivos, movimentos sociais e sociedade civil.
6. Criação de política de desenvolvimento e difusão de tecnologias sociais, a partir da sistematização de experiências acumuladas na interação com comunidades e populações em situação de vulnerabilidade social, movimentos sociais e organizações da sociedade civil.
7. Apoio às iniciativas de criação de Plataformas de Conhecimento e Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT).
8. Reestruturação do Núcleo de Inovação Tecnológica, para induzir e apoiar as ações de inovação tecnológica, empreendedorismo, transferência de tecnologia e gestão da propriedade intelectual.
9. Avaliação, reestruturação e consolidação dos núcleos de estudos interdisciplinares existentes e apoio a criação de novos núcleos interdisciplinares.

10. Institucionalização de estudos sistemáticos para dar resposta aos desafios de articulação, geração de conhecimentos e proposição de políticas para o desenvolvimento sustentável dos recursos marinhos e continentais, da aquicultura, da pesca e do semiárido, conforme definido no PDI.

11. Ampliação da participação da UFRN no Sistema Brasileiro de Tecnologia (SIBRATEC) em interação com o Governo Estadual e o setor produtivo local, em sintonia com o sistema estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação.

V - Gestão de pessoas, Desenvolvimento institucional e Qualidade de vida.

1. Adoção de modelo de gestão de pessoas alicerçado em competências (conhecimentos, habilidades, atitudes e as entregas a esses relacionadas), com o objetivo de promover o aumento da qualidade e da eficiência dos serviços prestados pela UFRN.

2. Ampliação dos programas de qualificação de docentes e servidores técnicos da UFRN em áreas estratégicas para o desenvolvimento institucional.

3. Reestruturação e implantação do modelo do sistema de avaliação de desempenho dos técnicos administrativos e docentes com função de gestor, consoante a proposta de implantação da gestão por competências e o projeto de avaliação institucional da UFRN.

4. Consolidação de uma política de retenção de talentos com ações de reconhecimento e valorização dos servidores.

5. Avaliação e dimensionamento da força de trabalho dos servidores técnico-administrativos com base nas competências necessárias e nos processos de trabalho com vistas ao desenvolvimento institucional.

6. Aprimoramento das políticas de Qualidade de Vida, Saúde e Segurança no Trabalho, voltadas para os servidores docentes e técnico-administrativos da UFRN.

7. Aprimoramento do controle das concessões de direitos e vantagens aos servidores docentes e técnico-administrativos por meio das funcionalidades dos sistemas SIG.

8. Desenvolvimento de ações de suporte organizacional e de mediação das relações de trabalho.

9. Formação continuada para docentes e técnicos administrativos da UFRN atendendo às exigências das novas configurações curriculares, das demandas acadêmicas e sociais das pessoas com necessidades educacionais especiais, do desenvolvimento científico e tecnológico e do mercado de trabalho, orientada à realização de políticas, objetivos e metas institucionais.

10. Ampliação das ações de inserção das pessoas com deficiência no ambiente de trabalho.

11. Desenvolvimento de ações que facilitem o acesso aos serviços de gestão de pessoas e qualidade de vida no trabalho para os servidores docentes e técnicos-administrativos dos *campi* do interior da UFRN.

12. Desenvolvimento dos servidores docentes e técnicos-administrativos por meio de ações de internacionalização que promovam o intercâmbio de conhecimentos.

13. Promoção da melhoria das condições, das relações e da organização do trabalho.

APÊNDICE C

QUADRO 2 - Principais dificuldades observadas no preenchimento das Metas por Unidade

As dificuldades encontradas no preenchimento das metas pelas Unidades foram organizadas com a seguinte legenda:

1. Atividade de rotina.
2. Ausência de Quantificação.
3. Atividade inerente à Unidade.
4. Meta vaga / falha na especificação.
5. Não constitui competência da Unidade.
6. Não representa uma iniciativa nova / repetição de ações anuais.
7. Falta clareza na redação.
8. Representa uma etapa de uma meta maior.

QUADRO 2.1 - Biblioteca Central Zila Mamede

UNIDADE	EIXO	LINHA	METAS CONSIDERADAS INADEQUADAS	DIFICULDADES ENCONTRADAS									
				1	2	3	4	5	6	7	8		
BCZM	II	3	Atualização do manual de Serviços do Setor de Coleções Especiais da BCZM.	X									
	IV	2	Editoração e publicação do volume referente ao ano de 2016 da Revista BiblioCanto.							X			
	IV	2	Elaboração e oficialização da política de funcionamento da Biblioteca Digital de Monografias (BDM) da UFRN.				X						

1-Atividade de rotina. 4-Meta vaga / falha na especificação. 6-Não representa uma iniciativa nova / repetição de ações anuais.

QUADRO 2.2 – Comissão Permanente de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais

UNIDADE	EIXO	LINHA	METAS CONSIDERADAS INADEQUADAS	DIFICULDADES ENCONTRADAS									
				1	2	3	4	5	6	7	8		
CAENE	III	5	1 Aumentar o número de acompanhamentos a alunos com base no levantamento do total de alunos com NEE regularmente matriculados em diferentes níveis e modalidades de ensino.		X								
	III	5	2 Selecionar, capacitar e acompanhar 13 alunos do Projeto Tutoria Inclusiva.							X			

2-Ausência de Quantificação. 6-Não representa uma iniciativa nova / repetição de ações anuais.

QUADRO 2.3 – Museu Câmara Cascudo

UNIDADE	EIXO	LINHA	METAS CONSIDERADAS INADEQUADAS	DIFICULDADES ENCONTRADAS								
				1	2	3	4	5	6	7	8	
MCC	III	18	1 Conclusão de 01 Projeto Conceitual da exposição de longa duração do MCC/UFRN.							X		X
	III	18	2 Implantação de 01 Política de Acervos do MCC/UFRN.			X						

3-Atividade inerente à Unidade. 6-Não representa uma iniciativa nova / repetição de ações anuais. 8-Representa uma etapa de uma meta maior.

QUADRO 2.4 – Núcleo Permanente de Concursos

UNIDADE	EIXO	LINHA	METAS CONSIDERADAS INADEQUADAS		DIFICULDADES ENCONTRADAS								
					1	2	3	4	5	6	7	8	
COMPERVE	IV	2	1	Realização de dois concursos públicos externos (de instituições municipais, estaduais ou federais), um a cada semestre de 2016.			X						
	IV	2	2	Realização de 14 Processos Seletivos, no ano de 2016, para ingresso nos diversos cursos ofertados pela UFRN.			X						

3-Atividade inerente à Unidade.

QUADRO 2.5 – Pró-Reitoria de Administração

UNIDADE	EIXO	LINHA	METAS CONSIDERADAS INADEQUADAS		DIFICULDADES ENCONTRADAS								
					1	2	3	4	5	6	7	8	
PROAD	V	5	1	Atuar junto à PROGESP para ampliar a força de trabalho em 08 servidores nas Diretorias de Gestão e Fiscalização de Contratos, Material e Patrimônio, Contabilidade e Finanças e de Gestão da Informação.					X				
	II	11	2	Atuar junto à Superintendência de Informática para criar, no âmbito do Sipac, um módulo para registro e controle dos Ativos Intangíveis e posterior registro da Amortização.					X				
	V	1	3	Desenvolver modelo de competências para funções-chaves da área de aquisições.			X	X					
	II	7	4	Instituir Comissão de Avaliação de Documentos									X
	V	13	5	Melhorar as condições de trabalho (Estrutura física) das Diretorias de Material e Patrimônio, de Gestão da Informação e da Gestão e Fiscalização de Contratos					X				

3-Atividade inerente à Unidade. 4-Meta vaga / falha na especificação. 5-Não constitui competência da Unidade. 8-Representa uma etapa de uma meta maior.

QUADRO 2.6 – Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

UNIDADE	EIXO	LINHA	METAS CONSIDERADAS INADEQUADAS		DIFICULDADES ENCONTRADAS									
					1	2	3	4	5	6	7	8		
PROAE	III	5	1	Assistir 1.875 discentes com Bolsa Residência e Auxílio Moradia em Natal, CERES - Caicó e Currais Novos, Macaíba e FACISA, sendo: - 775 Bolsas Residência; - 1.100 Auxílios Moradia.	X									
	II	18	2	Atender 4.250 discentes prioritários com consultas médicas (clínico geral, oftalmologia e ginecologia, nutricionista e psiquiatria), atendimento odontológico e exames laboratoriais, sendo: - Manter 2.500 alunos atendidos pelo contrato com a Empresa ANABIM que oferece os serviços de consultas médicas nas especialidades: clínico geral, oftalmologia e ginecologia para discentes de Natal e no interior; - Expandir para 700 alunos atendidos pelo DAS/UFRN nas especialidades: clínico geral, oftalmologia, ginecologia, nutricionista e psiquiatria; - Expandir o atendimento odontológico para 350 alunos prioritários, nos serviços oferecidos pelo DOD e DAS; - Expandir para 700 alunos prioritários a realização de exames laboratoriais realizados por laboratórios conveniados pela ANABIM, em Natal e no interior.	X							X		
	III	5	3	Conceder 540 Bolsa/Auxílio Transporte, anualmente, sendo: - 100 bolsas para os alunos da Escola Agrícola de Jundiá - EAJ; - 40 para alunos da FACISA; - 400 para alunos do CERES - Caicó e Currais Novos.	X									
	III	5	4	Contemplar 3.500 alunos no Programa Bolsa Alimentação, Campus Natal, Macaíba, FACISA, CERES - Caicó e Currais Novos.	X									
	III	5	5	Disponibilização de 1.430 Auxílios Financeiros, sendo: - 1000 Auxílio Financeiro para participação de Estudantes em eventos acadêmicos, científicos, culturais, esportivos; - 60 para Aquisição de Materiais Acadêmicos (Aquisição de Instrumentos Odontológicos); - 20 Auxílio Atleta; - 250 Auxílio Óculos; - 100 Auxílio Creche.	X									
	III	5	6	Disponibilização de recursos financeiros para as Bolsas de Apoio Técnico e Administrativo em diferentes setores da UFRN, cuja finalidade é promover a permanência dos estudantes dos cursos de graduação presencial, em vulnerabilidade socioeconômica e que tenham desempenho acadêmico satisfatório, conforme normas da instituição e regras do PNAES.		X								
	III	5	7	Oferecer Orientação Pedagógica a 500 Estudantes Bolsistas do Programa de Assistência com Baixo Desempenho Acadêmico.	X									
	III	1	8	Ofertar atividades no Programa de Atividades Físicas, Esporte e Lazer para os estudantes, docentes e servidores técnico-administrativos no campus Central e implantar 2 (dois) polos do programa no CERES (Caicó e Currais Novos).		X								
	III	1	9	Ofertar o programa de atividades socioculturais e artísticas para os estudantes da UFRN, democratizando o acesso as diferentes linguagens da arte		X		X						
	II	16	10	Promoção da qualidade de vida dos 775 residentes.				X						
	III	5	11	Promover 450 atendimentos a 200 estudantes universitários através das ações desenvolvidas pelo Projeto de Extensão Hábitos de Estudo (PHE).	X									
	I	3	12	Proporcionar uma experiência diferenciada na formação profissional de 18 discentes nos projetos de extensão desenvolvidos pela CASE.				X						
	III	5	13	Realizar 850 atendimentos individuais a 300 discentes de graduação e pós-graduação por meio do Projeto de Saúde Mental dos Estudantes.	X									
	III	11	14	Realizar os jogos gerais da UFRN, distribuídos em várias etapas, nas modalidades de basquete, handebol, vôlei quadra, vôlei de areia, atletismo, natação, judô, xadrez e badminton								X		

1-Atividade de rotina. 2-Ausência de quantificação. 4-Meta vaga / falha na especificação. 6-Não representa uma iniciativa nova / repetição de ações anuais. 7-Falta clareza na redação.

QUADRO 2.7 – Pró-Reitoria de Extensão

UNIDADE	EIXO	LINHA	METAS CONSIDERADAS INADEQUADAS		DIFICULDADES ENCONTRADAS									
					1	2	3	4	5	6	7	8		
PROEX	I	21	1	Formalização do Comitê Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão.										X
	I	3	2	Revisão e adequação dos critérios de avaliação das seis modalidades de extensão.										X
	I	3	3	Proposição da inserção curricular da extensão em pelo menos 5 (cinco) projetos pedagógicos.					X					X
	III	8	4	Realização de 5 (cinco) cursos de extensão de divulgação, atualização e capacitação para atender as demandas dos diversos segmentos sociais.				X						
	III	8	5	Realização e apoio de 3 (três) atividades interdisciplinares que promovam a educação para a sustentabilidade, inclusão e formação para cidadania.				X						
	IV	5	6	Proposição e desenvolvimento de ações isoladas e conjuntas no pacto da educação contra o Aedes/Zika (pacto MEC_UFRN).		X		X					X	
	III	18	7	Implementação do Comitê Gestor da Rede Universitária de Museus - RUMUS, para definição das ações voltadas para política museológica da UFRN.			X							

2-Ausência de quantificação. 3-Atividade inerente à Unidade. 4-Meta vaga / falha na especificação. 5-Não constitui competência da Unidade. 7-Falta clareza na redação. 8-Representa uma etapa de uma meta maior.

QUADRO 2.8 – Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

UNIDADE	EIXO	LINHA	METAS CONSIDERADAS INADEQUADAS	DIFICULDADES ENCONTRADAS										
				1	2	3	4	5	6	7	8			
PROGESP	III	8	1	Acompanhar 05 eixos da A3P no âmbito da PROGESP em 2016				X						
	II	9	2	Acompanhar 100% da implantação dos Projetos do Escritório de Ideias em 2016			X							
	V	8	3	Aperfeiçoar 02 módulos no SIGRH sobre Controle de Vagas em 2016					X					
	V	13	4	Atualizar 100% do Programa 5S da PROGESP em 2016				X						
	V	12	5	Definir uma metodologia de preparação e incentivo para ações de internacionalização em 2016				X						
	V	13	6	Desenvolver um módulo Qualidade de Vida no Trabalho no SIGRH em 2016					X					
	V	11	7	Estruturar um projeto do PROGESP Itinerante em 2016				X						
	V	4	8	Estruturar uma Política de Reconhecimento dos servidores em 2016				X						
	V	3	9	Implementar e acompanhar 100% do novo modelo de Avaliação de Desempenho em 2016			X							
	V	6	10	Implementar uma Política de Saúde e Segurança do Trabalho no âmbito da UFRN em 2016			X	X						
	V	8	11	Institucionalizar 100% da pesquisa de clima organizacional em 2016				X						
	V	1	12	Institucionalizar 100% das competências institucionais da UFRN em 2016				X						
	V	6	13	Institucionalizar uma Política de Qualidade de Vida no Trabalho em 2016				X						
	V	13	14	Otimizar 06 processos de Segurança do Trabalho em 2016				X						
	V	6	15	Promover 03 ações de orientação ao planejamento da aposentadoria e ao ajustamento saudável em 2016				X						
	V	6	16	Promover 08 ações que visem bem estar do servidor a partir de uma abordagem psicossocial em 2016				X						
	V	7	17	Reformular 04 funcionalidades no Módulo de Administração de Pessoal no SIGRH em 2016					X					
	V	2	18	Viabilizar a oferta de 200 vagas específicas para servidores nos cursos de graduação e pós-graduação em parceria com as unidades acadêmicas em 2016					X					

3-Atividade inerente à Unidade. 4-Meta vaga / falha na especificação. 5-Não constitui competência da Unidade.

QUADRO 2.9 – Pró-Reitoria de Pesquisa

UNIDADE	EIXO	LINHA	METAS CONSIDERADAS INADEQUADAS	DIFICULDADES ENCONTRADAS										
				1	2	3	4	5	6	7	8			
PROPESQ	I	20	1	Estimular a inserção dos grupos de pesquisa em projetos de rede internacional.				X						
	I	21	2	Fortalecer a política de incentivo específico nos editais de ações integradas e editais de apoio a eventos acadêmico-científicos e artístico/culturais para os campi do interior.		X		X						
	I	21	3	Ministrar palestras sobre empreendedorismo e ações inovadoras nos cursos de graduação e trabalhar pela curricularização dos mesmos junto às coordenações de graduação.		X		X						
	IV	7	4	Monitoramento de editais e oportunidades governamentais de fomento e a subsequente articulação de ações de apoio com a comunidade acadêmica para a ampliação e consolidação dos INCTs na UFRN.			X					X		

2-Ausência de quantificação. 3-Atividade inerente à Unidade. 4-Meta vaga / falha na especificação. 7-Falta clareza na redação.

QUADRO 2.10 – Pró-Reitoria de Planejamento e Coordenação Geral

UNIDADE	EIXO	LINHA	METAS CONSIDERADAS INADEQUADAS	DIFICULDADES ENCONTRADAS										
				1	2	3	4	5	6	7	8			
PROPLAN	II	24	1	Acompanhamento e avaliação do novo modelo de distribuição orçamentária para os centros acadêmicos e as unidades acadêmicas especializadas				X						

4-Meta vaga / falha na especificação.

QUADRO 2.11 – Pró-Reitoria de Pós-Graduação

UNIDADE	EIXO	LINHA	METAS CONSIDERADAS INADEQUADAS	DIFICULDADES ENCONTRADAS									
				1	2	3	4	5	6	7	8		
PPG	V	2	1	Qualificação de 150 servidores (docentes e técnicos administrativos) por meio de Mestrado Profissional e Mestrado Acadêmico/Doutorado.					X				

5-Não constitui competência da Unidade.

QUADRO 2.12 – Secretaria de Educação a Distância

UNIDADE	EIXO	LINHA	METAS CONSIDERADAS INADEQUADAS	DIFICULDADES ENCONTRADAS									
				1	2	3	4	5	6	7	8		
SEDIS	I	6	1	Fazer acompanhamento e avaliação de 16 professores quanto a organização da sala e atuação no ambiente virtual, para construção de instrumento de orientação até dezembro/16.			X						X

3-Atividade inerente à Unidade. 8-Representa uma etapa de uma meta maior.

QUADRO 2.13 – Secretaria de Relações Internacionais

UNIDADE	EIXO	LINHA	METAS CONSIDERADAS INADEQUADAS	DIFICULDADES ENCONTRADAS									
				1	2	3	4	5	6	7	8		
SRI	III	19	1	Apoio a 3 Programas de ensino de línguas na UFRN: Idioma Sem Fronteiras (SESu/MEC), Português como Língua Estrangeira, Cursos Internacionais de Verão do Instituto Agora.				X					
	III	5	2	Assessoramento de todos os professores envolvidos em projetos e programas de cooperação bilateral da CAPES como: BRAFAGRI, BRAFITEC, Brasil-Cuba e outros. Assim como projetos e programas com fomento de organismos internacionais como: British Council, Erasmus, Education USA e outros.				X				X	
	III	16	3	Assumir função de direção do CGRIFES (Conselho de Gestores de Relações Internacionais das Instituições Federais de Ensino Superior).			X						
	V	12	4	Aumento do número de Participação em Eventos Internacionais de Docentes da UFRN para 84 Viagens entre Passagens e Diárias (40%) em relação ao ano base do PDI (60 em 2014).					X				
	I	20	5	Aumento do número de Professores / Pesquisadores Visitantes Estrangeiros para 87 (40%) em relação ao ano base do PDI (62 em 2014).					X				
	III	5	6	Participação do evento da área de petróleo e gás chamado "Get Energy" juntamente com a PROPESQ com vistas a captação de recursos para pesquisa na UFRN					X				
	III	16	7	Participação nos 5 principais encontros de internacionalização acadêmica do Brasil e do mundo (NAFSA, EAIE, AULP, GCUB e FAUBAI).			X						

3-Atividade inerente à Unidade. 4-Meta vaga / falha na especificação. 5-Não constitui competência da Unidade. 7-Falta clareza na redação.

QUADRO 2.14 – Superintendência de Comunicação

UNIDADE	EIXO	LINHA	METAS CONSIDERADAS INADEQUADAS		DIFICULDADES ENCONTRADAS										
					1	2	3	4	5	6	7	8			
COMUNICA	II	11	1	Elaborar projeto para criação de um sistema de informação direcionado à integração das demandas da comunicação, intitulado SIGCOM.											X
	II	5	2	Produzir 20 edições e realizar 40 veiculações na TVU de um programa semanal dedicado à temática rural.	X										
	II	5	3	Produzir 2.540 edições e veicular 2.660 edições na Universitária FM de diversos programas no gênero musical.	X										
	II	5	4	Produzir 30 edições e realizar 60 veiculações de programa institucional na TV Universitária.	X										
	II	5	5	Produzir 30 edições e veicular 60 edições do programa jornalístico direcionado à divulgação de temas científicos, inovação e empreendedorismo na Universitária FM.	X										
	II	5	6	Produzir 30 edições e veicular 60 edições na TVU de um programa semanal com conteúdo institucional.	X										
	II	5	7	Produzir 60 programas e realizar 120 veiculações de programas acadêmicos na TV Universitária.	X										
	II	7	8	Produzir 90 edições e veicular 150 programas na TV Universitária dedicados à valorização da memória, debates de temas da atualidade e ao esporte.	X										
	II	5	9	Produzir e veicular 240 edições de um telejornal diário de 30 minutos na TVU.	X										
	II	5	10	Produzir e veicular 30 edições de um novo programa na grade da Universitária FM dedicado ao esporte.	X										
	II	5	11	Produzir e veicular 500 edições de dois programas diários de radiojornalismo na Universitária FM.	X										
	II	5	12	Produzir e veicular 500 edições de um boletim de notícias da UFRN com distribuição pelo correio eletrônico.	X										
	II	5	13	Produzir e veicular 80 edições de um meio de comunicação com reportagens especiais sobre a UFRN com distribuição pelo correio eletrônico.	X										
	II	7	14	Promover debate por ocasião da consulta popular para cargos eletivos majoritários do Executivo Municipal, com transmissão pelas mídias operadas pela COMUNICA.										X	
	III	1	15	Realizar festival anual dedicado à revelação dos talentos da arte musical, com cerimônia de premiação.										X	

1-Atividade de rotina. 6-Não representa uma iniciativa nova / repetição de ações anuais. 8-Representa uma etapa de uma meta maior.

QUADRO 2.15 – Superintendência de Informática

UNIDADE	EIXO	LINHA	METAS CONSIDERADAS INADEQUADAS		DIFICULDADES ENCONTRADAS									
					1	2	3	4	5	6	7	8		
SINFO	II	13	1	Elaborar planos de ação prioritários de TI em 20% até dezembro de 2016.				X						

4-Meta vaga / falha na especificação.

QUADRO 2.16 – Editora Universitária

UNIDADE	EIXO	LINHA	METAS CONSIDERADAS INADEQUADAS		DIFICULDADES ENCONTRADAS									
					1	2	3	4	5	6	7	8		
EDUFRN	V	5	1	Ampliar força de trabalho para atender demanda de produção de livros.					X					
	I	17	2	Atuar como parceiro na organização e promoção de eventos literários locais.		X	X	X						
	II	20	3	Criação de comissões técnicas para seleção e avaliação de mérito de coleções e séries.										X
	I	20	4	Distribuir acervo a EDUFRN entre instituições públicas e privadas que possuem fins acadêmicos e/ou culturais.			X							
	I	25	5	Distribuir acervo a EDUFRN por meio do banco de autores.			X							
	I	17	6	Distribuir acervo da EDUFRN em eventos onde ocorrer a participação da Reitoria, com o objetivo de divulgar o conhecimento produzido pela Universidade dentro da temática do evento.			X							
	III	5	7	Distribuir acervo da EDUFRN entre alunos cadastrados na PROAE como baixa renda.			X							
	I	17	8	Distribuir acervo da EDUFRN entre alunos durante eventos acadêmicos institucionais.			X							
	I	20	9	Distribuir acervo da EDUFRN entre pesquisadores vinculados a grupos de pesquisa no Brasil e no mundo.			X							
	II	20	10	Encaminhar formação do Conselho Diretor da EDUFRN.				X						
	II	3	11	Fazer o processo de acompanhamento da produção de livros um serviço online.				X					X	
	II	16	12	Manutenção da estrutura física da EDUFRN.			X							
	II	20	13	Promover a interação da EDUFRN com os demais agentes da estrutura organizacional da UFRN.			X							
	III	8	14	Readequação do espaço externo da editora com foco no aumento de áreas verdes.				X	X					
	II	16	15	Realização de manutenção preventiva das máquinas do parque gráfico.			X							
	II	20	16	Reorganizar do Conselho Editorial de acordo com o padrão organizacional da UFRN.				X						
	V	13	17	Reorganizar os espaços internos da EDUFRN para otimizar sua ocupação.				X	X					

2-Ausência de quantificação. 3-Atividade inerente à Unidade. 4-Meta vaga / falha na especificação. 5-Não constitui competência da Unidade. 7-Falta clareza na redação. 8-Representa uma etapa de uma meta maior.